

IÊDA VIANA

**REVOLUÇÃO E OS REFLEXOS
DE UM MITO SOBRE A EDUCAÇÃO:
*Da Utopia e da Disciplina***

Dissertação aprovada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre. Pós-
Graduação em História, Departamento de
História, Universidade Federal do Paraná.
Opção História Social. Orientador : **Ana
Maria de Oliveira Burmester**

CURITIBA

1995

IÊDA VIANA

***REVOLUÇÃO E OS REFLEXOS
DE UM MITO SOBRE A EDUCAÇÃO:
Da Utopia e da Disciplina***

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Opção em História Social, pela Comissão formada pelos professores:

Orientadora :

Profa. Ana Maria de Oliveira Burmester
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Departamento de História, UFPR.

Profa. Elvira Mari Kubo
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Departamento de História, UFPR.

Prof. Euclides Marchi
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Departamento de História, UFPR.

Curitiba, 01 de novembro de 1995.

AGRADECIMENTOS

Ao Cristovão Tezza, pelo apoio indispensável na área de informática; à Lízia Helena Nagel, que, embora não tenha lido ou tido qualquer contato comigo durante a elaboração do trabalho, a ela devo o acesso a uma leitura mais crítica da história; ao Prof. Ubaldo Martini Puppi, pelo apoio profissional; à Ana Maria Oliveira Burmester, pela orientação; à Maria Auxiliadora Schmidt e Euclides Marchi, pela boa vontade em ler o texto preliminar e, especialmente, à Sonia Monclaro Virmond, por tudo.

*É sempre mais difícil
ancorar um navio no espaço.*

Ana Cristina Cesar

RESUMO

Este trabalho de dissertação consiste num estudo sistemático sobre o tema da revolução, no âmbito das transformações estruturais pelas quais passaram o capitalismo. O objetivo é entender o problema da contemporaneidade que, antes de ser o da concretização da utopia da modernidade, representando a expectativa de uma forma de sociedade mais justa e humana — uma utopia ainda presente, no Brasil, nas décadas de sessenta e setenta — consiste, hoje, no problema da própria desejabilidade da revolução. Os acontecimentos ocorridos universalmente de sessenta para cá, sobretudo os do final da década de oitenta (Perestroika e a queda do muro de Berlim), parecem inviabilizar aquela utopia, fazendo mofar o mito da modernidade. Procurou-se analisar a noção de revolução, dentre alguns teóricos clássicos e historiadores brasileiros, com o objetivo de compreender a leitura realizada por esses autores e os limites de tal leitura, nas condições em que foi produzida. Paralelamente, buscou-se entender os reflexos desse mito da modernidade sobre a prática educativa, com o propósito de (des) construir práticas discursivas sobre a educação e identificar seu caráter no curso do desenvolvimento de uma determinada economia de poder.

RÉSUMÉ

Ce travail consiste d'une étude systématique sur la révolution, à partir de la lecture du processus de transformation structurale du capitalisme. L'objectif est celui de la compréhension du problème de la contemporanéité, qu'avant d'être la concrétisation de l'utopie de la modernité, qui représente l'expectative d'une forme de société plus juste et humaine — une utopie présente encore dans les années soixante et soixante-dix au Brésil — est aujourd'hui le problème du non désir de la révolution. Il paraît que les événements internationaux depuis les années soixante jusqu'aujourd'hui, spécialement ceux qui concernent la fin des années quatre-vingt (la Perestroïka et la chute du mur de Berlin) , montrent l'impossibilité de réaliser cette utopie, ce qui fait moisir le mythe de l'histoire. On a essayé d'analyser l'idée de révolution chez quelques théoriciens classiques et chez quelques historiens brésiliens, en ayant le but de comprendre la lecture réalisée par eux , et les limitations de leurs productions, à partir des conditions de l'époque. Parallèlement, on a essayé d'analyser les reflets du mythe de la modernité sur les pratiques éducatives, à fin de défaire les discours sur l'éducation et identifier son caractère au cour du développement d'une économie de pouvoir déterminée.

SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. A teoria da revolução e a “revolução” teórica: o discurso revolucionário de Marx a Foucault	11
2.1. A consolidação e a crise da ordem burguesa	12
2.2. Nasce a crítica científica do capitalismo	18
2.3. Capitalismo monopólico: teoria revolucionária ou de reestruturação do poder burguês?	39
2.4. O Ocidente e a possibilidade revolucionária	53
2.5. Da rebeldia à revolução popular	80
2.6. Os mecanismos de produção de poder e de saber: uma estratégia de disciplinarização e controle	98
3. O discurso revolucionário no Brasil	118
3.1. Capitalismo e participação política	119
3.2. A teoria da revolução democrático-burguesa	127
3.3. A liquidação dos resíduos coloniais	142
3.4. A revolução inconclusa: o desenvolvimento e o fortalecimento do mercado interno	153
3.5. A (des)construção do discurso revolucionário	160
4. Do discurso revolucionário ao discurso de uma prática social específica	167
4.1. Educação e sociedade: desenvolvimento ou reprodução?	168
4.1.1. Trabalho e cidadania no discurso sobre a educação	184
4.1.2. A economia do discurso na educação jesuítica brasileira	187
4.1.3. A “arte” de administrar para a disciplina e a classificação	201
4.2. A formação discursiva no Paraná: sociedade e educação	210
4.2.1. A “arte” de administrar para a racionalização agrícola	221
4.2.2. A “arte” de administrar para a racionalização industrial	232
5. À guisa de conclusão: o que é ser contemporâneo no presente?	244
Referências bibliográficas	261
Outros documentos	269
Anexo: Texto preparado para a Defesa de Dissertação	272

1. INTRODUÇÃO

Ao avaliar a perspectiva política das sociedades dos países desenvolvidos, poucos anos depois da malograda revolta estudantil de 1968, Jürgen Habermas falava de circunstâncias históricas que proibem pensar em revolução". Os acontecimentos ocorridos de lá para cá, sobretudo os do ano 1989, parecem confirmar a avaliação do filósofo, já que, hoje em dia, a "Revolução" — sobretudo de cunho socialista, calcada no modelo de 1917 — tornou-se algo completamente vetusto, mofando no quarto de despejo da história.

Willi Bolle, 1994.

O projeto inicial deste trabalho pressupunha um estudo sobre os fenômenos populistas no Brasil, e mais especificamente no Paraná, sob os efeitos ainda não muito distantes do getulismo, do varguismo, do janismo, do neysmo e outros tantos "ismos". A preocupação fundamental era entender como se processava a emergência política dos trabalhadores na história brasileira e por que esse fenômeno histórico social na América Latina era interpretado como "populismo". Vivíamos, então, na sociedade brasileira o auge da "ditadura militar", que se instalara em 64. Os primeiros ventos da "reabertura democrática" ainda não haviam começado a soprar.

Perry Anderson, em um ensaio sobre Gramsci, ao qual, na época, ainda não havíamos tido acesso, fala do divórcio existente entre a teoria marxista original e as organizações da classe trabalhadora, concluindo que esse debate, estratégico sobre o movimento operário ainda estava por ser superado. A revolta de 68 na França e outros movimentos europeus "pressagiam", como ele diz, o fim desse divórcio, porém longe ainda de ser definitivo. Veremos adiante que 68, para outros pensadores, acentua ainda mais essa divergência.

Por isso, os debates clássicos ainda continuam a ser, segundo ele, "o mais avançado limite de referência que possuímos hoje". Sua reapropriação, no presente trabalho, é, na verdade, a tentativa de avançar um passo na compreensão do caminho percorrido pela história do pensamento revolucionário. Se no período que vai de meados do século XIX a meados do século XX o conceito de revolução permeava insistentemente as análises histórico-políticas e filosóficas do mundo ocidental, a partir das décadas de sessenta e setenta e, sobretudo, nesse

final de século, cada vez mais esse conceito parece perder sentido, sobretudo se o pensarmos como um acontecimento radical e preciso num dado tempo histórico.

Nesse sentido, Anderson lembra de um parágrafo famoso de Régis Debray, que discorre sobre a “dificuldade permanente de ser contemporâneo com o nosso presente” e conclui que “na Europa, ao menos, temos ainda de ser contemporâneos com o nosso passado”.¹

Concordamos com os dois pensadores. Entendemos o que Anderson, como historiador, quer dizer : temos que conhecer a boa história das idéias, da teoria, da política, etc., como diz Weffort.² No entanto, concordamos, mais ainda, com Debray e Weffort : a questão fundamental é escaparmos do anacronismo e sermos contemporâneos do nosso presente. Daí a justificativa para esse trabalho de pesquisa : recuperar a história do pensamento revolucionário (ao menos uma parte fundamental dela), tendo, porém, como foco central a preocupação de entender a contemporaneidade e os limites ou não-limites do discurso histórico-revolucionário para essa época. Ao historiador cabe recuperar o passado, todavia não o passado pelo passado, os fatos isolados. Isso não teria sentido. O retorno ao passado só tem um significado: o olhar e penetrar no presente, na materialidade do presente, o que pressupõe captar as relações que o constituíram, ou seja, as relações de poder que fazem a trama da história, inclusive no discurso científico, como dizia Foucault.

Os estudos iniciais, envolvendo a análise historiográfica sobre o tema específico e outros correlatos (os “populismos”, o movimento operário, o sindicalismo, o desenvolvimento econômico, social e político brasileiro, o partido, as mudanças sociais no Brasil, política e trabalho no Brasil e as ideologias — o nacionalismo, o desenvolvimentismo, o industrialismo, o estatismo — entre outros, recorrendo a estudos históricos, sociológicos, políticos e econômicos), embora tivessem levado a um determinado encaminhamento e realização de uma pesquisa, com levantamento de informações empíricas sobre o Brasil e o Paraná (deixadas de lado), não conseguiram satisfazer a intensa vontade de captar o “regime” que produziu “ a verdade” desses discursos — a economia desses discursos.

Entretanto, a análise de todo o material ao qual tivemos acesso abriu brechas para a indicação de que o complexo processo de emergência política dos trabalhadores envolvia a compreensão de questões teóricas amplas que, por sua vez, fundamentavam o entendimento de como se processam as grandes revoluções sociais, as transformações estruturais de uma sociedade que a fazem

¹ ANDERSON, Perry. As Antinomias de Antonio Gramsci. In : _____ et al. **CRÍTICA MARXISTA** : A estratégia revolucionária na atualidade. São Paulo : Jorúês, 1986. p. 74.

² WEFFORT, Francisco. Mesa Redonda : A estratégia da revolução brasileira. In: ANDERSON et al. **CRÍTICA** ..., p. 142.

sair de uma ordem e penetrar em outra radicalmente diversa e, sobretudo, que a própria categoria *revolução* revestia-se de uma marca representativa de uma época, de uma concepção de mundo imbricada ainda no berço do iluminismo e do evolucionismo. Contudo, ainda esperávamos que a leitura dos teóricos clássicos pudessem desvelar a constituição dos discursos (entendidos enquanto práticas de poder) que explicam o modo como se dão as rupturas e as permanências, ou seja, os obstáculos que entravam as mudanças.

O referencial teórico utilizado pela maioria dos pesquisadores para explicar as mudanças econômicas, sociais e políticas, no Brasil do século XX, era o clássico modelo da revolução democrático-burguesa, especialmente européia. Nesse sentido, ao retomar o trabalho de dissertação de mestrado, interrompido por cerca dez anos, por questões profissionais, propusemo-nos, num primeiro momento, a realizar a trajetória do discurso “revolucionário” a partir do século XIX, instigados, ainda, pelos problemas da contemporaneidade, conforme o conteúdo da epígrafe.

Iniciamos o estudo com Marx, Engels, Lenin, Gramsci, Lukács, chegando a Foucault. Não tínhamos outra pretensão senão compreender esses discursos e ensaiar talvez o entendimento da economia dos mesmos no processo de desenvolvimento do capitalismo, situando-os na sua temporalidade. Passamos, também, pela Escola de Frankfurt, por alguns estruturalistas e alguns historiadores ingleses. Entretanto, fixamo-nos naqueles primeiros pensadores citados, por considerarmos a sua forte influência nas correntes de pensamento, tanto no Ocidente Europeu quanto no Brasil. Além disso, porque eles estão entre os primeiros a se ocuparem da questão da revolução, do papel revolucionário do proletariado e do poder. Marx e Engels como fundadores do materialismo histórico, que privilegia a luta de classes e o poder centralizado nas mãos de uma classe e à volta do Estado; Lenin, que promove uma alteração no conceito de revolução marxiano — de uma revolução espontânea e decorrente do desenvolvimento das forças produtivas para a revolução por decorrência de vontade política —, na medida em que o admite para países não desenvolvidos; Gramsci e Lukács por estudarem a possibilidade revolucionária no Ocidente, a partir do desenvolvimento da consciência histórica; e Foucault por negar metodologicamente a história transcendental e evolucionista, o sujeito histórico e, conseqüentemente, rever os conceitos de revolução e poder, para compreendê-los na sua contemporaneidade.

A historiografia clássica marxiana revolucionou a ciência ao sistematizar os fundamentos do materialismo histórico, introduzindo a economia política como fator preponderante na análise e explicação da realidade social, e estabelecendo como categoria explicativa fundamental a luta de classes, polarizando a contradição entre a classe burguesa e capitalista — detentora de todo poder — e a classe trabalhadora — marginalizada social, política,

econômica e culturalmente. Nesse sentido, atribuiu ao trabalhador o papel de sujeito ativo nas transformações sociais.

Dentro do referencial marxiano, a burguesia revolucionária, no ocaso do feudalismo, luta por todos os meios até a destruição total deste e a consolidação do capitalismo, quando, então, torna-se reacionária. Gulosa, manteve seu apetite voraz até a primeira grande crise de superprodução — 1825. Crise esta que, em 1830, reveste-se de um caráter político, e de um caráter claramente subversivo, em 1848. Nesse momento histórico, à luz dessa eclosão revolucionária, Marx, como cientista e militante, formula a tese de que o problema da sociedade burguesa estava no fato de ter produzido civilização em excesso. A sociedade havia produzido tanta força produtiva, tanta riqueza que não poderia realizá-la sem deixar de ser o que era em sua essência, ou seja, sem necessariamente revolucionar-se a si mesma. Poderia, evidentemente, distribuir tudo o que havia produzido em demasia, mas não voltaria, então, a produzir na forma burguesa. Disse mais : só uma classe — o proletariado — poderia, em 1848, tomar a bandeira das forças produtivas nas mãos e desfraldá-la na direção de uma sociedade sem classes.

Tal formulação foi, naquela época, profundamente radical. Essas conclusões marxianas foram formuladas, sobretudo, através dos estudos realizados sobre o capitalismo e sobre a Revolução Francesa, cujo paradigma acaba servindo não apenas à realização histórica de seus pressupostos, em outras partes do mundo, como às análises de outros cientistas sobre as revoluções em geral.

O termo revolução encerra muitas ambigüidades, que, no momento, não cabe aqui destacar. Ao nível do senso comum, ele é empregado com freqüência para designar o uso da violência para a tomada de poder por algum grupo, categoria social ou outra força oposicionista. Contudo, não são as ações violentas ou não do processo imediato que a caracterizam, mas as transformações profundas que se operam. O que definiu a Revolução Francesa como revolução não foram a Tomada da Bastilha, as revoltas camponesas e a marcha sobre Versalhes em 1789, nem a queda da Monarquia e a execução de Luís XVI, ou o período de Terror ou, ainda, o Império Napoleônico. Revolução, em seu real significado e conteúdo, diz respeito a um processo de modificações econômicas, sociais, políticas e culturais profundas e sucessivas, que promovem transformações estruturais da sociedade, especialmente no que se refere às relações econômicas e políticas — ao equilíbrio entre classes e categorias sociais. Segundo Prado Jr., são “momentos históricos de brusca transição de uma situação econômica, social e política para outra, e as transformações que então se verificam constituem o que propriamente se há de entender por ‘revolução’ ”³.

³ PRADO JR, CAIO. *A Revolução Brasileira : Perspectivas em 1977*. 7. ed., São Paulo : Brasiliense, 1987. p. 12.

Esse é o conceito de revolução que norteou a história e a historiografia até décadas recentes. Contudo, alterações significativas pós-45 e, especialmente, a partir das décadas de sessenta e setenta — movimento de maio de 68, movimentos anti-bélicos, ecológicos, raciais, feministas, entre outros —, demonstraram um deslocamento no eixo da “luta de classes”, ou mais claramente um esvaziamento dessa luta, enquanto categoria explicativa. O que entra em jogo não é mais, como se acreditava até então, a luta pelo poder do Estado — centro polarizador do poder econômico e político — mas a sobrevivência imediata e até a preservação pessoal e de determinados grupos em relação ao Estado e à sociedade constituída; a preocupação não será mais com um futuro utópico — com a formação de uma sociedade mais humanizada e libertadora, alcançada através da luta revolucionária armada, tendo à frente a classe explorada responsável pela mudança e pela instalação dessa sociedade mítica.

Em cena estão os problemas do cotidiano, da sobrevivência do dia-a-dia, do preconceito, da liberdade de ser. Embora o devir esteja presente na longa duração, o ser volta a marcar a contemporaneidade e o pensamento historiográfico é por ele contaminado. O próprio conceito de revolução, de uma categoria fundamental na história e no pensamento historiográfico do século XIX e início do XX, passa a segundo plano, e, se analisado, não é tomado como uma categoria totalizadora, característica do XIX, que tinha como preocupação teórica o estabelecimento de leis gerais. Mas, se reveste do particularismo próprio do século XX: é a revolução molecular, fragmentada, de cada indivíduo — são as pequenas revoluções do cotidiano. O que informa essa alteração de conceito em determinados períodos da história da humanidade? Por que no século XIX as generalizações eram fundamentais e no XX, sobretudo nesse final, volta-se a atenção do pesquisador para o particular, para o indivíduo, para o fragmento? São preocupações desse tipo que orientam nosso estudo nesse momento.

No Capítulo 2, procuraremos entender exatamente quais as diferenças na leitura da “realidade” histórica realizada por vários pensadores, as quais estiveram articuladas a *diferentes estratégias revolucionárias*, e para as quais formulamos a hipótese de que *refletiam as transformações ocorridas no próprio desenvolvimento do capitalismo, ou seja, a um regime determinado de poder (político, econômico, cultural, científico), que produziu uma determinada economia política de discurso. Tais transformações, não apenas redirecionaram a conduta do trabalhador como afetaram a produção intelectual, proporcionando novas leituras.* Determinadas práticas de poder, associadas com as modificações estruturais, permitiram a constituição de determinadas práticas discursivas, no curso do desenvolvimento capitalista.

De uma estratégia revolucionária ou guerreira, de “assalto” ao aparelho de Estado, no auge do desenvolvimento do capitalismo e das suas sucessivas crises, a partir do final do século XIX, o discurso revolucionário foi gradativamente amenizado, surgindo alternativas diferenciadas, com

predominância para a via pacífica ao socialismo — a revolução permanente, gradual para a transformação socialista —; aos poucos, a utopia do fim da história,⁴ enquanto significado estrito, enquanto busca da liberdade humana, foi sendo substituída pelo estudo das formas de reprodução do poder burguês. Por que isso ocorreu e como as transformações foram se operando? É o que nos interessou buscar nos teóricos que estudaram a questão, com o objetivo principal de compreender o mundo de hoje e as transformações que nele se operam.

Se no Capítulo 2, procuramos a compreensão de alguns importantes pensadores do mundo ocidental, no Capítulo 3, tomamos alguns historiadores e cientistas sociais brasileiros como Ianni, Weffort, Fernandes, Carone, Fausto e De Decca com o intuito de a) captar qual a influência observada na “leitura” desses autores, o que rege o seu discurso e, conseqüentemente, b) compreender a estratégia revolucionária, que norteou a história e a historiografia brasileiras. Esses pesquisadores, apesar de algumas diferenças em suas formulações teóricas, falaram da revolução contemporânea brasileira (do período que vai de 1922 até hoje), abordaram as mudanças econômicas, sociais e políticas, invariavelmente, como uma revolução democrático-burguesa, que teria proporcionado — sobretudo pós-trinta — os fenômenos de industrialização e urbanização, traduzindo-se politicamente nos fenômenos populistas. Nosso interesse foi verificar *até que ponto essas formulações teóricas foram adequadas ou inadequadas à realidade brasileira. Elas serviram mais ao desenvolvimento do processo revolucionário e à emancipação do país ou à reprodução e reestruturação permanente do domínio do poder capitalista e industrial?*

Descoberto o trajeto percorrido pelo discurso revolucionário e os locais da reprodução do poder burguês, num segundo momento, entendemos necessário inverter a estratégia da pesquisa, buscando, no Capítulo 4, a análise da formação discursiva de uma prática social específica — a prática educativa. A opção por tal prática deu-se por uma razão subjetiva da autora, a experiência profissional na área da educação e, especialmente, na prática política da área do ensino. “Tentar verificar por nós mesmos ... fazer não mais uma reflexão sobre a história, mas uma reflexão na história”, como dizia Foucault.⁵

⁴ ANDERSON, Perry. **O fim da história**; de Hegel a Fukuyama. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1992. Nesse livro, o autor discute o conceito de história em seu fim -significado e fim-destino do mundo. Além disso, trata do atual estágio da teoria socialista, a qual recusa admitir como extinta com a derrocada dos sistemas vigentes até há pouco tempo na Europa Oriental. Argumenta que o privilégio de poucos requer a miséria de muitos, o que coloca em risco o destino da humanidade.

⁵ “Tínhamos de pesquisar por nós mesmos para definir e abordar o assunto como objeto histórico. Era um único meio de dar um conteúdo real à reflexão sobre nós mesmos, sobre o nosso pensamento, sobre nossos comportamentos. Inversamente era uma forma de não ser, sem o saber, prisioneiro dos postulados implícitos da história. Era uma forma de dar à reflexão novos objetos históricos ... Não era mais uma reflexão sobre a história e sim uma reflexão na história. Um modo de fazer o pensamento passar pela prova do trabalho histórico. Um modo de submeter o trabalho histórico à prova de uma transformação dos quadros conceituais e teóricos.” In: ERIBON, Didier. **Michel Foucault 1926-1984 : uma biografia**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo : Companhia das Letras, 1990. p. 255.

Entre nossos interesses destacamos o de compreender como se constituem as relações de poder e de produção de saber, as correlações de força que produziram a prática pedagógica no Brasil. Verificar até que ponto e de que forma o mito da revolução esteve ou não articulado com a prática educacional. Esta serviu ao desenvolvimento ou a reprodução? Partimos do pressuposto foucaultiano⁶ de que a educação é, ela própria, fator de reprodução e normalização da sociedade, tentando observar, ainda, a validade de outra concepção difundida, contraditoriamente, sobre a prática educacional, a de que ela contribui como fator de desenvolvimento, de produção de conhecimento e de constituição do próprio homem (civilizado), na sua essência enquanto ser que sabe, produz cultura e realiza transformações. Permeando essa reflexão está a polêmica entre o subjetivismo e o objetivismo teóricos : a educação, enquanto poder formador e constituidor do indivíduo pode contribuir para sua ação enquanto agente histórico, dando-lhe os instrumentos de intervenção, ou a objetividade estrutural da sociedade o impede de realizações substanciais?

A tese fundamental de Foucault é precisamente sobre os mecanismos disciplinares em operação na sociedade, que estão disseminados e dispersos nas diferentes instituições sociais — prisões, escolas, asilos, fábricas, hospitais, organização do espaço arquitetônico, etc. Nesse sentido, acreditamos poder demonstrar que, mesmo quando a educação e suas práticas mostraram-se “progressistas” serviram mais à “utopia revolucionária” e ao disciplinamento aos interesses do capitalismo, face à (in) competência na compreensão da dinâmica da realidade que, no caso do Brasil, é submersa nas regras do capitalismo internacional, desde a sua origem.

A investigação do discurso sobre a educação ou, mais especificamente, das práticas de poder que o solicitam e reproduzem, numa dinamização mútua, nos encaminham a um determinado universo empírico. Este é constituído de documentos — propostas, planos, diagnósticos, leis, relatórios, normas, programas, currículos — produzidos pelos agentes educacionais ou pessoas envolvidas de alguma forma com a questão do planejamento e das práticas educacionais. Como fonte secundária utilizaremos obras especializadas em educação, bem como a bibliografia teórica.

Por que, provavelmente se indaga, essa inversão no curso da pesquisa? Da análise do discurso sobre a revolução, orienta-se a pesquisa para um campo específico — o da educação. É preciso lembrar, antes de tudo, que o conceito de revolução, em Marx e, sobretudo, em Lenin, Gramsci e Lukács e nos diversos marxismos, envolve um processo de conscientização, de formação do sujeito histórico e revolucionário para que a revolução possa chegar a termo. Por outro

⁶ Preferimos usar o qualificativo tradicional ao usado por Merichior - “foucauldiano” - in: MERQUIOR, José Guilherme. *Michel Foucault ou o Niilismo de Cátedra*. Donaldson M. Garschagen (Trad.). Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985.

lado, as mudanças operadas na historiografia, a partir de sessenta e setenta, indicam uma outra concepção para a educação, implicando esta como uma estrutura de disciplinamento, de expressão da dominação e reprodução de poder, portanto como obstáculo revolucionário. Interessa-nos entender onde e por que houve essa ruptura no discurso sobre o papel da educação e, principalmente, verificar o que informavam as políticas educacionais sobre o papel da educação enquanto prática social.

Nesse sentido, ao recuperar o discurso clássico revolucionário, no Capítulo 2, já indagaremos sobre o papel da educação para os pensadores analisados que melhor trataram essa questão, com o intuito de verificar a questão acima apontada sobre o papel da educação e, especialmente no Capítulo 4, trataremos da educação no Brasil, a partir de determinadas práticas discursivas apresentadas nas políticas oficiais e de seu papel no processo de desenvolvimento, principalmente através do estudo de caso da política pública de educação no Paraná.

Dessa forma, esse trabalho de pesquisa constitui-se mais num estudo sistematizado do discurso teórico e político que produziu o imaginário da revolução e dos mecanismos disciplinadores desse processo de mudança — tomando a educação como um estudo particular desse processo disciplinador —, do que na reconstrução histórica de um período, o que já foi brilhantemente realizado por vários estudiosos. Nossa intenção diz mais respeito, nesse momento, a uma primeira abordagem teórica com o objetivo de chegar a uma compreensão pessoal mais clara das questões que nos preocupam do que à produção de uma história ou revisão histórica do que já foi produzido sobre o período e a temática, o que certamente poderá ser realizado em trabalhos futuros.

Se na primeira parte do trabalho (capítulos 2 e 3), nos voltaremos à tentativa de elaborar a reconstituição do mito da revolução e do papel dado à classe trabalhadora e à educação na realização desse mito, procurando compreender as formações discursivas dos autores analisados, dentro de sua temporalidade, na segunda parte (capítulo 4), ensaiaremos uma análise das formações discursivas da educação, procurando verificar como esse mito perpassou as práticas políticas da educação, compreendendo tais práticas discursivas no seio do desenvolvimento da economia do Estado do Paraná.

Como integrante de uma geração formada nas décadas de sessenta e setenta não há como desvilhar-se completamente do materialismo histórico. Contudo, o acesso à obra de Foucault permite-nos arejar um pouco o dogmatismo marxista.

Antes de dar início à leitura realizada pelos clássicos, que de uma maneira ou outra dialogaram com o materialismo histórico, produzindo os diferentes discursos revolucionários — objeto do segundo capítulo —, é interessante destacar alguns aspectos históricos resumidos, que vão da

consolidação do capitalismo no século XIX às transformações pelas quais esse sistema econômico-político passa no decorrer do presente século até as décadas finais em que vivemos, como suporte à compreensão das teorias geradas nessa realidade histórica.

2. A TEORIA DA REVOLUÇÃO E A “REVOLUÇÃO” TEÓRICA:
o discurso revolucionário de Marx a Foucault

2.1. A consolidação e a crise da ordem burguesa

Já nas primeiras décadas do século XIX, as condições materiais de vida, na Europa Ocidental, estavam se transformando vertiginosamente, principalmente na Inglaterra, onde primeiro se desenvolveu a Revolução Industrial, com consequências dramáticas para todos os trabalhadores, alterando significativamente as condições gerais de trabalho e tornando-as as mais degradantes possíveis. As novas relações de trabalho introduzidas pelo capitalismo determinam a separação entre os proprietários dos meios de produção — os capitalistas — e aqueles que dispõem apenas de sua força de trabalho — o proletariado —, os quais, pela necessidade de sobrevivência, são obrigados a vendê-la, através de um contrato “livre”, à burguesia.

O processo de proletarianização começara já a partir dos séculos XV e XVI, ao ter início a transição do feudalismo para o capitalismo. Contudo, só a partir das revoluções burguesas e da revolução industrial ele se consolida, dando-se a definitiva expropriação dos trabalhadores. Além da crescente proletarianização dos antigos camponeses e artesãos, determinando o que comumente se chama de “exército de reserva”, a super-exploração dos trabalhadores, com vistas ao aumento da produção e à acumulação cada vez mais intensa do capital, a utilização em grande escala do trabalho infantil e feminino, (uma vez que o novo sistema industrial não mais dependia exclusivamente da energia humana), as longas jornadas de trabalho, os baixíssimos salários, a falta de segurança nas fábricas e as precárias condições de vida e higiene, nos bairros operários, afetando a saúde do trabalhador e proporcionando uma baixa expectativa de vida, são fatores que representam apenas alguns dos problemas advindos da consolidação do capitalismo, tornando insustentável a situação dos trabalhadores.

Por outro lado, a necessidade de se ajustar a um tipo de vida inteiramente novo e a tragédia de muitos trabalhadores desempregados — camponeses expropriados de suas terras, artesãos ou trabalhadores domésticos por terem sido expropriados de seus meios de produção, trabalhadores urbanos substituídos pela maquinaria — levam-nos a diferentes formas de resistência. É nesse contexto que se inserem os movimentos operários e o a teoria socialista

durante o século XIX.

Nesse século, ainda por volta da década de 1870, as primeiras grandes crises do capitalismo começam a afetá-lo, promovendo profundas transformações, na medida em que se procura vencê-las: de um sistema competitivo ou de livre-concorrência, o capitalismo chega a uma fase monopolista, caracterizada pela concentração da produção e do capital, pelo domínio concentrado do mercado consumidor e de matérias primas, e, também, pelo monopólio do mercado financeiro. O capitalismo se organiza no sistema de monopólios, que se constitui num ordenamento superior do capitalismo, segundo Lenin, qual seja, a sua fase de imperialismo — solução encontrada para a manutenção da sociedade de mercadorias e ações, conforme veremos logo adiante.

Já numa outra conjuntura histórica, as contradições imperialistas acabam por dar vazão à I Guerra Mundial. Ao mesmo tempo, na Rússia, a Revolução de Outubro (1917) constitui-se no primeiro grande desafio objetivo ao capitalismo, ou seja, na primeira possibilidade concreta de solucionar as suas contradições pela via socialista. E, cabe destacar, uma tentativa realizada por uma nação pouco desenvolvida do ponto de vista do capitalismo, que, ao fazer a revolução na concepção leninista, como veremos, contraria as teorias economicistas de que a revolução dar-se-ia espontaneamente a partir do desenvolvimento das forças produtivas, as quais, ao atingirem um determinado nível, combinado com a experiência do movimento organizado da classe trabalhadora, fatalmente poderia levar à superação da organização social, estabelecendo um novo tipo de sociedade.

Por outro lado, mais tarde, a instável situação da economia no período pós-guerra, que se traduziu na superprodução e subconsumo, gerou a crise de 1929 e propiciou, ainda, nesse período entre guerras (1919-1939), o surgimento e a consolidação de regimes de poder autoritários na Europa, em especial o fascismo italiano e o nazismo alemão, com reflexos em outros países, inclusive na América Latina.

Os conflitos não resolvidos pelas democracias liberais acabam por produzir desdobramentos da crise do capitalismo imperialista, o que leva à eclosão da II Guerra Mundial, enquanto resultado da necessidade de nova partilha de mercados e áreas de influência — crise precipitada pela divisão dos países capitalistas em dois blocos ideológicos: Estados Unidos, França e Inglaterra, orientados pelo liberalismo, e Itália, Alemanha e Japão, pautados no totalitarismo.

Tais transformações históricas e estruturais trouxeram obviamente mudanças no comportamento político das massas populares que, no decorrer do século XIX, passou por várias formas de luta : do *ludismo* (reação ao capitalismo, que se traduziu na quebra das máquinas, principalmente nos primeiros quinze anos do século XIX, na Inglaterra, produto do estágio de

desenvolvimento político dos trabalhadores à época) ao *cartismo* (tentativa de organização mais concreta dos trabalhadores e que se traduziu na defesa da “Carta”, que exigia, em linhas gerais: sufrágio universal masculino, voto secreto, renovação anual do Parlamento e representação política dos trabalhadores) o qual, por sua vez, representou o embrião do sindicalismo inglês, o *trade-unionismo*, desenvolvido na segunda metade do século XIX. Esse tinha reivindicações essencialmente econômicas, mas, a partir da segunda metade do século XIX, desenvolveu-se, tanto na Europa como nos Estados Unidos, um *sindicalismo* com propostas mais amplas, fundamental para o avanço do movimento organizatório da classe operária. Contestando a ordem burguesa e capitalista, inclusive através de greves, como instrumento de avanço do movimento operário, esse sindicalismo possibilitou a melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

No final do século XIX e início do século XX, os trabalhadores começaram a organizar-se em *partidos políticos*, com forte influência do marxismo. É nesse contexto que se desenvolve a social-democracia, com a formação de partidos em vários países europeus, sendo o alemão, o de maior expressão. É, ainda, nos finais daquele século, que o movimento operário europeu, inserido na contestação da ordem que se consolida a partir do século XIX — caracterizada pela democracia liberal e pelo desenvolvimento da sociedade burguesa, industrial e capitalista —, organiza as chamadas *Internacionais Operárias*, como forma de coordenar a luta operária em escala internacional. Falcom e Moura explicitam as disputas e limitações dos trabalhadores organizados na Associação Internacional dos Trabalhadores, que surgiu entre 1864 e 1876:

Ela [a 1a. Internacional] foi, porém, constantemente dilacerada pela luta de três tendências: o proudhonismo, defensor de um programa associacionista e educativo; o marxismo que advoga uma ação política do movimento operário com vistas à conquista do poder; e os anarquistas seguidores de Bakunin, que não admitiam a tomada do poder, pois pregavam a destruição de qualquer autoridade, inclusive do Estado, fosse ele conservador ou revolucionário.

No plano político nacional, criaram-se em quase todos os países europeus partidos social-democratas (socialistas), de alguma maneira ligados ao pensamento de Marx. Em geral eles assumiam uma linguagem revolucionária e pretendiam realizar, com o apoio dos trabalhadores, a revolução e instalar uma sociedade coletivista. Apesar deste programa radical, as necessidades táticas lançaram-nos à via eleitoral, com o que seus programas passaram a dar ênfase a reformas do regime eleitoral. Surgiram em decorrência duas correntes que tendiam a se distanciar cada vez mais: os reformistas (ou revisionistas), que acreditavam numa evolução gradual para o socialismo, em métodos parlamentares de luta política, abrigando inclusive algum sentimento nacionalista. Os radicais, por outro lado, acreditavam no agravamento dos antagonismos sociais e numa luta revolucionária para a tomada do poder, defendendo

uma posição internacionalista.¹

Pelo texto do autor, percebe-se que as divisões político-ideológicas já se faziam sentir nessa época, podendo-se resumi-las em três tendências: o socialismo utópico, o marxismo ou socialismo científico e o anarquismo. Ao mesmo tempo, o marxismo, desde então, se fracionava numa corrente mais radical e ortodoxa — via revolucionária —, e outra que constituiria a social-democracia, adepta das reformas graduais para atingir o socialismo pela via parlamentar.

Cabe lembrar que, entre 1921 e 1928, a Rússia preocupou-se com a edificação definitiva do socialismo, através dos planos quinquenais, que pressupunham o desenvolvimento da indústria de base, em detrimento da indústria leve e de consumo, a coletivização dos campos, a centralização do planejamento econômico, a organização de cooperativas e fazendas estatais. Com a morte de Lenin, em 1924, a disputa pelo poder entre Trotsky e Stalin e o afastamento daquele, juntamente com seus seguidores, inaugurou-se, na União Soviética, o stalinismo. O poder pessoal de Stalin e a burocracia foram impostos até 1953, com forte influência das teses stalinistas sobre todo o movimento socialista internacional até esta data.

O bloco socialista havia crescido significativamente após a II Grande Guerra. Inicialmente, na Europa Oriental, devido à presença do exército soviético em seu território, lutando contra a Alemanha de Hitler. Após a guerra, os soviéticos se impuseram nessa região, tendo os partidos comunistas dos países vizinhos se organizado com o apoio do exército soviético, em “frentes patrióticas”, para dirigir a política nacional, as quais logo se transformaram em governos provisórios, com tendência comunista. Dessa forma, os governos constituídos na Europa Oriental passaram a ter uma orientação pró-soviética, à exceção da Iugoslávia, primeiro país a marcar o rompimento do bloco socialista.

Em 1953, com a morte de Stalin, iniciou-se um processo de “desestalinização” que, na verdade, significava apenas algumas reformas de caráter liberalizante. Entretanto, na Europa, esse processo promoveu novas alterações no próprio movimento socialista, com operários e intelectuais procurando outras alternativas para consolidar o socialismo tanto no Leste quanto no Oeste desse continente.

Na Polônia, Hungria e Tchecoslováquia surgiram movimentos operários de resistência, sendo sufocados principalmente na Hungria e Tchecoslováquia (Primavera de Praga — 1968) pelas tropas soviéticas. Na Polônia, houve um acordo com os soviéticos em 1956.

¹ FALCON, F.J.C. et al. *A Formação do Mundo Contemporâneo*. 5 ed., Rio de Janeiro : Campus, 1983. p. 121-123.

Outros países tornaram-se comunistas, devido a revoluções ou imposições da URSS: na Europa Oriental, Sudeste Asiático, África e América Latina, após 1945. A China, após a revolução de Mao Tsé-tung, em 1949, optou pelo socialismo, mas rompeu com a URSS. Com a descolonização, vários países africanos ou asiáticos aderiram ao regime socialista, ora sob a esfera da China ora sob o jugo da URSS. Na América Latina, Cuba fez uma revolução socialista, instalando-se definitivamente o socialismo cubano em 1960; o Chile fez uma revolução sem revolução, elegendo um presidente socialista — Salvador Allende — em 1970, derrubado, mais tarde, com o apoio dos Estados Unidos; a Nicarágua viveu, em 1979, a revolução sandinista, ao mesmo tempo luta de libertação nacional e tentativa de construção de uma sociedade socialista.

O bloco capitalista, por sua vez, emerge da II Guerra sob a liderança dos Estados Unidos como superpotência. O Plano Marshal (que previa ajuda econômica aos países europeus ocidentais para recuperação imediata) e a OTAN — Organização do Tratado do Atlântico Norte (com objetivos defensivos), garantiram a recuperação da Europa Ocidental sem os riscos de opção pelo socialismo. Por suas posições estratégicas, a Alemanha Ocidental e o Japão conseguiram uma reconstrução fenomenal, no período pós-guerra, com o apoio dos Estados Unidos. Era fundamental torná-los um sustentáculo na contenção do socialismo. Em 1970, como nova forma de dominação, foi constituída a Comissão Trilateral — Estados Unidos, Alemanha Ocidental e Japão —, visando uma estratégia única de controle sobre o Terceiro Mundo. Temia-se o exemplo da OPEP na formação de cartéis que poderiam prejudicar o abastecimento de matérias-primas dos países industrializados do Primeiro Mundo.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, o surgimento de duas superpotências — Estados Unidos e União Soviética — traria novos desdobramentos para a história mundial, destacando-se a chamada Guerra Fria, através da qual as duas grandes nações não se enfrentam militarmente de forma direta, mas através de nações do Terceiro Mundo. Esse confronto surge como forma de reação, principalmente de norte-americanos e ingleses, contra o expansionismo comunista. Às medidas de contenção socialista, a União Soviética responde com a “sovietização” dos países da Europa Oriental, a organização do KOMINFORM — Comitê de Informação dos Partidos Comunistas e Operários e o Pacto de Varsóvia (aliança militar entre a Europa Oriental e União Soviética). Uma das áreas mais explosivas na tensão da Guerra Fria vem a ser a Alemanha, dividida posteriormente à guerra mundial em duas : República Democrática Alemã, socialista, e República Federal da Alemanha, capitalista.

O clima de histeria anti-comunista teve seu ponto alto nos Estados Unidos, com a política de “caça às bruxas”, coordenada pelo Senador McCarthy. Outro momento bastante tenso foi a Guerra da Coreia, que resultou na divisão

desta : o Norte, apoiado pela URSS e o Sul pelos Estados Unidos. Essa primeira etapa, bastante tensa, durante as décadas de 40 e 50 é seguida por outra — de 60 a 70 —, cujos esforços dão-se no sentido de que a luta bélica seja substituída pela luta econômica. É a fase da coexistência pacífica e da “détente” que, no entanto, não puderam evitar a guerra do Vietnã, que se estendeu ao Laos e ao Camboja, o envolvimento das duas grandes potências nas guerras de independência de Angola e Moçambique, o apoio norte-americano a Israel, a invasão soviética ao Afeganistão, o apoio a Somoza na Nicarágua e a cruzada contra o sandinismo, por parte dos Estados Unidos. É também a etapa de expansão de um novo modelo de imperialismo econômico, representado pelas multinacionais, que internacionalizam o processo de produção industrial. Aqueles dois últimos acontecimentos já ligados a uma outra etapa chamada de “nova” guerra fria — nos anos oitenta. Mais recentemente, a “débacle” do “socialismo real”, com o surgimento da Perestroika e da Glasnot, na União Soviética, seus reflexos sobre o socialismo internacional, e a queda do muro de Berlim — por um lado, frente às dificuldades próprias e internas dos países socialistas para se desenvolverem plenamente com uma economia fechada nos muros do socialismo e, por outro, no quadro de avanço do capitalismo monopólico, através de novas alternativas de manutenção pela difusão do neo-liberalismo e pela constituição de estados supra-nacionais (Mercado Comum Europeu, NAFTA, Mercosul, entre outros) — trouxeram novas transformações ao movimento socialista e operário internacional, que, muito provavelmente, já começam a ser analisadas por cientistas sociais e historiadores contemporâneos.

É nesse quadro de mudanças econômicas, sociais e políticas que os pesquisadores tentarão compreendê-las e explicá-las, analisando a viabilidade da transformação social. Dessa forma, surgem leituras diferenciadas na historiografia, que irão responder às próprias mudanças estruturais ocorridas no desenvolvimento do capitalismo, refletirão um regime de poder que estabelece um determinado regime de discurso, como dizia Foucault.

Assim, nesse primeiro item, tentou-se recuperar essas transformações históricas, pelo menos ao nível dos acontecimentos mais significativos da história mundial, com intuito de subsidiar a compreensão das relações de interferência desses episódios e, especialmente, perceber o quadro de mudanças, nos quais eles estavam inseridos, no processo de elaboração das diferentes correntes historiográficas, que tentaram (re) construir e explicitar a natureza e a dinâmica da “realidade” histórica.

No item 2.3, tentaremos compreender exatamente o quadro referencial que deu suporte a essas mudanças econômicas, políticas e sociais, a partir do final do século XIX, quando ocorre a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopólico, mas, antes, analisaremos o surgimento da teoria marxista como suporte fundamental à crítica científica da sociedade capitalista.

2.2. Nasce a crítica científica do capitalismo

*A história de toda a sociedade
até hoje é a história de luta de classes.
Marx*

A liberação humana do trabalho físico compulsório, pelo surgimento da maquinaria, possibilitaria a Marx a elaboração teórica mais sofisticada da realidade histórica, até então realizada, e a compreensão da categoria trabalho dentro de uma ótica nunca antes vista, e que passa a ser o centro de suas formulações.

O conceito de trabalho foi modificado em sua nova positividade; a palavra evoluiu, conforme aponta ARENDT, da:

mais humilde e desprezada posição ao nível mais elevado e à mais valorizada das atividades humanas, quando Locke descobriu que o trabalho era a fonte de toda a propriedade. Seguiu seu curso quando Adam Smith afirmou que o trabalho era a fonte de toda a riqueza, e alcançou seu ponto culminante no 'sistema de trabalho' de Marx onde o trabalho passou a ser a fonte de toda a produtividade e expressão da própria humanidade do homem (sem grifo no original).¹

É no contexto de consolidação da ordem burguesa, capitalista e industrial, na Europa do século XIX, do qual falamos no início do item anterior, e que produziu profundas transformações no mundo do trabalho, que se desenvolveu a teoria socialista, como uma reação aos princípios da economia política clássica e às práticas do liberalismo econômico, as quais, nesse período, serviam de referencial teórico ao desenvolvimento do capitalismo.

Ora, os fundadores do socialismo científico, a partir de suas análises críticas sobre a natureza e evolução do sistema capitalista, passaram a acreditar que a produção capitalista, constituída com base na propriedade privada dos meios de produção e na exploração do trabalho assalariado, era, por isso mesmo,

¹ ARENDT, Hannah. Citada por DECCA, Edgar de. **O nascimento das fábricas**. 7. ed., São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 8.

incapaz de socializar a riqueza produzida. Ao contrário, o regime capitalista tendia à máxima concentração de renda, não somente pelo avanço tecnológico aplicado à produção mas, especialmente, pela expropriação das riquezas produzidas pelos trabalhadores.

Marx e Engels, ao procurarem compreender a dinâmica do capitalismo, estudaram profundamente suas origens, as formas de acumulação prévia do capital, a consolidação da produção capitalista e as suas contradições. Apontaram a possibilidade inevitável de sua superação, o que, para eles, ocorreria na medida em que a dinâmica evolutiva do capitalismo, geraria, fatalmente, os elementos que o destruiriam e levariam a sua superação. Compreenderam, ainda, que a classe trabalhadora ao ser expropriada completamente dos seus meios de subsistência, e ao desenvolver a consciência histórica de sua situação, percebendo-se como classe revolucionária, poderia ter um papel decisivo na destruição da ordem capitalista.

É interessante destacar que para os dois teóricos do materialismo histórico, o socialismo seria apenas uma etapa intermediária para a sociedade comunista, onde se atingiria uma total igualdade entre os homens, pois não haveria mais a sociedade dividida em classes, nem a propriedade, nem o Estado, já que este era entendido como um instrumento da classe dominante. Essa era uma possibilidade concreta e viável, que deveria ser iniciada pela organização dos trabalhadores.

É a partir de 1843 que Marx — em contato com os socialistas utópicos — e Engels — por caminhos diversos — chegam a mesma conclusão, ou seja, a idéia que seria a mais dinâmica de sua teoria e que revolucionaria a historiografia desde então: a concepção do *proletário* enquanto classe mais explorada e, portanto, mais revolucionária; a única classe detentora da capacidade de emancipação da sociedade dividida em classes, cujo *papel histórico* consistiria em recuperar para os homens a plena realização individual e social — a ambicionada emancipação social e humana.

Tal emancipação — a libertação dos indivíduos das suas condições opressoras — só poderia ocorrer quando a mesma se desse em todos os níveis, e, entre eles, o da consciência. Só a educação, a ciência, a extensão do conhecimento e o desenvolvimento da razão — para a compreensão da dinâmica real da sociedade —, associada à experiência de classe, poderia conseguir tal objetivo — poderiam induzir à efetiva transformação das pessoas. A falta de atenção às necessidades sociais no campo da educação, característica dos primeiros anos da era capitalista, somada às dramáticas condições de trabalho da classe trabalhadora — acentuadas com a superexploração do trabalho infantil e feminino —, colocam a educação em primeiro plano a partir do desenvolvimento capitalista e industrial. Ela, na verdade, já estava presente nas propostas dos socialistas utópicos, que confiaram no ensino e na instrução como instrumento de transformação.

A educação e o ensino não aparecem na obra de Marx e Engels como tema próprio, mas surgem como afirmações conjunturais, sem perder de vista a generalidade seja do seu pensamento seja da circunstância histórica. Muitas dessas análises surgiram como uma crítica às situações que o capitalismo — e, mais especificamente, a manufatura — produziu. As críticas em geral têm como finalidade apontar uma sociedade futura — sem classes, na qual todos os cidadãos sejam iguais e não existam relações de dominação.

Dentre os temas que envolvem a educação e instrução, nas análises marxianas, um deles se destaca, constituindo o eixo sobre o qual se colocam as questões de ensino — a divisão do trabalho. Esse processo fundamental à implantação do modo de produção capitalista estabelece uma divisão radical entre os tipos de aprendizagem, proporcionando o prolongamento da divisão social e técnica, interferindo no desenvolvimento do indivíduo e constituindo-se no ponto central das relações de poder que produzem a exploração do trabalhador.

Historicamente a divisão do trabalho é exigida pelo processo manufatureiro e industrial. O desenvolvimento da máquina incorpora as habilidades técnicas e os conhecimentos que antes eram detidos exclusivamente pelo trabalhador. Assim, o conhecimento, a ciência e a técnica passam a ser de propriedade do capital e não mais do trabalhador. Conforme nos informa Engels:

Vigiar máquinas, reatar fios quebrados, não são atividades que exijam do operário um esforço de pensamento mas, além disso impedem-no de ocupar o espírito com outros pensamentos. Já vimos, igualmente, que este trabalho somente deixa lugar à atividade física, ao exercício dos músculos. Assim, a bem dizer, não se trata de um trabalho, mas de um aborrecimento total, o aborrecimento mais paralizante, mais deprimente possível - o operário de fábrica está condenado a deixar enfraquecer todas as forças físicas e morais neste aborrecimento ...e se quiser repousar, mesmo momentaneamente, o contramestre cai-lhe logo em cima com multas. E o operário bem sente que está condenado a ser enterrado vivo na fábrica, e vigiar sem cessar a infatigável máquina é a tortura mais penosa possível. De resto, exerce um efeito extremamente embrutecedor tanto sobre o organismo como sobre as faculdades mentais do operário. ... e, se apesar de tudo, os operários não só salvaram a sua inteligência, mas também a desenvolveram e aguçaram mais do que os outros, isso apenas foi possível pela revolta contra sua sorte e contra a burguesia.²

Dessa questão surge uma dúvida : se de um lado a divisão social do trabalho constitui-se no ponto chave da luta de classes, ao permitir a exploração

² ENGELS, F. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. Cap. Os diferentes ramos da indústria: os operários de fábrica propriamente ditos. In: MARX e ENGELS. *Textos sobre Educação e Ensino*. São Paulo: Ed. Moraes, 1983. p.24.

através da apropriação dos meios de produção, da ciência e da cultura, de outro, é ela o fundamento da limitação do desenvolvimento do indivíduo? Ao limitar seu conhecimento impede-se o desenvolvimento de sua capacidade criadora?

Em princípio essa é uma questão complexa : se é verdade que com o desenvolvimento industrial, a ciência e a técnica se incorporam à máquina, é também correto que esse desenvolvimento exigiu, além da qualificação de trabalho, a formação de um homem trabalhador, disciplinado às exigências do capital, o que, por sua vez, produziu o surgimento e a consolidação do sistema escolar institucionalizado. Não é por outra razão que esse sistema começa a consolidar-se no século XIX. Com o desenvolvimento do maquinismo é afetada a força de trabalho nas suas habilidades técnicas, mas não na sua capacidade criadora, como se poderia pensar. Prova disso são os índices de analfabetismo, que se reduzem significativamente nas sociedades agrárias, à medida de sua industrialização, bem como a mudança radical da fisionomia cultural das sociedades e o próprio desenvolvimento das forças produtivas.

Nesse sentido, as afirmações marxianas e engelsianas constituem-se menos em anacronismo e nostalgia do passado pré-manufatureiro que numa postura crítica ao capitalismo e as suas contradições, apontando as possibilidades de desenvolvimento para a sua superação.

Marx e Engels produziram sua obra num momento de reduzido desenvolvimento das forças produtivas, quando a produtividade dependia do aumento do trabalho simples, perda da capacidade artesanal e da extensão do trabalho infantil e feminino em condições de vida inferiores às das sociedades agrárias. Porém, não ignoravam que esta era uma situação transitória e que o desenvolvimento cultural era necessário para a posterior consolidação e desenvolvimento das forças produtivas.

Várias passagens de suas obras, sobretudo quando tratam das leis fabris, abordam a exploração do trabalho infantil e a necessidade da educação elementar. Vejamos algumas delas:

Nós consideramos que a tendência da indústria moderna, em fazer cooperar as crianças e os adolescentes de ambos os sexos na grande obra da produção social como um processo legítimo e saudável, qualquer que seja a forma em que se realize sob o reino do capital, é simplesmente abominável....

Seria ótimo que as escolas elementares iniciassem a instrução das crianças antes dos nove anos. Porém, por agora, só nos preocupamos com antídotos absolutamente indispensáveis para resistir aos efeitos de um sistema social que degrada o operário até o ponto de transformá-lo em um simples instrumento de acumulação de capital e que fatalmente converte os pais em mercadores de escravos de seus próprios filhos. Os direitos das crianças e dos adultos terão de ser defendidos, já que não podem fazê-los eles próprios. Daí o dever da sociedade de combater em seu nome....

O trabalhador individual não atua livremente. Muitas vezes é demasiadamente ignorante para compreender o verdadeiro interesse de seu filho nas

condições normais do desenvolvimento humano. No entanto, *o setor mais culto da classe operária compreende que o futuro de sua classe e, portanto da humanidade, depende da formação da classe operária que há de vir.* Compreende, antes de tudo, que as crianças e os adolescentes terão de ser preservados dos efeitos destrutivos do atual sistema. *Isto será possível mediante a transformação da razão social em força social e, nas atuais circunstâncias, só podemos fazê-lo através das leis gerais impostas pelo poder do Estado ... A classe operária ... fará do poder dirigido contra ela, seu agente. ...*

Partindo disto, afirmamos que a sociedade não pode permitir que pais e patrões empreguem, no trabalho, crianças e adolescentes, a menos que *se combine este trabalho produtivo com a educação.*

Por educação entendemos três coisas :

1. Educação intelectual.
2. Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica e militares.
3. Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais.

A divisão das crianças e adolescentes em três categorias, de nove a dezoito anos, deve corresponder um curso graduado e progressivo para sua educação intelectual, corporal e politécnica... Essa combinação ... elevará a classe operária acima dos níveis das classes burguesa e aristocrática.³

Neste longo trecho, podemos destacar uma série de questões interessantes. Primeiro, o discurso marxiano é filho do seu tempo. As necessidades colocadas estão articuladas com o nível de desenvolvimento das forças produtivas à época. Segundo, uma clara defesa da formação do trabalhador, através da educação, como um instrumento de resistência, portanto revolucionário, aparece explícita na “transformação da razão social em força social”. Terceiro, a categoria do intelectual orgânico da classe operária, sistematizada por Gramsci, aqui já aparece nitidamente, quando fazem referência ao “setor mais culto da classe operária” e ao uso inteligente das condições reais, embora limitadas pelo poder do Estado. Quarto, a educação intelectual, somada à educação corporal e tecnológica, serve não apenas aos interesses de desenvolvimento do trabalhador, de sua consciência e força social, mas nessa composição está implícita a marca das exigências do próprio desenvolvimento do capitalismo, que necessita da ciência, do conhecimento, da técnica, da razão e da disciplina, ou seja, de fatores que permitem a sua reprodução.

Em outra passagem, quando realiza a crítica à maquinaria e à indústria moderna e fala da variação dos trabalhos e, em consequência, do aumento da versatilidade do trabalhador, Marx deixa ainda mais claro o papel revolucionário da educação, das contradições para a superação da sociedade, bem como da

³ MARX, Karl. Instruções aos Delegados do Conselho Central Provisório, AIT, 1868. In: MARX e ENGELS. *Textos* ... 1983. p.p. 59-60.

persistente capacidade criadora do homem, a despeito das condições de exploração :

Torna questão de vida e morte substituir a monstruosidade de uma população operária miserável disponível, mantida em reserva para as necessidades flutuantes da exploração capitalista, pela necessidade absoluta do ser humano para as necessidades variáveis do trabalho; *substituir o indivíduo parcial, mero fragmento humano que repete sempre uma operação parcial, pelo indivíduo integralmente desenvolvido* para o qual as diferentes funções sociais não passariam de formas diferentes e sucessivas de sua atividade. *As escolas politécnicas e agrônômicas são fatores desse processo de transformação que se desenvolveram espontaneamente na base da indústria moderna; constituem também fatores dessa metamorfose as escolas de ensino profissional onde os filhos dos operários recebem algum ensino tecnológico e são iniciados no manejo prático dos diferentes instrumentos de produção.* A legislação fabril arrancou ao capital a primeira e insuficiente concessão de conjugar a instrução primária com o trabalho na fábrica. Mas, não há dúvida que a conquista inevitável do poder público pela classe trabalhadora trará a adoção do ensino tecnológico, teórico e prático nas escolas dos trabalhadores. Também não há dúvida que a forma capitalista de produção e as correspondentes condições econômicas dos trabalhadores se opõem diametralmente a esses fermentos de transformação e ao seu objetivo, a eliminação da velha divisão do trabalho. Mas, o desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção é o único caminho de sua dissolução e do estabelecimento de uma nova forma. A máxima da sabedoria do artesanato, “sapateiro não passes do sapato”, tornou-se mera sandice no dia em que o relojoeiro Watt inventou a máquina a vapor, o barbeiro Arkwright o tear, o artífice de ourivesaria Fulton o navio a vapor.⁴

Vejamos, agora, um pouco da obra geral de Marx e Engels, no que se refere à constituição dos princípios que deram origem à teoria marxista e à teoria da revolução. O *Manifesto do Partido Comunista*, escrito a pedido da Liga Comunista, já significava uma guinada na história do socialismo e do movimento operário, traduzindo cientificamente o mundo que queriam transformar. Essa nova leitura da realidade vai sendo aperfeiçoada nas obras seguintes, culminando com a elaboração de algumas teses essenciais, que passariam a fundamentar a teoria marxista : a tese do *materialismo histórico*, onde se estabelece que os acontecimentos históricos são determinados pelas condições materiais-econômicas da sociedade, a história é “criação do homem pelo homem através do trabalho e confronto com o mundo”⁵; a tese do *materialismo dialético*, onde se indica o método para compreender a dinâmica das transformações; a tese da *luta*

⁴ MARX, Karl. O Capital, I., 4 c. 13. A maquinaria e a indústria moderna, 9, Legislação fabril inglesa, suas disposições relativas à higiene e à educação, a sua generalização e toda produção social. In : MARX e ENGELS. Textos ... 1983. p.p. 69-70.

⁵ MARX, Karl. Manuscritos de 1844 : Economia Política e Filosofia. Citado por BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. As escolas históricas. Trad. Ana Rabaça. Portugal : Europa-América, 1983. p. 154.

de classes, onde se aponta o conflito permanente entre exploradores e explorados, determinando as classes em função de sua posição no modo de produção capitalista; a tese da *mais valia*, onde se demonstra a maneira pela qual o trabalhador é explorado na produção capitalista, a qual resulta na tese do *fetiche* da mercadoria e da *alienação*, próprios do sistema capitalista, em que se dá a *reificação* do produto e do produtor. O trabalhador está “a respeito de seu trabalho na mesma relação que a respeito de um objeto estranho”.⁶

A teoria do materialismo histórico ou teoria marxista, expressa em várias obras, foi claramente formulada no *Manifesto do Partido Comunista*, em 1848; posteriormente, melhor acabada na obra fundamental de Marx — *O Capital* e, especialmente, nas chamadas obras históricas de Marx — *O Dezoito Brumário*, *As Lutas de Classe na França* e *A Guerra Civil na França*.

Para essa teoria, o que distingue os homens de outros seres vivos é que aqueles produzem seus meios de sobrevivência condicionados por uma determinada forma de relação social de produção. O que são é resultado das condições materiais de sua produção.

Em *A Ideologia Alemã*, Marx já anunciava todo o arcabouço teórico da concepção materialista da história, na qual estava preocupado em:

expor o processo real de produção, partindo da produção material imediata; e em conceber a forma de intercâmbio conectada a este modo de produção (ou seja, a sociedade civil em suas diferentes fases) como o fundamento de toda a história apresentando-a em sua ação enquanto Estado e, explicando a partir dela o conjunto dos diversos produtos teóricos e formas de consciência — religião, filosofia, moral, etc., assim como em seguir seu processo de nascimento a partir desses pressupostos; o que permite então naturalmente expor a coisa toda em sua totalidade (e também, por isso mesmo examinar a ação recíproca entre esses diferentes aspectos).⁷

Na sexta tese sobre Feuerbach,⁸ Marx estabelece que a essência do homem é o conjunto das relações sociais. Logo, a condição biológica do homem é condição necessária, mas não suficiente. Na verdade, a humanização do “natural” só se dá no seio da sociedade e por ela, através do trabalho, das relações sociais de produção. A premissa da história da humanidade é a existência real do homem, sua ação e condições de vida. É esse o pressuposto fundamental do materialismo histórico.

Em outras palavras, em cada momento histórico, os homens para produzirem utilizam-se de dadas forças produtivas, as quais coincidem com

⁶ MARX. *Ibid.*, p. 154.

⁷ MARX; ENGELS. *A Ideologia Alemã*. Trad. José Carlos Bruni; Marco Aurélio Nogueira. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1984. p. 55-56.

⁸ MARX; ENGELS. *A Ideologia ...*, 1989. p. 95.

determinadas relações sociais de produção. O conjunto da produção material com as correspondentes relações sociais constituem o modo de produção, o qual se identifica com a sociedade civil — a esfera das relações econômicas, onde se tecem os interesses particulares. É a sociedade civil o fundamento de toda a história.

Por outro lado, as relações sociais de produção, que num dado momento histórico apresentam-se como condições de viabilização da produção material, num outro momento, podem converter-se em travas desta produção, face ao desenvolvimento superior das forças produtivas. Nesse instante, as relações sociais vigentes podem ser substituídas por outras mais coerentes com as novas forças produtivas desenvolvidas.

É dessa forma que se dá a luta de classes, entre as classes que pertenciam à velha forma de produzir e as novas classes identificadas com as novas forças produtivas. É em um dos escritos de Engels que a questão da luta de classes e do papel do proletariado na superação da sociedade capitalista fica bem clara (embora ele fizesse questão absoluta de afirmar que a idéia era de Marx):

em cada época histórica a produção econômica e a estrutura social que dela decorre constituem a base da história política e intelectual dessa época; que conseqüentemente (desde a dissolução da antiga posse em comum da terra, toda a história tem sido uma história de luta de classes, de luta entre classes exploradas e classes exploradoras, entre classes dominadas e classes dominantes, nos diferentes estágios do desenvolvimento social; que essa luta, porém, atingiu atualmente um estágio em que a classe explorada e oprimida (o proletariado) não pode mais se libertar da classe exploradora e opressora (a burguesia) sem libertar ao mesmo tempo e para sempre toda a sociedade da exploração, da opressão e das lutas de classes — essa idéia fundamentalmente pertence única e exclusivamente a Marx.⁹

A contradição que se dá com as forças produtivas mais avançadas e as antigas relações de produção aparecem como antagonismo de classes.¹⁰ O modo de produção capitalista é a síntese que se produz nos escombros do feudalismo. Esse movimento dialético, traduzido na luta de classes, é considerado por Marx e Engels o motor da história. Assim, na sociedade de mercadorias, vamos encontrar uma relação contraditória, constituída pelo burguês — detentor do capital —, e pelo proletário, que só tem de si a sua força de trabalho para vender. Dessa forma, os dois teóricos enfatizam a incidência da *divisão social do trabalho* no desenvolvimento histórico. Primeiro, a divisão do trabalho se baseia exclusivamente na diferença entre os sexos e, posteriormente, na diferença de força física entre os sexos. Com a separação entre cidade e campo aparecem as

⁹ ENGELS. Prefácio à Edição Alemã de 1883 do Manifesto Comunista. In : ENGELS; MARX. *Manifesto* ... , p. 45.

¹⁰ Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, F. ENGELS (1984) expõe essa questão com muita clareza.

diferenças sociais. À medida que a produção se separa da atividade comercial acentua-se a divisão social do trabalho, a qual avança ainda de forma mais acelerada com a separação do *trabalho manual* e *trabalho intelectual*. Este passa a constituir-se uma função privilegiada de um restrito segmento da classe dominante, cuja tarefa é pensar e dirigir a sociedade.

Para Gorender, à medida em que isso ocorre a consciência de classe dominante se *entifica* na idéia de uma *consciência substantivada*, tornando-se a ideologia dominante.

A consciência entificada se imagina ser algo mais e algo distinto da prática existente. (...) Desde este instante acha-se a consciência entificada em condições de emancipar-se (ficticiamente do mundo e entregar-se à criação da teoria 'pura'(...)). Perde-se de vista o substrato material de tais criações e são elas que parecem propulsoras do desenvolvimento de uma consciência 'falsa' forjada nas necessidades de convivência social e de explicação da realidade sob a ótica de uma determinada classe social, no contexto de dadas condições de vida material. ¹¹

É essa idéia de ilusão da realidade que Marx, em suas primeiras obras, coloca como ideologia e que entende pertencer ao nível da superestrutura; ideologia enquanto representação da realidade sob o prisma de uma determinada classe social, no contexto das condições de produção que lhe definem uma dada posição e determinadas relações com as outras classes. Entre 1843 e 1844, depois da leitura de historiadores franceses e dos economistas ingleses, Marx e Engels elaboram *A Ideologia Alemã*, só publicada em 1933, onde, para acertar contas com a sua consciência filosófica de outrora, formulam uma crítica rigorosa de Hegel e dos jovens hegelianos. Nas Teses sobre Feuerbach, primeira parte desta obra, mostram que o hegelianismo toma as construções imaginárias por realidades concretas. “Em qualquer ideologia, os homens e suas relações aparecem-nos colocados com a cabeça em baixo, como numa câmara escura”. (...) “Na imaginação dos jovens hegelianos, as relações dos homens, todos os seus feitos e gestos, são produto da sua consciência”. ¹² Ao contrário, para Marx e Engels, numa perspectiva anti-idealista, a elaboração das idéias está diretamente relacionada com as condições materiais de produção da vida:

A produção das idéias, das representações e da consciência está em primeiro lugar, diretamente e intimamente ligada à atividade material dos homens (...) Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. (...) São os homens que são produtores das suas representações, das suas idéias, mas os homens reais atuantes, tal como são condicionados por um desenvolvimento

¹¹ GORENDER. Op. cit. , p. XXV.

¹² MARX; ENGELS. *A Ideologia...* , citado por BOURDÉ. Op. cit. , p. 165.

determinado da sua força produtiva e das relações que lhe correspondem. ¹³

De um conceito limitado à superestrutura, identificando a ideologia ora com o caráter restrito à filosofia e ao sistema hegeliano, ora com a produção das idéias ou das representações pelos homens ativos, num sentido, portanto, mais amplo, que engloba todas as formas ideológicas (representações, discursos, teorias produzidos, num dado momento histórico, pelas instituições jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, culturais, religiosas), em outras obras, o conceito confunde-se com a idéia de “falsa consciência” ou de um “conhecimento imperfeito” sobre a realidade, ou, ainda, de uma visão de mundo e um sistema de valores para justificar a exploração. Assim, em *A Guerra dos Camponeses*, Engels diz :

Os ideólogos só vêm na revolução de 1789 um debate um pouco violento sobre as vantagens da monarquia constitucional em relação à monarquia absoluta (...); na revolução de 1848, uma tentativa de resolver a questão: república ou monarquia" (...) [ou ainda] "A soberania da teologia em todo o domínio da atividade intelectual era (...) a consequência necessária da situação da Igreja, síntese mais geral e sanção da dominação feudal. ¹⁴

Nas Teses sobre Feurbach, Marx entende a ideologia como um sistema de valores que o grupo dominante impõe sobre toda a sociedade: os pensamentos da classe dominante são também os pensamentos dominantes de cada época. A classe que dispõe dos meios de produção material detem ao mesmo tempo os meios de produção intelectual.

Marx e Engels consideravam a teoria do materialismo histórico como a única capaz de realizar a reconstrução científica da realidade social e, ao mesmo tempo, interpretavam-na como a teoria, por excelência, representativa dos interesses do proletariado. Implicitamente, isso tinha um significado: o proletariado era capaz de se libertar da ilusão ideológica e formular uma leitura objetiva da realidade, no sentido de sua transformação.

Analizando a formação social das ideologias, Marx e Engels revolucionaram a teoria política: o Estado deixa de ser interpretado como órgão representativo dos interesses comuns, passando a ser entendido como representante dos interesses de uma determinada classe — a classe dominante. Na verdade, segundo Engels, o Estado nada mais é “do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra.” ¹⁵

¹³ Ibid, p.165.

¹⁴ ENGELS, Friedrich. *A guerra dos camponeses*. Citado por BOURDÉ. Op. cit. , p. 168.

¹⁵ ENGELS, Friedrich. Introdução à edição de 1891 de MARX. *A guerra civil na França*. Apres. Antonio Roberto Bertelli. São Paulo : Global , 1986. p. 29.

Da mesma forma que o Estado é uma entidade da classe dominante, as idéias que dominam cada época histórica são também as idéias da classe dominante, que passam a ser incorporadas inclusive pelas classes dominadas. Elabora-se a ilusão histórica de que o determinante em cada época são as idéias abstratas e não os interesses materiais de determinada classe: honra e lealdade, nas sociedades aristocráticas; igualdade e liberdade, na sociedade burguesa.

Por outro lado, para Marx, as lutas de classe tomam o caráter de lutas políticas, visando o controle do aparelho do Estado, enquanto poder representativo da sociedade civil.

Nesse sentido, para implantar sua dominação a classe proletária deve começar pela conquista do poder do Estado, visando apresentar seus interesses como interesses gerais, com vistas a uma sociedade sem classes, abolindo toda forma de exploração. O proletário, na verdade, para Marx, evidencia seu caráter revolucionário por contrapor-se à classe dominante não apenas como outra classe, mas como uma classe representativa dos interesses da massa da sociedade.

Em carta a Annenkov, Marx explica que no capitalismo plenamente desenvolvido as lutas de classe chegam a um estágio em que o proletariado não pode libertar-se sem, ao mesmo tempo, emancipar toda a sociedade da divisão de classe. E, analisando as greves e alianças operárias, elaborará a diferenciação entre estas, de acordo com o seu nível de organização, explicitando:

(...) as condições econômicas, inicialmente transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Esta massa, portanto, já é, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é *para si* mesma. No curso da luta, esta massa se reúne, se constitui em classe *para si* mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. ¹⁶

Aqui está a definição marxista de *classe em si*, determinada pela posição do trabalhador nas condições estruturais, ou seja, um grupo humano ou extrato social determinado pelo seu estatuto econômico; e de *classe para si*, quando a conscientização de sua condição na sociedade o torna verdadeiramente uma classe, quando, descobrindo uma solidariedade entre seus membros, toma consciência de seus interesses coletivos, possibilitando-lhe um papel revolucionário.

Embora não tenha elaborado uma teoria das classes sociais, o conceito de classe desempenha um papel fundamental na teoria marxista e, segundo Bourdieu ¹⁷, Marx em suas obras apenas esboçou uma sociologia das classes, que

¹⁶ MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. Trad. José Paulo Netto. São Paulo : Ed. Ciências Humanas, 1982. p. 159.

¹⁷ BOURDIEU. *As escolas* ..., p. 163-164.

esse autor sintetiza em algumas “noções-chave”: 1. uma classe supõe a dupla referência a um critério econômico: a posição no modo de produção; e a um critério psicológico e político: a tomada de consciência; 2. deve-se considerar a estrutura de classe de uma sociedade na medida em que as classes existem sobretudo pelas suas relações recíprocas e não a classe em si isoladamente; 3. as lutas de classe determinam os conflitos políticos, mas não se deve reduzi-los ao nível social, cada qual tem uma relativa autonomia de funcionamento; 4. os grupos sociais nas sociedades pré-capitalistas podem ter a aparência de classes, mas não têm as mesmas funções, características e comportamentos das classes nas sociedades capitalistas.

Outro aspecto a destacar é que tanto o *Manifesto do Partido Comunista* quanto *As Lutas de Classe na França (1848-1850)*, *O Dezoito Brumário* e *A Guerra Civil na França*, trazem a hipótese da transformação da revolução democrático-burguesa (em seguimento, na época) em uma revolução permanente. Os socialistas daquele tempo acreditavam que seria possível passar de uma *etapa liberal* — democrática da revolução — para uma *etapa socialista*, bastando, para isso, a radicalização, conforme explica Hobsbawm:

(....) a perspectiva de 48 baseava-se na hipótese, que viria revelar-se correta, de que a crise dos velhos regimes levaria a uma vasta revolução social; e também na hipótese, que depois se revelaria equivocada de que o desenvolvimento da economia capitalista teria avançado tanto a ponto de tornar possível, como resultado de tal revolução, a vitória do proletariado.¹⁸

Por outro lado, o *Manifesto* ao mesmo tempo que aponta o proletariado como o sujeito revolucionário, apresenta-o como vítima do capitalismo, condenado à pauperização progressiva. Para Marx e Engels, na verdade, quanto mais a burguesia trabalhar no sentido do desenvolvimento do capitalismo mais conduzirá o trabalhador para a miséria, e, conseqüentemente, estará contribuindo para fazer processar-se a revolução, conforme diriam: “produzindo seus próprios coveiros.(...) O desenvolvimento da grande indústria abala sob os pés da burguesia a própria base sobre a qual ela produz e se apropria dos produtos.”¹⁹

Os trabalhadores forçados à pauperização, mas concentrados em massa pelo capitalismo e atraídos em diversas ocasiões como aliados políticos, acabariam conscientizando-se de sua força. Por outro lado, nada tendo de seu para salvaguardar fundariam sua dominação com a derrubada da burguesia. Porque a classe trabalhadora, se chegasse ao poder como alcançara antes a burguesia, não iria simplesmente substituir a outra classe, mantendo privilégios

¹⁸ HOBBSBAWN, Eric. Aspectos Políticos da Transição do Capitalismo para o Socialismo. In : *História do Marxismo*. Trad. Carlos Nelson Coutinho; Nemésio Salles. Rio de Janeiro : Paz e Terra, V. 8. p. 319.

¹⁹ ENGELS; MARX. *A ideologia ...*, 1984. p.78.

para ela própria, parece, jamais se cogitou.

É ainda, no Manifesto, que Marx e Engels falam da universalidade do proletariado para a concretização da *revolução mundial*. Consideram que o passo inicial é a elevação do proletariado à categoria de classe dominante, que, após medidas revolucionárias, modificaria radicalmente o modo de produção, abolindo a propriedade e as relações burguesas de produção e extinguindo, portanto, a sociedade de classe.

Nos Princípios do Comunismo, contidos no Manifesto, Engels deixa claramente observado o caráter mundial do capitalismo e da revolução, assim como o aspecto determinante do desenvolvimento das forças produtivas para a sua superação:

A grande indústria, ao criar o mercado mundial, uniu todos os povos da terra, e principalmente os povos civilizados, a tal ponto que cada povo depende daquilo que ocorre com os demais. Além disso, a grande indústria nivelou em todos os países civilizados o desenvolvimento social, a tal ponto que em todos eles a burguesia e o proletariado tornaram-se as duas classes decisivas da sociedade e a luta entre essas duas classes tornou-se a principal luta de nossos dias. Por isso, a revolução comunista não será uma revolução nacional, mas ocorrerá simultaneamente em todos os países civilizados, quer dizer, pelo menos na Inglaterra, na França e na Alemanha. Irá se desenvolver (...) de acordo com o maior ou menor desenvolvimento da indústria, a maior ou menor acumulação de riquezas e a maior ou menor massa de forças produtivas que possua cada um deles.²⁰

Contudo, a história se satisfaz pregando peças: a revolução proletária, cujo êxito Marx e Engels acreditavam iminente, não se realizara. Marx, em *As Lutas de Classe na França (1848-1850)*, já num tom contido, diante da prosperidade econômica alemã, aponta a inviabilidade da revolução naquele momento: “Com esta prosperidade geral em que as forças produtivas da sociedade burguesa desenvolvem-se com toda a exuberância permitida pelas condições burguesas, não se pode falar em verdadeira revolução”.²¹

Da mesma forma, Engels, na Introdução de *As Lutas de Classe na França*, edição de 1895, ajudado pelo distanciamento do tempo, indica uma melhor apreciação dos acontecimentos, o que inclusive ocorrera com Marx, segundo ele, após estudos econômicos sobre os dez últimos anos, realizados em 1850, quando pôde verificar com toda a clareza o que então acontecera definitivamente, ou seja :

que a crise de comércio mundial, ocorrida em 1847, fora a verdadeira mãe das revoluções de fevereiro e março, e que a prosperidade industrial, que voltara pouco a pouco,(...) foi a força vivificante na qual a reação européia hauriu renovado vigor.

²⁰ Ibid., p. 115-116.

²¹ Ibid., p. 97.

(....) Não é possível uma nova revolução senão em consequência de uma nova crise. Mas esta é tão certa quanto aquela.²²

Nesse trecho, podemos observar que, segundo a tese marxiana, a revolução para sua eclosão necessitaria de um período de crise, em que o proletariado consciente de sua situação e, aproveitando as condições de insatisfação geral poderia encontrar campo mais propício para o processo revolucionário que deveria dirigir.

Engels, por outro lado, destaca nessa mesma Introdução dois aspectos interessantes sobre a atuação do proletariado na ação revolucionária: 1) a questão de que o poder relaciona-se com a propriedade privada, e que esta não foi questionada pelo proletariado em 1848 e, 2) que, portanto, só dessa forma o proletariado poderia ter dado um objetivo determinado a sua luta, o que seria possível, já que existia uma teoria única fornecida por ambos — Marx e Engels.

Discorrendo sobre as revoluções que a história da humanidade realizara, Engels mostraria que essas foram sempre revoluções de minorias contra outras minorias, que, para alcançar êxito nos processos revolucionários, envolvem, numa primeira fase, a imensa maioria do povo oprimido — na defesa dos interesses da minoria revolucionária, como se esses fossem interesses comuns —, implantando uma nova forma de dominação tão logo alcancem seus objetivos. Essas características pareciam aplicáveis também à revolução do proletariado por sua emancipação, porque, em 1848, eram muito poucas as pessoas que tinham consciência clara do caminho a seguir após a vitória. As massas ainda tinham um sentimento muito vago de sua situação econômica. Mas, tratava-se, naquele momento, não da defesa de interesses de uma minoria, mas da legítima defesa de interesses da maioria, e, portanto, acreditava-se na possibilidade de transformação de uma revolução de minoria em uma revolução da maioria.

Mas a história vai desmenti-los mais uma vez, como diria Engels, e fora exatamente o desenvolvimento do capitalismo, a revolução industrial que, se disseminando pela Europa, rompera com os resquícios ainda persistentes da fase pré-capitalista e manufatureira, frustrando aqueles anseios revolucionários. A história, caprichosa, iria demonstrar que o capitalismo estava longe de esgotar as suas possibilidades de expansão; ao contrário, encontrava-se apenas em sua fase inicial, e, como consequência, não seria eliminado.

Contudo, foram essas mesmas razões que levaram à destruição das formas econômicas já ultrapassadas, liberando o livre desenvolvimento da exploração capitalista e das duas novas classes — a burguesia e o proletariado. Como diria Engels:

²² ENGELS, Friedrich. Introdução à edição de 1985. In : MARX, Karl. *As lutas de classes na França* (1848-1850). Apres. Roberto Antonio Bertelli. São Paulo : Global, 1986. p. 31.

(....) precisamente essa revolução industrial é que pela primeira vez lançou luz em toda parte sobre as relações de classes, suprimiu grande quantidade de formas intermediárias provenientes do período manufatureiro, e na Europa Oriental, saídas das próprias corporações, gerando uma verdadeira burguesia e um verdadeiro proletariado da grande indústria e empurrando-os para o primeiro plano do desenvolvimento social. No entanto, é apenas nesse momento que a luta dessas duas classes — que em 1848, fora a Inglaterra, só se dera em Paris e, no máximo, em alguns centros industriais — ampliou-se a toda a Europa assumindo uma intensidade impossível de se imaginar naquele ano. ²³

Se de um lado o desenvolvimento do capitalismo e da revolução industrial consolidou as duas classes antagônicas — a burguesia e o proletariado —, é preciso entender por que não foi possível a radicalização revolucionária a ponto de levar o proletariado ao poder. Já havia uma teoria que permitia a compreensão da natureza do sistema econômico e, no entanto, em 1851, dá-se a vitória de Luís Bonaparte.

Entretanto, o próprio desenvolvimento do bonapartismo propiciaria as condições para o desenvolvimento da consciência do proletariado. A preocupação fundamental de Napoleão III será uma política expansionista, que implicava em constantes guerras com as demais potências européias, o que levaria a política externa de Napoleão III à derrota final de Sedan, em 1870, na guerra franco-prussiana.

Na França, o bonapartismo já não exercia nenhum encanto. Os operários franceses tinham compreendido a enormidade de seu erro em dar seu voto a ele em 10 de dezembro de 1848. Napoleão III não era o imperador das massas populares, mas, ao contrário, favorecia os estratos superiores da população.(....) Sob Napoleão, os camponeses franceses não foram maltratados como os operários, mas também para eles o império era uma desilusão. ²⁴

O bonapartismo não satisfazia à burguesia liberal, nem aos camponeses e nem mesmo ao operariado, tornando o capitalismo francês cada vez mais isolado internacionalmente. Entretanto, a grande efervescência política interna foi decorrência exatamente dos fracassos expansionistas napoleônicos. Por um lado, a burguesia liberal tratava de fortalecer-se para se livrar de tão incômodo governante; e o proletariado, por sua vez, liberto das amarras da burguesia (o fracasso de 1848 proporcionara uma distinção nítida entre a *democracia burguesa revolucionária* e a *democracia proletária revolucionária*), desenvolvia-se de forma cada vez mais independente.

²³ Ibid. p. 35-36.

²⁴ ROSENBERG, Arthur. Democracia e Socialismo : história política de los últimos ciento cincuenta años (1789-1937). In : Cuadernos de Pasado y Presente, n. 86, Córdoba. Citado por BERTELLI, A. R. In : MARX. As lutas de ..., p. 20-21.

Exatamente nessa década de sessenta, as condições de mudanças estruturais permitiriam uma transformação significativa na forma de ação e organização da classe operária europeia: em 1863, Lassale cria a Associação Operária Alemã; em 1864, é constituída a I Internacional, em Londres, e os operários ingleses, em 1867, conquistam o direito ao sufrágio universal. Em toda a Europa formam-se movimentos operários independentes, lançando-se as bases do movimento social democrata, que surgiria como uma forma de luta da classe operária europeia.

Por outro lado, é na famosa e polêmica Introdução de 1895 que Engels ressaltava uma outra questão interessante para a compreensão dos desdobramentos do movimento operário : o formidável fortalecimento econômico permitiu a formação de exércitos profissionais. Não era mais possível aos camponeses e operários lutarem através da formação de milícias populares não-profissionais contra os poderosos exércitos profissionalizados.

A situação histórica do capitalismo e da classe operária, em 1895, era bem diferente daquela das lutas de classes na França e na Europa, exigindo novas formas de luta. Engels vai explicar que:

A guerra de 1870-1871 e a derrota da Comuna tinham, como predissera Marx, transferido provisoriamente da França para a Alemanha o centro de gravidade do movimento operário europeu.(....) Na Alemanha, (....) onde a indústria favorecida pelo maná dos bilhões franceses desenvolvia-se a um ritmo cada vez mais acelerado, a social democracia crescia com rapidez e obtinha êxitos maiores do que antes. Graças à inteligência com que os operários alemães utilizaram o sufrágio eleitoral instituído em 1866, o crescimento espantoso do Partido surgiu abertamente aos olhos do mundo inteiro em cifras indiscutíveis. ²⁵

Essa, aliás, foi a questão que deu origem à famosa polêmica de tal Introdução: o uso que o operariado alemão soube fazer do sufrágio eleitoral, mesmo nos termos da limitada democracia junker burguesa alemã, como um novo estágio na luta de classes, decorrente das mudanças sofridas pelo capitalismo.

Engels não propunha a substituição da tradicional forma de luta revolucionária e violenta pelo parlamentarismo, como mal interpretado e utilizado que foi pela social-democracia alemã e pelos reformistas daquela época e, posteriormente, no século XX. Porém, sua análise já considerava as transformações econômicas, tecnológicas e científicas que propiciaram o avanço do capitalismo e que levariam, conseqüentemente, à necessidade de reformular as formas de luta e de organização do proletariado.

O avanço do capitalismo colocou nas mãos da burguesia dominante meios inigualáveis até então, possibilitando o aprimoramento do aparelho de

²⁵ Ibid. , p. 38.

Estado e das formas de coerção, assegurando ao Estado o controle dos meios de dominação ideológica de várias formas, constituindo uma consciência burguesa e permitindo a imposição desta às demais classes de forma cada vez mais perfeita, de maneira a dificultar sempre mais a ação revolucionária. Como diz Bertelli:

(....) com isso, uma minoria revolucionária não pode tão facilmente convencer a massa do povo oprimido da necessidade da revolução, repetindo aquele processo já apontado por Engels, da revolução da minoria, mas acrescido agora da necessidade de uma grande luta ideológica para a conscientização do povo oprimido em relação à revolução. ²⁶

É nesse sentido que Engels iria dizer que “os tempos das barricadas tinham ficado para trás”, não podendo mais a luta do proletariado ser levada nos moldes de 1848 e 1871, na França. Mas, o que propunha era a *organização* do operariado em um grande *partido de massa* para conscientizar a massa do povo oprimido, de forma a permitir que historicamente se pudesse realizar uma revolução da maioria, valendo-se para isso de todas as formas de *luta*, inclusive a *parlamentar*.

É, ainda, Bertelli quem faz também uma observação bastante interessante a respeito da “dialética da revolução nos tempos modernos”, comparando as análises embrionárias realizadas por Engels, na citada Introdução, e outras “sintomaticamente semelhantes” às realizadas trinta anos mais tarde por Gramsci, a respeito da revolução proletária no capitalismo moderno do Ocidente.

Questões como o bloco histórico, a hegemonia, a guerra de movimento e de posição e a constituição de um novo partido, indicados na famosa Introdução de 1895, pelo “último Engels”, conforme diria Coutinho, ²⁷ são retomadas por Gramsci, na sua instigante análise sobre os efeitos do desenvolvimento do capitalismo para o movimento revolucionário no Ocidente, sistematizando particularmente os conceitos de guerra de movimento — estratégia predominante na revolução bolchevique de 1917 — e guerra de posição — estratégia mais adequada aos países avançados.

Antes de avançarmos na teoria gramsciana, cabe destacar que o conceito de revolução em Marx não está nesta ou naquela obra, mas perpassa integralmente a sua obra, sobretudo na sua crítica ao capitalismo.

Por outro lado, faz-se necessário retomar as considerações feitas por Bourdieu ²⁸, quando ressalta o caráter de doutrina oficial de que se reveste o

²⁶ Ibid. , p. 25.

²⁷ COUTINHO, Carlos Nelson. A Estratégia da Revolução Brasileira. In: ANDERSON et al. , op. cit. p. 132.

²⁸ BOURDIEU. op. cit. , p. 168 - 176.

marxismo nos partidos socialistas, que se reúnem de 1891 a 1914, os quais, após a morte de Engels, em 1895, viram-se sem seu “mentor” para interpretar as obras marxianas, deixando-se, desde então, influenciar pelo positivismo e evolucionismo-social darwiniano, e divulgando a teoria marxista de uma forma vulgar e mecânica, dando origem a dois desvios: o cientificismo e o economicismo.

O primeiro, transformando as elaborações teóricas marxianas em “ciência positiva”, baseada num conjunto de conceitos fixos, que dispensam novas reflexões filosóficas; o segundo, reduzindo todos os fenômenos da superestrutura aos fenômenos da infraestrutura — determinando a primazia absoluta da vida econômica sobre todas as instâncias da sociedade e acreditando, por conseguinte, numa revolução inelutável do capitalismo ao socialismo. Entre os representantes desta corrente estão Kautski, na Alemanha, Guesde, Deville e Lafargue, na França. Contudo, várias outras correntes contestam esta, surgindo, na Segunda Internacional, os austromarxistas, os revisionistas e esquerdistas, prevalecendo, entretanto, no final do século XIX e início do XX, as orientações kautskistas e guesdistas no marxismo destinado às massas.

Lenin contesta essa orientação economicista, aliando-a a um interesse reformista, na medida em que retira o papel histórico do homem na transformação social e delega exclusivamente ao espontaneísmo econômico a mudança social. Fundamenta sua reflexão a partir da categoria da *práxis*, insistindo na unidade dialética entre a atividade teórica e a atividade prática, entre o conhecimento do real e a ação com o fim de transformá-lo. É nesse sentido que formula a tese de um partido revolucionário capaz de lutar contra a autocracia czarista em sua obra *Que Fazer?* ²⁹, e define uma estratégia de tomada do poder, implicando em uma ditadura do proletariado em *O Estado e a Revolução*. ³⁰

Foi nessa perspectiva teórica que o partido bolchevique realizou a Revolução de 1917 e a ditadura do proletariado na Rússia. Contudo, após a morte de Lenin, a luta entre as facções do bolchevismo levou Stalin ao poder, depois deste conseguir afastar tanto a “oposição de direita” quanto a “oposição de esquerda”, fundamentando o governo do Estado no terror policial, na coletivização agrária imposta, na construção de uma indústria pesada à custa de sacrifícios humanos e sociais.

A partir de então, o marxismo-leninismo torna-se a ideologia oficial, cuja função é justificar a ditadura do partido-Estado. O materialismo histórico é promovido à categoria de “ciência exata”. A História do partido na URSS, feita por uma comissão, que inclui Stalin, é obra representativa desta regressão teórica da era stalinista e da tendência cientificista:

²⁹ LÉNINE, V. *Que faire?* 2. ed. Pekin : Editions du peuple. 1975.

³⁰ LÉNINE, V. *L'état et la révolution*. Paris: Editions sociales; Moscou: Editions du progrès. 1976.

Marx e Engels descobriram as leis do desenvolvimento da sociedade capitalista e demonstraram cientificamente que o desenvolvimento da sociedade capitalista e a luta de classes no seio desta sociedade deviam inevitavelmente originar a queda do capitalismo, a vitória do proletariado, a ditadura do proletariado (...) A ciência histórica deve antes de tudo tratar da história dos produtores de bens materiais, da história das massas laboriosas, da história dos povos... O partido do proletariado, se quiser ser um partido verdadeiro, deve antes de tudo adquirir a ciência das leis do desenvolvimento econômico.³¹

Apesar da desestalinização, a partir de 1953, com a condenação de Stalin por Khruchchev, permanece, na URSS, ao tempo deste e de Brejnev, a visão cientificista e nacionalista da história. Mas, antes ainda da Primeira Guerra Mundial, no âmbito da Segunda Internacional, já surgiam algumas correntes de pensamento contestadoras das tendências cientificista e economicista do materialismo histórico. Sob os efeitos da crítica à ditadura de Estado soviética e ao fracasso da revolução no Ocidente, toma fôlego a social-democracia.

Entre os representantes do “austro-marxismo”, Adler contesta a ênfase dada ao desenvolvimento das forças produtivas e à ascensão da luta de classes, afirmando a importância de outros fatores como juízos morais que nascem das contradições sociais e interferem nos confrontos político-históricos; Otto Bauer trata a questão das nacionalidades em obra que leva este título; Hilferding reexamina o sistema do capitalismo em *O Capital Financeiro*. Na Alemanha, Bernstein, em *Socialismo Teórico e Social-Democracia*, rejeita a teoria da mais-valia e elabora a teoria da utilidade marginal, contestando as mudanças bruscas e advogando os progressos lentos e regulares. O autor considera que a sociedade capitalista avança para o socialismo sob um impulso de ordem moral e não exclusivamente sob o determinismo econômico. Entre os franceses, Jean Jaurès sintetiza a tradição democrática da Revolução Francesa com o marxismo. Para ele, o motor da história não são as contradições das relações de produção, mas as tensões entre as aspirações altruístas do homem e as determinadas pela vida econômica.

Apesar das correntes revisionistas, o pensamento marxista da década de vinte à década de cinquenta comprime-se na esclerose stalinista. Todavia, alguns teóricos procuraram manter viva a reflexão marxista, no bojo dos desdobramentos históricos pós-revolução russa, ditadura stalinista, reação nazi-fascista e ascensão do imperialismo capitalista e socialista.

Dentre esses, Antonio Gramsci, vítima do fascismo em 1937, conhecido como o teórico dos conselhos de fábrica, na década de vinte a trinta, até sua morte, contribui através da Revista *Ordine Nuovo* e de suas *Cartas do Cárcere*, para a crítica do economicismo, que denominou, como Marx, de

³¹ Citada por BOURDÉ. p. 169-170.

infantilismo primitivo. O pensamento gramsciano rejeita qualquer dogmatismo, sintetizando suas idéias em *Il materialismo storico* : “1. as leis econômicas não funcionam como leis físicas — quando muito permitem avaliar ‘tendências’, nunca constantes; 2. os mecanismos da dialética não podem ser simplificados, ‘divinizados’ deixando crer que atuam sobre o modo da necessidade; 3. os fatos políticos conservam uma certa autonomia em relação às lutas de classe e às estruturas econômicas”.³²

Só com a desestalinização e, sobretudo, na década de sessenta, que pensadores antieconomicistas como Gramsci e Lukács — o teórico da decadência ideológica burguesa (deste trataremos em um tópico a parte) —, entre outros, tiveram difundidos seus estudos, em face sobretudo da necessidade de compreensão da estrutura de poder no mundo ocidental.

Por outro lado, embora ainda dentro do quadro dos teóricos cientificistas, outros criticam o humanismo historicista marxiano. Dentre esses, destaca-se Louis Althusser, pensador francês, classificado como estruturalista por uns e marxista por outros. Na verdade, ele elabora o estruturalismo à luz de uma releitura marxiana, agarrando-se à ortodoxia marxista-leninista e reelaborando alguns conceitos marxistas “de modo mais operatório”, nas palavras de Bourdieu. Na sua crítica ao humanismo, afirma: “O homem é um mito da ideologia burguesa” e a história “é um enorme sistema natural-humano em movimento cujo motor é a luta de classes. A história é um processo sem sujeito. A questão de saber como o homem faz a história desaparece completamente.”³³ Inserido já no rol dos pensadores que dão início ao pós-modernismo, nas crises mais recentes ao capitalismo (a partir de meados do século XX), critica a razão, o humanismo, o antropocentrismo e a história, enfatizando a dependência estrutural do Estado face ao capital. Outros autores mais recentes³⁴ consideram que essas categorias explicativas carregam reminiscências do iluminismo e do evolucionismo,

Mais do que os filósofos, muitos historiadores, antes deles, livraram-se da ortodoxia stalinista e alimentaram-se de algumas categorias de análise marxistas para fazer sua história econômica e social. Assim, Marc Bloch elabora *Os Caracteres Originais da História Rural Francesa* ou *A Sociedade Feudal*. Labrousse realiza *O Esboço do Movimento dos Preços e dos Rendimentos em França no Século XVIII* e *a Crise da Economia Francesa no Final do Antigo Regime*, sob forte influência de *O Capital*. Conforme Bourdieu, toda a historiografia econômica francesa entre 1945 e 1965 está marcada pelo “espírito dos Annales e por um marxismo”.

Na décadas seguintes, 1960 e 1970, o marxismo amplia-se à área da

³² GRAMSCI. Citado por BOURDIEU. op. cit., p. 173.

³³ ALTHUSSER. Citado por BOURDIEU. op. cit., p. 174.

³⁴ Ver : BAUMER, Franklin L. *O pensamento europeu moderno*. Vol. I e II. Lisboa: Edições 70, 1990.

história das mentalidades, inserida no contexto da crítica ao economicismo e sob influências de novas abordagens na área do conhecimento. Nessa linha, encontramos, por exemplo, G. Duby com *Economia Rural e a Vida dos Campos no Ocidente Medieval*, *O Cavaleiro, a Mulher e o Padre* e um artigo de *Fazer História*, no qual redefine o conceito de ideologia, partindo de Althusser,³⁵ elaborando o seu próprio conceito: “representações globalizantes, deformadoras, concorrentes, estabilizantes... que estabelecem sobre uma memória dos tempos passados, objetiva ou mítica, o projeto do ascenso de uma sociedade mais perfeita.”³⁶

P. Vilar, também citado por Bourdê, elabora um balanço do marxismo em *História marxista, história em construção*, publicado em *Fazer História*, onde estabelece as convergências entre a história dos Annales e o marxismo: quantificação dos dados, percepção dos fatos no espaço, distinção dos tempos sociais, visão globalizante da história, entre outros.

Outro grande pensador francês, que dialoga com o marxismo, é Michel Foucault, mas na esteira anti-humanista e, cujo conceito de revolução é renovado, objetivando o *aniquilamento do poder e não do Estado*, assim como elabora categorias como *descontinuidade/rupturas*, *regularidades/permanências*. Esse autor, sobremaneira, será analisado adiante.

Antes, porém, de abordarmos as formulações teóricas dos autores selecionados, que tentaram explicitar as formas de (re) estruturação do poder burguês, sua dinâmica e sua natureza nas sociedades capitalistas avançadas, destacaremos alguns aspectos importantes da ruptura do capitalismo concorrencial e da sua passagem para o capitalismo monopólico. Julgamos que esse estudo poderá esclarecer melhor as leituras sobre as estruturas de poder e a possibilidade da ação revolucionária nas sociedades industrializadas.

³⁵ ALTHUSSER. Citado por BOURDÊ. op. cit. p. 174-175 : “um sistema (possuindo a sua lógica própria) de representações (imagens, mitos, idéias....), dotado de uma existência e de um papel histórico no seio de uma dada sociedade”.

³⁶ Ibid.

2.3. Capitalismo monopolístico : teoria revolucionária ou de reestruturação do poder burguês?

*O sistema de monopólios é a passagem
do capitalismo a um ordenamento superior.
Lenin*

Paralelamente aos estudos teóricos que enfatizaram a superestrutura,, ou mais especificamente, o imbricamento desta na infraestrutura, tentando entender as estruturas de poder nas sociedades capitalistas avançadas, como veremos em Gramsci, Lukács e Foucault, outros pensadores, tanto marxistas quanto representantes da “ciência burguesa”, tentaram compreender a natureza e a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo pós-Marx, retomando ou criticando, de certa forma, a linha marxiana do “primado da economia”.

No final do século XIX e primeiras décadas do século XX, à medida que se constituem as grandes empresas, formam-se os cartéis, cresce a influência das organizações financeiras (o capital bancário se alia ao capital industrial), aumenta a intervenção estatal e formula-se um novo paradigma para a explicitação do desenvolvimento do capitalismo: o capitalismo monopolista substitui o capitalismo de livre concorrência, cujo conceito havia sido determinado por Marx em *O capital*.

Essas transformações estruturais trazem em seu bojo vários problemas para a discussão teórica: até que ponto as teorias marxianas continuam válidas; qual o valor desses novos fenômenos; qual a estratégia revolucionária adequada às novas condições do capitalismo; a revolução socialista deveria ser adiada ou poderia ser precipitada; que rumo deveria tomar o movimento operário?

Durante a Primeira Guerra e, logo após, essas implicações teóricas e políticas concentram-se na dimensão da organização do movimento operário de forma unitária na Segunda Internacional, situando-se nesse quadro a polêmica sobre o revisionismo e a greve geral. Depois da guerra, o aprofundamento da cisão operária entre a social-democracia e o comunismo não mais permite um fórum comum. Por outro lado, a revolução proletária de 1917 e a exigência de estruturação de uma sociedade socialista traz a necessidade de reflexões teóricas

e soluções práticas. De outra parte, nas sociedades capitalistas, o pós-guerra do início do século permitiu o surgimento de organizações da classe operária — sindicatos, partidos social-democratas —, que são integradas ao sistema social e político do capitalismo “onde constituirão uma espécie de condição para o funcionamento da acumulação capitalista e para a legitimação e estabilidade da democracia burguesa como processo de dominação”.¹ O movimento revolucionário operário não é mais somente um pressuposto teórico, faz parte da realidade histórica, constituindo uma força social e política que influencia o sistema sócio-econômico e político mundial.

A possibilidade de *superação da anarquia concorrencial* e a *reorganização* do capitalismo, por meio da *intervenção* do Estado, na etapa do capitalismo monopólico, atenua a vulnerabilidade às crises, ao menos temporariamente. E traz uma relativa estabilidade, propiciando as condições para o socialismo de Estado através da *socialização progressiva da produção*, tornando, ainda, possível a organização de uma *democracia política*, que parece assegurar as condições para uma *via pacífica ao socialismo*. Essa é a tese da social-democracia.

Ao contrário, alguns teóricos da Internacional Comunista afirmam, no imperialismo, a fase de *crise geral* e decadência do capitalismo, onde não é mais possível a estabilização, considerando eminente a *destruição revolucionária* do Estado burguês e a passagem para o socialismo.

Entretanto, a *tese da monopolização*, ou seja, a transformação estrutural do capitalismo, marcada pela passagem da livre-concorrência para o monopólio é aceita por todos, sejam social-democratas ou marxistas ortodoxos. Contudo, as interpretações dessa tese divergem ou até se opõem.

Alguns teóricos vêem nas transformações a expressão da *organização da circulação* e, portanto, da *superação da anarquia* de mercado. Tal tese é demonstrada por Tugan-Baranovski, que afirma: “a produção capitalista cria para si um mercado próprio (...) se a produção social fosse organizada e planificada, se aqueles que dirigem a produção tivessem um conhecimento perfeito da demanda (...)”² conclui, certamente as crises seriam evitadas; ou Bukharin, o teórico da Terceira Internacional, ao dizer:

O capital financeiro(...) superou a anarquia da produção dentro dos grandes países capitalistas. As associações empresariais monopolistas, as empresas associadas e a penetração do capital bancário na indústria criaram um novo tipo de relações de produção, transformando o sistema desorganizado do capitalismo

¹ ALTVATER, Elmar. O capitalismo se organiza : o debate marxista desde a guerra mundial até a crise de 1929. In : *História do Marxismo*. Coord. HOBSEBAWM, Eric J. Trad. Carlos N. Coutinho et al. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987. v.8. p. 12 - 13.

² TUGAN-BARANOVSKI, M. Citado por ALTVATER. Ibid. , p. 16.

mercantil numa organização capitalista financeira.³

Os teóricos que priorizam o momento de *organização* como princípio que norteia o mercado fundamentam-se em Weber e sua tese da “*racionalidade formal da economia*”,⁴ inferindo da organização a possibilidade de *estabilização*.

Ao contrário, os defensores da *monopolização*, inspirados em Lenin, acreditam que a organização não elimina as contradições fundamentais do capitalismo, mas reforça-as, constituindo-se a monopolização em causa de *estagnação, decadência e crise*. Para Lenin, a etapa monopolista do capitalismo é entendida como um período de decadência destinado a concluir-se com a crise geral e definitiva, que se expressa nessa fase pela *estagnação e parasitismo*.⁵ Nessa concepção, o imperialismo — como essência do capitalismo monopolista — é apenas uma *continuação do capitalismo*, operando algumas mudanças, mas não alterando a sua natureza de *produção de mercadorias e busca do lucro*.

Analizando metodologicamente essas concepções, Altvater dirá que o eixo fundamental dessas reflexões é que a *centralização* e a *concentração* trazem mudanças estruturais ao desenvolvimento do capitalismo. Contudo, Marx analisara esse processo em conexão com a “lei geral da acumulação capitalista” e dela não extrai conseqüências drásticas como as inferidas pelas teses posteriores do capitalismo monopolístico. E continua parafraseando Marx:

A *concentração* dos meios de produção e da força de trabalho é tão-somente a *acumulação de capital* considerada sob o aspecto da extensão das condições de produção, ao passo que *centralização* significa redução a um *comando ‘unitário’* de capitais singulares até aquele momento autônomos, ou seja, uma *unificação*, que pode ser por outro lado contrastada por uma ‘repulsa contínua’ (sem grifo no original).⁶

Desse modo, a *concorrência*, que é a essência do capital, não é eliminada, como supõem alguns teóricos, mas apenas *limitada*. Há uma *limitação da “liberdade” da concorrência*. Os capitais singulares, sejam monopolizados ou não, continuam a referir-se uns aos outros mediados pelo mercado, numa relação recíproca de troca, realizando, dessa forma, as leis imanentes de movimento do capital. Assim, este autor explica:

³ BUKHARIN. Citado por ALTVATER. Ibid. , p. 16.

⁴ WEBER, Max. Citado por ALTVATER. Ibid. , p. 16.

⁵ LENIN, V. I. op. cit. p. 130 - 142.

⁶ MARX. Citado por ALTVATER. op. cit. , p. 18.

Neste sentido, o processo de concentração e centralização é substancialmente o resultado das tentativas empreendidas pelos capitais singulares para escaparem das condições restritivas que reduzem sua existência a uma parte do capital global. Este impulso, que se expressa, por exemplo, na busca do lucro máximo, na tendência a aumentar o mais possível os preços de venda e a baixar o mais possível os salários, é próprio de todo capital; a medida em que pode ser satisfeito depende das possibilidades que se oferecem ao capital singular de se subtrair às tendências niveladoras da concorrência, ou seja, daquela esfera em que os capitais singulares agem uns sobre os outros.⁷

A confusão que se dá entre esses teóricos é que identificam a concorrência com a livre concorrência. A concorrência permanece como a esfera das inter-relações tendenciais dos capitais, cujas tendências do modo de produção realizam-se através de relações recíprocas, sejam elas “livres” ou “freadas” pelos monopólios.

Realizando, ainda, a análise do método das duas correntes teóricas pós-marxianas, seja a social-democracia, seja a corrente leninista, Altvater considera que, na primeira concepção, a passagem da concorrência para o *monopólio* é entendida como uma *superação das leis gerais do modo de produção*, uma vez que as leis coercitivas exteriores da concorrência são identificadas com as leis imanentes do modo de produção. Dessa forma, a *organização do capitalismo* supera a sua vulnerabilidade às crises. Ao contrário, a outra corrente não vê no monopólio a supressão das leis gerais, mas apenas a sua *modificação nas condições monopolíticas de realização das leis gerais*.

Contudo, se Marx havia desenvolvido sua teoria do capital a partir do valor e do “valor de troca já desenvolvido no momento da circulação”, o monopólio passa a ser também uma categoria fundamental no capitalismo, a partir da qual se desenvolvem as categorias do *capital monopolístico ou imperialismo* : *lucro e preço de monopólio, capital financeiro* (industrial\ bancário), *lucro de base, exportação de capitais e intervenção do Estado*. Logo, o *monopólio* surge como continuação e consequência do movimento do *modo de produção baseado no valor*.⁸

Nesse quadro, a passagem da concorrência para o monopólio significa, para o mesmo autor, que certos capitais singulares (monopólios sob formas diversas — trustes, cartéis, holdings, etc.) podem conseguir, apenas por um determinado período, evitar o nivelamento da livre concorrência, através da *mobilização de poder* para derrotar os concorrentes, no interesse do lucro. Esta é categoria chave do monopólio — o *poder* —, seja econômico ou político. Assim, o poder torna-se *categoria fundamental* na relação entre economia e política,

⁷ Ibid. , p. 19.

⁸ Ibid. , p. 21 - 22.

entre superestrutura e infraestrutura, nas novas condições do capitalismo imperialista, interferindo nas novas interpretações sobre o funcionamento das estruturas (inclusive de poder) nas sociedades capitalistas avançadas e em concepções diferenciadas da revolução nessa etapa, como veremos mais adiante.

Nesse sentido, podemos dizer que a análise do funcionamento da sociedade burguesa dá-se em etapas, coerentes com o nível de seu desenvolvimento, que vão da pesquisa das estruturas e mecanismos políticos para assegurar a *esfera da liberdade individual*, através do Estado ou contra ele — *teoria burguesa clássica* — à investigação da estrutura econômica fundamental das sociedades burguesas concebidas como *relações que reproduzem a dominação* — *teoria marxista* —, e aos estudos sobre as condições que asseguram a hegemonia da classe dominante, através das instituições do sistema político ou *sistemas de estruturação de poder* — *teorias pós-marxianas*.

O deslocamento da problemática não tem apenas um interesse científico, mas reflete uma tendência histórica evolutiva: “em sua fase inicial, as sociedades burguesas puderam construir sua dominação com base nas relações de reprodução da economia e num Estado que certamente podia intervir de modo maciço, mas tinha uma estrutura relativamente simples; por isto a ciência podia ocupar-se principalmente das condições econômicas de reprodução (...).” À medida que o processo de monopolização se realiza “os mecanismos de mercado que regulavam a economia começam a revelar-se insuficientes, aparecendo, pois, como necessária a criação de instituições estatais voltadas para uma intervenção diferenciada na sociedade” (decurso da Primeira Guerra) e, mais importante que esta tendência de alteração no desenvolvimento econômico — no lado do capital — é a tendência ao desenvolvimento do movimento organizado do operariado, o qual promove na sociedade burguesa a criação de mecanismos institucionalizados com o fim de integrá-lo no processo de reprodução econômica e política da sociedade burguesa, legitimando o processo de dominação burguesa (sufrágio eleitoral, desde os anos 60 do século XIX; reconhecimento dos sindicatos como “contra-parte contratual”; formação de partidos políticos operários).⁹

A nova formulação nas relações entre a economia e a política levam a um revisionismo das posições marxistas : à tese marxiana do salário opõe-se a tese do “salário político”; à tese da vulnerabilidade do capitalismo às crises coloca-se a concepção de uma organização preventiva do capitalismo; à concepção de Estado como instrumento de dominação burguesa contrapõe-se a idéia de um “Estado republicano como alavanca do socialismo”.

Nessa concepção, a concretização do socialismo não depende

⁹ Ibid. , p. 25 - 26.

exclusivamente da conformidade às leis econômicas, ou seja, não é garantida apenas pela *necessidade* de realização, inerente à natureza econômica do sistema — *teses economicistas e espontaneístas da revolução*. Ao contrário, ela é apenas *possível*, na medida em que o desenvolvimento das leis econômicas geram o capitalismo organizado e, com este, premissas objetivas que representam para o movimento operário uma chance política. Logo, a revolução socialista — transformação para um Estado planejado, harmônico — independe apenas de uma legalidade histórico-natural, onde pesa a *economia*, mas está articulada também a um *projeto consciente*, que se localiza na superestrutura, isto é, na vontade e ação política,¹⁰ no poder político — *teses da revolução processual, gradual* — para se chegar ao socialismo, através da democracia-social parlamentar e da socialização gradativa da produção pela estatização monopólica e/ou ação consciente do movimento operário.

A interpretação tradicional marxista que entendia que a base e desenvolvimento econômico determinariam sempre a superestrutura, a qual pertencem as ideologias e as formas políticas, inclusive o Estado, acaba sendo subvertida com a descoberta da categoria da *possibilidade, da vontade de poder e do exercício do poder*. A *possibilidade de intervenção política na base econômica e a maior influência que o movimento organizado do operariado parece ter*, a partir da Primeira Guerra, *parece frear* as necessidades ou a *legalidade econômica*, interrompendo-a pela *mediação de decisões políticas — de poder político*. Como os monopólios têm a possibilidade de escapar por algum tempo às determinações das leis econômicas, graças ao seu poder econômico, supõe-se que outras esferas poderão também ser orientadas por fatores políticos, independente da coerção econômica.

Nessa reflexão, o *poder é separado das condições de sua reprodução*. Com a criação de um *sistema político de instituições mediadoras da reprodução do domínio burguês*, a hegemonia burguesa parece não mais dever-se exclusivamente às condições econômicas da reprodução, mas se abrem novas formas de ação política, representadas por sujeitos políticos organizados, que parecem dominar a lógica política, independente das leis econômicas. Essa é a crença da social-democracia e de seus representantes teóricos como Bernstein e Kautski (embora adversários).

Nesse quadro, os teóricos do *capital monopólico de Estado* que substituiu o capitalismo de livre concorrência, independente de suas orientações teóricas, advogam a tese da “*estatização*” do capitalismo, sendo formulados os conceitos que distinguem o *capitalismo de Estado* ou organizado do *capitalismo de livre concorrência*, apontando-se algumas características como o fez Kocka: *concentração e centralização*; *separação entre posse e controle*, dominando a *administração científica* das empresas — *especialização, planificação*,

¹⁰ MARRAMAO. Citado por ALTVATER. Ibid., p. 26.

burocratização e organização eficiente; *transformação da estratificação social*; substituição do “princípio individual da concorrência, da troca e do contrato” pelo “*princípio da organização coletiva consciente*”; nova relação da economia e da política; expansão do *capital para o exterior*; *intervenção estatal*; mudanças na esfera das ideologias e da mentalidade coletiva — predomínio da *eficiência, cientificidade e organização*.¹¹

A possibilidade de que a realidade sócio-histórica e econômica possa realizar-se condicionada pela *vontade e poder políticos*, independente das determinações econômicas, é o resultado da interpretação equivocada da relação entre produção e circulação. A crença é de que a produção sendo organizada em unidades empresariais maiores, faria desaparecer na circulação as contradições que geram a anarquia, na medida da intervenção e controle do mercado por parte daquelas empresas monopólicas. Assim, a circulação, de um lado, é concebida como neutra em face da produção, na medida em que ela não é necessariamente um subproduto daquela e, de outro, como capaz de exercer uma função reguladora a serviço dos complexos de poder. Esse pensamento é típico da Segunda e Terceira Internacionais e pode ser relacionado com uma concepção de modernidade, de racionalidade, de planificação, representada por Taylor, Weber, etc. e está ligado à crítica e negação da economia política marxiana, realizada nessas Internacionais, inclusive a sua teoria do valor — cujo núcleo fundamental é que o valor constitui uma relação social específica e que suas contradições reproduzem-se em suas categorias derivadas (dinheiro, salário, capital, etc.). Portanto, o processo de circulação não é neutro nem desvinculado da produção.

Se Marx concebe a sociedade como uma totalidade contraditória, a qual se reflete nos momentos singulares e subordina a categoria da possibilidade às condições sociais de reprodução de poder — à materialidade —, Hilferding, em *O Capital Financeiro*, entende a sociedade como um sistema, cujas partes podem ser manipuladas separadamente e, no marxismo da Segunda Internacional, o *poder é separado das condições sociais de produção e a possibilidade* — enquanto intervenção e controle externo — é compreendida como uma *categoria política*.

Isso pode ser demonstrado através de uma categoria fundamental — o *salário* —, cotejando-a, seja na teoria marxiana seja na concepção da social-democracia. O salário aparece como um conceito-chave para o desvelamento do capitalismo, porque revela as relações recíprocas reais entre as classes e, por mistificá-las.¹² O salário é visto sob dupla determinação: pelo lado da *circulação*, o capitalista compra no mercado a força de trabalho por um salário (antecipação do capital variável para que o trabalho possa reproduzir-se), o qual

¹¹ KOCKA. Citado por ALTVATER. p. 35.

¹² ALTVATER. op. cit., p. 36-46.

oculta o fato de que o reembolso das despesas de produção da força de trabalho representado pelo salário é diferente do trabalho que cria valor, constituindo-se apenas em uma parte dos valores por ele criados; e pelo lado da *produção*, na medida pela qual o trabalhador produz valor, o qual se torna propriedade do capitalista, pela própria essência do capitalismo.

Por outro lado, o *movimento salarial* no processo de produção capitalista é outro aspecto importante da teoria marxiana do salário, entendido como variável dependente da acumulação capitalista, uma vez que este modo de produção está *articulado com a produção do lucro*. Ou seja: como a produção objetiva uma taxa de lucro historicamente dada (determinado seu grau máximo pelo mínimo físico dos salários e extensão da jornada, condicionada pela força física dos operários), os salários nunca podem exceder o nível historicamente dado de lucro, estando o movimento salarial determinado pelo movimento cíclico da acumulação capitalista.

No entanto, o fato de que a *relação entre a acumulação capitalista e o movimento salarial não seja fixa e constante* (ora expandindo-se o capital constante ora o capital variável) determina-se o salário, até certo ponto, através das *relações de poder* entre capitalistas e operários. Isso propicia a crença de que o movimento salarial não depende exclusivamente da acumulação capitalista, mas representa um importante fator político, na medida em que os salários não são entendidos como capital variável que o capitalista antecipa, e sim como renda, que assume a função de poder de compra do proletariado. É nesse sentido que Altvater assinala:

(...) o salário não surge mais como uma variável dependente da acumulação capitalista, mas se torna uma variável de intervenção utilizada em nível político, a fim de que o aumento deste fator fundamental da capacidade de compra das massas acione novamente a acumulação — segundo uma tese que, pelo final dos anos 20, a teoria do subconsumo erige como dogma da política econômica.¹³

A possibilidade de aumentar os salários é dada pela diminuição de outros custos — pela relação entre progresso técnico, produtividade, disponibilidade de mercadorias — mas, principalmente, pela relação salário — parte do valor produzido — e a mais-valia obtida pelo capitalista, ou seja, as relações recíprocas entre estrutura de custos e a distribuição em suas influências sobre a acumulação. Esta parte fundamental é negligenciada pelos críticos marxistas. Estes interpretam o salário como uma *categoria política* — salário político —, no sentido de que pode ser influenciado pelo *poder*, não apenas das *organizações assalariadas e de capital* (como categoria de custo), mas pelo *Estado*, na medida em que este é o sujeito político da regulamentação, da

¹³ ALTVATER. Ibid., p. 41.

planificação, enquanto a economia é objeto dessa regulamentação. “O Estado atinge seu objetivo através do processo político das eleições e do controle parlamentar; a vontade majoritária do povo trabalhador se pode afirmar nas eleições e será depois realizada pelos órgãos executivos do Estado, isto é, pelo governo.”¹⁴

Essa concepção da social-democracia e dos teóricos dessa época era prenhe de mistificações, contudo, para esse mesmo autor, essas contradições têm uma base histórico-material no desenvolvimento político e social, em especial, após a Primeira Guerra, quando de fato as negociações salariais se politizaram em quase todos os partidos capitalistas e o Estado delas participa realmente. Por outro lado, desenvolveu-se a política social: é criada a assistência social, o salário-desemprego, a garantia dos salários contra as tendências econômicas, etc.

De outra forma, ainda, se a força de trabalho continua sendo em sua essência uma mercadoria, também é determinada pelo preço de mercado e do valor, segundo os critérios dos custos da reprodução. Essês fatores sofrem o influxo de determinações políticas, mas, para Altvater, o caráter de mercadoria limita a plena estabilidade do fator político, como ficou observado em outros períodos históricos (pós-guerra).

Desse modo, pode-se concluir que para a concepção exposta, o *salário* passa a ser uma categoria da economia política, não condicionada pela acumulação capitalista, mas constituindo-se em um *instrumento de regulamentação política do Estado*, que permite dirigir a economia. Tal pensamento constitui-se numa tentativa de “revisão” teórica de Marx, na medida em que procura compreender os novos processos sociais tanto teórica quanto politicamente. Contudo, o fator político, embora real, insere-se de todo modo no processo de reestruturação e manutenção equilibrada do poder burguês.

Outra questão a destacar é que a *erosão entre o setor público e privado*, desenvolvida a partir da primeira guerra mundial, e a crença na preponderância do Estado na regulamentação da economia com a monopolização seja na teoria do *monopolismo de Estado* seja na teoria do *capitalismo organizado* determinarão concepções distintas nas estratégias revolucionárias, a partir daquele momento histórico — a *revolução socialista “de assalto”* ao Estado, na concepção leniniana, e a *revolução gradual* ou *reformismo social-democrata*, conforme veremos a seguir.

Antes disso, porém, é interessante lembrar as considerações de Altvater sobre o papel da *concorrência no monopolismo* para poder compreender as semelhanças entre as duas concepções — *organização e monopólio de Estado*.

A *teoria do monopólio* explica o modo pelo qual o poder econômico pode reproduzir-se e os capitais singulares têm condições de evitar os

¹⁴ Ibid., p. 43.

movimentos niveladores da concorrência, a fim de obter um lucro monopólico acima da média, assegurando condições de valorização dos seus capitais estavelmente melhores que a de outros capitais menores. E isto eles realizam impedindo os concorrentes públicos de entrar no mercado monopolizado, levantando “barreiras” : patentes, alta cota mínima de capitais para novas estruturas produtivas, comércio monopolizado, financiamentos vantajosos, monopolização de operários qualificados através de salários acima da média, entre outros. Contudo, o *monopólio* não está assegurado para sempre, estando, também, *submetido às leis da concorrência* — com outros grupos monopólicos de igual poder econômico.

Desse modo, a concorrência também aqui é vital, entendida como *sinônimo de efetivação das leis econômicas* ou esfera em que os capitais singulares escapam à concentração graças ao seu poder econômico ou político. Logo, o *poder* pode cancelar (ao menos temporariamente) as leis econômicas ou reduzir seus efeitos: a atuação da lei dos preços é substituída pelo entendimento entre os cartéis e, especialmente, pela regulamentação através do Estado, deixando a empresa privada de ser um interesse exclusivamente privado, conforme explicou Hilferding em *O Capital Financeiro* e outros textos:

(...) o ponto decisivo é que atualmente nos encontramos naquele período do capitalismo em que substancialmente está superada a era da livre concorrência — quando o capitalismo era governado exclusivamente pelas leis cegas de mercado — e estamos passando a uma organização capitalista da economia, logo a uma economia organizada, que substitui a economia do livre jogo das forças (...). Por isto, o capitalismo organizado significa que o *princípio capitalista da livre concorrência é substituído, em termos gerais, pelo princípio socialista da produção planificada*; esta economia planificada, conscientemente dirigida, está sujeita em medida muito superior à *influência consciente da sociedade*. E influência consciente da sociedade significa intervenção daquela organização da sociedade que é a única consciente e dotada de poder de coerção; significa *intervenção do Estado* (sem grifo no original).¹⁵

Assim, tanto a teoria do *capitalismo monopólico de Estado*, quanto a concepção da *economia organizada* chegam a resultados semelhantes, na medida em que a *racionalização e a regulamentação do Estado* são pressupostos imprescindíveis nas duas. Isso porque se parte da concepção de que as leis do movimento realizadas pela concorrência podem também ser realizadas por um poder monopolista correspondente, intervindo e controlando-as; e se entende a intervenção e o controle como mecanismos necessários ao estabelecimento das condições para a transição ao socialismo. Nas duas posições, porém, acredita-se na força do poder político intervencionista.

¹⁵ HILFERDING. Citado por ALTVATER. Ibid. , p. 49.

Sendo assim, esta *identificação* entre Estado e monopólio, *entre público e privado* é o ponto central que leva à *reelaboração do conceito de socialização* e de *nova estratégia revolucionária*. Contrariando a concepção marxista tradicional de que a *revolução* deveria realizar-se nos países mais desenvolvidos *por força da legalidade econômica*, Lenin elabora a sua teoria do capital monopólico ou imperialismo e, por conseqüência, reelabora o conceito de revolução, propondo-a *em um só país*. Ela poderá, segundo ele, ocorrer num país atrasado do ponto de vista do capitalismo, uma vez que este internacionalizou-se e, portanto a *revolução* também poderia ser *internacionalizada*.

Vejamos mais detalhadamente como essa teoria desenvolve-se. Lenin começa criticando a social-democracia pelo sua euforia reformista diante da passagem do capitalismo para uma espécie de “socialismo de Estado” ou super “estatização”, que estaria lançando “naturalmente” as bases para o socialismo de Estado, prescindindo, portanto, de uma revolução radical nos termos tradicionais. Para Lenin, o capitalismo monopólico permanece inequivocamente capitalismo, porém em nova etapa. Concorde, entretanto, com a social-democracia quanto à natureza nova do capitalismo — a “estatização”—, organização e presença do monopolismo e da regulamentação estatal substituindo a anarquia da livre-concorrência. Em *A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la* e em *O Estado e a Revolução* (ambos de 1917), mostra como as relações capitalistas desenvolvidas já expressam condições para a construção do socialismo. Assim escreve:

De fato, se uma empresa capitalista muito grande torna-se um monopólio, significa que ela trabalha para todo o povo. Se se tornou um monopólio estatal, significa que o Estado (...) dirige esta empresa toda. No interesse de quem? Ou no interesse dos grandes proprietários da terra e dos capitalistas, e neste caso, não teremos um Estado democrático-revolucionário, mas sim burocrático-reacionário, uma República imperialista; ou no interesse da democracia revolucionária, e isto será, então, um passo para o socialismo. Porque o socialismo é tão-somente o passo adiante que se segue imediatamente ao monopólio capitalista de Estado posto a serviço de todo o povo e que, como tal, deixou de ser monopólio capitalista.¹⁶

Nesse sentido, o Estado monopólico já comporta, segundo Lenin, instituições, formas e relações sociais que poderão ser transplantadas para o socialismo, as quais após a destruição do Estado capitalista poderão ser desenvolvidas em caráter mais preciso. Desse modo, existe uma certa *continuidade entre o capitalismo monopólico e o socialismo* — argumento utilizado por Lenin para a *possibilidade e a necessidade* da revolução proletária

¹⁶ LENIN, V. I. Citado por ALTVATER. Ibid. , p. 52.

na Rússia.

Além desse argumento, Lenin ainda considera que a etapa do *capitalismo monopolístico de Estado ou imperialismo* é também a fase final do capitalismo, é um “*capitalismo do período de decadência*”, um “*capitalismo de transição*” ou “*agonizante*”, só podendo sobreviver de forma parasitária, à custa das classes produtivas e dos países explorados. Segundo ele, o imperialismo como “etapa monopolista do capitalismo” e o “sistema de monopólios” como “passagem do capitalismo a um ordenamento superior” são determinações que, articuladas, significam a possibilidade e a necessidade da revolução. O imperialismo permitiu a *internacionalização do capital* e de suas relações sociais, criando a sociedade mundial — um “processo global de produção do capital mundial”, o que determina a concepção de uma *internacionalização da revolução*, autorizando-o a falar em revolução *em um só país*, embora relativamente pouco desenvolvido como a Rússia, de onde se acenderia a centelha revolucionária.

Desse modo, a concepção da *possibilidade da revolução em um país pouco desenvolvido*, dada à internacionalização das relações capitalistas, e o fato de que as *formas da organização socialista já foram desenvolvidas no capitalismo monopolista de Estado*, passam a constituir o fundamento da concepção leniniana de revolução, completamente diversa do pensamento social-democrata reformista, que parte do pressuposto de que a organização do capitalismo (ao contrário do pensamento leniniano, que o identifica como fator de *desestabilização* capitalista), é premissa de *estabilização*, uma vez que abre possibilidades para seu redirecionamento e desenvolvimento contínuo e, também, para a integração do movimento operário na sociedade capitalista. Varga, contestando essa posição, escreve:

O ordenamento capitalista da sociedade já desempenhou sua missão histórica. As forças de produção que desenvolveu estão numa relação de contradição contínua e exacerbada com o modo de produção capitalista, que se tornou uma cadeia que dificulta o desenvolvimento social. A etapa de desenvolvimento alcançada pelas forças produtivas constitui uma base objetiva suficiente para a construção do socialismo. *A destruição do ordenamento capitalista da sociedade é uma tarefa atual do proletariado.* (sem grifo no original).¹⁷

O problema, segundo Altvater, não resolvido pela Terceira Internacional — e parece-nos que também não solucionado pelas outras — é que a *tarefa atual do proletariado* parecia abstrata demais no bojo das rápidas transformações que se realizavam, tornando-a uma *fraseologia revolucionária vazia*.¹⁸

¹⁷ VARGA. Citado por ALTVATER. Ibid., p. 54-55.

¹⁸ ALTVATER. op. cit., p. 55.

Explicitemos, nesse momento, a tese reformista da social-democracia. Como já foi visto, para os seus defensores, as conseqüências do desenvolvimento capitalista são de *estabilização social*, em especial com a *racionalização e intervenção estatal através da regulamentação social*. Assim, a estabilização social é justificada pelas alterações estruturais, pela monopolização e organização (concepção de Hilferding) e pela intervenção estatal, entendida como um momento de desenvolvimento revolucionário (tese defendida por Renner¹⁹).

Renner vai contrapor a revolução burguesa à revolução socialista ao explicar o conceito de estatização: “A economia desestatizada é o resultado do processo histórico que leva da produção mercantil simples à capitalista; politicamente, foi obra da revolução burguesa.” Mas, “o capitalismo gera, ele próprio, o seu coveiro”. Renner retoma a expressão marxiana, invertendo o seu sentido ao substituir o proletariado pelo socialismo — coveiro do capitalismo. Nesse sentido, entende o socialismo como organização da sociedade : “Do ponto de vista jurídico, o socialismo é a organização da sociedade com o objetivo de resolver suas tarefas administrativas comuns (...). O Estado se tornará a alavanca do socialismo”,²⁰ que deve ser posta em movimento por sujeitos ativos e o estatismo é a tendência objetiva para o socialismo. Logo, para ele, a *revolução socialista*, diferentemente da revolução burguesa, caracteriza-se como “*estatização*”, que surge e amadurece no seio da sociedade capitalista.

A contradição que aparece implícita na objetividade da economia — desenvolvimento das estruturas econômicas monopólicas — e na subjetividade da ação pragmática e política do Estado é explicada pela contraditória separação entre a produção e a circulação encontrada na social-democracia: “na esfera da produção se fala da tendência à auto-socialização, na esfera da circulação e da política, o Estado é a ‘alavanca do socialismo’, que — se o conceito tem um sentido — deve ser posta em ação.”²¹

Por outro lado, para Altvater, o *problema fundamental* nessas posições, *não é tanto a importância dada à racionalização, mas a dissociação dela da estrutura capitalista, que é sua condição formal*. A racionalização concebida como “técnica social” e todas as discussões teóricas da República de Weimar, segundo ele, parecem ter sido orientadas pela *reificação*, no sentido lukacsiano, especialmente por não se preocupar com a racionalização do processo de trabalho, mas estendê-la à sociedade e ao Estado e às respectivas estratégias .

¹⁹ RENNER. Citado por ALTVATER. Ibid. , p. 55.

²⁰ Ibid. , p. 56.

²¹ ALTVATER. op. cit. , p. 57.

O movimento social é entendido como expressão de leis naturais precisas e determináveis com exatidão científica, como uma ordem racional que pode subtrair-se à 'inexorabilidade dos poderes não dominados' [Lukács], desde que se estenda, sobre as relações contraditórias, uma rede organizacional, a fim de que os sistemas parciais da sociedade burguesa, que são racionalmente organizados, também possam produzir a racionalidade do todo, superando assim sua irracionalidade [Marcuse].²²

O abandono do pensamento dialético, segundo Lukács, sempre foi um sinal da influência exercida pela consciência burguesa sobre o movimento operário. Mas essa influência, e esse pensamento a-dialético, podem ser aplicados, conforme Altvater, não apenas aos teóricos burgueses e à ala reformista do movimento operário, como já estava implícita no próprio marxismo, na medida em que este afirma a contradição entre "forças produtivas, no sentido lato, (...) e a forma irracional das relações de produção". E, ainda, estende-se à própria ala revolucionária, representada por Lenin, quando ele identifica na racionalização e estatização planejada do Estado capitalista as condições para a revolução socialista. Não há grande diferença entre a concepção da racionalização inerente às forças produtivas para se atingir o socialismo, presente na aceção marxiana ou nas correntes economicistas ou leninistas e a tese de que a organização mais racional do capitalismo pode levar também ao socialismo de forma pacífica, crença da concepção social-democrata.

Assim, as *estratégias políticas* que se formulam são a da *integração do proletariado organizado no Estado e a organização racional do Estado*, através da eliminação do caráter de classe do Estado — sua destruição revolucionária, seja pela *via pacífica ou pelo assalto*. Contudo, ambas são vítimas da *mistificação da racionalidade e da centralização do poder no Estado* e, portanto, reduzem a um esquema simplificado a *complexidade da estruturação do poder burguês no Ocidente*. Por isso, o vazio de alternativas concretas de socialização não pôde ser preenchido no período entre as duas grandes guerras. O malogro das experiências alemã e italiana, com os conselhos de fábrica como alternativa, logo após a Primeira Guerra, a experiência autocrática soviética e a proposta reformista da social-democracia não foram precisas o suficiente para dar respostas adequadas, através da elaboração de estratégias do movimento operário, capazes de enfrentar a reestruturação do domínio do poder burguês.

As formas e a dinâmica de reestruturação do poder burguês nas sociedades capitalistas mais avançadas e a tentativa de explicitação das novas concepções revolucionárias daí decorrentes são, por essa razão, as temáticas centrais dos próximos capítulos, que serão analisadas através da ótica de Gramsci, Lukács e Foucault.

²² Ibid., p. 58 - 59.

2.4. O Ocidente e a possibilidade revolucionária

O tempo das barricadas ficara para trás.

Engels

As transformações históricas ocorridas no final do século XIX e nas primeiras décadas deste século — consubstanciadas nas crises do capitalismo, na organização e evolução do movimento operário, na concretização de uma “revolução socialista” num país como a Rússia, na derrota de tentativas revolucionárias na Europa Ocidental, na reação burguesa representada pelos regimes autoritários (o fascismo e o nazismo), na experiência estatal centrada na burocracia stalinista do socialismo russo — formam, todas elas, o quadro referencial que irá nortear as análises teóricas gramscianas, numa conjuntura histórica de crise política e conceitual que acompanhou a derrota dos anos vinte.

É justo apontar que se Lenin desenvolve a teoria marxista voltada às análises das sociedades capitalistas orientais, Gramsci, por seu lado, utiliza-se do referencial leninista, para colocar a passagem para o socialismo nas sociedades ocidentais capitalistas industrialmente desenvolvidas. É Macchiocchi¹ que vai ressaltar, também, em Gramsci o caráter de um teórico militante e revolucionário, que trabalha eminentemente com a *filosofia da práxis*, na qual pensamento e ação formam um arcabouço único, citando-o, em sua crítica a alguns marxistas:

Ao colocar o problema da união entre a teoria e a prática, é preciso fazê-lo nos seguintes termos: elaborar a partir de uma prática dada, uma teoria que, coincidindo com os elementos decisivos da própria prática, acelere o processo histórico em curso, tornando a prática mais homogênea, coerente e eficaz em todos os seus componentes; ou ainda, dada certa posição teórica, organizar o elemento prático indispensável à sua realização. A identificação entre a teoria e a prática é um ato crítico, pelo qual a prática

¹ MACCIOCCI, Maria-Antonietta. *A Favor de Gramsci*. Trad. Angelina Peralva. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p.13.

aparece como racional e necessária, ou a teoria como realista e racional.²

Dessa forma, Gramsci rebate o marxismo ortodoxo que se empareda dentro do economicismo espontaneísta, elaborando pressupostos que, partindo da práxis (teoria e prática articuladas), tornam o marxismo mais flexível e adaptado à realidade histórica tanto do mundo oriental quanto do mundo ocidental, no início do século.

Como pensador marxista que definiu o conceito de *hegemonia* no contexto da luta contra o capitalismo, apresentando as contradições ao nível da superestrutura em sua relação com o desenvolvimento da estrutura, no processo de transição para o socialismo, ele aplica seus estudos à fase de regressão stalinista na Rússia, interrogando-se sobre os destinos do primeiro país a tentar construir o socialismo, fazendo a revolução do ponto de vista das relações entre camponeses e operários, partido-massas, partido-ditadura-proletária, partido-democracia-proletária, partido-Estado socialista; ao mesmo tempo, realiza análises críticas sobre a viabilidade revolucionária e as estratégias político-revolucionárias no Ocidente. Como crítico rigoroso da sociedade capitalista, pesquisa o comportamento da pequena burguesia, que, ao seu ver, teria impulsionado a reação burguesa representada no fascismo e no nazismo; e, contraditoriamente, como eterno opositor da social-democracia, acaba por propor teses que, em última instância, favorecerão as interpretações sobre a via parlamentar para a transformação da sociedade capitalista.

Para efeitos desse estudo, é de particular interesse destacar, neste momento, os conceitos de revolução que se depreendem dos conceitos de guerra gramscianos. Por um lado, uma *revolução explosiva* — de ação insurrecional — ou *guerra de movimento*, segundo a metáfora de Gramsci como algo concentrado num curto espaço de tempo, conceito presente nas obras de Marx e Engels³ entre 1848 e 1850, na tradição bolchevique, em Lenin e em Trotski⁴. Por outro, uma *revolução processual* — de ação gradativa —, como uma série de eventos que se

² Ibid., p. 18.

³ Embora Engels no prólogo à Contribuição à Crítica da Economia Política já apontasse uma situação em que as classes operárias podiam ser majoritárias e utilizar uma "tática de maioria", ou seja, usar o voto universal e a democracia como instrumento de seu avanço político - nos termos da guerra de posição. Mas, Engels tinha clareza do que isso significaria: levar as classes dominantes a romperem com a legalidade. E a história demonstrou essa verdade: a burguesia respondeu ao avanço da social - democracia na Europa com o nazi - fascismo.

⁴ Da mesma forma Lenin e Trotsky não foram apenas defensores da guerra de assalto. Lenin, especialmente em *Que Fazer?* e em outros textos anteriores fala de uma estratégia de cerco contra uma estratégia de assalto.

dão num tempo histórico prolongado, cujo principal objetivo é a *conscientização, organização política e revolucionária do operariado — um período de acumulação de forças* — para a constituição de uma *frente única ou bloco histórico* das classes e setores dominados e explorados para enfrentar as classes opressoras, com vistas à tomada do poder como classes hegemônicas,⁵ ou seja, a *guerra de posição* em Gramsci.

Buscando uma compreensão melhor desses conceitos é importante analisar a categoria teórica, que se não foi criada por Gramsci, foi por ele sistematizada pela primeira vez na história: a *hegemonia*, sua validade como uma explicação das estruturas típicas de poder de classe nas democracias burguesas ocidentais, enquanto *direção* (cultural) e *dominação* (política) — *consentimento e coerção*; as estratégias revolucionárias adequadas para alcançar o socialismo — *posição e movimento* — pela contraposição da relação entre o Estado e a sociedade civil, nos dois cenários geopolíticos, o Oriente e o Ocidente.

Tendo como perspectiva central a *relação entre o Estado e a sociedade civil* e utilizando-se de uma analogia militar retirada das estratégias postas nos comandos da Primeira Guerra Mundial, Gramsci elabora categorias explicativas para a política de classe no pós-guerra. Ao fazer isso, ele basicamente relaciona a *guerra de posição* com a hegemonia social, a *sociedade civil desenvolvida e sólida*, o Estado equilibrado e as modernas democracias no *Ocidente*; e, por outro lado, a *guerra de movimento* com a *sociedade civil primitiva e gelatinosa*, a estrutura de Estado preponderante e os países atrasados do *Ocidente*.

Anderson,⁶ ao analisar a *relação entre Estado e sociedade civil*, nos textos dos *Cadernos do Cárcere* de Gramsci, aponta algumas contradições, que expressavam pelo menos três posições do Estado no Ocidente : ele está em “relação equilibrada” com a sociedade civil; é apenas uma “trincheira avançada” da sociedade civil; ele é a “estrutura sólida” que extingue a autonomia da sociedade civil. Em alguns trechos, o Estado contrapõe-se à sociedade civil; em outras passagens, é definido como sociedade política somada à sociedade civil, englobando a sociedade civil, assim como, em outros momentos, Gramsci rejeita qualquer oposição entre sociedade civil e sociedade política “como uma confusão da ideologia liberal” — o Estado, então, é idêntico à sociedade civil.

Da mesma forma, ocorrem certas indistincões com o conceito de *hegemonia*. Este aparece em algumas passagens como uma estratégia de

⁵ Esses conceitos de revolução foram sistematizados por COUTINHO. A estratégia da ..., In : ANDERSON. *CRÍTICA* ..., p. 132-134.

⁶ ANDERSON. *Ibid.*, p. 9-24.

guerra de posição (para substituir a guerra de movimento usada em um período anterior, a qual é identificada com a revolução permanente de Marx em 1848). Em outro texto, a relação com a revolução permanente é feita com Trotsky dos anos vinte e a guerra de posição tratada como equivalente da frente única de Lenin, estabelecendo-se uma correspondência entre *hegemonia civil*, *guerra de posição* e *frente única*.

Por outro lado, se em alguns textos ele deixa claro o conceito de *hegemonia* como *consentimento*, localizando-o na sociedade civil e polarizando-o com o significado de *coerção*, situado no Estado, em outros, utiliza-o como síntese de consentimento e coerção, relacionando-o diretamente com o fenômeno da democracia parlamentar no Ocidente. Paralelamente à mudança de *hegemonia do consentimento* para *hegemonia do consentimento-coerção*, desloca também o conceito, referindo-o aos três poderes do Estado liberal, considerados como órgãos de hegemonia política, situando-o não mais na sociedade civil, mas no aparelho estatal. A oposição entre *hegemonia política* e *hegemonia civil* guarda sutilmente a contraposição entre sociedade política e sociedade civil, ou seja, entre o Estado e a sociedade civil. O termo hegemonia, porém, está presente em ambos.

Numa terceira versão, consentimento (sociedade civil) e coerção (Estado) tornam-se extensões de um mesmo órgão — o Estado. Gramsci diz: “O *Estado* (no sentido integral) é *ditadura* + *hegemonia*”. É bom lembrar-se que é o conceito de Estado marxiano que é usado. O Estado como órgão central de poder de uma classe dirigente, que ao mesmo tempo em que exerce a coerção para dominação necessita, também, do consentimento das classes dominadas para manter sua hegemonia. Ressalte-se que Gramsci estuda a democracia parlamentar do Ocidente.

Contudo, Anderson tenta mostrar que essas aparentes contradições não são arbitrárias nem acidentais, mas se inserem no arcabouço teórico gramsciano. Antes de introduzir o quadro de explicações teóricas desse autor deve-se deixar mais claro o conceito de hegemonia, já que é um conceito central na obra gramsciana.

O termo *hegemonia* era um dos lemas políticos centrais no movimento social-democrata russo de 1890 a 1917. Surgiu inicialmente nos escritos de Plekhanov, que insistia na necessidade da classe operária russa travar um combate político contra o *tzarismo* e não apenas um combate econômico contra seus patrões, explicitando, ainda, que dada à fragilidade da burguesia russa para liderar o combate ao absolutismo, a classe operária organizada deveria assumir a *dominação* de uma revolução democrático-burguesa, na qual a burguesia emergiria como classe dirigente.

Lenin, após a derrota da Revolução de 1905, conhecida como

um “ensaio geral”⁷ para a derrocada do tzarismo em 1917, na qual ele apelava para uma “ditadura democrática do proletariado e do campesinato”, denunciou os mencheviques pelo abandono do axioma da hegemonia, considerado por ele indispensável para todo marxista russo:

Como a *única classe consistentemente revolucionária* na sociedade contemporânea, ela deve ser a dirigente na luta de todo o povo por uma revolução democrática integral, na luta de todos os trabalhadores e do povo explorado contra os opressores e exploradores. O *proletariado é revolucionário* apenas na medida em que tem *consciência desta idéia da hegemonia e a traduz nos fatos*”(sem grifo no original).⁸

No pensamento de Lenin, a classe proletária não somente era a única capaz de levar a cabo a revolução, como deveria ter consciência de sua hegemonia para poder realizar sua tarefa de direção histórica. Nas duas acepções — como hegemonia da classe proletária na revolução democrático-burguesa ou na revolução socialista, o termo após a revolução de 1917 caiu em desuso por uma simples razão: surgido para teorizar o papel da classe operária em uma revolução burguesa, onde tal classe deveria dirigir os camponeses para o êxito revolucionário, com a “revolução socialista” tornou-se inoperante, uma vez que o quadro de uma ditadura “democrática” dos operários e camponeses prescindiria por princípio de tal categoria. Como a sociedade sem classes, na sua acepção original, nunca se realizou de fato, como é de conhecimento da história, a hegemonia operária, enquanto direção de outras classes trabalhadoras, ainda se manterá entre alguns teóricos.

No entanto, Trotsky, em sua História da Revolução Russa, desconhecendo a contraposição, que em outros tempos e espaços surgiria entre os conceitos de hegemonia do proletariado e ditadura do proletariado, afirmaria a distinção clara entre esses dois processos:

A idéia popularizada e oficialmente aceita da hegemonia do proletariado na revolução democrática ... não significava de maneira alguma que o proletariado utilizaria a insurreição camponesa para colocar na ordem do dia, se apoiando sobre ela, suas próprias tarefas históricas, quer dizer a passagem a uma sociedade socialista. A *hegemonia do proletariado na revolução democrática se distinguia claramente da ditadura do proletariado*

⁷ Esse movimento revolucionário foi decorrente de ampla insatisfação social, que teve como fator desencadeador a derrota da Rússia frente ao Japão na Guerra de 1904-1905. Esta, propiciou uma onda de protestos contra o regime czarista, envolvendo operários, camponeses, marinheiros, soldados e até a burguesia que tinha interesses liberalizantes. Após algumas concessões o movimento foi esmagado violentamente.

⁸ LENIN. Citado por ANDERSON op. cit. , p.18.

e se opunha a ela nas suas polémicas" (sem grifo no original). ⁹

Após a Revolução Russa, o termo hegemonia sobreviveria apenas nos documentos da Internacional Comunista, que o internacionalizara, especialmente, com a noção de *hegemonia* — *direção* — da classe proletária e revolucionária sobre as demais classes exploradas, que eram suas aliadas na luta contra o capitalismo:

(...) sua hegemonia permitiria a ascensão progressiva do semiproletariado e dos camponeses pobres.(...) O proletariado se torna uma *classe revolucionária* na medida em que não se restringe aos quadros do corporativismo estreito e atua em todas as manifestações e todos os domínios da vida social como um *dirigente do conjunto da população trabalhadora e explorada*. (...) *O proletariado industrial não pode levar adiante a sua missão histórica mundial, que é a de libertar a humanidade do jugo do capitalismo e das guerras, se ele se limita a esses interesses corporativos e a esforços para melhorar a sua situação — às vezes muito satisfatória — na sociedade burguesa* (sem grifo no original). ¹⁰

Além de precisar o conceito de hegemonia e do papel histórico do proletariado, este trecho já aponta uma das dificuldades a ser enfrentadas pela transição ao socialismo nas sociedades capitalistas e industrialmente desenvolvidas, qual seja, o combate aos interesses corporativistas desenvolvidos pelos trabalhadores, em detrimento da evolução da consciência de classe e de interesses mais amplos de transformação da sociedade, com vistas a uma igualdade de fato. A resposta para esta problemática é encontrada no próprio discurso da Internacional, como se verá abaixo.

Um outro conceito de *hegemonia* foi disseminado pela Internacional Comunista no seu quarto congresso, em 1922, ao estender a *dominação da burguesia* sobre o proletariado, se ela alcançasse êxito no envolvimento do operariado na atividade corporativista, levando-o a não distinguir a luta política da luta econômica na sua ação como classe: “A burguesia sempre procura separar a política da economia, porque entende muito bem que se ela tem sucesso em enquadrar o proletariado em uma referência corporativa, nenhum sério perigo ameaçará a sua hegemonia.”¹¹

Analisando, ainda, a fonte desse conceito em Gramsci,

⁹ TROTSKY. Citado por ANDERSON. Ibid., p.19.

¹⁰ MANIFESTES, Thèses et Résolutions des Quatres Premiers Congrès Mondiaux de l' Internationale Communiste 1919-1923. Paris : 1969. p. 20, 45, 61. Citado por ANDERSON. Ibid., p.19.

¹¹ Ibid., p. 19.

Anderson considera, sem dúvida, que o mesmo partiu das conotações do conceito retiradas da Internacional. Inicialmente como referência à aliança de classe do proletariado com os outros grupos explorados, especialmente com os camponeses, na luta comum contra os opressores do capital. Nesse sentido, o proletariado, para poder exercer uma hegemonia (direção) sobre os seus pares, deveria necessariamente levar em conta os interesses e tendências desses, através de um “compromisso de equilíbrio”, que poderia resultar, inclusive, em certos “sacrifícios de natureza econômico-corporativa”.

Dessa forma, a coalizão entre a classe operária e os camponeses, na obra de Gramsci, adquire um peso muito mais significativo que até então havia adquirido : fala em criar um *bloco histórico*, político-econômico homogêneo.

Ao mesmo tempo, sob a influência de Croce, enfatiza mais do qualquer marxista, antes de 1917, o caráter da cultura — fala da ascendência cultural que o proletariado poderia exercer sobre as classes aliadas.

As ideologias precariamente disseminadas se tornam 'partidos', entram em conflito e em confrontação até que pelo menos uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tende a prevalecer, a se impor, se propagando por toda a sociedade. Ela determina assim não somente a unicidade dos fins econômicos e políticos, mas também a unicidade intelectual e moral, colocando todas as questões sobre as quais se intensifica não no plano corporativo, mas num plano universal, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. ¹²

É esse tipo de raciocínio que levará muitos teóricos marxistas contemporâneos a estabelecer a possibilidade de uma hegemonia cultural do proletariado antes mesmo dele assumir o poder, considerando esta, a tese gramsciana mais original. Contudo, Gramsci nunca escreveu especificamente sobre essa questão. Ao contrário, suas notas deixam bem claro a necessidade da *coerção para as classes inimigas* e da *direção consensual para as classes aliadas*. Aliás, uma das teses fundamentais de Marx impede em tese este tipo de interpretação, na medida em que a classe operária sob o capitalismo é expropriada estruturalmente dos meios de produção cultural (educação, tradição, lazer...), por sua própria condição de classe subalterna, ao contrário da burguesia iluminista, que pode produzir sua própria cultura superior. E, mesmo após a participação no poder político pelo proletariado, na Rússia pós-revolução, a burguesia continuou sendo a classe dominante no plano cultural, conforme várias

¹² GRAMSCI, Antonio. Citado por ANDERSON. Ibid. , p.20.

colocações de Lenin e Trotsky.¹³

Por outro lado, a ênfase cultural adquirida pela categoria hegemonia, na obra de Gramsci, serviu para produzir uma nova teoria marxista sobre *os intelectuais e seu papel na transformação social*. Para ele, uma de suas funções clássicas é a de *mediadores da hegemonia* das classes exploradoras sobre as classes exploradas, através dos sistemas ideológicos, dos quais eles são os organizadores. São os intelectuais que exercem a hegemonia, a qual supõe uma certa “*colaboração ou consentimento ativo e voluntário*” das classes dominadas.

Ao estudar a organização da cultura e o papel dos intelectuais, Gramsci coloca a escola, ao lado de “outras vias” (O Estado, o partido, associações culturais e academias, sindicatos, jornais, revistas, etc.) como importantes elementos responsáveis pela organização e difusão da cultura. Dando ênfase ao estudo da relação educativa, na sua busca pelo princípio educativo para a formação do novo homem — o homem preparado para o mundo moderno do industrialismo e da nova sociedade — a socialista — que para ele deveria ser a síntese do engenheiro americano\industrialismo, do filósofo alemão\humanismo científico e do político francês\revolucionário — realiza a crítica da escola burguesa e da escola russa tradicional, ambas baseadas no espontaneísmo típico da escola “nova”. Segundo Gramsci o espontaneísmo era oportuno em contraposição à escola jesuítica, quando se negava uma filosofia pior, mas superado na sociedade contemporânea, que exigia como princípio metodológico a coerção, uma pedagogia da exigência, pressão ou autoridade, isto é, a intervenção humana para evitar que o ambiente influa mecanicamente nos indivíduos.

É interessante destacar aqui a concepção de homem moderno gramsciano — o homem omnilateralmente desenvolvido, ou seja, “o desenvolvimento harmônico de todas as atividades” ou “atitudes”, objetivo que nunca deve ser perdido de vista tanto pela escola como por todo o processo de formação. Esta acepção ele havia emprestado a Marx, via Lenin, que escrevera que no socialismo “se passará à supressão da divisão de trabalho entre os homens, à educação, instrução, preparação, de homens omnilateralmente desenvolvidos e omnilateralmente preparados, de homens capazes de fazer tudo.”¹⁴ Foi também de Lenin — o qual considerou a necessidade de “evitar-se uma especialização precoce” e de “estender-se a todas as escolas técnicas e profissionais as matérias de

¹³ Ibid. p. 44 - 45.

¹⁴ LENIN. L'estremismo, malattia infantile del comunismo, em *Il marxismo e l'educazione*, v. I, p. 214. Citado por MANACORDA, Mario A. *O princípio educativo em Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990, p. 99

cultura geral”¹⁵ — que Gramsci emprestou o conceito de politecnia. Essa, entendida como a educação humanística\científica\tecnológica, que dá os fundamentos científicos de todas as áreas técnicas, ou seja, integral.

A reflexão pedagógica gramsciana gira em torno da opção metodológica entre espontaneísmo e autoritarismo e da opção conteudística entre instrução intelectual tradicional e instrução moderna e tecnológica, ou seja uma moderna cultura científico-técnica, como já vimos. Sob a influência do socialismo russo propõe uma escola unitária, pública e gratuita, que se baseia ao mesmo tempo na cultura humanística (teoria) e no trabalho (prática), colocando os operários, os camponeses e os jovens como protagonistas da luta cultural. O motivo de seu lema, na campanha cultural do *Ordine Nuovo*, que retoma a campanha do *Il Grido*, em 1918, era : “Instrui-vos, porque teremos necessidade de toda a vossa inteligência...”¹⁶. Aliás, o fim educativo da escola é a preparação profissional, entendida essa não como mera formação mecânica, mas como instrumentalização técnico-científica, e a formação cultural indicada não apenas como capacidade de pensar e estudar, mas como capacidade de dirigir e “controlar a quem dirige”, excluindo qualquer educação subalterna e a sociedade dividida em dirigentes e dirigidos.

...a tendência democrática, intrinsecamente, não pode significar apenas que um operário não-qualificado se torne qualificado, mas que cada “cidadão” possa tornar-se “governante” e que a sociedade o deixe, ainda que “abstratamente”, em condições gerais de poder chegar a esse ponto; a “democracia política” tende a fazer coincidir governantes e governados.¹⁷

Para melhor compreender suas afirmações há que se considerar a vigilância carcerária e os seus mecanismos para despistá-la. Na verdade, ele aqui se refere especificamente ao proletariado, como a única classe que deve poder realizar a universalidade de uma sociedade de iguais, e que para isso tem direito a uma formação integral — humanística-teórico-científica e tecnológica —, o que fica ainda mais claro em outras passagens ou em outros documentos anteriores a sua prisão :

... somente o grupo social que coloca o fim do Estado e de si próprio como um objetivo a atingir pode criar um Estado ético, tendente a colocar um fim nas divisões internas de dominados, etc. e criar um organismo social unitário

¹⁵ Ibid.

¹⁶ GRAMSCI, Antonio. Citado por MANACORDA. Ibid. p. 33.

¹⁷ GRAMSCI. Cadernos do Cárcere. 4 - XIII. p. 31. Citado por MANACORDA. Ibid. p. 179.

técnico-moral.¹⁸

... aos soviets de cultura proletária ele recomenda (...) o estudo de (...) todos os elementos de uma cultura econômica e sociológica, necessários para formar os quadros proletários para a gestão da fábrica e para o auto-governo, na perspectiva de um sistema mundial de ditadura do proletariado.¹⁹

Dentro dessa perspectiva de iniciativa cultural do proletariado, e fortalecido pela dimensão internacional de sua experiência, ele propõe uma nova relação entre o operariado e os intelectuais. Começa a colocar a relação de hegemonia dos operários — enquanto classe e através do partido — frente aos intelectuais, convidando os operários a promover a formação de hierarquias de cultura, de uma aristocracia comunista de vanguarda : “...núcleos de gente enérgica, forte, dona de si, capaz de materializar a própria vontade de um modelo de direção de todo o aparato social, capaz de dominar o mundo.”²⁰ E ao falar da emancipação da classe operária adverte: “estudo e cultura são para nós consciência histórica de nossos fins imediatos e supremos.”²¹

Começa a se delinear para Gramsci a concepção de partido como *intelectual coletivo*: “ É a vanguarda do proletariado que forma e instrui os seus quadros, que acrescenta uma arma — sua consciência teórica e a doutrina revolucionária — àquelas com as quais ela se prepara para enfrentar seus inimigos ou travar suas batalhas. Sem essa arma, o partido não existe e sem partido nenhuma vitória é possível.”²²

Aliás, as suas formulações sobre o papel do intelectual e a organização da cultura trazem algumas questões metodológicas de princípio, distinguindo as duas formas de realização da supremacia por uma dada classe : como *domínio* sobre as classes adversárias que tende a liquidar ou a submeter; e como *direção intelectual e moral* sobre grupos aliados. Nessa tarefa de direção é que ele responsabiliza principalmente os intelectuais, os quais não existem como classe independente, mas como parte de toda e qualquer classe, a qual prepara esse segmento como seu instrumento específico para atrair ou subordinar os intelectuais de outros grupos e para dirigir as massas populares e desenvolver-lhes os elementos de vanguarda.

¹⁸ Ibid. p. 57.

¹⁹ GRAMSCI. *Ordine Nuovo* p. 451. Citado por MANACORDA. Ibid. p. 37

²⁰ Ibid. p. 467. Citado por MANACORDA. Ibid. p. 38.

²¹ Ibid. p. 47.

²² Ibid. p. 47-48.

Falando sobre o plano específico da escola expressa-se sobre a função histórica dos intelectuais, isto é, a hegemonia que deve ser exercida por eles sobre o conjunto da sociedade, como vimos anteriormente, — assimilando a si os grupos dos intelectuais tradicionais ou adequando os grupos populares às exigências do curso da produção. Essa hegemonia, para Gramsci, é exercida em duas vias : por uma concepção de vida e por um programa escolar, que interesse e dê uma atividade específica aos intelectuais, que constituem a fração mais homogênea e mais numerosa (os que ensinam, desde professores primários até docentes universitários).²³ Gramsci falará também da função educativa do Estado, dos partidos e das associações políticas e sindicais — as outras vias —, referindo-se a Hegel :

A doutrina de Hegel sobre os partidos e as associações como a “trama privada” do Estado (...) Governo [domínio] com o consenso [direção] dos governados, mas um consenso organizado, não genérico e vago a tal ponto como se afirma no momento das eleições. O Estado tem e exige o consenso, mas também “educa” [intervém, coage para] esse consenso com as associações políticas e sindicais, que todavia são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente.²⁴

Retomando ainda a concepção do novo tipo de homem é importante destacar o quadro em que Gramsci o coloca, aquele que ele chamará de *racionalização da população* — motivo do *americanismo\industrialismo* —, que lhe interessa e que não se pode negligenciar ao se estudar o campo pedagógico. Embora se trate de uma fase inicial de adaptação do indivíduo aos novos sistemas de trabalho fabril com a criação dos correspondentes hábitos psico-físicos, inclui no campo pedagógico, como suas premissas, o estudo das estruturas de produção — da luta econômico-corporativa —, e da não constituição pela nova classe dominante de seus próprios intelectuais para mediar-lhe a hegemonia. Assim ele assinala: “... a vida industrial exige um aprendizado de caráter geral, uma *adaptação psico-física a condições de trabalho, de nutrição, de habitação*, etc. Que não são ‘naturais’ ...”,²⁵ mas criadas pelas condições históricas, pelas necessidades de reprodução de um dado sistema de poder. Já encontramos em Gramsci a disciplinarização psico-física ou corporal-mental da qual falaria Foucault mais tarde.

²³ GRAMSCI. Cadernos do Cárcere. 1- XVI, p. 43. Citado por MANACORDA. Ibid. p. 124-125.

²⁴ Ibid. p. 125.

²⁵ Ibid. p. 129.

Outra questão importante a destacar é que todo o seu discurso sobre a escola como instrumento para formar intelectuais é desenvolvido a partir de duas estruturas paralelas: as escolares e as industriais; organização escolar e americanismo\industrialismo aparecem sempre juntos em face de suas finalidades sociais. Para ele, a formação dos próprios intelectuais orgânicos da classe dominante exige um instrumento específico, que é a escola, a qual serve tanto para desenvolver a intelectualidade dos indivíduos quanto para aperfeiçoar e difundir as especializações:

A complexidade das funções intelectuais nos diversos Estados pode ser medida objetivamente pela quantidade de escolas especializadas e pela sua hierarquização : quanto mais extensa é a “área” escolar e quanto mais numerosos os “graus verticais” da escola, tanto mais complexo é o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado. Pode-se encontrar um termo de comparação na esfera técnica industrial: a industrialização de um país mede-se pela sua capacidade de construir máquinas que construam máquinas e pela sua fabricação de instrumentos cada vez mais precisos, a fim de construir máquinas e outros instrumentos que construam máquinas, etc.²⁶

Retomando a discussão do conceito de hegemonia, para Anderson, ao procurar ludibriar a vigilância de seus censores fascistas na prisão, Gramsci acaba por utilizar muitas vezes ambigualmente o conceito de hegemonia, falando ora da classe operária ora da burguesia, referindo-se em abstrato a uma classe dominante. Esta atitude teve conseqüências talvez inesperadas na sua elaboração teórica, porque induziu à crença na equivalência histórica das posições estruturais da burguesia e do proletariado, nas suas respectivas revoluções, propiciando, por outro lado, uma teoria da hegemonia muito mais ampla.

Ao fazer a análise das estruturas do poder burguês no Ocidente, Gramsci, na realidade, ampliou a noção de hegemonia ao estendê-la da perspectiva da classe operária em uma revolução burguesa contra a ordem feudal (na sua versão russa), para os dispositivos de *dominação burguesa sobre a classe operária* em uma sociedade capitalista ocidental.

Tomando a metáfora do Centauro — metade animal, metade humano — de Maquiavel, Gramsci demonstra a “dupla perspectiva” de toda ação política, assentada nos “níveis da força e do consentimento, da dominação e da hegemonia, da violência e da civilização” ²⁷, ora contrapondo estas categorias, ora fazendo outras combinações como com

²⁶ Ibid. Cadernos do Cárcere. 12 - XXIX. p. 2. Ibid. p. 234.

²⁷ Ibid., p. 22.

o termo dominação\direção — antítese e sinônimo de hegemonia, respectivamente — encontrada em alguns trechos como direção\hegemonia sobre as classes aliadas, conforme já citado, e em outros como dominação\oposição à direção, podendo as duas categorias — dominação\direção — ser assumidas por uma mesma classe: “A supremacia de um grupo social se manifesta de duas formas, como ‘dominação’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social é dominante sobre os grupos inimigos, os quais tende a ‘liquidar’ ou a submeter pela força das armas, e dirige os grupos que lhe são próximos ou aliados.”²⁸

Aqui a oposição original entre ditadura e hegemonia é anulada, exatamente porque as categorias, nesta passagem, referem-se não ao proletariado, mas à burguesia. Gramsci empregou o conceito de hegemonia para o estudo da dominação capitalista, embora ainda no contexto de uma revolução burguesa (como no contexto original russo). Na verdade, Gramsci estava preocupado com a estrutura do poder político burguês no quadro de uma ordem social capitalista. Essa noção, nesse sentido, é ligada ao fenômeno da democracia parlamentar, uma especificidade do Ocidente.

Na primeira acepção usada por Gramsci e a mais importante em sua teoria binária, ele contrapõe, conforme já vimos, o Oriente e o Ocidente, indicando para este uma guerra de posição, e considerando mais apropriado para aquele uma guerra de movimento. Essa tese é reiterada em vários textos de forma articulada com outros argumentos como aceitar o Estado como o local apropriado para a coerção — dominação da burguesia sobre as classes exploradas —, e entender a sociedade civil como o espaço próprio para a direção cultural ou hegemonia consensual sobre elas, ou seja, força e consentimento, coerção e persuasão, Estado e sociedade civil, sociedade política e sociedade civil, são consideradas antíteses para distinguir, respectivamente, o Leste e o Oeste.

Em outros termos, a sociedade civil predomina sobre o Estado, assim como a hegemonia predomina sobre a coerção, no Ocidente, estando caracterizado nessa fórmula o poder burguês nos países capitalistas avançados. Nesse sentido, *hegemonia* para Gramsci, aqui, se identifica com *ascendência cultural* da classe dominante; significa *subordinação ideológica* da classe trabalhadora à burguesia, permitindo a essa exercer a sua dominação pelo consentimento e assegurando ao sistema capitalista a sua estabilidade.

Nessa primeira fórmula, o que pretendia Gramsci era demonstrar a enorme diferença existente entre o Leste e o Ocidente, provocada pela

²⁸ Ibid., p. 22.

existência, embora naquela época ainda incipiente, da democracia parlamentar no Ocidente.

Por outro lado, a solução gramsciana de localizar a hegemonia na sociedade civil e atribuir a supremacia desta sobre o Estado é incorreta, na medida em que ela se circunscreve no quadro de compreensão da social — democracia após a Segunda Guerra Mundial : o Estado burguês no Ocidente não é repressor como na Rússia czarista, porque as eleições permitiam o acesso das massas ao Estado e, "formalmente a possibilidade de um governo socialista". O Estado não é mantido pela coerção, mas pelo consenso\consentimento, através das eleições. Logo, a tarefa revolucionária não está em combater o Estado através da luta armada, mas em *converter ideologicamente* a classe operária para *libertá-la do fetichismo burguês*. Está aqui a razão fundamental da transformação do conceito revolucionário em Gramsci — a revolução processual.

Para Anderson, contudo, como autêntico marxista, a experiência histórica evidencia que há mais de meio século de existência do sufrágio universal jamais este propiciou a expropriação do capital e a transformação para o socialismo. E explica onde está a causa desse paradoxo. Embora longo o trecho, é interessante retomar o que ele diz:

(....) [está] na condição ideológica do proletariado antes do momento mesmo das eleições. O núcleo central do poder deve por isso ser procurado no seio da sociedade civil — sobretudo no controle capitalista dos meios de comunicação (imprensa, rádio, televisão, cinema, publicidade), baseado no controle dos meios de produção (propriedade privada). Em uma variante mais sofisticada, *a real persuasão da aceitação voluntária do capitalismo* ocorre nem tanto através da doutrinação ideológica pelos meios de comunicação mas através da *difusão invisível do fetichismo da mercadoria pelo mercado ou pelos hábitos de submissão inculcados pelas rotinas de trabalho nas fábricas e escritórios* — em outras palavras, diretamente no campo de ação dos próprios meios de produção. Ainda que a ênfase principal seja colocada no efeito do aparato cultural ou econômico, a conclusão é a mesma. É à *rede estratégica da sociedade civil* que se atribui a manutenção da hegemonia capitalista em uma democracia política onde as instituições estatais não excluem ou reprimem diretamente as massas (sem grifo no original).²⁹

É, portanto, no seio da própria infraestrutura — *nas relações fetichizadas da produção e do mercado e nos meios de submissão das relações capitalistas* — que se inculca a *ideologia burguesa* e se mantém estável a ordem capitalista; e não apenas na superestrutura cultural, a qual

²⁹ Ibid., p.27.

serve apenas para reforçar aquela dominação. A social-democracia de esquerda está equivocada quando crê que o poder ideológico da burguesia está localizado sobretudo no aparato cultural, operando a difusão ideológica, especialmente através dos meios de comunicação, neutralizando o potencial democrático do Estado representativo e impedindo o acesso ao poder pelo proletariado. O que concretamente se dá é o oposto: *é a própria natureza e constituição geral do Estado representativo democrático-burguês que consiste na "arma" ideológica fundamental do capitalismo ocidental*, cuja própria existência priva a classe operária da idéia mesma do socialismo como um tipo de Estado possível.

O Estado burguês por definição é ideológico: ele apresenta homens e mulheres, que se encontram em *posições desiguais* na sociedade civil, por conta da forma do seu acesso aos meios de produção, *como se eles fossem iguais perante o Estado*, o qual representa a "totalidade" abstrata do conjunto de seus cidadãos "livres" e "iguais". A desigualdade econômica é mascarada pela igualdade jurídica. A soberania popular expressa no parlamento representa, na verdade, por um lado a unidade fictícia da nação perante as massas, e, por outro, a real não-participação das massas no parlamento. O regime "liberal-democrático" é apresentado como a expressão máxima da liberdade, constituindo-se, assim, o Estado democrático parlamentarista no "quadro formal" de todos os outros mecanismos ideológicos da classe dominante.

Outra questão interessante levantada por Anderson diz respeito a uma polêmica bastante conhecida sobre os efeitos do *reformismo social* nas sociedades imperialistas : a elevação regular no nível de vida dos trabalhadores nos países imperialistas, após o desenvolvimento acelerado pós - guerra, é considerado um elemento fundamental para a estabilidade política do capitalismo. Entretanto, este fator é considerado por ele mais instável do que o próprio componente jurídico-político do consentimento, suscitado pelo Estado parlamentar. Isto porque: 1. o componente econômico do consentimento popular é desestabilizador, na medida em que tende a gerar uma expectativa progressiva que nenhuma sociedade capitalista pode assegurar completamente, mesmo nos períodos de expansão, que dirá durante as recessões econômicas; 2. o componente político-parlamentar é mais estável, na medida em que a natureza de sua própria constituição tem impedido, historicamente, o questionamento do regime capitalista ocidental — as lutas da classe operária nos países mais avançados têm sido muito menos numerosas. Conforme diz ele : "(...) a ideologia da democracia burguesa é muito mais poderosa do que aquela de um reformismo social e forma a sintaxe permanente do consenso infundido

pelo Estado capitalista.”³⁰

Por isso, a solução inicial de Gramsci, para Anderson, é incorreta. É impossível dividir as funções ideológicas do poder burguês entre a sociedade civil e o Estado como ele o fez, localizando-as predominantemente na sociedade civil ou em partes dela (aparelhos culturais ou jurídicos) : *o Estado parlamentar ocidental* — “soma jurídica dos cidadãos” — é ele próprio o *eixo dos aparelhos ideológicos do capitalismo*.

Outros teóricos como Poulantzas e Mandel negam a redução da especificidade da dominação capitalista ocidental ao consentimento das classes dominadas, como diz Gramsci, afirmando que, na verdade, esta não é uma característica peculiar da ideologia burguesa, mas historicamente esteve em todas as formações. O que, entretanto, difere na ordem capitalista, para esses teóricos, é o caráter próprio da ideologia burguesa, que está definido como o seu conteúdo especificamente racional\tecnológico. Conforme diz Poulantzas : “O que especificamente define a ideologia em questão é que ela não visa ser aceita pelas classes dominadas a partir do princípio da participação no sagrado: elas explicitamente se declaram e são aceitas como técnicas científicas.”³¹ Ou como afirma Mandel : “A crença na onipotência da tecnologia é a forma específica da ideologia burguesa no capitalismo tardio.”³²

Contrapondo-se a Gramsci e a esses outros teóricos, Anderson reforça sua tese de que a peculiaridade do consentimento das massas nas sociedades capitalistas modernas é que este não está ligado ao caráter secular ou técnico, nem localizado exclusivamente na sociedade civil, mas justamente está imbricado na própria natureza do *Estado representativo parlamentar* : o novo traço deste *consentimento* está no seu *caráter mistificador*, ou seja, na crença de que a democracia representativa possibilita uma “máxima autodeterminação” às massas, no seio da ordem vigente. A crença na *igualdade democrática* de todos os cidadãos, ou seja, a *negação* da existência de *uma classe dirigente*, é que caracteriza o consentimento das classes exploradas no capitalismo, e não o reconhecimento da superioridade de uma classe dirigente, como na ordem feudal.

Na segunda solução apresentada por Gramsci, ele indica o equilíbrio entre a sociedade civil e o Estado, distribuindo-se a hegemonia entre a sociedade política — Estado — e a sociedade civil, representando

³⁰ Ibid., p. 29.

³¹ POULANTZAS. Citado por ANDERSON. op. cit. , p. 29.

³² MANDEL, Ernest. Citado por ANDERSON. op. cit. , p. 29.

esta mesma como combinação da coerção e do consentimento, o que revela sua percepção marcante sobre o papel ideológico do Estado capitalista no Ocidente — embora suas referências ao papel ideológico do aparelho estatal indiquem instituições subalternas, como o sistema jurídico e o sistema cultural\escolar, e não o parlamento como responsáveis principais pela difusão ideológica:

Todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é de elevar a grande massa da população a um certo nível cultural e moral, nível ou padrão que corresponde às necessidades do desenvolvimento das formas produtivas e, por consequência, aos interesses das classes dominantes. A escola como função educacional positiva e os tribunais como função educativa repressiva são as mais importantes atividades do Estado. Mas, na verdade, uma multiplicidade de outras atividades e iniciativas chamadas privadas tendem para o mesmo objetivo, formando o aparelho de hegemonia política e cultural da classe dominante.³³

A hegemonia, que antes estava situada na sociedade civil, agora encontra-se também no Estado, e, paralelamente, tem seu conteúdo alterado: não apenas significa ascendência cultural como também se refere à coerção. *Hegemonia é síntese de consentimento e coerção*. Se antes Gramsci “vergou a vara” para um dos lados, agora ele a torceu para o lado oposto, em busca de um ponto de equilíbrio.

Contudo, a força, nos teóricos clássicos, sempre esteve sob o domínio exclusivo do Estado. Nos países capitalistas avançados, ela é um “monopólio legal” do Estado. A sociedade civil, apenas marginalmente, detém mecanismos de repressão. Para Anderson, embora a hegemonia possa estar situada na sociedade civil e no Estado, a repressão é domínio próprio do Estado, considerando que a causa que levou Gramsci a sobrevalorizar o papel da força na sociedade civil possa ser encontrada muito provavelmente nas operações conjunturais das milícias fascistas — os “squadristi” —, que tiveram uma atuação significativa na década de 1920, na Itália, mas com a cobertura do Estado fascista.

Porém, mais importante que sua tentativa para compreender a relação Estado\sociedade civil foi a abrangência dos conceitos por ele usados. Exemplificando, mais uma vez com Anderson, o mesmo cita o conceito de polícia, que muito mais que uma organização repressora formal representa um sistema de “pressões e coações”, presente tanto na sociedade civil como no Estado, para produzir padrões morais e culturais particulares. Aqui mais uma vez localizamos o sistema de vigilância ou panoptismo foucaultiano, com a diferença de que este não é negativo,

³³ ANDERSON. op. cit., p. 31.

repressor, mas produz positividade, elabora saberes. De qualquer modo, tanto um, o sistema policial de Gramsci, quanto o outro, o sistema disciplinante de Foucault, atendem a necessidades reprodutoras de um regime de poder, constituindo orgânica, moral e culturalmente o homem moderno, preparando-o para o industrialismo.

A última tentativa de Gramsci para entender a relação entre sociedade e Estado inclui a sociedade política e a sociedade civil no Estado. Ambos são identificados e compreendidos como uma “*unidade soberana*”. Sob a influência do conceito metafísico de Estado de Croce, ele vai dizer que a *sociedade civil é o próprio Estado* e este, nas sociedades capitalistas, avança no interior da sociedade civil, a qual não está referenciada especificamente às relações econômicas, mas se lhes opõe como um sistema superestrutural intermediário — mediando a economia e o Estado. Aqui está a ruptura entre o público e o privado, que pressupõe a intervenção do Estado na economia e desta no Estado, elemento teórico próprio de concepção da época, ligada à teoria do imperialismo leninista, como já abordado.

Se o conceito de sociedade civil pode ser dissociado da economia, como dizia Gramsci, ou se ele delimita as “superestruturas político-ideológicas do capitalismo”, conforme Anderson, não importa; o fundamental é a necessidade imperativa de sua (re) definição científica, através de um estudo rigoroso, nos termos das sociedades avançadas do Ocidente, no que se refere aos seus sistemas políticos e às estruturas de dominação do capital, ainda por ser feita.

Tal confusão não só dificultou a compreensão científica da especificidade da democracia burguesa no Ocidente, como acabou por influenciar as correntes da esquerda do comunismo europeu. Exemplo disso é o tratamento dado por Althusser e outros estruturalistas que, rejeitando a diferença entre o Estado e a sociedade civil, estabelecem a tese dos aparelhos ideológicos do Estado, nos quais incluem escolas, igrejas, sindicatos, partidos, famílias, mídias. Não importa se essas instituições são públicas ou privadas, mas que elas se constituem em setores de um único Estado, portanto, mantêm as suas características. Ou ainda, a Escola de Frankfurt, a qual estudou o papel do autoritarismo nas famílias alemãs da democracia liberal do pós-guerra, como parte do aparato estatal, concluindo a equivalência desse regime ao fascismo.

A identificação entre sociedade civil e aparelho de Estado, por outro lado, reveste-se de conseqüências revisionistas, no quadro das transformações estruturais do presente século, uma vez que altera significativamente o conceito marxista fundamental de revolução, que subentende o Estado burguês como uma unidade política que precisa ser destruída. Se o aparelho de Estado é divisível, a conquista de um sindicato

por uma chapa comunista, a realização de um filme militante de esquerda, ou a difusão e prática de uma proposta pedagógica que possa servir ao desenvolvimento “integral” do homem contemporâneo poderiam ser consideradas conquistas revolucionárias de “partes” do Estado, desde que pudessem ser mantidas e operando reais transformações? Voltaremos a discutir essa questão quando tratarmos de Foucault.

Por outro lado, a aceitação da idéia de que o capitalismo avançado repousa fundamentalmente no consentimento da classe operária em relação a ele é um princípio do reformismo clássico, como explica Anderson:

a aceitação desta concepção é a pedra angular da estratégia do '*caminho parlamentar para o socialismo*', que mede o seu progresso pela conversão do proletariado à perspectiva socialista até que uma maioria aritmética é alcançada, a partir de quando a direção do sistema parlamentar torna possível a promulgação do socialismo de forma automática. (...) Esta é a *tentação involuntária que se oculta em algumas notas de Gramsci (sem grifo no original)*.³⁴

Se retomarmos a questão fundamental que preocupava Gramsci em suas notas, ou seja, a compreensão da *estrutura do poder político capitalista* nos estados democrático-burgueses, podemos concluir, com Anderson, que ela é *dominada pela cultura e determinada pela coerção*. Negar o papel dominante da cultura no sistema de poder burguês contemporâneo é anular a diferença entre o parlamentarismo ocidental e o absolutismo russo. A dominação cultural é concreta e representada em certas peculiaridades da democracia parlamentar : eleições regulares, liberdade de ir e vir, liberdade de expressão, direito de reunião, igualdade de direitos — e nenhuma delas ameaçando o poder de classe do capital. O domínio capitalista é, dessa forma, assegurado pelo consentimento das massas, sob a forma de uma crença ideológica de que elas mesmas exercem o poder no Estado representativo, portanto, nessa perspectiva, não existe uma classe dirigente na democracia burguesa.

Por outro lado, negar o papel determinante da violência na estrutura de poder burguês contemporâneo é aceitar o reformismo, na ilusão de que a maioria eleitoral poderá levar ao socialismo. Na verdade, é a própria estrutura da democracia representativa que, ao criar as condições de subordinação ideológica das massas, transforma-as em “força silenciosa e ausente”, cujo valor é o “monopólio da violência legitimada pelo Estado.” É essa força “invisível” a garantia da dominação cultural. Como explica Anderson: “a repressão como garantia da ideologia depende ela

³⁴ Ibid., p. 40.

mesma do acordo (...) para exercê-la. Colocada à parte esta condição importante, entretanto, o recurso fundamental do poder de classe burguês, sob o vértice predominante da cultura em um sistema parlamentar, permanece sendo a repressão”.³⁵

Nas crises revolucionárias, em um país capitalista avançado, há um deslocamento da ideologia para o elemento fundamental que sustenta o sistema de poder — a força. Logo, o domínio do capital no Ocidente necessariamente combina coerção e consentimento, na medida em que a relação entre a burguesia e o operariado significa essencialmente um conflito entre classes “antagônicas”, pressupondo, portanto, aquelas duas ações — consentimento e coerção, guerra de posição e de movimento, revolução processual e revolução explosiva, nos momentos adequados a cada uma, enquanto na Rússia o termo hegemonia referia-se à totalidade das relações entre o proletariado e o campesinato — aliança, portanto entre duas classes “não antagônicas”.

Retomando a questão fundamental que preocupava Gramsci, ao elaborar suas notas no cárcere — a compreensão da morfologia do poder burguês nos países capitalistas avançados e a possibilidade do êxito revolucionário no Ocidente —, é necessário rever a polêmica conjuntural no seio do movimento operário europeu, em relação a qual a teoria estratégica da guerra de posição era uma resposta.

Com a vitória da revolução russa e o colapso dos impérios/Hohenzollern e Habsburg na Europa Central, alguns teóricos do comunismo alemão passaram a acreditar que no período seguinte à Primeira Guerra Mundial o mundo entrara na época histórica da revolução socialista. Georg Lukács, como um dos dirigentes do Partido Comunista da Hungria, no exílio, na revista teórica *Kommunismus*, em Viena, foi quem melhor sistematizou essa idéia. Para ele, havia, naquela etapa histórica, uma *atualidade universal da revolução proletária*, determinada pelo estágio do desenvolvimento capitalista, que vivia sua crise fatal. Essa (con) fusão entre os conceitos teóricos de época e a conjuntura histórica permitiu a Lukács e a outros dirigentes do KPD ignorar as pré-condições concretas para uma revolução, levando-os a elaborar uma nova tática prática contra o Estado capitalista: a *Teilaktion*.

Essa nova estratégia revolucionária originou-se no reformismo da II Internacional, onde Bernstein defendeu a tese de que reformas parlamentares ou medidas parciais sucessivas poderiam levar, num processo gradual e contínuo, ao socialismo, rompendo lentamente o caráter de classe do Estado capitalista. Na III Internacional, surge a

³⁵ Ibid., p. 42.

“versão aventureira” da Internacional anterior, traduzida nas *teilaktionen* — ações armadas parciais, limitadas na amplitude, mas contínuas no tempo. Essa série de golpes armados repetidos contra o Estado capitalista tinha o objetivo de romper com a estagnação revolucionária e despertar o proletariado da sua inércia.

A incompreensão do caráter do poder do Estado capitalista e a inadequação da estratégia aventureira levou ao desastre da ofensiva contra o Estado prussiano, em 1921 — conhecida como a Ação de Março —, veementemente condenada pela III Internacional.

É nesse sentido corretivo que Gramsci estabelece a estratégia revolucionária para o Ocidente como a *guerra de posição*, equivalente à frente única proposta por Lenin,³⁶ após o fracasso da Ação de Março, considerada por ele como *guerra de movimento*. A *guerra de posição* de Gramsci correspondia à fase na qual o partido revolucionário deveria procurar “ganhar” as massas ideologicamente (consensualmente) para a causa do socialismo, antes da fase de luta política final (coercitiva), em que ele as dirigiria contra o Estado capitalista (*guerra de movimento*). Assim, segundo Anderson: “A ‘hegemonia’ deveria, então, ser realmente exercida no seio da sociedade civil, na formação de um bloco de classes dos explorados, enquanto a ‘ditadura’ seria imposta aos exploradores, na destruição pela força do aparelho estatal que assegurava a sua dominação.”³⁷

Para uma compreensão mais clara do conceito de revolução em Gramsci, faz-se ainda necessário destacar o caráter “herético” de que se revestiu sua obra, na medida em que ela representou uma crítica de esquerda ao stalinismo e ao burocracismo estatal na Rússia, referindo-se a todo um conjunto teórico que tenta explicar as relações partido\massas, partido\democracia socialista, disciplina burocrática\consenso, hegemonia ideológica do partido como “intelectual coletivo”, relação intelectual e hegemônica entre operários\camponeses, relação entre trabalho manual\trabalho intelectual, função de uma permanente “reforma intelectual e moral” na superestrutura em ligação estreita com o desenvolvimento da infraestrutura.

É essa perspectiva que permite a Macciocchi exprimir-se com espanto concernente à pertinência com que a leitura de Gramsci possibilita

³⁶ Frente única era a estratégia adequada aos países da Europa ocidental, pela qual se pretendia “ganhar as massas” para o marxismo revolucionário, através de uma organização hábil da classe operária, diferentemente da estratégia seguida na Rússia. Era uma estratégia preparatória de convencimento das massas pela vanguarda para o objetivo revolucionário, o que implicava que a revolução só poderia ser feita “com e pelas massas”.

³⁷ ANDERSON. op. cit., p. 65.

medir o que ela chama de : “efeitos ruinosos de uma política errônea, aplicada nas sociedades em transição para o socialismo, na URSS e nos países do Leste.” ³⁸

Não é por mero acaso que na época da desestalinização e do XX Congresso Comunista, meados da década de cinquenta, quando se opera a denúncia dos “crimes de Stalin” e dá-se uma tentativa de aprofundamento teórico sobre o socialismo soviético que se retorna às contribuições teórico-políticas de Gramsci e indaga-se sobre qual o sentido do socialismo de Estado e do economicismo nas sociedades em transição; qual a natureza do consenso e da coerção; qual a razão da despolitização das massas nos países socialistas ou nos países capitalistas do Ocidente; e qual a origem da repressão militar contra outros países socialistas, da teorização da “soberania limitada” e do esmagamento de experiências originais como a tcheca.

Como decorrência de todos esses problemas, a história presenciou as revoltas da Hungria, da Tchecoslováquia, da Polônia e a construção do socialismo chinês como crítica de esquerda à construção do socialismo stalinista e pós-stalinista na Rússia.

É dessa forma que as teorizações gramscianas adquirem uma nova atualidade. Sobretudo, a noção de *bloco histórico*, que ele elaborara não somente a partir da análise das revoluções burguesas da França e da Inglaterra, mas levando em conta os acontecimentos da União Soviética sob Stalin, desde 1926, ano da ruptura no interior do grupo bolchevique, entre Trotsky e Stalin; até 1929, ano que marca a ruptura entre as teorias políticas de Gramsci e as experiências político-estatais, que constituiriam a ortodoxia do movimento comunista; e até o ano de 1935, época dos processos stalinistas que o consternaram profundamente, a ponto de ele se referir às “confissões” de traição na Rússia como uma nova roupagem do absolutismo que “teoricamente não apresenta uma grande diferença em relação ao velho absolutismo dos regimes constitucionais dos quais ele não é senão a imagem invertida”. ³⁹

Os temas desenvolvidos por Gramsci não encontravam qualquer ponto de união com a realidade político governamental stalinista ou mesmo com a orientação do PCI, em 1929, que recusava qualquer estratégia de aliança. Este seguia a ortodoxia da Internacional e da política russa, (Stalin tomava como ponto de apoio a terrível — mas não fatal — crise do capitalismo, acreditando que era chegada a hora da ditadura do proletariado), defendia a luta direta de “classe contra classe”, linha

³⁸ MACCIOCCHI. op. cit. , p.45.

³⁹ GRAMSCI. Citado por MACCIOCCHI. Ibid. p.46.

denunciada por Gramsci como um “erro do economicismo”. Na verdade, as preocupações desse teórico com o problema da relação entre os operários e os camponeses e a hegemonia dos primeiros, como contraponto às reflexões teóricas sobre o conceito de Estado e de hegemonia, obriga-o a repensar toda a sua própria prática de dirigente revolucionário, com o objetivo de estabelecer uma estratégia revolucionária adequada ao Ocidente e fazer avançar o socialismo nas sociedades em transição.

A política gramsciana, de uma *luta gradual e a longo prazo*, e a sua preocupação com o *papel da vanguarda operária* no Ocidente só serão retomadas no VII Congresso da Internacional, visando reconstituir as alianças necessárias à classe operária na formação de um *bloco histórico* para destruir o fascismo e a hegemonia burguesa.

Macciocchi lembra ainda que, para melhor precisar a natureza da articulação entre Gramsci e o movimento operário internacional, é necessário destacar a relação entre o jovem Gramsci e a Revolução de Outubro, assim como sua visão da revolução italiana (processo revolucionário que ele julgava iminente em todo o Ocidente, após 1917) que, tanto como na Rússia deveria basear-se nos *conselhos de fábrica* — os sovietes — enquanto núcleos organizados que afirmam a função dirigente dos operários.

Sua referência constante à situação internacional, aliás, é que fundamenta o seu conceito de revolução, o qual se baseia na “análise de classes em escala nacional” ou na “*revolução em um só país*” (para Gramsci, esta era uma *tese anti-economicista*, uma vez que a tendência revolucionária era a internacionalização, mas o ponto de partida deveria ser nacional). É essa sua maneira própria de ler o *Capital*, considerando que a revolução explodiu num mundo semi-industrializado como a Rússia e não nos países capitalistas desenvolvidos, submetidos às leis marxistas. Leitura essa classificada como “não marxista” pelos teóricos ortodoxos. Aliás, Gramsci não foi o primeiro teórico a “desvirtuar” as leis gerais do marxismo e o conceito de revolução: Lenin não apenas expõe seu pensamento na obra *Que Fazer?* como o coloca em prática na Revolução de 1917, gerando o conceito de *revolução nacional* — esta como parte integrante da *revolução geral*, concedendo aos países capitalistas pouco desenvolvidos um papel significativo no avanço da revolução mundial. Gramsci, seguindo orientação leninista e como oposição às interpretações mecanicistas e economicistas afirma a sua concepção humanista e historicista, onde os fatores subjetivo e objetivo articulam-se na práxis, conforme se pode observar nas duas passagens abaixo:

As leis do desenvolvimento histórico, se aparecem como uma

tendência geral, *são na realidade criadas pelos homens*, e que uma boa margem deve ser reservada a fatores objetivos e subjetivos que caracterizam uma realidade de tipo nacional ⁴⁰ (sem grifo no original).

(...)

A revolução bolchevique enraizou-se definitivamente na revolução geral do povo russo. Ela é a revolução contra o Capital de Marx. Este último era, na Rússia, o livro da burguesia, mais que do proletariado. Era a demonstração crítica de que seria inevitável, na Rússia, a formação de uma burguesia, que se abrisse uma era capitalista, que se instaurasse uma civilização de tipo ocidental antes que o proletariado pudesse pensar em suas bases de apoio, em suas reivindicações de classe, em sua revolução. *Os acontecimentos pegaram de surpresa as ideologias ... As leis do materialismo histórico não são tão intangíveis quanto se poderia pensar e se pensou.* Também é verdade que, se os bolcheviques rejeitaram certas afirmações do Capital, entretanto eles não rejeitaram nada de seu pensamento imanente, vivificante. Eles não são ‘marxistas’ no sentido de que sua compilação das obras do mestre não produziu uma nova doutrina cheia de afirmações dogmáticas e indiscutíveis. Viveram o pensamento marxista, o que não morre jamais... E esse pensamento *coloca sempre como fator determinante da história, não os fatos brutos da economia, mas o homem, a sociedade dos homens...* daqueles que afirmam uma vontade social, coletiva, compreendem os fatos econômicos, julgam-nos e dobram-nos conforme a sua vontade até fazer desta última a força motriz da economia, moldando a realidade objetiva, viva, móvel e que adquire a consistência de uma lava em fusão, suscetível de ser canalizada no sentido que a vontade desejar e da maneira como ela o desejar ⁴¹ (sem grifo no original).

Na tentativa de romper com a ortodoxia stalinista, a teoria “livresca” e “aristocrática” da Internacional e a pobreza do socialismo do PCI, na década de 1920, Gramsci acaba por reforçar seu *historicismo* — análise crítica contra as leituras que fazem de Marx um “metafísico positivista”, um “místico” e, a favor da *transformação do mundo pela vontade e ação política*, pela práxis. Assim, enfatiza também o *humanismo*, que se apoia nas obras do jovem Marx e em seu historicismo idealista.

Em várias oportunidades, recorre aos mestres do socialismo científico, como ao Marx de *A Sagrada Família*: “A história não faz nada, o homem faz tudo”. Ou do *Dezoto Brumário*: “Os homens fazem sua própria história em circunstâncias que eles encontram diante de si, já dadas ou herdadas do passado”. ⁴² Ou ainda, às lições de Lenin, a quem

⁴⁰ GRAMSCI. Citado por MACCIOCCHI. Ibid. p.52.

⁴¹ Ibid. , p. 52-53.

⁴² Ibid. , p. 55.

considera o maior socialista e o maior revolucionário e de quem apreendeu a concepção da “*revolução vinda de baixo*”, da “*verdadeira revolução*”, a qual põe fim ao longo debate entre a revolta e a agitação revolucionária, entre a sociedade capitalista que atinge seu pleno desenvolvimento econômico e o caráter imperativo da revolução e, a qual Gramsci coloca como fundamento de sua teoria do poder e que inspirará sua estratégia política da guerra de posição, cujos núcleos fundamentais seriam os conselhos de fábrica. É nessa perspectiva que escreveria a Togliatti, em março de 1924 :

(...) com os meios de que dispomos: nenhuma iniciativa era então tomada, antes de ser submetida à prova dos fatos, se, por meios diversos, os trabalhadores não tivessem sido, antes, consultados a respeito. Por essas razões nossas iniciativas obtêm então, quase sempre, um sucesso amplo e imediato, e aparecem como expressão de uma necessidade real e difusa, jamais como a fria aplicação de um esquema intelectual.⁴³

Em sua preocupação antieconomicista e em face dos elementos disponíveis à época para a interpretação histórica, Gramsci com seu historicismo e, sobretudo, a ênfase dada ao poder consciente, voluntário e prático do homem, acaba por cair no outro lado do extremismo : se os economicistas supervalorizavam o espontaneísmo revolucionário decorrente do desenvolvimento das forças produtivas, que fatalmente levaria a sua superação, Gramsci, por seu lado, leva sua teoria da hegemonia proletária e seu humanismo historicista ao extremo oposto. A história encarregar-se-á de desaprovar a ambos, como tentaremos mostrar mais adiante.

Outro aspecto importante da contribuição de Gramsci foi a análise realizada sobre a origem pequeno-burguesa do fascismo. A pequena burguesia urbana sem poder reconquistar uma função produtiva, “ávida de poder, repleta de veneno anti-operário, profundamente conservadora”, procurou conservar de todas as formas a iniciativa histórica e imitando as massas operárias sai às ruas. Embora, para ele, a pequena burguesia agrária fosse apenas anti-capitalista, anti-sindical e anti-operária a história mostrou que o movimento operário reorganizou-se com a pequena burguesia urbana em nome da reação. É daí que Gramsci retira a sua concepção do valor fundamental do partido revolucionário e da organização militar do povo.

Para Macciocchi, as limitações da análise gramsciana sobre o fascismo podem ser explicadas pela utopia marxista dos anos vinte, que residia no economicismo, na crença de que o capitalismo estava

⁴³ Ibid. , p. 66.

agonizante e na incapacidade para compreender o caráter de “racionalização parcial” de que se revestia o capitalismo, cabendo ao Gramsci dessa época a mesma análise feita por Sweezy a respeito de Marx e Engels sobre o problema da possibilidade de expansão e conservação do capitalismo : eles “subestimavam o nível que a expansão do capitalismo poderia atingir nos principais países europeus industrializados (...) a sociedade por meio de ações revelou-se um instrumento de uma eficácia sem precedentes, apta a promover a ciência e a tecnologia, e a empregá-las na produção de bens e serviços”⁴⁴

O capitalismo monopolista, ao contrário do que acreditava Gramsci, Lenin e de resto todos os revolucionários da época, não só não permitiria a estagnação científica e tecnológica — coerente, é óbvio, com os seus interesses de desenvolvimento — como possibilitaria um grande fôlego, ainda, à sociedade de mercadorias e de ações.

No entanto, as contradições postas pelo capitalismo entre o desenvolvimento crescente das forças produtivas, dominado pelos interesses capitalistas e as reivindicações sociais das massas de trabalhadores, diagnosticadas já desde o século XIX, continuam a exigir soluções nas novas condições do capitalismo.

Outros teóricos tentaram compreender essa realidade e apresentar soluções inovadoras para vencer os obstáculos do sistema capitalista em direção a uma sociedade mais igualitária ou explicar a natureza da dominação burguesa e as dificuldades para vencê-la.

Nesse momento, analisar-se-ão as formulações teóricas de Lukács, contemporâneo de Gramsci, como se viu anteriormente, mas que enveredou por caminhos nem sempre muito próximos daquele teórico e, que por outro lado, grande influência exerceu sobre o pensamento do presente século. Influência quer seja nos meios políticos socialistas ou não, quer seja no campo acadêmico ou estético, por suas teses, sobretudo, no que concerne ao papel do proletariado na transformação social e sobre a sociedade do capital imperialista, que, sob a inspiração leninista, ele denomina de fase de decadência ideológica burguesa, a qual vem acompanhada pelo ecletismo e pela especialização, no domínio da produção científica.

As suas teses, entretanto, foram centro de muitas críticas, tanto por parte de teóricos idealistas e positivistas quanto de outros marxistas, até porque, como ele mesmo admitiu várias vezes, sua obra constituiu-se de várias fases — rupturas —, que vão desde o neokantismo e a fenomenologia até o neo-hegelianismo e as fases marxista-leninista e anti-

⁴⁴ SWEEZY, Paul. Citado por MACCIOCCHI. Ibid. p. 69.

stalinista, renegadas várias vezes por ele próprio, na ânsia de encontrar o caminho do “todo” e da “verdade”.

2.5. Da rebeldia à revolução popular

... é somente sobre o terreno do capitalismo, da sociedade burguesa, que se abre a possibilidade de reconhecer na sociedade a realidade. Entretanto, (...) somente com a entrada do proletariado em cena o conhecimento da realidade social encontra seu cumprimento : com o ponto de vista de classe do proletariado emerge uma perspectiva a partir da qual a totalidade da sociedade torna-se visível.

Lukács

Se Lukács (1885-1971) e Gramsci (1891-1937) foram contemporâneos, vivendo quase no mesmo tempo histórico, (pelo menos em uma parte de sua vidas — aquela que determinou, na juventude e maturidade de ambos, a preocupação com o problema da compreensão e da transformação da sociedade), tiveram, entretanto, senão um contato muito fugaz com a obra recíproca.

A temporalidade e espaço comuns, contudo, pôde determinar uma certa proximidade no pensamento dos dois teóricos, que conviveram com os mesmos acontecimentos históricos : a consolidação do domínio político e cultural da burguesia ocidental, já na etapa monopolista do capital; o enfrentamento de suas primeiras grandes crises — a primeira guerra imperialista e a derrocada econômica de 1929 —; a organização internacional do movimento operário; as primeiras tentativas revolucionárias frustradas, em direção ao socialismo no Ocidente, com o confinamento no Leste após o êxito da Revolução de 1917, (que peculiarmente, como já visto, se dá num país, onde as condições sócio-econômicas e políticas permitiram um regime autoritário e burocrático, representado pelo socialismo de Estado sob Stalin); a reação desesperada da burguesia apoiada pela pequena burguesia, representada na emergência do nazi — fascismo; o caráter tardio e manipulador do capitalismo após 1945 (na esteira

dos primeiros elementos citados — no caso de Gramsci, que morrera em 1937). Foram essas transformações, enfim, que iluminaram o pensamento de ambos durante grande parte de suas vidas.

Além da mesma matriz teórica — o materialismo dialético — a confluência sobretudo de duas grandes crises histórico-universais, que colocavam e colocam em jogo a possibilidade de sobrevivência da humanidade — a crise geral do capitalismo, manifestada inicialmente com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), e a crise inicial da revolução socialista, iniciada com o seu fracasso no Ocidente (desde 1848) — colocam estes dois pensadores numa mesma temporalidade e similitude de elaboração teórico-crítica. Temporalidade e pensamento estarão, portanto, em confluência, tanto quanto as duas crises histórico-universais que determinaram o seu modo de ser e viver.

Segundo Paulo Netto, o desenvolvimento dessas duas crises acabou por conduzi-las a uma “interação paradoxal : quanto mais se patenteava o fracasso da revolução no Ocidente, com a sobrevivência de uma ordem social condenada pela história, tanto mais a construção do socialismo no Leste escapava às promessas básicas do movimento revolucionário.”¹ Ou seja: quanto mais se consolidava o capitalismo no Ocidente mais se invibializava o socialismo no Oriente. Está aqui a chave para a compreensão do pensamento de Lukács, assim como vimos no tópico anterior, do pensamento de Gramsci.

Em uma fase inicial de rebeldia e desespero idealista, caracterizado no seu desprezo pelo “prosaísmo” da vida capitalista, o jovem de formação neokantiana, no período pré-guerra (1907-1914), permeado pela influência de Simmel, Weber e a Escola do Sudoeste Alemão — Heidelberg, antipositivista e irracionalista, elaborara análises trágicas sobre as formações culturais, em especial, o teatro e a poesia.

A deflagração da Primeira Guerra Mundial desequilibrou esta postura elitista, na qual a historicidade concreta era desnecessária. A culpa frente a um mundo em crise levou-o aos estudos sobre Hegel, que embora não lhe tivessem trazido a tranquilidade esperada, permitiram-lhe o acesso a uma compreensão dinâmica da realidade e a dialética garantiu-lhe momentaneamente que a própria realidade traria a sua solução. Esta é chamada a sua fase pré-marxista.

O desespero lukacsiano, porém, só começará a resolver-se com a emergência da alternativa socialista, como afirmaria ele próprio: “Somente com a Revolução de Outubro se abriu, também para mim, uma perspectiva de futuro na própria realidade, com a queda do tzarismo, mas principalmente com a derrota do capitalismo.”²

¹ PAULO NETTO, J. Ibid. , p. 33 - 34.

² Ibid. p. 35.

A sua inserção na onda revolucionária (1919-1923) — primeira fase do marxismo — vai determinar a necessidade de estudos econômicos, envolvendo-o com os textos de Rosa Luxemburgo, o que resultará num historicismo abstrato e um ativismo revolucionário e eminentemente antiburocrático. Seu pensamento vazio de um suporte social caracteriza-se por um “messianismo utópico”, que ele próprio nominará mais tarde de “*esquerdismo*”. Sua esperança era que a miséria capitalista se dissolvesse na construção de uma nova sociedade.

A quarta fase de seu pensamento (1924-1933) ocorre já com o influxo do movimento revolucionário ocidental e a situação insular do socialismo, encontrando-se Lukács na situação de militante clandestino do PC húngaro, em oposição ao sectarismo burocrático de Béla Kun. Por outro lado, as vicissitudes do antifascismo, após a derrota do spartaquismo alemão (que Lukács havia apoiado), criam as condições para a elaboração de novas táticas comunistas na Hungria. Lukács alia-se a Landler e elabora as *Teses de Blum*, cuja alternativa antifascista fundamenta-se na organização de um bloco histórico — uma ampla *aliança popular democrática* — (embora ele não utilizasse a terminologia gramsciana). Contrariamente ao modelo soviético de ditadura do proletariado, a sua proposta para a revolução socialista no Ocidente, no imediato pós-guerra, seria a realização de uma *democracia popular avançada*. Suas teses, contudo, são vencidas no II Congresso do Partido (1929) pelo sectarismo burocrático e aventureiro de Béla Kun.

Em que consistiria essa sua proposta de democracia popular? Lukács sustenta que ela seria caracterizada pela crescente *participação das massas populares* em todos os domínios da sociedade e deveria desenvolver ao máximo a *democracia direta* como fundamento de toda vida prática, como forma de *transição para o socialismo*. Para ele, a *democracia originalmente era revolucionária* e o liberalismo a deformou.

Essa derrota, no domínio da prática política, vai levá-lo à superação dessa etapa anterior — período em que Lukács criticará como “utopismo” da república húngara dos conselhos — por outra qualitativamente diversa (1933-1971), cujo cenário ideológico será a *consciência da falência revolucionária* no Ocidente. A liquidação do capitalismo aparece como um projeto complexo e de longo prazo. É o chamado período de “reconciliação com a realidade”, apoiada numa nova base teórico-ideológica: os estudos sobre Lenin e Marx. A partir daí, o domínio de categorias político-econômicas básicas marxianas e epistemológicas leninianas permitir-lhe-ão recolocar não só o problema da direção histórica da sociedade como o processo de apreensão do conhecimento.

Essa etapa de marxismo ortodoxo, por sua vez, subdivide-se em outras três: 1933-1945, a fase de exílio na Rússia com a luta anti-nazifascismo e as lutas intrapartidárias, permeadas pela integração do pensamento leniniano, o que se reflete sobre as preocupações estético-culturais e filosóficas; 1945-1956, o período de retorno a Budapeste e preparação do Levante de Outubro, que se

caracteriza pela crítica ao stalinismo; 1956-1971, a derradeira fase do pensamento de Lukács centra-se especialmente na análise de problemas referidos à práxis e no interesse pelo marxismo como “sistema constituinte da inteligência histórica”, na crítica e na reavaliação de seu desenvolvimento. Essa etapa inicia-se com a desestalinização e nela ele repensa o marxismo, conclui a obra *Estética* e elabora *Ontologia do ser social*. Aqui, sua preocupação de fundo é, principalmente, a economia política do capitalismo tardio, questão que influencia vários teóricos, dentre os quais os integrantes da Escola de Frankfurt.

Para Paulo Netto, o que define a matriz sociocêntrica de Lukács é a sua permanente preocupação com a “*apropriação da dinâmica histórico-social pelo homem enquanto ator social concreto*”; o que significa, portanto, que se trata da questão da inserção de um *sentido humano consciente no desenvolvimento social*.”³ O equilíbrio entre a subjetividade e a objetividade, a práxis gramsciana, está presente também nas elaborações lukacsianas.

É nesse fundamento que se encontra a ruptura entre Lukács (e também Gramsci — ambos alimentando-se dos pressupostos revolucionários leninianos) e os marxistas economicistas, que defendiam a tese da revolução espontânea, determinada historicamente pela superação das forças produtivas. Para Lukács e Gramsci o homem era o sujeito revolucionário e a revolução era dependente da consciência histórica e política da realidade e da vontade conseqüente para transformá-la.

No decorrer do período neokantiano, aquela preocupação inicial revelara-se como *revolta filosófica* e impotência desesperada frente à *decomposição sócio-ético-cultural*, no quadro do desenvolvimento do capitalismo. Dessa época é a obra *A alma e as formas*, onde o problema da humanidade foi reduzido a “reações anímicas intemporais”, num limite exclusivamente ético\estético.

A descoberta, em Hegel, de um fundamento histórico-social perceptível pelo sujeito cognoscente possibilita a mudança de enfoque daquela problemática original, que passa a se constituir como *crítica macroscópica da cultura burguesa a partir do ponto de vista do proletariado*, restringindo, como ainda observa Paulo Netto⁴, a dialética ao domínio da história e identificando a unidade sujeito\objeto no processo do conhecimento sócio-histórico (postura hegeliana).

É desse período a sua célebre obra *História e consciência de classe*, criticada em seus equívocos, mais tarde, por ele próprio, a qual, contrariando a II Internacional, concebe a teoria marxista sob duplo aspecto: por um lado, o *método correto* para a apreensão da realidade sócio-histórica; por outro, a

³ Ibid. p. 40.

⁴ Ibid. p.40.

convocação à *consciência — social/coletiva*, ou seja, a *totalidade social* só pode ser *apreendida* por um *sujeito*, ele próprio *totalizante* — a classe social —, especificamente o *proletariado* para, baseado naquele conhecimento específico da sociedade capitalista, transformar a realidade. Este segundo aspecto, leva à crítica por parte de alguns teóricos, no sentido de que a apreensão do real, para Lukács, só poderia ser realizada pelo proletariado. Por outro lado, a excessiva ênfase hegeliana dada à categoria *totalidade*, também conduz seus críticos a considerá-la metodologicamente inviável, na medida em que cada ser social faz apenas *parte* do *todo* constitutivo. Por conseguinte, sua apreensão do real é fragmentada. Em que pese o fato de que esta crítica também possa ser refutada como positivista, na medida em que o todo não se constitui da simples justaposição das partes, mas de uma complexa rede de interações-mediadas. Apreendidas, portanto, essas mediações é possível desvelá-lo além de suas aparências.

Metodologicamente, de fato, Lukács reintroduz as categorias da *totalidade* e da *mediação*, como fundamentos decisivos do processo gnosiológico do social e, por outro lado, ideologicamente, encaminha ações práticas no sentido da organização do movimento operário revolucionário. Conforme Paulo Netto observa:

Lukács sugere que o sentido histórico é posto pelo proletariado como *classe para si*, cujo êxito na luta de classes é variável dependente das estruturas da sua consciência de classe. O *dever ser* histórico que se concretiza na ação do proletariado, todavia, é dissolvido num *historicismo abstrato* que nem mesmo o recurso à práxis se resolve num estatuto de concreticidade. Daí, aliás, o messianismo voluntarista (...) das concepções ativistas que permeiam a obra, cujo substrato político era a crença na eclosão, a curtíssimo prazo, da revolução no Ocidente ⁵ (sem grifo no original).

A epistemologia leniniana, somada à releitura de Hegel e às obras do jovem Marx, possibilitar-lhe-iam superar em parte o abstracismo de sua concepção histórica e o sentido estético/ético de suas obras anteriores, determinando-se, então, o conceito de *humanismo*. É, neste momento, que ele reelabora as categorias-chave de *História e consciência de classe — alienação e reificação* —, decorrência da divisão social do trabalho e do caráter de mercadoria que se difunde por todos os fenômenos da sociedade de troca e fundamentadas no processo de trabalho como via dialética de humanização.

No período do pós-guerra, que ele pensava ser uma etapa histórico-universal de democracia e progresso social, Lukács prolonga a etapa anterior, onde ele realiza estudos na área da crítica literária, filosofia e política cultural. A dura realidade histórica da guerra fria lhe obriga um posicionamento, o que o leva

⁵ Ibid. p. 41.

a estudar as relações entre reação e irracionalismo, pesquisando o nazifascismo e realizando a trajetória do irracionalismo de Schelling a Hitler na obra *A destruição da razão*. Nesta, ele retoma as críticas da sociologia, como ciência burguesa, já iniciadas em *História e consciência de classe*, no que se refere à crítica metodológica, opondo a sociologia ao materialismo histórico e dialético. Para ele, a sociologia surge como ciência autônoma sob a forma de uma resposta burguesa aos problemas do capitalismo na sua fase imperialista, constituindo-se num dos instrumentos ideológicos do que ele chamou de *apologia indireta da sociedade burguesa*, como veremos adiante.

Essa obra recupera também o conceito leniniano da revolução — *via prussiana* —, formulado a partir do caso alemão : a Prússia, tendo realizado a unificação do país sob a sua hegemonia, acabou por implantar o sistema capitalista de produção (“de cima para baixo”), via modernização da agricultura, cuja finalidade era compatibilizar a nova ordem com os interesses conservadores. Lukács estende esse conceito para outros fenômenos, localizados, inclusive, na superestrutura política das modernas sociedades. Essa noção abre caminho para a possibilidade de solução (dentro de certos limites, pelos segmentos conservadores), para resolver os conflitos decorrentes da contradição entre as relações de produção e as pressões do desenvolvimento das forças produtivas. Através de reformas “de cima para baixo”, esses grupos poderiam realizar aquilo que Gramsci chamou de *revolução sem revolução* : uma modernização conservadora que, ao mesmo tempo, reduz os conflitos, atendendo algumas reivindicações proletárias, e preserva certos privilégios das classes ameaçadas.

A noção de via prussiana contribui para combater as “ilusões otimistas” de tipo “desenvolvimentista”, que sobrevalorizam os efeitos automáticos do desenvolvimento das forças produtivas e alerta para a autonomia relativa da esfera da ação política no processo de transformação social. ⁶

Na fase final de sua produção teórica, Lukács reelabora, num esforço metodológico eminentemente dialético, conceitos sobre a *historicidade concreta, a práxis, a alienação, o humanismo, o efeito ideológico manipulador, a democracia socialista*. Aqui, o humanismo abstrato (que crê numa necessidade histórica transcendente aos atores sociais) e a ética imperativa em si mesma é superada por uma teleologia humanizadora que não perde o conteúdo libertário, mas se insere nas possibilidades do próprio processo sócio-histórico, que se problematiza pela intervenção consciente de classes e grupos sociais, à maneira de pensar gramsciana.

Um aspecto importante a destacar é o caráter de *universalidade* que Lukács, assim como Marx, submete aos fenômenos que analisa. Em seu encaminhamento metodológico, esforça-se por apreender concretamente o fenômeno analisado, rompendo seus efeitos secundários. Seu processo analítico

⁶ KONDER, Leandro. *Fontes do pensamento político: Lukács*. Porto Alegre : L&PM, 1980. p. 89-90.

investiga o modo pelo qual um fenômeno originou-se, desenvolveu-se e tornou-se significativo, enquanto fenômeno próprio de um dado momento histórico, recuperando a dimensão histórica em que se integra a evolução do fenômeno na sua dinâmica interna. Recusando-se a tomar a aparência imediata do fenômeno pela sua objetividade concreta, busca romper esta objetividade imediata até o “imbricamento que os liga numa unicidade dinâmica”. Essa universalidade é consequência de uma utilização intensiva de mediações num complexo dominado pela totalidade como princípio de realidade e tem, ainda, no homem, o parâmetro com o qual ele confronta os problemas pesquisados.

Contudo, nem todos os problemas colocados a Lukács em seu tempo prestavam-se a uma análise metodológica como esta. Nesse sentido, Paulo Netto observa:

A estrutura de objetividade instaurada pela sociedade capitalista em seu último estágio, o do monopólio, tende a, no limite, privar de mediações a emergência de todos os fenômenos : estes são imediatamente dados. Por isso, a dissolução do *fetichismo* engendrado aí não depende apenas da argúcia do pensador, nem somente da sua maior ou menor preparação científica: depende, em escala decisiva, do grau de intensidade com que as classes e os grupos sociais empenhados na destruição da sociedade burguesa operam, na sua práxis sócio-política, a superação daquela imediatez. Na medida em que na década de vinte, o movimento operário revolucionário registra o refluxo sintomático do fracasso da revolução no Ocidente, e em que durante a década seguinte, o socialismo num só país coagulou-se num dogmatismo ideológico-cultural dramático, o suporte sócio-político que o pensamento lukacsiano requeria padece de inequívoca deterioração. A isto deve debitar-se o fato de que a correta postura metodológica de Lukács nem sempre ter respondido adequadamente às ‘questões do dia’. ⁷

Com efeito, quando o quadro referencial sócio-político é contrário ao socialismo e à democracia, as soluções apresentadas por Lukács são abstratas, falsas ou inviáveis. Lembre-se a Ação de Março (1921), baseada na estratégia das *Teilaktionen*, aventureira e a-histórica, na medida em que não correspondia à realidade daquela conjuntura histórica, tendo as táticas resultado em fracasso de seu intento de rompimento da unidade-universal (não percebida naquela época) do Estado capitalista. Se o método empregado por Lukács era “correto” (como ele próprio qualificaria, ao referir-se ao marxismo dialético como método, defendendo-lhe a ortodoxia), ⁸ as suas respostas aos problemas da prática imediata da vida social eram inadequadas devido à ausência de condições reais para os seus objetos : faltavam, naquele momento histórico, um socialismo forte e as condições concretas para a eclosão de uma revolução em escala mundial,

⁷ Ibid., p. 46.

⁸ LUKÁCS, György. O marxismo ortodoxo. In: LUKÁCS... , p. 60.

como equivocadamente ele avaliava, por ignorar o fôlego que ainda teria o capital monopólico.

É essa fidelidade ao método de pesquisa marxiano que levaria Lukács a recolocar os problemas da *práxis* e da *alienação* e a restaurar, do ponto de vista materialista e dialético, categorias como *totalidade* e *mediação*, buscando a compreensão unitária do processo histórico-social e levando-o a trazer contribuições teóricas nos níveis político-ideológico, filosófico e estético.

Ao nível político ideológico, ele foi responsável pela retomada do problema, já levantado por Marx e Engels, da *decadência ideológica da burguesia* no processo de consolidação do capitalismo, esclarecendo a gênese, o desenvolvimento e desdobramentos desta, assim como descobriu a relação entre a reação política e o irracionalismo, própria da etapa imperialista, e que chamou de *apologia indireta do capitalismo*. Além disso, restaurou a crença na *alternativa socialista*, como possibilidade objetiva no *capitalismo manipulado tardio*, enquanto alternativa de radicalidade democrática.

Ao nível filosófico, sua contribuição está no renascimento do marxismo como filosofia, abandonado por muitos teóricos desde a era stalinista. Ele atribui ao marxismo um caráter autônomo e o considera detentor de instrumental metodológico necessário para a compreensão da realidade sócio-histórica; esclarece a natureza do marxismo como método de apropriação da ontologia do ser social — da produção e reprodução da realidade e das relações sociais; e repudia o *ecletismo* pela utilização desnecessária de categorias analíticas diversas de outros contextos filosóficos e científicos.

Ao nível da contribuição estética, estabeleceu os princípios gerais para a compreensão da natureza da arte e sua função, bem como da literatura, elaborando inúmeras obras, em busca de uma estética marxista.

Feitas essas considerações gerais, retomaremos algumas questões extremamente importantes para a apreensão do objeto ao qual nos propomos neste capítulo : a compreensão do processo revolucionário — suas alternativas com o desenvolvimento do capitalismo e a tarefa histórica do proletariado, presentes nas formulações lukacsianas —; o caráter revolucionário da teoria e do método marxista e o imperativo histórico do desenvolvimento da consciência de classe; além de procurarmos entender um pouco mais o significado dado à decadência ideológica da burguesia.

Lukács considera a *dialética marxista revolucionária* na medida da relação teoria\práxis. Muito além do sentido dado por Marx na sua primeira crítica hegeliana, quando afirmava que “a teoria torna-se força material quando assumida pelas massas”, ele encaminha a questão para identificar “tanto na teoria quanto na modalidade da sua penetração nas massas, os momentos e as determinações que fazem da teoria, do *método dialético*, o *veículo da revolução*;

trata-se de desenvolver a essência prática da teoria a partir dela mesma e da relação que estabelece com seu objeto” (sem grifo no original).⁹

Dessa forma, só a relação da consciência com a realidade permite a *unidade teoria\práxis*. Somente quando o proletariado tiver simultaneamente consciência de si e o conhecimento correto da sociedade, e, quando em consequência desse conhecimento sujeito e objeto se confundem, a teoria intervém na realidade, dando-se a unidade da teoria e práxis — condição prévia da função revolucionária da teoria. A teoria, assim, por sua essência, é a expressão pensada do próprio processo revolucionário.

Marx, já havia sinalizado esta questão como o próprio Lukács cita: “Quando o proletariado anuncia a dissolução da ordem atual do mundo, apenas explicita o segredo da sua própria existência, pois ele constitui a efetiva dissolução desta ordem.”¹⁰

Por se constituir na classe explorada, cujos interesses, portanto, não estão em tese vinculados com os interesses da ordem capitalista, o *proletariado* torna-se, na crise do capitalismo, teoricamente a *única classe que ao ter consciência de si e da realidade histórico-social em que vive, tem condições (e vontade) de transformar aquela realidade*.

Se Marx, Lenin e principalmente Gramsci enfatizam o papel do intelectual, da escola formal e de “outras vias” como instrumentos civilizadores, importantes para o desenvolvimento da consciência do trabalhador, Lukács, embora discuta em alguns de seus trabalhos a questão da cultura e da estética, limita-se mais ao papel da literatura, do teatro e da arte, como instrumentos socializantes. Por outro lado, o partido e o sindicato passam ter um papel muito mais relevante nesse processo como intelectuais coletivos do que aquelas outras vias consideradas de atuação mais individualizantes.

O esclarecimento da função revolucionária da teoria, por sua vez, abre o debate sobre o caráter também revolucionário do método dialético. Neste, muito mais do que a mera superação de uma ordem em outra, a sua essência está na *relação dialética entre sujeito e objeto no processo histórico*, constituindo-se a *transformação da realidade* o seu problema central.

Por outro lado, esse teórico ressalta o caráter histórico do próprio método e das categorias explicativas da realidade, citando Marx : “Como em geral em toda ciência social histórica, é preciso sempre observar, no estudo do movimento das categorias econômicas (...), que as categorias expressam formas de existência e condições de existência (...).”¹¹ Nessa perspectiva, não

⁹ Ibid. , p. 60-61.

¹⁰ Ibid., p. 62.

¹¹ MARX. Citado por LUKÁCS. op. cit. , p. 64.

considerar este sentido do método dialético é obscurecer a realidade, o estudo “concreto” e “imparcial” dos “fatos”.

É nessa ótica que o autor analisa em que medida se podem revelar nos fatos os fatores de orientação para a ação do proletariado revolucionário. Ao responder a esta formulação, o faz através da crítica ao empirismo tradicional e “estreito”, alegando que, obviamente, “todo conhecimento da realidade parte de fatos”, contudo, é preciso saber quais deles e em que perspectiva metodológica realmente se aproximam da realidade em seu todo. Segundo ele, o empirismo acredita encontrar em todo dado bruto isolado algo importante, o qual deve ser analisado pelo método das ciências da natureza, mediado pela observação, pela abstração e pela experimentação, como única forma verdadeiramente “científica” de apreensão do real, opondo este ideal de conhecimento às construções teóricas “forçadas” do método dialético. Entretanto, Lukács observa que este empirismo não percebe que a simples justaposição de fatos, de forma “neutra”, já é em si uma interpretação da realidade, tomada a partir de um método e de uma teoria e que, por outro lado, a produção dos fenômenos de forma isolada é também uma produção do próprio capitalismo — faz parte de sua essência —, portanto tem um caráter histórico, de transição.

Dessa forma, cita Marx quando este descreve o “processo de abstração” da vida ao tratar do trabalho e da natureza histórica dessa característica na sociedade capitalista: “Assim as abstrações mais gerais só se desenvolvem na evolução concreta mais rica onde um traço aparece comum a vários fenômenos, comum a todos. Então, ele deixa de poder ser pensado unicamente sob forma particular.”¹² Ao esclarecer esse fenômeno de abstração na sociedade capitalista, afirma que esta vai ainda mais longe, na medida em que atinge “o caráter fetichista das formas econômicas, a reificação de todas as relações humanas, a extensão crescente de uma divisão do trabalho que atomiza abstrata e racionalmente o processo de produção, sem levar em conta as possibilidades e as capacidades humanas dos produtores imediatos — tudo isto transforma os fenômenos sociais e a sua apreensão”¹³. É assim que a natureza própria do capitalismo produz a ilusão de um conjunto de fatos “isolados”, de setores “particulares” com leis próprias, que assumem na sua aparência imediata um caráter elaborado cientificamente, possibilitando elevar à categoria de ciência — de único método científico — uma tendência inerente aos fatos parciais, enquanto o materialismo histórico e dialético — opondo-se a esse particularismo, a essa negligência em relação ao “núcleo histórico” dos fatos e a sua incapacidade, portanto, de apreensão e insistindo sobre a “unidade concreta do

¹² Ibid., p. 65.

¹³ LUKÁCS. op. cit., p. 66.

todo” e ao modo histórico de apreensão das relações internas dos fenômenos —, aparece, contraditoriamente, como uma mera construção “abstrata”.

Nessa concepção, os fatos não apenas são produtos da evolução histórica, ou seja, estão sujeitos a uma ininterrupta transformação, como são também resultado de uma determinada época histórica — o capitalismo. Portanto, negar o tratamento histórico-dialético e aceitar sem críticas os fatos imediatamente dados, tomando a aparência pela essência, tendo como pressuposto científico a forma de objetividade dos fatos, é colocar-se dogmaticamente sobre o terreno da sociedade capitalista, aceitando de forma a-crítica e a-histórica as suas leis como fundamento imutável da “ciência”, e respondendo, portanto, aos interesses conjunturais do sistema econômico, às intenções do “status quo”.

Na sua crítica ao caráter ilusório do idealismo e do revisionismo, que confunde o processo de reprodução da realidade com o processo de sua própria construção, Lukács acaba por elucidar de forma mais abrangente o caráter do *fetichismo* e da *alienação* inerentes ao capitalismo, e sobrevalorizar o método histórico-dialético, onde os fatos da vida social, enquanto elementos de um *dever histórico*, são integrados à *totalidade concreta*, a qual nunca é dada de imediato ao pensamento, mas é “síntese de várias determinações”¹⁴, como diria Marx. Essa é a única forma de conhecimento da realidade. Segundo Lukács, *o todo é o ponto de partida metodológico e a chave para todo conhecimento histórico das relações sociais*, sob pena da relação entre as partes isoladas — sem encontrar sua conexão com o todo — aparecer necessariamente como lei eterna de toda a sociedade humana.

Aliás, para esse teórico, o ideal epistemológico da ciência da natureza, que serve ao progresso dessa, quando aplicado à natureza, contrariamente, quando aplicado às relações sociais, torna-se um instrumento de combate ideológico da burguesia. Para a burguesia é vital que as categorias explicativas de sua ordem produtiva sejam consideradas eternamente válidas, permitindo a intemporalidade dessa ordem por leis gerais imutáveis da natureza e da razão e, por outro lado, considerando as contradições dessa ordem não como inerentes a sua essência, mas como fenômenos superficiais e secundários.

A veracidade dessa perspectiva teórica, para Lukács, pode ser apreendida quando se analisa a essência da sociedade capitalista — o “antagonismo imanente entre as forças produtivas e as relações de produção”. Na realidade social, as contradições estão vinculadas a sua própria essência. Contudo, o conhecimento da existência delas na sociedade não as extingue, mas apenas as apreende como contradições históricas e próprias à ordem de produção. Quando a teoria aponta a possibilidade de superação dessas

¹⁴ MARX. Citado por LUKÁCS. op. cit., p. 68.

contradições, fá-lo a partir de tendências históricas observadas no processo de desenvolvimento da sociedade.

Desse modo, a *inteligibilidade histórica* só é encontrada através do método dialético. Só através dele é possível a compreensão da *história* enquanto *processo unitário*, entendendo este como a apreensão de um fenômeno no “bojo da unidade do processo histórico”, nas relações recíprocas dialéticas e permanentes do todo com as partes e vice-versa, ultrapassando a mera reciprocidade entre objetos imutáveis, na medida em que a relação com o todo torna-se a “determinação condicionante da forma de objetividade de todo objeto”.

Citando Marx, ele exemplifica como a parte só se constitui objetivamente no todo: *Um negro é um negro; somente em certas condições ele se torna um escravo. Uma máquina de fiar é uma máquina de fiar; somente em certas condições ela se torna capital. Separada destas condições ela é tão pouco capital como o ouro é o preço do dinheiro ou o açúcar é o preço do açúcar.*¹⁵

De outra parte, Lukács considera que a *concepção dialética da totalidade* é a única capaz de apreender a realidade enquanto *devir social*, sendo esta a única forma de dissolver em aparência as formas fetichistas de objetividade, engendradas na formação capitalista. As relações reflexivas destas formas fetichizadas, dissimulando as reais relações existentes entre os fenômenos, mostram-se como representações necessárias realizadas pelos agentes da ordem de produção, ou seja, constituem a ideologia da classe dominante, a qual tem exatamente a função de dar a aparência de essência supra-histórica aos fenômenos da sociedade. Sendo assim, ele afirma:

Esta ilusão fetichista, cuja função consiste em mascarar a realidade e que envolve todos os fenômenos da sociedade capitalista, não se limita apenas a ocultar o seu caráter histórico (ou seja, transitório); mais exatamente, ela é possível porque todas as formas de objetividade em que o mundo aparece necessária e imediatamente ao homem da sociedade capitalista ocultam igualmente, em primeiro lugar, as categorias econômicas, sua essência profunda como formas de objetividade, como categorias de relações inter-humanas — as formas de objetividade aparecem como coisas e relações entre coisas. Daí que o método dialético, ao mesmo tempo em que rompe a aparência de eternidade das categorias, deva romper também com a sua aparência de coisidade para abrir a via ao conhecimento da realidade.¹⁶

Na aceção lukacsiana, é essa a *característica* fundamentalmente *revolucionária do método dialético*, ao possibilitar o rompimento da aparência, permitindo chegar à essência do fenômeno, à ruptura entre a teoria e a práxis. É esse método que permite o conhecimento da realidade como devir social, apreendendo as categorias econômicas como produto de uma relação

¹⁵ MARX. Citado por LUKÁCS. op. cit., p.74.

¹⁶ Ibid., p. 75.

determinada entre os homens, em um dado nível de desenvolvimento histórico, e que torna viável a conscientização e a teorização sobre a realidade, ou seja, o autoconhecimento da realidade.

Para Lukács, a ruptura realizada por Marx na filosofia hegeliana, levando ao extremo a tendência histórica contida nesta, reside na própria realidade. Ou seja : a temporalidade de ambos — Hegel e Marx — permitiu modos diferenciados de sua compreensão, face às condições históricas de suas realidades. Assim, à época da elaboração do sistema hegeliano, as forças motoras da história eram ainda pouco visíveis, obrigando a Hegel a ver no povo e sua consciência (mitificado no “espírito do povo”) os agentes do desenvolvimento social e limitando-o ao pensamento platônico e kantiano (dualidade do pensamento e do ser, da forma e matéria), constituindo-se a matéria no “resíduo da determinação” platônica.

Da mesma forma, é a temporalidade histórica e o nível de desenvolvimento desta que produzirá os elementos necessários para o seu próprio conhecimento. Sendo assim, a exigência de Marx para se tomar a realidade como “atividade humana sensível” implica que o *homem* deve assumir a consciência de si mesmo como ser social, como *sujeito e objeto do devir social*. Esta premissa do caráter social e histórico das relações humanas só foi possível ser apreendida por Marx e Engels porque a sociedade burguesa realizou a sua socialização : o capitalismo extinguiu todas as barreiras espaciais, temporais e estamentais, (estas últimas, pelo menos no plano jurídico). No quadro de igualdade formal entre os homens desapareceram as relações entre homem e natureza e passaram a predominar as relações sociais. A sociedade é a única realidade para o homem no capitalismo. Por outro lado, o caráter eminentemente natural da sociedade feudal impedia o homem de assumir a consciência de si próprio como ser social, como sujeito e objeto do devir histórico e social.

Contudo, embora a sociedade burguesa tenha operado essa revolução na sua forma de ser, a classe que dirigiu o processo revolucionário realiza inconscientemente a função de reconhecimento da realidade na sociedade. Por isso, retomando as considerações marxianas, Lukács considera que *só com a emergência do proletariado e de seu ponto de vista foi possível o desvelamento da sociedade na sua totalidade*. Sendo assim, o materialismo histórico, ao mesmo tempo, propiciou a *teoria das condições da libertação do proletariado* e a *teoria do processo total do desenvolvimento histórico*, exatamente porque alcançar a visão mais clara de sua condição de classe constitui-se em elemento vital para o proletariado. Conhecer-se a si mesmo e conhecer a totalidade confundem-se num mesmo sujeito e objeto — o proletariado é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto do conhecimento e da transformação social —, tendo a missão histórica de realizá-la. Para elucidar melhor a questão, repete com Marx:

Quando os ideólogos socialistas atribuem ao proletariado este papel histórico — universal, não é simplesmente (...) porque consideram os proletários como deuses. Ao contrário. Porque a *abstração de toda a humanidade*, até da aparência da humanidade, *está praticamente conclusa no proletariado plenamente formado*; porque, nas condições de vida do proletariado resumem-se, no seu paroxismo mais inumano, todas as condições de vida da sociedade atual; porque, nele, o homem perdeu-se a si próprio mas, ao mesmo tempo, não só adquiriu a consciência teórica desta perda como foi imediatamente compelido, pela miséria, que não pode mais ser rejeitada ou embelezada, que se tornou absolutamente imperiosa — expressão prática da necessidade —, à revolta contra essa inumanidade — em razão de tudo isso, o proletariado pode e tem de libertar-se ele próprio. No entanto, ele não pode libertar-se sem suprimir suas próprias condições de vida, sem suprimir todas as condições inumanas de vida da sociedade atual, que se resumem na sua situação (sem grifo no original). ¹⁷

Embora a evolução social produza (num dado momento de seu desenvolvimento) um proletariado que (em outra etapa de sua evolução) possa constituir-se em classe para si — detendo o conhecimento de si subjetivo e objetivo e, ao mesmo tempo, conhecimento do nível alcançado pela realidade sócio-histórica, suprimindo a alienação e dando orientação sobre as tendências postas pela sociedade para atingir a “ação justa” no momento certo para a libertação do proletariado e da sociedade —, tal caminho não é favorecido historicamente. Ao contrário, e por essa razão, Lukács defende o “marxismo ortodoxo” — superação do revisionismo e do utopismo — cuja função é a luta incessante contra a força corruptora do pensamento burguês sobre o pensamento do proletariado.

É no quadro de defesa da ortodoxia, como a única forma possível de desvelamento do real em sua totalidade, que Lukács retoma as críticas marxianas sobre a etapa de *decadência da ideologia burguesa*, a partir da consolidação da burguesia como classe, quando esta passa a deter o domínio político e a luta de classes entre ela e o proletariado se coloca no cenário histórico de forma mais aguda.

A crítica marxiana contundente ao conteúdo apologético da ciência burguesa pode ser apreendida no texto que transcrevemos:

A burguesia conquistara poder político, na França e na Inglaterra. Daí em diante, a luta de classes adquire, prática e teoricamente, formas mais definidas e ameaçadoras. Soou o dobre de finados da ciência econômica burguesa. Não interessava mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capitalismo, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente, o que contrariava ou não a ordenação policial. Os pesquisadores desinteressados foram substituídos por espadachins mercenários, a investigação

¹⁷ MARX. Citado por LUKÁCS. op. cit., p. 82.

científica imparcial cedeu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética.¹⁸

É dentro desse referencial que Lukács retoma o estudo das tendências dessa anti-ciência, caracterizando as formas que assume a decadência ideológica burguesa sob o imperialismo. Essa decadência ideológica pode ser definida como o processo que corresponderia ao desenvolvimento de formas de expressão retrógradas por parte da burguesia, a partir do momento em que esta, aniquilando a ordem feudal — em face da necessidade de auto-preservação —, de classe revolucionária, até então, torna-se reacionária. No decorrer do período revolucionário, 1848-1851, a burguesia européia encontra-se contestada e ameaçada pela nova força que se expandira por conta do próprio desenvolvimento da sociedade capitalista e burguesa — o proletariado. O Terceiro Estado está fragmentado. No texto a seguir, Lukács explicita de modo surpreendente este processo:

Como consequência necessária da anarquia capitalista na produção, a burguesia, em seus combates (...) só podia ter uma ideologia: a da liberdade individual. A crise da cultura capitalista se desencadeou, pois, por força, no momento em que essa ideologia entrou em contradição com a ordem social burguesa. Enquanto a burguesia em ascensão se apoiava na sua ideologia para combater as instituições da sociedade estratificada (feudal), essa ideologia como aconteceu no século XVIII, foi a expressão adequada das condições de luta de classes, na situação dada; por isso a burguesia daquela época pode ter uma verdadeira cultura. Quando, porém, a burguesia assumiu o poder (por conseguinte já na Revolução Francesa), verificou-se que tal ideologia, não podia ser posta em prática de maneira consequente sem a superação da ordem social cuja ideologia engendrara a idéia da liberdade individual. Em suma: para a classe burguesa era impossível aplicar ao proletariado seu próprio conceito de liberdade. Nas novas condições (...) ou a burguesia tinha de regenerar a sua ideologia ou precisava agir na prática em disfarçada contradição com ela, mistificando-a.(...)

Essa crise ainda se tornou mais aguda na medida em que o princípio da liberdade foi obrigado a se desenvolver numa insuprimível contradição também no plano econômico (...) com [o capitalismo monopólico] foi criada uma poderosa forma de organização da produção (cartéis, trustes) que funciona em radical contradição com a idéia dominante da ordem social capitalista dos primeiros tempos: a livre concorrência. E com isso desaparece o chão em que pisava a ideologia ligada a essa idéia dominante.¹⁹

¹⁸ MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Posf. a 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d. L.1., v.1., p.11.

¹⁹ LUKÁCS, Georg. *Alte Kultur und neue Kultur*. (A velha cultura e a nova cultura). Internationale. n. 6-7, 1919. In: KONDER, Leandro. *Fontes do pensamento...*, p. 127-128.

A necessidade de auto-preservação impõe limites às formas de expressão, entre as quais à própria ciência, cuja finalidade, a partir daí, não será mais a compreensão da “realidade” em sua “totalidade”, ou seja, a busca da “verdade”, mas o conhecimento útil ao capitalismo. Segundo Lukács, “as contradições do real deixariam de impulsionar a investigação científica, para desde então serem alvo do esforço obscurantista que pretende velá-las”.²⁰

Dessa forma, a consolidação da burguesia, com o dobre final da sociedade feudal, encaminha no campo do desenvolvimento do conhecimento duas alternativas para a compreensão do “real”. De um lado — a partir da crítica ao conteúdo da economia clássica, ao hegelianismo, ao socialismo utópico e à decadência política dos partidos burgueses —²¹ Marx e Engels elaboram a *ciência da história*, que permite, na visão lukacsiana, a compreensão da sociedade capitalista em toda a sua dinâmica contraditória — na sua totalidade; de outro, a necessidade de conservação do domínio burguês gera a deterioração da *ciência burguesa*, (fecundada até então pelas contradições do desenvolvimento social), passando a nortear-se pelas necessidades utilitárias do capital, e produzindo uma reviravolta no pensamento burguês no sentido da *apologia, do ecletismo e da especialização do conhecimento*.

Para uma maior clareza da degradação da ciência burguesa é interessante avaliar a natureza do avanço da ciência da história. O desenvolvimento da filosofia clássica alemã e da economia clássica inglesa, antes do surgimento do marxismo, havia observado uma trajetória que lhes conferira uma “autonomia aparente”.²² Cada uma dessas ciências havia alcançado um determinado progresso dentro de um dado desenvolvimento da sociedade burguesa, o que lhe lhes dá uma aparência de autonomia. Tal autonomia, levada às ultimas conseqüências, criaria as condições de sua superação — só o extremado desenvolvimento autônomo revelaria os limites dessa autonomia e o seu caráter de aparência —, propiciando o surgimento da ciência da história, e numa etapa de maior desenvolvimento das forças produtivas, possibilitaria a absorção dessas contribuições pela teoria marxista.

O *materialismo histórico*, como uma forma de autoconhecimento da sociedade capitalista, demonstrando a falsidade da autonomia das ciências, gerou, por sua vez, a sua própria “contradição,” ou seja, a negação ao avanço alcançado por essas teorias, que se traduziram na *anti-ciência burguesa*. Esta, ao contrário da ciência da totalidade, empreende seu desenvolvimento através da

²⁰ LUKÁCS, G. Marx e o problema da decadência ideológica. In : LUKÁCS, G. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1968. p. 51.

²¹ Na revolução de 1848, os partidos burgueses traíram o povo em favor dos Hohenzollern, na Alemanha; e em favor de Bonaparte, na França. Conforme PAULO NETTO, J. (Org.). LUKÁCS ... , p. 110.

²² LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. Porto : Escorpião, 1974. p.240.

especialização atomizada do conhecimento, com o que parcializa a apreensão do real, dificultando a sua apreensão enquanto concreto pensado.

Exemplo concreto desse tipo de decadência ideológica está na sociologia, que surge como ciência autônoma e tem como objeto estudar as leis e a história do desenvolvimento social, separando-as da economia. Este, aliás, será o estigma de todas as ciências orientadas pela especialização do conhecimento em campos cada vez mais restritos e particularizados. Resta lembrar, para reafirmar a preocupação lukacsiana, além das várias ciências atomizadas em seus objetos específicos, o monopólio crescente de especialistas dentro das próprias áreas cada vez mais fragmentadas das ciências: a psicologia social, a medicina nuclear, a administração escolar, a história política, social, das mentalidades, etc.

Lukács observa, ainda, que o discurso das ciências burguesas passa por elaborações diferenciadas à medida em que avança o processo de consolidação e de crise do capitalismo e a conseqüente decadência ideológica: de um estágio de *defesa burguesa do progresso* (Ricardo) a outro de *crítica romântica* do capitalismo (Sismondi, Malthus, Carlyle), passa-se, numa etapa posterior, a um *combate aberto e sistemático* ao materialismo histórico (Weber, assim como alguns positivistas ou neo-positivistas). No decorrer do desenvolvimento das forças produtivas e do aprofundamento das contradições — cada vez mais óbvias —, as ciências burguesas acabariam, aos poucos, assumindo um *discurso científico* menos combativo, mas *eclético e apologético*. Não havendo como negar de forma contundente algumas categorias de análise do materialismo histórico, utilizam-nas, sem, contudo, empregá-las na sua amplitude; não havendo como negar as contradições, opõem-nas entre si “de maneira superficial, rígida e carente de mediações”. Conforme Lukács: “Quanto mais se mascara de ‘crítico’ e ‘revolucionário’, tanto maior é o perigo que representa para as massas trabalhadoras cuja revolta é ainda confusa.”²³

Dado o caráter predominante desse discurso, pautado pelo ecletismo na crise da sociedade burguesa, cabe a sua análise mais detida. Para Lukács, o ecletismo é a forma científica pela qual se manifesta o espírito pequeno burguês, tão bem representado, segundo Marx, pelo utilitarismo de Jeremy Bentham. Aliás, Marx, Engels e Lenin demonstraram em várias oportunidades (por exemplo, no *Anti-Dühring* e no *Materialismo e Empírio-Criticismo*, respectivamente), como em diversos campos — na história, na economia, na filosofia, na sociologia —, as “sopas ecléticas” são preparadas para a “indigestão ideológica” das massas.

O ecletismo tem na especialização do conhecimento a sua outra face. Seu fundamento não é constituir um sistema, mas conciliar sistemas. Para isso, seleciona o que há de válido e positivo em cada um deles. Parte do pressuposto

121 PAULO NETTO, J. (Org.). LUKÁCS..., p.119.

que o real é constituído teoricamente — em pensamento — pela justaposição das partes. Como cada ciência especializa-se numa esfera do real, jamais podendo esgotá-lo, só a soma dos conhecimentos desenvolvidos por todas as ciências reconstituirá a unidade do real.

Ao assumir esse *relativismo ideológico*, ignorando as implicações político-filosóficas dos sistemas, o ecletismo torna-se conservador, — por mais progressista que possa parecer —, fazendo concessão à ideologia burguesa e constituindo-se numa arma contra o proletariado, a ciência da história e a apreensão da totalidade. Nele, conforme diz Nogueira:

(...) o conhecimento é 'desideologizado' e colocado numa esfera acima das particularidades das perspectivas que se quer combinar. Assim, posso valer-me das categorias funcionalistas sem ser reacionário, ser revolucionário sem aplicar o marxismo, empregar conceitos dialéticos para compor uma concepção weberiana ou positivista. Frente a isso adquire vida a formidável expressão de Lukács: ética de esquerda, epistemologia de direita.²⁴

Por outro lado, não se pode deixar de destacar que tanto a apologia vulgar direta (defesa do progresso) ou indireta (romântica), quanto a apologia eclética são produzidas pela divisão capitalista do trabalho, que se insinua no pensamento singular deformando-o, fixando o isolamento aparente dos momentos superficiais da vida capitalista na consciência daqueles homens que capitulam sem resistência. Na sociedade capitalista, quer as atividades profissionais, quer as várias esferas do processo de produção e reprodução da vida tomam a aparência de autônomas no interior do conjunto dessa sociedade. Enquanto o marxismo interpreta essa contradição como um efeito histórico da “produção social e apropriação privada”, a superficialidade da aparência é apreendida pela ciência burguesa como natural e eterna.

²⁴ NOGUEIRA, Marco Aurélio. Anotações preliminares para uma história crítica da sociologia. *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo : 3 : 51, 1978.

2.6. Os mecanismos de poder e de saber: uma estratégia de disciplinarização e controle

*Quem somos nós, que estamos em excesso,
neste tempo em que não acontece o que deveria
acontecer?*

Foucault

Em entrevista a Bernard Henry-Lévy, ao responder a uma indagação sobre a possibilidade de retorno à filosofia clássica, Foucault insere no quadro desta a “vertente da história, em que a revolução deve se conter, mas ainda não aconteceu”, colocando-se a questão acima (em epígrafe) e afirmando que “todo o pensamento moderno, como toda a política, foi comandada pela revolução”. Lembrando as palavras de Napoleão — “A forma moderna do destino é a política” —, explica que esta decorre da Revolução Francesa e que aquele estadista tirava sua conclusão desta verdade, uma vez que “ele vinha depois da revolução e antes do eventual retorno de outra”, sendo esse o problema de nosso tempo. “Sem ele, a questão do stalinismo seria apenas uma questão de escola (...) de validade do esquema marxista. Ora, a questão é bem outra no stalinismo. (...) é a própria desejabilidade da revolução que hoje causa problema...”¹

E, mais adiante, afirmaria que, se a revolução não fosse hoje mais desejável, “seria preciso inventar outra ou alguma coisa para substituí-la”, deixando em aberto a possibilidade de uma outra noção de revolução, ao declarar: “Pois se é verdade que a política é um campo que foi aberto pela existência da revolução e se a questão da revolução não pode mais ser colocada nestes termos, então a política pode desaparecer.” Questionado, ainda, se não teria restabelecido aquela natureza da revolução ao dizer: *Onde existe poder, existe resistência*, Foucault caracteriza a resistência de que fala “não como uma substância (...) anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e

¹ Entrevista sob o título de : “Non au sexe roi”, in “Le Nouvel Observateur”, Paris, 12 de março de 1977. In: MACHADO, R. Michel Foucault : Microfísica ... , p. 240.

absolutamente contemporânea. (...) Para resistir é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que como ele venha de ‘baixo’ e se distribua estrategicamente.”²

Se considerada essa característica de coexistência ou de contemporaneidade ao poder que se deva enfrentar, a noção marxiana de revolução e a noção foucaultiana de resistência talvez não apresentem grandes diferenças, pois aquela nasce em seus imperativos no seio da antiga forma política, crescendo paralelamente a ela, até ter força suficiente para aniquilá-la, devendo, da mesma forma, vir “de baixo”, ou seja, ser dirigida pelos estratos inferiores da sociedade capitalista — o proletariado. Por outro lado, a concepção de poder já traz uma diferença significativa, na medida em que o poder marxiano é centralizado, reside “em cima”, na estrutura política do Estado, estando localizado nas mãos daqueles que detêm o poder econômico, e também o domínio político. Daí, a concepção marxista de revolução de “assalto ao Palácio de Inverno”. Ao contrário, o “poder” foucaultiano está disseminado por todos os estratos e esferas sociais, (são os micro-poderes, que de certa forma são autônomos em relação àquele poder central). Não são reflexos daquele, mas fazem parte de uma rede ampla de poderes, difusa por toda a sociedade, e que historicamente foi absorvida, assimilada, institucionalizada, através do direito e da lei como se fora originária desta. É a razão dessa diferença conceitual que tentaremos compreender.

Contudo, antes de avançarmos nas considerações teóricas de Foucault, destacaremos o quadro histórico em que ele se insere, ou seja, a sua temporalidade. Gramsci e Lukács vivem os momentos de consolidação do poder burguês e de suas grandes crises econômicas e políticas, nas primeiras décadas deste século, como já observamos. Sua atenção foi desviada para o estudo das estruturas do poder burguês, sob a confluência de dois acontecimentos históricos importantes : a crise geral do capitalismo e o fracasso do socialismo no Ocidente, reorientando suas análises e, sobretudo, sendo elas difundidas após a queda do stalinismo. Foucault, por seu lado, realiza seus estudos como corolário deste último fenômeno político — fim do stalinismo — e, por outro lado, do movimento estudantil de maio de 1968, tendo sido figura central da vida intelectual francesa e ativo militante nos combates políticos produzidos nas décadas de setenta e oitenta, em especial na Europa.

A queda do stalinismo permite arejar a esclerose do dogmatismo marxista, que se instalara durante e logo após a era stalinista dos primeiros tempos, e sua influência nos partidos comunistas europeus, e os acontecimentos de 1968 propiciam uma abertura política, que abre caminho a novas formulações teóricas, não necessariamente emparelhadas com as teses marxistas, como afirma

² MACHADO, R. op. cit. p. 240 -241.

o próprio Foucault, quando mostra as razões de seu “desconcerto” ao ver suas novas formulações e temáticas serem consideradas “politicamente sem importância e epistemologicamente sem nobreza”: os comunistas franceses arrogavam-se como os únicos capazes de revigorar a “tradição liberal universitária”; o stalinismo pós-stalinista “não permitia a abordagem de caminhos ainda não percorridos”; o Partido Comunista Francês — P.C.F. — recusava-se “em colocar o problema (...) do *esquadrinhamento disciplinar da sociedade*. Sem dúvida, por volta de 1955-60, poucos tinham conhecimento da amplitude real do Gulag [o livro de Soljenítsin — *O arquipélago Gulag*, só fora publicado em 1974], mas creio que muitos a pressentiam, muitos tinham a sensação de que sobre essas coisas era melhor não falar : zona perigosa, sinal vermelho;” e, ainda, “(...) foi somente por volta de 68, apesar da tradição marxista e apesar do P.C., que todas estas questões adquiriram uma significação política com uma acuidade que eu não suspeitava...”³

E, em outro momento, quando explica suas razões, para ter voltado sua atenção aos estudos das *estruturas de poder*:

Não vejo quem — na direita ou na esquerda — poderia ter colocado este problema do poder. *Pela direita, estava somente colocado em termos de constituição, de soberania, etc. portanto em termos jurídicos; e, pelo marxismo, em termos de aparelho de Estado*. Ninguém se preocupava com a forma como ele se exercia concretamente e em detalhe, com sua especificidade, suas técnicas e suas táticas. Contentava-se em denunciá-lo no 'outro', no adversário, de uma maneira ao mesmo tempo polêmica e global : o poder no socialismo soviético era chamado por seus adversários de totalitarismo; no capitalismo ocidental, era denunciado pelos marxistas como dominação de classe; mas a mecânica do poder nunca era analisada. Só se pode começar a fazer este trabalho depois de 1968, isto é, a partir das *lutas cotidianas* e realizadas na base com aqueles que tinham que se debater nas malhas mais finas da rede do poder. Foi aí que apareceu a concretude do poder, ao mesmo tempo a fecundidade possível destas análises do poder, que tinham como objetivo dar conta destas coisas que até então tinham ficado à margem do campo da análise política (sem grifo no original).⁴

É, portanto, nesse quadro que Foucault formula suas teses sobre a *estrutura do poder burguês, capitalista e industrial*. Começando por questões como a psiquiatria, o nascimento da medicina social, a reclusão, a interrelação de saberes, a disciplina e a sexualidade, nem por isso, desde o início, deixou de tratar da questão do poder. Embora não explicitamente colocado nos primeiros livros, preocupou-se sempre com as formas de *esquadrinhamento disciplinar*, que se estruturam nas sociedades capitalistas, voltando sua atenção sobremaneira

³ Ibid. p. 2-3.

⁴ Ibid. , p. 6.

para segmentos da população considerados marginalizados, excluídos da sociedade : os loucos, os detentos, os doentes; e na sua militância política : os imigrantes, os negros, as mulheres, os homossexuais, enfim todos quantos fossem perseguidos, discriminados ou explorados, considerando essas lutas articuladas às lutas dos trabalhadores. Contudo, num determinado momento de suas pesquisas reformula seus objetivos teóricos e políticos, completando a sua *arqueologia do saber* pelo projeto de uma *genealogia do poder*.⁵

Na sua guerra contra as instituições disciplinadoras seu alvo são os “intoleráveis” : “os tribunais, os tiras, os hospitais, os asilos, a escola, o serviço militar, a imprensa, a televisão, o Estado”, relacionados no primeiro opúsculo, sob o título de *Intolérable* (Intolerável), publicado em 1971, por um movimento político criado por ele, o Groupe d'Information sur les Prisons — GIP — (Grupo de Informação sobre as Prisões).⁶

Antes, em 1961, em *História da Loucura*, o pensador francês estudaria em diferentes épocas, e não se limitando a nenhuma disciplina — “os saberes sobre a loucura para estabelecer o momento exato e as condições de possibilidade do nascimento da psiquiatria”, sem se preocupar seja com a história de uma ciência como um desenvolvimento linear que vem desde suas origens, seja com a ruptura epistemológica entre ciência e pré-ciência, tendo no saber o *campo de investigação*. O objetivo do projeto é estabelecer as *relações entre os saberes*, na sua positividade própria — do que foi dito e aceito como tal e não julgado a partir de um saber posterior e superior —, para que dessas relações, em uma mesma época ou em épocas diferentes, possam ser apreendidas as compatibilidades ou incompatibilidades que estabeleçam *regularidades ou rupturas*, buscando no campo do saber (psiquiátrico ou não) as diversas configurações arqueológicas.

Outra novidade metodológica foi não se limitar ao nível do discurso, articulando : o *saber* sobre o louco com as *práticas* de internamento (descobrimos que essa articulação era mais relevante do que o saber teórico sobre a loucura); e as práticas de internamento nas suas relações com *instâncias sociais* como a política, a família, a Igreja, a justiça, as causas econômicas e sociais das modificações institucionais, demonstrando como a psiquiatria, ao invés de ser responsável pela descoberta da essência da loucura e da sua libertação é, ao contrário, a radicalização de um processo de dominação do louco.

Em *O Nascimento da Clínica*, de 1963, Foucault objetivaria estabelecer e caracterizar a ruptura que se deu entre a medicina clássica e a medicina moderna. A mudança é *identificada na positividade do saber* com seus

⁵ MACHADO, R. “Por uma genealogia do poder”. Introdução ao livro Michel Foucault : *Microfísica...*, p. VII.

⁶ FOUCAULT, M. *Intolérable*, n. 1, ed. Champ Libre, 1971. Citado por DIDIER, Eribon. *Michel Foucault uma biografia*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo : Companhia das Letras, 1990. p. 208.

objetos, conceitos e métodos — diferentes. A análise arqueológica procurou explicitar os princípios de organização da medicina em épocas diferentes, demonstrando que a medicina clássica fundamenta-se na história natural enquanto a moderna tem como base a biologia, daí sua oposição. Analisando a questão dos tipos de intervenção das várias formas de medicina, articula os saberes com o extra-discurso, seja o hospital, a família, a escola, seja em nível mais global, como as transformações político-sociais, em especial da época da Revolução Francesa.

As Palavras e as Coisas, de 1966, deixa de lado as relações entre os saberes e as estruturas econômicas e políticas, tendo como interesse aprofundar e generalizar interrelações conceituais capazes de determinar os saberes constitutivos das ciências humanas. O núcleo central da discussão é que o aparecimento das ciências humanas (psicologia, sociologia, antropologia) só foi possível a partir do momento em que as ciências empíricas (biologia, economia, filologia) e as filosofias modernas, no século XIX, colocaram o homem como objeto e sujeito do conhecimento (desde Kant), possibilitando um estudo do homem como representação. Embora ele não o diga, explicitamente, (esse não é o seu interesse) isso se dá com a consolidação das relações sociais no capitalismo. Nessa obra, ele tentou definir claramente o que entendia por *descontinuidade*. Em oposição à imagem de um desenvolvimento tranqüilo e continuísta e à idéia de maturação da ciência, ele tenta mostrar que em determinados saberes empíricos o ritmo das transformações era outro. Há momentos de rupturas que significam não apenas novas descobertas, novos saberes, mas um novo “regime” *no saber e no poder*, e que se realizam num espaço de tempo limitado. O que está em questão não é a mudança de conteúdo ou de modelo teórico, mas é o que rege os enunciados e a forma como estes se regem entre si para constituir um conjunto aceitável cientificamente. O problema não é saber “o poder que age do exterior sobre a ciência, mas *que efeitos de poder circulam entre os enunciados científicos*; qual é o seu regime interior de poder; como e por que em certos momentos ele se modifica de forma global?”⁷

Segundo Machado, esses três livros e mais *A Arqueologia do Saber*, de 1969, revelam : “a homogeneidade dos instrumentos metodológicos utilizados até então, como o *conceito de saber, o estabelecimento das descontinuidades, os critérios para datação dos períodos e suas regras de transformação, o projeto de interrelações conceituais, a articulação dos saberes com a estrutura social, a crítica da idéia de progresso em história das ciências, etc.*”⁸ (sem grifo no original).

⁷ MACHADO. Michel Foucault : *Microfísica ...* , p. 4.

⁸ *Ibid.* , p. X.

Foucault, com a sua *Arqueologia do Saber*, renova as análises históricas sobre as ciências. Partindo da questão do *porquê*, espera explicar o aparecimento e a transformação de *saberes*, a partir de condições de possibilidades externas aos próprios saberes ou imanentes a eles, situando-os como elementos de um dispositivo de natureza estratégica, como *peças de relações de poder* ou incluindo-os em um dispositivo político que chamará de *genealogia*.

Em *Vigiar e Punir*, de 1975, e no primeiro volume de *História da Sexualidade : A Vontade de Saber*, Foucault introduz nas análises históricas, de forma mais explícita, a *questão do poder como instrumento de análise que explica a produção dos saberes*. Contudo, ele não elabora uma teoria do poder. Ele não analisa o poder como algo unitário e global com características universais e uma essência, mas o que vê são formas díspares, heterogêneas, em mutação permanente. O *poder* não é natural, mas é uma *prática social, constituída historicamente*.

Um aspecto importante a destacar é que a *genealogia de poder* em Foucault produz uma ruptura, ou para usar uma terminologia sua, uma *descontinuidade* ou deslocamento das análises realizadas pela ciência política em relação ao poder, limitando-o fundamentalmente à esfera do Estado — aparelho central e exclusivo de poder : análise *macro*. A partir de evidências fornecidas pelos documentos, ao estudar, especialmente, as formações históricas das sociedades capitalistas, através de pesquisas empíricas sobre o nascimento e a organização da instituição carcerária e da constituição de dispositivos de controle da doença, do louco e da sexualidade, Foucault percebeu a não correspondência entre Estado e poder.

Mas o que surge, concluiu, é a existência de formas de exercício de poder, diferenciados do Estado, a ele articulados e que são indispensáveis a sua sustentação e atuação eficaz : análise *micro* ou *microfísica do poder*, como Foucault a chamou. Isso significa não apenas um deslocamento do espaço da análise como do nível em que ela se efetua (onde e como se realiza); ou seja, a análise do poder em suas extremidades, suas formas locais e a investigação sobre os procedimentos técnicos de poder que atingem a realidade concreta dos indivíduos, controlando minuciosamente seus corpos — gestos, comportamentos, hábitos, discursos. Esses dois tipos de poder, entretanto, se articulam e sua análise deve levar em conta a situação concreta e o tipo de intervenção. Por outro lado, seus estudos evidenciaram que os poderes fragmentários e moleculares não são necessariamente integrados pelo aparelho central de Estado, nem por ele criados, mas mantêm uma determinada autonomia, o que significa que as transformações ao nível capilar não estão necessariamente ligadas a grandes mudanças ocorridas no âmbito do Estado.

Sem dúvida, Foucault salientou a importância da Revolução Francesa na transformação de saberes e poderes que se referem à medicina, à psiquiatria e

ao sistema penal, mas não fez dessas análises uma regra de seu método. Motivo: “o aparelho de Estado é um instrumento específico de um sistema de poderes que não se encontra unicamente nele localizado, mas o ultrapassa e complementa”.⁹ Isso acaba apontando para uma consequência política de suas análises: servir de instrumento de luta, articulado com outros, contra essas relações de poder. Contrariando a tese da destruição do Estado, acaba indiretamente defendendo outra, que considera não ser suficiente apenas isso para transformar ou aniquilar o poder, mas que é necessário descobrir uma nova forma de desmontar os dispositivos estruturantes da complexa rede de poderes que impera na sociedade. Nesse sentido, sua revolução é contra o poder, logo podendo-se perceber um resquício anarquista em suas considerações. Mas o poder que ele recusa, face ao período analisado, é um poder específico — o poder burguês. Logo, sua revolução ou resistência é anti-burguesa.

Metodologicamente, Foucault preocupa-se com uma análise do poder que ele chamou de descendente — deixando de lado o poder do Estado e voltando seu “olhar” até os escalões mais baixos da sociedade, onde o poder penetra e se reproduz nas formas mais infinitesimais. Em suas análises, ele se prende mais diretamente à questão dos poderes ligados aos objetos de seus estudos — a medicina, a psiquiatria, o sistema penitenciário, a sexualidade. Isso não significa que ele negue o papel do Estado nas relações de poder, mas que *deseja subverter a idéia de que o aparelho estatal é fonte única de poder* e que a rede de poderes da sociedade seja um simples prolongamento do poder do Estado, o que minimizaria a especificidade dos poderes que pretendia analisar. Daí a metodologia usada : partir da especificidade do objeto analisado — dos mecanismos atomizados de poder, articulados com a produção de saberes sobre a loucura, a doença, a sexualidade, o criminoso, analisando como esses *micro-poderes*, que possuem tecnologias e histórias próprias, relacionam-se com o poder mais amplo do aparelho de Estado — a análise ascendente.

O fundamental em suas análises é que o *poder* não está localizado em nenhum ponto específico da estrutura social, mas funciona como uma *rede de dispositivos a que nada limita*. O poder não se detém como uma propriedade, rigorosamente ele não existe; o que existe são relações de poder. O poder é uma multiplicidade de correlações de força em sua desigualdade que, justamente por essa característica, induzem a estados de poder, mas sempre instáveis e localizáveis, produzindo-se em toda relação entre um ponto e outro. “O poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa determinada sociedade.”¹⁰

⁹ Ibid. , p.XIII.

¹⁰ FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I. A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. 11. ed. Rio de Janeiro : Graal , 1993. p. 88.

Por conseqüência, como o poder é *relacional*, não existe a possibilidade de luta contra ele vinda do exterior, de outro local, pois nada está isento de poder. Qualquer luta contra ele é resistência, inserida na própria rede de poder. Diz Foucault : “*onde há poder, há resistência*”, ela está sempre presente, como pontos móveis e transitórios que tanto como o poder se distribui na estrutura social, constituindo-se como relações de força.

Dessa forma, Foucault se insurge contra a noção econômica de poder, que o considera uma mercadoria, e, indiretamente, contra a concepção estéril de revolução como “assalto ao Palácio de Inverno”, porém deixa transparecer a noção de *revolução-resistência, cotidiana e contínua*, na medida em que considera o poder não como um local que se ocupa ou um objeto que se detém a posse, mas uma relação de força, uma luta, uma estratégia, uma tática de controle. Ele se exerce, se perde, se ganha, mas numa luta incessante, cotidiana, em todas as instâncias onde se localiza. Quanto ao seu modo de exercício, ele rejeita a concepção jurídica do poder, que o caracteriza como um fenômeno essencialmente ligado à lei ou à repressão e reformula uma *noção não-jurídica do poder, baseada na positividade, na sua capacidade de produção de saberes e não na legalidade ou na violência*.

Embora negue o caráter econômico, centralizado e repressivo do poder, ele não consegue livrar-se completamente do seu caráter histórico e relacional, o que por sua vez guarda vagamente a marca da tese marxiana do poder na divisão social do trabalho. Em que pese o traço de positividade do qual o reveste.

Esclarece que, de um lado, as teorias que têm origem na filosofia do século XVIII definem o poder como algo que se aliena para constituir a soberania, cujo instrumento privilegiado é o contrato. Essas teorias têm como exigência o exercício do poder na forma da legalidade, criticando os abusos do poder real. De outro lado, há as teorias que caracterizam o poder como o modo de legitimar o exercício da violência aos transgressores da lei, sendo papel do Estado realizar a repressão. Em ambas, o poder se fundamenta no direito : na legalidade e na violência regulamentada.

Contrariamente, Foucault opõe a essa concepção negativa de poder (que se concretiza ao nível do direito, da violência, das relações contratuais ou repressivas, e que identifica o poder com o Estado — este como um aparelho repressivo, intervindo na sociedade pela violência, repressão ou opressão) uma concepção positiva, produtiva, transformadora, que espera dissociar dominação e repressão. Para ele, a dominação capitalista não conseguiria reproduzir-se baseada somente na repressão, mas ela se realiza pela *eficácia produtiva do poder*, que tem como *alvo o corpo humano*, para aprimorá-lo, adestrá-lo, discipliná-lo, produzindo saberes, segundo os interesses mais amplos do sistema capitalista. O fundamental não é aniquilar os homens através da repressão, mas

gerir suas vidas, controlá-los em suas atividades e comportamentos, aperfeiçoá-los em suas capacidades, para poder aproveitá-los ao máximo, cujo *objetivo é, ao mesmo tempo, econômico e político* : aumento da sua capacidade produtiva, tornando-os força de trabalho aprimorada e diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de subversão aos poderes constituídos. Aumentar a força econômica e reduzir a força política : esses são os objetivos do poder burguês.

Contudo, é preciso ter cautela. As análises foucaultianas sobre o poder não são globalizantes, embora muitas vezes suas afirmações tenham um caráter global — principalmente pelo tom polêmico. Elas são, na realidade, limitadas, articuladas aos objetos demarcados e particularizados que investiga. Ao analisar o poder, ele o fez, sobretudo, quando estudou a questão da penalidade, como uma relação específica de poder que se insurgia sobre os indivíduos, controlando seus corpos, através de uma tecnologia própria. E, em suas pesquisas, descobriu que essa tecnologia de dominação não era exclusiva do sistema penitenciário, mas estava presente em outras instituições como hospitais, exército, escolas, fábricas, conforme indicava o texto de Jeremy Bentham — o *Panopticon*.

É este tipo de poder que Foucault chamará de disciplina ou *poder disciplinar*, o qual funciona como uma rede que atravessa as instituições sem se limitar a suas fronteiras. Constitui-se em uma tecnologia, um instrumento, um dispositivo de poder, conforme explica Foucault: “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade (...)”¹¹. É um mecanismo de poder que, ao invés de atuar de fora para dentro, domina os homens em seus corpos, manipulando-os em seus elementos mais íntimos, produzindo comportamentos necessários ao funcionamento e reprodução da sociedade capitalista industrial. Inserido no quadro de explosão demográfica e crescimento da produção capitalista do século XVIII, o controle do corpo responde às necessidades de sua utilização racional do ponto de vista econômico, o que só é possível (o corpo só se torna força de trabalho) se trabalhado pelo sistema de dominação específico do poder disciplinar.

Machado¹² sintetiza as características desse *poder disciplinar*, que são interrelacionadas entre si: 1) a disciplina é um tipo de *organização de espaço*, embora essa não seja sua característica mais importante, porque a disciplina não necessita propriamente de um espaço para se realizar. De qualquer modo, o poder disciplinar, em geral, esquadrinha o indivíduo em um espaço hierarquizado para dele extrair os comportamentos desejados; 2) a disciplina é um *controle do tempo*, para produzir o máximo de rapidez e de eficácia. “Esse controle

¹¹ FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. p. 139. Citado por MACHADO. op. cit., p.XVII.

¹² MACHADO. op. cit. , p. XVIII-XIX.

minucioso das operações do corpo, ela o realiza através da elaboração temporal do ato, da correlação de um gesto específico com o corpo que o produz e, finalmente, através da articulação do corpo com o objeto a ser manipulado”; 3) um dos seus principais instrumentos de controle é a *vigilância*, contínua, permanente, sem limites, indiscreta com relação a quem ela se exerce e discreta por parte de quem a exerce — é o olhar invisível do Panóptico, que permite ver tudo sem ser visto — “deve impregnar quem é vigiado de tal modo que este adquira de si mesmo a visão de quem o olha”; 4) a disciplina exige um *registro* contínuo de conhecimento. Exerce um poder e paralelamente produz um saber. Aquele que observa registra e produz informações para seus estratos superiores.

Outro aspecto interessante a destacar é que as relações de poder disciplinares, nas sociedades modernas depois do século XIX, adquirem um importante papel de estratégia positiva, enquanto tecnologia empregada. Segundo Foucault, o poder produz o indivíduo. Este é uma produção do poder e do saber. É essa a essência do poder disciplinar — a produção do homem em sua individualidade. Acrescentaríamos: o capitalismo necessita desenvolver o homem em suas potencialidades individualizadas para produzir, para consumir, para ser dominado.

Para compreender essa nova estratégia, é preciso cotejar as explicações tradicionais sobre o poder nas sociedades capitalistas com a noção de Foucault. Aquelas entendem-no como algo que massifica, descaracteriza, o que subentende a existência de algo anterior — uma individualidade “natural” já constituída com características, comportamentos e desejos definidos, que seriam dominados por um poder exterior e sufocados. Foucault acredita que se deu o contrário: uma massa confusa e desordenada foi esquadrihada pelo poder disciplinar, tornando-se ordenada e no interior da qual surge o indivíduo como alvo de poder. Nas relações de poder capitalista produziu-se o indivíduo e a massa “amorfa” de indivíduos segundo os interesses desse poder.

Dessa forma, ele demonstra que o nascimento da prisão, em fins do século XVIII, não representou uma massificação do encarcerado; ao contrário, inovou, através do isolamento celular — parcial ou total. O nascimento do hospício — o louco antes era parte de uma multidão, sendo configurada sua especificidade como desrazão —, do mesmo modo, não destruiu a especificidade da loucura, mas produziu o louco como doente mental, individualizado a partir de relações disciplinares de poder. E antes, ainda, do aparecimento das ciências sociais, os dispositivos de individualização já surgiam com a instituição das paróquias, do exame de consciência, da direção espiritual, do sacramento da confissão, desde o século XVI, quando as relações capitalistas já se articulavam.

Logo, o poder disciplinar produz o indivíduo. Mas o poder que individualiza é um tipo específico de poder — a disciplina —, característico de uma época, de uma forma específica de dominação, portanto histórico. É um poder diferente daquele que se exercia nas sociedades anteriores, como a

medieval, onde “a individualização é máxima do lado em que se exerce a soberania e nas regiões superiores de poder (...), e em um regime disciplinar, a individualização, em contrapartida, é ‘descendente’: à medida que o poder se torna mais anônimo e funcional, aqueles sobre quem ele se exerce tendem a ser mais fortemente individualizados (...)”¹³ O poder disciplinar produz o homem individualizado e, ao mesmo tempo, o produz como objeto de saber. Segundo Foucault, é das técnicas disciplinares (de individualização) que nascem as ciências humanas, tematizadas por ele em suas primeiras obras como *arqueologia do saber*.

A propósito da individualização na sociedade disciplinar, quanto mais a sociedade capitalista desenvolve-se mais ela individualiza, mais ela isola os indivíduos em seu interior, organizando, estabelecendo regras, delimitando espaços, controlando seus corpos, seus gestos, seus pensamentos, neles interpenetrando de diferentes formas.

Diferindo das análises marxistas, que situam as ciências humanas como um efeito superestrutural das relações de produção — portanto como um efeito ideológico, relacionando o conhecimento como idéia, fenômeno de consciência, situando-o como expressão das condições econômicas —, Foucault, em sua *genealogia*, considera o saber como materialidade, como prática, como peça de um dispositivo político que, enquanto tal, se articula com a estrutura econômica, na medida em que fornece as respostas aos problemas enfrentados na materialidade. Por outro lado, não leva em conta as análises que distinguem ciência de ideologia, razão pela qual considera sua arqueologia como uma história do saber. Seu objetivo é contestar a idéia da neutralidade objetiva do conhecimento científico, que leva o indivíduo a superar as suas limitações particulares de existência, e da ideologia como um conhecimento mascarado pelas condições de existência do indivíduo.

Seguindo a linha pessimista da epistemologia do XIX, para ele, não existe verdade absoluta, verdade científica, porque retratam fielmente a realidade, mas o que há é um *regime de verdade no interior de uma rede de poder*. Todo saber, seja científico ou ideológico, é *político*, porque nasce em condições políticas que constituem o sujeito e os domínios de saber, nasce em relações de poder. Saber e poder estão em relação recíproca. Não há relação de poder sem constituição de um campo de saber e vice-versa. Do mesmo modo que o hospital é um local de cura, de produção e difusão de saber, a escola está na origem da pedagogia, a prisão da criminologia e o hospício da psiquiatria. E todo saber determina o exercício de um poder competente.

Sua *genealogia*, de um lado, enquanto orientação teórica, compreende pesquisas genealógicas múltiplas, “redescoberta das lutas e memória bruta dos

¹³ FOUCAULT, M. Citado por MACHADO. op. cit. , p. XX.

combates”. É a união do saber erudito com o saber das pessoas, “do conhecimento com as memórias locais”, à custa da eliminação da “tirania dos discursos englobantes, com suas hierarquias e com os privilégios da vanguarda teórica”, o que “permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais;”¹⁴ e, de outro lado, como postura política, pode ser classificada de revolucionária, na medida em que, aplicando seus próprios pressupostos teóricos, age como forma de resistência ao dogmatismo e aos mecanismos de controle da produção “científica” — opõe-se a qualquer dogmatismo e, dessa forma, às teorias do pensamento de sua época, seja o marxismo, seja a fenomenologia, seja o existencialismo, seja o estruturalismo.

Em *A História da Sexualidade I : A Vontade de Saber*, Foucault já dá novos rumos as suas análises genealógicas, na medida em que os dispositivos não se mostram apenas como mecanismos disciplinares, mas também se realizam para a regulação das populações, como um *bio-poder* que considera as condições de existência do seu conjunto, que serve para gerir a vida do corpo social. Nesse sentido, se as ciências humanas geram-se no poder disciplinar — a emergência das relações capitalistas exige a constituição do produtor\consumidor e da sua liberdade individual (jurídica) para produzir e consumir —, as ciências sociais estruturam-se nos “dispositivos de segurança” — na fase da consolidação do capitalismo e, em especial, no imperialismo, como já vimos, mais que a defesa da liberdade individual e da concorrência, negadas pelo próprio desenvolvimento econômico, o crescimento das populações impele para o seu controle.

Concretamente, para Foucault, o *poder sobre a vida* (ao contrário do poder sobre a morte imperante no período monárquico) desenvolveu-se a partir do século XVII, em dois pólos principais interligados por um feixe intermediário de relações. Um *centrado no corpo-máquina*, assegurado pelas disciplinas do corpo, e o outro, tendo como núcleo o *corpo-espécie*, preservado pela regulação das populações. Sobre ambos desenvolveu-se a organização sobre a vida. A morte e a guerra foram substituídas pela vida e pela política. Conforme ele explicava :

o primeiro a ser formado (...) centrou-se no corpo como máquina : no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade-docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos — tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas : *anátomo-política do corpo*. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade de século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, (...) suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, (...); tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma *bio-política da população*.¹⁵

¹⁴ MACHADO. Michel Foucault : Microfísica..., p. 171.

É aqui que se insere a sua preocupação maior com a questão do Estado, quando analisa a sua gênese a partir das práticas de governo ou da *governamentalidade*, como ele chama, a qual tem a população como objeto; a economia como saber fundamental e os dispositivos de segurança como mecanismos básicos.

Outro aspecto importante a abordar é a escola teórica a qual pertence Foucault. Há uma tendência de classificação na academia. Foucault rejeita-a. Classificado por alguns como estruturalista, por preocupar-se com a análise interna dos fenômenos e recusar-se às investigações a partir das relações de produção mais amplas, ele, entretanto, considera-se um autêntico anti-estruturalista. Ao falar, por exemplo, do conceito de acontecimento, que para o estruturalismo não entra no jogo da análise (daquilo que é pensável — a estrutura), admite que o estruturalismo fez um esforço para eliminar das várias ciências e da história o caráter positivista, o conceito de acontecimento único. Mas, a questão mais importante, segundo ele, não é esta, porém :

distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros. Daí a recusa das análises que se referem ao campo simbólico ou ao campo das estruturas significantes, e o recurso às análises que se fazem em termos de genealogia das relações de força, de desenvolvimentos estratégicos e de táticas. ¹⁶

E, mais adiante um pouco, falando especificamente sobre a história, ele afirma que ela é :

inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas. Nem a dialética (como lógica de contradição) , nem a semiótica (como estrutura da comunicação) não poderiam dar conta do que é a inteligibilidade intrínseca dos confrontos. A ‘dialética’ é uma maneira de evitar a realidade aleatória e aberta desta inteligibilidade, reduzindo-a ao esqueleto hegeliano; e a ‘semiologia’ é uma maneira de evitar seu caráter violento, sangrento e mortal, reduzindo-a à forma apaziguada e platônica da linguagem e do diálogo. ¹⁷

Bourdé, por exemplo, o coloca na escola estruturalista comparando os estudos seriais de Furet ¹⁸ com a descontinuidade de Foucault, na medida em que as pesquisas de ambos “implicam ao mesmo tempo a delimitação de um espaço de análise, a determinação das cesuras cronológicas significativas e a distinção

¹⁵ FOUCAULT, M. *História da sexualidade* ..., p.131.

¹⁶ MACHADO. Michel Foucault : *Microfísica*... , p. 5.

¹⁷ Ibid. , p. 5.

¹⁸ FURET, François. Citado por BOURDÉ. *As escolas* ... , p.189.

das temporalidades próprias das diversas instâncias do real (...). Para mais, estes estudos, ao manifestarem-se na longa duração, trazem à luz permanências e regularidades subjacentes às oscilações de superfície”. Para Bourdé, o que interessam às análises foucaultianas são as estruturas — “os grandes pedestais imóveis e mudos” —, ou seja, são importantes :

as coerências internas dos diferentes sistemas conceituais, e sobretudo a passagem de um sistema para outro. Por isso, a descontinuidade adquire um lugar central em todas as formas de história (social, intelectual, etc.) (...). A partir de agora [a descontinuidade] procede de uma operação deliberada do historiador que isola níveis de análise específicos. É também um resultado de análise que visa distinguir as rupturas e marcar as inflexões significativas no seio da realidade observada. ¹⁹

Da mesma forma que não devemos catalogá-lo como estruturalista, não podemos dizer que é um marxista ortodoxo, como o provam as inúmeras polêmicas e recusas a teses marxistas sacralizadas. Por outro lado, não podemos também desalinhá-lo completamente do marxismo, como ele próprio afirma: “É impossível fazer história atualmente sem utilizar uma seqüência infindável de conceitos ligados direta ou indiretamente ao pensamento de Marx e sem se colocar num horizonte descrito e definido por Marx. Em última análise, poder-se-ia perguntar que diferença poderia haver entre ser historiador e ser marxista”. ²⁰

E, logo adiante, ele mesmo deixa mais clara ainda a sua posição de historiador marxista não alinhado ao comunismo — produto da confluência daqueles dois acontecimentos históricos citados, a esclerose stalinista e sua influência castradora e o movimento estudantil de maio de 1968:

É no interior deste horizonte definido e codificado por Marx que começa a discussão. Discussão com aqueles que vão se declarar marxistas porque empregam esta espécie de regra do jogo que não é a do marxismo, mas a da comunistologia, ou seja, a que é definida pelos partidos comunistas que indicam a maneira pela qual se deve utilizar Marx para ser, por eles, declarado marxista.²¹

Em outra ocasião, ele ainda negaria a entificação a-histórica e a-marxista que se fez do nome de Marx e de sua obra, embora reconhecendo sua imensa contribuição:

Marx, para mim, não existe. Quero dizer, esta espécie de entidade que se construiu em torno de um nome próprio, e que se refere às vezes a um certo

¹⁹ BOURDÉ. op. cit. , p. 189.

²⁰ MACHADO. Michel Foucault : Microfísica... p.142.

²¹ Ibid. , p. 142-143.

indivíduo, às vezes à totalidade do que escreveu e às vezes a um imenso processo histórico que dele deriva. Creio que suas análises econômicas, a maneira que ele analisa a formação do capital são em grande parte comandadas pelos conceitos que ele deriva da própria trama da economia ricardiana. O mérito de dizer isso não é meu, foi Marx mesmo quem o disse. Mas, em contrapartida, sua análise da Comuna de Paris ou o seu 18 Brumário de Luís Bonaparte é um tipo de análise histórica que manifestamente não depende de um modelo do século XVIII.(...) tem-se o direito de ‘academizar’ Marx. Mas isso é desconhecer a explosão que ele produziu. ²²

Por outro lado, foi resistindo a essa postura que ele chamava de positivista, de um “marxismo renovado”, que se julga a “ciência das ciências”, faz a teoria das ciências e separa a “ciência” da “ideologia”, assumindo o papel de “árbitro”, de “testemunha universal” — “é um papel a que me recuso absolutamente, pois me parece ligado à instituição universitária da filosofia” ²³. É como resistência a tudo isso que Foucault, contrapondo-se ao marxismo e à fenomenologia, elabora o seu método genealógico, conforme ele próprio explica:

as pessoas de minha geração foram alimentadas, quando estudantes, por estas duas formas de análise: uma que remetia ao sujeito constituinte e a outra que remetia ao econômico em última instância; à ideologia e ao jogo das superestruturas e das infra-estruturas. (...) *Queria ver como estes problemas de constituição poderiam ser resolvidos no interior de uma trama histórica, em vez de remetê-los a um sujeito constituinte. É preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama da história. É isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história" (sem grifo no original)*²⁴.

Passemos agora a analisar mais detalhadamente alguns contrapontos entre o marxismo e as análises genealógicas de Foucault. Uma das primeiras questões é justamente sobre a *noção de verdade* — procurada por todo pensador ao explicar a realidade. Ao discutir a questão da verdade, nela está implícita a discussão de ciência e ideologia, de poder e repressão, do papel dos intelectuais, da necessidade ou não de conscientização do proletariado e do próprio conceito de revolução.

Enquanto o marxismo ortodoxo coloca-se como conhecimento universal e absoluto do real, classificando tudo o que não é “ciência” como

²² Ibid., p. 164.

²³ Ibid., p. 155.

²⁴ Ibid., p.6 - 7.

“ideologia”, Foucault defende a tese de que não existe conhecimento, seja científico ou ideológico, que não seja político, ou seja, produzido numa determinada relação de força e respondendo aos interesses desta. *“A verdade não existe fora do poder ou sem poder”*. Ela é deste mundo, é produzida nele graças a múltiplas coerções e “nele produz efeitos regulamentados de poder”. *A verdade não é outra coisa senão um discurso que produz efeitos de verdade num determinado regime de poder*. Conforme ele explica:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos (...); as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obtenção da verdade; o estatuto daqueles que tem o encargo de dizer o que é verdadeiro.²⁵

É nesse sentido, que ele fala também de uma “economia política” da verdade, estabelecendo cinco características historicamente consideráveis:

a ‘verdade’ é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas ‘ideológicas’).²⁶

É dessa forma que ele nega a figura do *intellectual “universal”*, aquele que funcionou no século XVIII (e perdurou de certa forma no século XIX e início do século XX), que deriva do “jurista-notável”, do homem que reivindicava a universalidade da lei justa, ideal ao poder, ao despotismo, à riqueza, eventualmente contra os profissionais de direito (Voltaire é seu grande exemplo). As grandes lutas políticas no século XVIII faziam-se em torno da lei, daquilo que era considerado justo por razão e por natureza e não só poderia como deveria valer universalmente. A este intelectual “universal” contrapõe o *intellectual “específico”*, que deriva do “cientista-perito”, do evolucionismo darwinista, mais especificamente, que entrou no debate político, na virada do século, promovendo o “ponto de inflexão na história do intelectual ocidental”, a descontinuidade no discurso “científico”.

De qualquer modo, é na biologia e na física, inicialmente, que se desenvolve este novo intelectual “específico”, o “cientista absoluto”, que detém o

²⁵ Ibid., p.12.

²⁶ Ibid. , p.13.

saber e o poder com alguns outros, ao serviço ou contra o Estado, que podem favorecer a vida ou matar. O papel do intelectual “específico” torna-se aos poucos cada vez mais importante, produzindo saberes relevantes, como na psiquiatria, farmacologia, física, genética, informática, etc., na medida em que esses intelectuais assumem responsabilidades políticas. Para Foucault, seria perigoso desqualificá-los, em função do seu domínio de um saber apenas local ou especializado, (conforme criticara dogmaticamente Lukács). Vejamos o que diz Foucault:

sob o pretexto de que se trata de um problema de especialistas que não interessa às massas (o que é duplamente falso, pois não só elas têm consciência deles como também neles estão implicados) ou de que ele serve aos interesses do Capital e do Estado (o que é verdade, mas mostra, ao mesmo tempo, o lugar estratégico que ele ocupa) ou ainda de que ele veicula uma ideologia cientificista (o que nem sempre é verdade e tem apenas uma importância secundária com relação ao que é primordial : os efeitos específicos dos discursos verdadeiros).²⁷

Nesse sentido, o que deve ser considerado no intelectual não é se ele é portador de valores universais, mas se ele ocupa uma determinada posição, e esta está ligada às funções gerais de dispositivo de verdade em nossa sociedade. Em outras palavras, para Foucault, ele tem uma tripla especificidade: a de sua posição de classe (“pequeno burguês a serviço do capitalismo ou intelectual ‘orgânico’ do proletariado); a de suas condições de vida e de trabalho, ligadas a sua condição de intelectual (seu domínio de pesquisa, lugar no laboratório, exigências políticas a que se submete ou revolta em seu local de trabalho); a da política de verdade nas sociedades contemporâneas. “Ele funciona ou luta ao nível geral deste regime de verdade, que é tão essencial para as estruturas e o funcionamento de nossa sociedade.” Nas sociedades, realiza-se um combate pela ‘verdade’ ou, ao menos, em torno da ‘verdade’, do *papel econômico-político* que ela desempenha, entendendo como *verdade* não “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas :

o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e *se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder*. (...) um conjunto de procedimentos regulados para a produção, para a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. (...) está ligada circularmente a sistemas de poder que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e a reproduzem. *‘Regime’ de verdade*. (...) *que não é simplesmente ideológico, superestrutural; foi uma condição de formação e desenvolvimento do capitalismo*. (...) que, com algumas modificações, funciona [também] na maior parte dos países socialistas. ²⁸

²⁷ Ibid . , p.12.

²⁸ Ibid . , p. 13-14.

É assim que não se pode pensar em termos de “ciência\ideologia”, mas em “*verdade\poder*”; e deve-se recolocar a divisão trabalho manual\trabalho intelectual. A questão, segundo Foucault, não é criticar os conteúdos ideológicos que estariam embutidos na ciência ou fazer esta articulada a uma ideologia justa, mas elaborar uma nova política de verdade. O problema não é fazer a “consciência” das pessoas, mas *mudar o “regime político, econômico, institucional de produção de verdade”*; não resolve querer libertar a verdade do sistema de poder — “a própria verdade é poder” — mas o que importa é “desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona ... a questão política não é o erro, a ilusão, a consciência alienada ou a ideologia; é a própria verdade.”²⁹

Aqui está o grande desafio revolucionário que indiretamente aparece na obra de Foucault : para revolucionar esta sociedade, é preciso desmontar os mecanismos de produção de verdade que foram necessários para a implantação, consolidação, funcionamento e reprodução de um regime de poder — o poder burguês e capitalista. E aqui está também a grande dificuldade para tal envergadura : o poder não está localizado em um espaço único e centralizado, que de um assalto pode ser aniquilado, mas está difuso por toda a sociedade, fazendo parte não apenas de sua superestrutura, mas se encontrando de modo imbricado na sua própria materialidade, nos mecanismos de sua forma de produção e reprodução da sociedade como tal. A alienação e reificação marxiana e lukacsiana de certa forma já explicavam essa disseminação de um determinado poder constituidor\controlador presente em todos os fenômenos da vida humana, oriundo especificamente da relação econômica, mas que acaba por constituir uma cultura geral da sociedade.

O grande problema dos movimentos revolucionários marxistas ou influenciados pelo marxismo, a partir do final do século XIX, é que privilegiaram o aparelho de Estado como alvo de luta. É preciso considerar que o Estado não é só um governo, e que o movimento revolucionário deve atribuir-se o equivalente em termos de forças político-militares. Como diz Foucault, que ele se constitua “interiormente — como um aparelho de Estado, com os mesmos mecanismos de disciplinas, as mesmas hierarquias, a mesma organização de poderes”,³⁰ o que é muito complexo. Por outro lado, a tomada do aparelho de Estado significa sua ocupação com modificações (reformas) ou sua destruição total? Esta questão foi tema de debate no marxismo e sua conclusão, sabemos, foi minar o aparelho de Estado, mas não completamente, preservando-o em suas estruturas fundamentais para que na ditadura do proletariado possa-se utilizá-lo

²⁹ Ibid. , p.14.

³⁰ Ibid. , p.149.

contra seus inimigos. Sendo assim, Foucault aponta mais um aspecto a considerar: os aparelhos de Estado que não serão destruídos, mas ocupados, deveriam ser administrados pelos técnicos que detêm o saber, ou seja, utiliza-se do conhecimento da burguesia. Foi o que ocorreu na Rússia, cujos resultados conhecemos, interrompendo-se o processo revolucionário.

Se a revolução de assalto não tem mais sentido, então, qual deveria ser a estratégia de luta nas sociedades capitalistas industrializadas? Em primeiro lugar, Foucault afirma que nosso embaraço em encontrar as formas de luta adequadas está justamente em nossa ignorância sobre o que é o poder. Foi preciso, segundo ele, o século XIX para sabermos o que é a exploração, mas não foram suficientes os saberes formulados por Marx, Freud ou Nietzsche, para entendermos os mecanismos intrincados do poder, ao mesmo tempo “visível e invisível” e investido em toda parte. Ninguém é propriamente seu titular e, no entanto, ele sempre se exerce, não se sabe exatamente quem o detém, mas se sabe quem não o exerce. Cada luta se desenvolve em torno de um foco de poder (o chefe da repartição, o guarda, o diretor da escola, ou da prisão, o supervisor do hospital, o juiz, o presidente do sindicato, o secretário-executivo do partido, o redator-chefe da revista ou jornal, o professor, o pai ou o marido na família, o líder no grupo de adolescentes). Designá-los, falar desses focos de poder é uma forma de luta que hoje está presente, não porque anteriormente ninguém deles tinha consciência, mas porque identificar o alvo é uma forma de “inversão de poder”, uma primeira etapa para outras lutas contra o poder. É o sinal de ruptura, de descontinuidade de que Foucault fala em sua genealogia.

Por outro lado, a existência de muitos focos de poder pode levar à consideração de que há uma luta descontínua, constituída por muitos focos de luta contra o poder, mas de forma fragmentária. Esse fato, entretanto, pode não significar debilidade revolucionária, na medida em que a totalização pertence à reação e ao poder, mas, por outro lado, pode representar grandes dificuldades. Qual a natureza dessas lutas, contra quem ou contra o que se luta e a favor de quem? Como Foucault responde a essa contradição? Embora longo, o trecho transcrito traz elementos riquíssimos para a compreensão do conceito de revolução em sua obra:

quando se luta contra a exploração é o proletariado que não apenas conduz a luta, mas define os alvos, os métodos, os lugares e os instrumentos de luta; aliar-se ao proletariado é unir-se a ele em suas posições, em sua ideologia; é aderir aos motivos de seu combate (...). Mas, se é contra o poder que se luta, então todos aqueles que o reconhecem como intolerável, podem começar a luta onde se encontram e a partir de sua atividade (ou passividade). E iniciando essa luta — que é luta deles — de que conhecem perfeitamente o alvo e de que podem determinar o método, eles entram no processo revolucionário. Evidentemente como aliados do proletariado pois, se o poder se exerce como ele se exerce, é para manter a exploração capitalista. Eles servem realmente à causa da revolução proletária, lutando precisamente onde a opressão se exerce sobre eles. As mulheres, os prisioneiros, os soldados, os doentes

(...), os homossexuais iniciaram uma luta contra a forma particular de poder, de coerção, de controle que se exerce sobre eles. Estas lutas fazem parte do movimento revolucionário, com a condição de que sejam radicais, sem compromisso nem reformismo, sem tentativa de reorganizar o mesmo poder apenas como uma mudança de titular. E, na medida em que devem combater todos os controles e coerções que reproduzem o mesmo poder em todos os lugares, esses movimentos estão ligados ao movimento revolucionário do proletariado. (...) o que dá generalidade à luta é o próprio sistema de poder, todas as suas formas de exercício e aplicação.³¹

Assim, embora em suas análises Foucault de certa forma — por opção metodológica — negue o papel do homem na sua historicidade, este fica aqui definido. Na sociedade capitalista, qual é o *sujeito revolucionário*? O *proletariado* e todos aqueles que são de alguma forma explorados pelos mecanismos de poder econômico, político e cultural burguês. Qual é o *alvo* da luta? O *poder burguês* e as suas formas de disciplinamento para manter-se e reproduzir-se. Qual o *local* da luta? *Todas as instâncias* onde ele se manifesta. E qual é a *estratégia* adequada? *A luta radical, cotidiana, contínua e incessante* de todas as formas que combatam os controles de reprodução do poder burguês. Talvez pudéssemos denominar a revolução foucaultiana como a “*revolução de poder*”, que deveria ser realizada pelo “*militante cotidiano*”, uma vez que considera que o poder não está localizado somente no aparelho central de Estado e que a mudança, na sociedade capitalista, só poderá realizar-se se os mecanismos de poder, que funcionam “fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado, a um nível muito mais elementar, quotidiano”,³² puderem também ser modificados.

Não tratamos aqui dos reflexos das suas posições teóricas na análise sobre a questão educacional, como procuramos realizar nos outros pensadores, cujas obras pesquisadas permitiram esta interpretação. Isto porque o faremos no último capítulo, quando discutiremos exatamente o discurso e a prática educacional, como um estudo de caso — especialmente no Estado do Paraná —, procurando avaliar as políticas oficiais da educação e traços de sua prática com o intuito de verificar: 1) as suas articulações com um processo de desenvolvimento e, em especial, o revolucionário; 2) a que economia de poder respondem os discursos sobre a educação; 3) as rupturas ou permanências nesses discursos; 4) a articulação entre o discurso oficial e o discurso dos educadores.

³¹ Ibid., p.77-78.

³² Ibid., p.149-150.

3. O DISCURSO REVOLUCIONÁRIO NO BRASIL

3.1. Capitalismo e participação política

O povo, que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistira a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar.¹

Aristides Lobo

A historiografia tradicional brasileira tem realizado muito esforço para demonstrar a “passividade” do povo brasileiro, a sua total falta de politização e não participação nos momentos históricos decisivos da história do país — seja nos processos emancipatórios da colônia, seja nos movimentos abolicionistas, seja na fase de transformação republicana, seja já nas várias fases republicanas. Tal historiografia apresenta os processos de transformação no país de modo que o brasileiro não só parece não ter nenhuma aspiração revolucionária, como ser incompetente para tal. Da idéia corrente, ao nível do senso comum, de que o brasileiro “não sabe votar” à idéia presente, na historiografia, de que o brasileiro não participou dos movimentos de transformação do país, não há muita diferença. Ambas fazem parte de um imaginário construído historicamente e determinado por uma correlação de força específica, própria de uma sociedade que se construía.

No período republicano, a crença na fragilidade de classes organizadas como tal — tanto no que se refere ao proletariado, quanto no que diz respeito à burguesia — leva os historiadores a formularem algumas teses sobre a emergência do operariado na vida política brasileira a partir da constituição de um Estado de Compromisso (chamado também de Estado de Massas)², em

¹ O autor desse comentário foi Aristides Lobo, o propagandista da República, citado por CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados; O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

decorrência de um “vazio de poder”, deixado pela crise das oligarquias e ausência de um projeto político autônomo de classe, quer burguesa ou trabalhadora, a exemplo do vazio político aproveitado pelo bonapartismo nas célebres obras históricas marxianas.³

Desse quadro referencial resultam as análises sobre as formas populistas do regime político republicano, no Brasil e, em situação semelhante, na América Latina. Os fenômenos populistas, segundo essa historiografia, expressam a emergência das classes populares no cenário político, num momento em que elas se encontravam em fase de formação — de “classe em si” para “classe para si”, servindo apenas como base legitimadora do poder e, portanto, como massa de manobra política das classes dirigentes.

Esse processo, por outro lado, é analisado no contexto da transição de uma sociedade tradicional agro-oligárquica-exportadora para uma sociedade moderna urbano-industrial, tendo como referencial teórico o modelo das revoluções democrático-burguesas clássicas, em especial a revolução francesa, a revolução inglesa e as orientações leninistas do modelo de revolução democrático-burguesa para os países atrasados (tomado o exemplo russo).

Outros autores, ainda, afirmam que a revolução brasileira deu-se pela via prussiana, nos termos da revolução democrático-burguesa, mas de “cima para baixo”, para consolidar as estruturas internas do capitalismo, completando o processo de modernização e de sua inserção no capitalismo industrial, integrando politicamente as classes populares pela via democrático-burguesa-parlamentar e preservando o “status-quo” das classes dominantes.

Entretanto, essas análises, embora apresentem como pano de fundo o desenvolvimento do capitalismo no quadro explicativo de expansão da sociedade brasileira (algumas, na tentativa de escapar do modelo clássico de revolução burguesa ou de adaptá-lo à “realidade” do país elaboram teses sobre as especificidades do modelo de desenvolvimento capitalista nacional dependente ou periférico às economias centrais, caindo em outras espécies de armadilhas⁴) não evidenciam claramente as articulações entre o desenvolvimento do

² WEFFORT, Francisco Correia. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

³ MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelman**. 3.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra. 1977.

_____. **As lutas de classes na França (1848-1850)**; Antonio R. Bertelli (Apres.). São Paulo, Global, 1986.

_____. **A guerra civil na França : mensagem do Conselho geral da Associação Internacional dos Trabalhadores**; Antonio R. Bertelli (Apres.). São Paulo : Global , 1986.

⁴ Uma crítica interessante aos equívocos da Teoria da Dependência está em WEFFORT, F. C. Notas sobre a Teoria da Dependência: Teoria de Classe ou Ideologia Nacional? In : op. cit. , p. 165-180.

capitalismo e seus mecanismos de reprodução no plano internacional ou no plano da história latino-americana ou brasileira.

É esse o interesse fundamental do estudo : buscar a compreensão de mecanismos de reprodução do capitalismo, notadamente em sua fase monopólica e imperialista e, neles, a inserção do processo de constituição da moderna sociedade brasileira, para compreender o processo revolucionário brasileiro ou, mais precisamente, a (in)adequação da teoria revolucionária clássica à realidade brasileira, cujas premissas e estratégias mais que se constituírem em impulso revolucionário, ao serem transplantadas sem critério para a realidade do país, acabam servindo de instrumento de consolidação e reestruturação do poder burguês.

A hipótese estabelecida é que *a revolução brasileira* (é preciso não esquecer que nosso país já nasce sob a égide do capitalismo em sua fase embrionária, de capital mercantil, era moderna de transição do feudalismo para o capitalismo que, posteriormente, partindo dos países "centrais", internacionalizou-se e tomou a forma de capital monopólico e imperialista) *traduziu-se, em sua essência, muito mais na consolidação e desdobramento do capitalismo, servindo em seu processo de reprodução e conservação, tanto ao nível nacional quanto ao nível internacional. Suas estratégias, menos que elementos impulsionadores de uma revolução socialista em curso, na sua etapa liberal-burguesa, como se colocava a representação dos atores sociais na época, prestaram-se aos mecanismos de "normalização" da sociedade capitalista brasileira, paralelamente ao seu desenvolvimento. O capitalismo internacional demonstraria ter muito fôlego.*

Se as estratégias revolucionárias serviram aos pressupostos do modelo clássico de revolução burguesa, prestando-se à modernização do país (cumprindo sobretudo as condições básicas para o desenvolvimento e consolidação do capitalismo, quais sejam : a criação do mercado nacional, a acumulação de capital interno e a formação das classes essenciais deste sistema — a burguesia e o proletariado —, servindo aos interesses da burguesia emergente, na medida em que lhe traziam dividendos econômicos, sociais e políticos, e constituíam o espaço de participação política delimitado por seus interesses), as estratégias e especificidades locais, por outro lado, serviram mais ao processo de reprodução e dominação burguesas, inserido na contra-revolução mundial que começara a se instalar desde 1848, e que, já naquele século, adquirira os contornos mais sofisticados e sutis que se enquadram num modelo menos repressor e mais disciplinador. Sistema de disciplinamento da sociedade, cujos primeiros sinais já eram contemporâneos ao nascimento das relações capitalistas, nos séculos XVI e XVII, conforme a tese foucaultiana.

Nesse sentido, *a pretensa "passividade" das classes populares brasileiras* seria decorrente da sua formação sócio-histórica e cultural — dos resquícios colonialistas e escravistas ou "feudalistas" — como dizem alguns

historiadores, ou *resultaria muito mais de sua condição de classes de formação recente, já na fase onde imperam mais intensamente os mecanismos de reprodução e disciplinamento capitalistas*, ou seja, na etapa da consolidação do capitalismo nacional paralelamente à etapa internacional do capitalismo monopólico e imperialista. Mecanismos de disciplinamento comuns aos países industrializados, mas que se fazem sentir de forma mais aguda nos países de desenvolvimento capitalista tardio, no momento da consolidação de seu Estado Moderno, na medida em que essa etapa coincide com o desenvolvimento do capital monopólico, ao nível internacional, inserindo-se a própria historiografia nos quadros de dominação burguesa, ao fazer do objeto, do local da história e de seus atores, eles próprios mecanismos de dominação. Esse será nosso objeto de estudo, nesse segundo capítulo.

No segundo capítulo, procuramos entender como se deu a consolidação e expansão do capitalismo, a partir das revoluções burguesas e da revolução industrial e, em especial, como, diante das contradições dessa consolidação da ordem burguesa e capitalista, verificaram-se contestações teóricas — os vários socialismos — e contestações práticas —, desde a comuna de Paris, inaugurando um “Estado” proletário, embora numa só cidade, até a revolução russa com o socialismo em um só país, e à idéia da universalização da revolução e do surgimento dos vários comunismos — euro-comunismo, comunismo chinês, afro-asiático dos países coloniais emancipados, a revolução cubana, a nicaragüense etc., chegando à atualidade, onde a desejabilidade da revolução talvez não seja mais tão forte quanto o foi no século XIX e nas primeiras décadas do presente século. Essa abordagem, entretanto, pelas limitações desse trabalho, foi bastante breve. Tentamos entender, ainda, como as transformações estruturais do próprio capitalismo foram promovendo alterações na forma dessas contestações, originando novas concepções e estratégias de revolução e, sobretudo, gerando e fortalecendo mecanismos de reestruturação do poder burguês e capitalista.

Nesse terceiro capítulo, a preocupação volta-se às *mudanças ocorridas no processo de consolidação e expansão do capitalismo no Brasil. Como essas mudanças articulam-se com as transformações do capitalismo internacional e, especialmente, como se processa a integração política do movimento operário, na sociedade brasileira contemporânea, como forma de legitimação e reprodução do poder burguês*, resultando essa opção numa estratégia revolucionária determinada.

Com a “dupla revolução” — revolução burguesa, que tem na revolução francesa o modelo teórico fundamental e fomentador da política e ideologia, e na revolução industrial britânica, a responsável pela influência econômica, a partir do século XIX —, a ordem burguesa e capitalista impõe-se. No entanto, conforme observou Hobsbawm, uma outra força social já emerge :

E ainda assim a história da dupla revolução não é meramente a história do triunfo da nova sociedade burguesa. É também a história do aparecimento das forças que, um século depois de 1848, viriam *transformar a expansão em contração*. (...) as forças e idéias que projetavam a substituição da nova sociedade triunfante já estavam aparecendo. O 'espectro do comunismo' já assustava a Europa por volta de 1848 (sem grifo no original).⁵

Todo o processo histórico de consolidação do capitalismo internacional articula-se com a crise do Antigo Sistema Colonial e a inserção das nascentes economias latino-americanas no quadro mais amplo do capitalismo industrial, livres das amarras do pacto colonial — cujo sustentáculo eram o monopólio comercial e o escravismo —, que entram em colapso com as revoluções burguesas e as novas relações sociais de produção impostas pela revolução industrial, bem como com todo o aparato teórico que acompanhou esse quadro revolucionário — o Iluminismo e o liberalismo econômico. Esse cenário de mudanças, entretanto, não possibilitou à América Latina a superação definitiva de seu passado colonial. Conforme afirmou Ohlweiller:

Na América Latina, o desenvolvimento industrial nas metrópoles européias vai deflagrar o início da crise das economias coloniais a partir do século XIX. A extinção do pacto colonial e a constituição dos Estados nacionais na América Latina serão decisivamente estimuladas. Isso não significará, contudo, a extinção do trabalho compulsório e nem afetará a entrada dos produtos industriais exportados pela Inglaterra. De fato a eliminação do estatuto colonial, assentado no monopólio comercial e na subordinação política à metrópole, tem o efeito de franquear completamente os mercados nacionais da América Latina ao capital industrial inglês. (...) A articulação das nascentes economias nacionais da América Latina à nova divisão internacional do trabalho, estabelecida em função da Revolução Industrial no mercado mundial, *terá como resultado o simples deslocamento das economias mercantis coloniais por economias primário-exportadoras, que inauguram uma forma específica de articulação das novas economias nacionais às metrópoles industrializadas emergentes na etapa do capitalismo competitivo* (sem grifo no original).⁶

Essa compreensão teórica leva à formulação das teorias da dependência econômica dos países latino-americanos em relação aos países desenvolvidos ou centrais. A questão fundamental, entretanto, não é saber as perspectivas utópicas ou não para sair das relações de dependência. Nesse barco está a humanidade toda, enquanto houver relações de poder e de subordinação,

⁵ HOBBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções. 1789-1848*. 9 ed., Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1994, p. 19-20.

⁶ OHLWEILER, Otto Alcides. *Evolução Sócio-Econômica do Brasil-Do Descobrimento à Nova República*. Porto Alegre : Tchê!Ed., s/d, p.48.

de riqueza e de pobreza, seja nos países ricos ou nos países pobres. A questão que nos chama a atenção é saber como se estruturam alguns mecanismos que permitem a longa sobrevivência de um sistema que privilegia uma minoria em detrimento do conforto e felicidade da maioria. Não podemos negar o processo de heterocronia⁷ do desenvolvimento capitalista brasileiro em relação ao desenvolvimento do capitalismo internacional e monopólico, ao contrário, a história o reafirma. Porém, *qual é a natureza das estratégias e táticas utilizadas nesse país, no decorrer do processo revolucionário de transformações econômicas, sociais e políticas que acompanharam a consolidação do capitalismo, ainda em curso.*

Retomemos a análise historiográfica. Segundo essa, a economia latino-americana manteria suas características primário-exportadoras, pelo menos até a crise de 1929, e as oligarquias manter-se-iam no poder até essa época. Somente com as guerras mundiais e os efeitos da grande crise econômica ocorreriam progressivamente alterações nesse quadro, dando-se início à industrialização pela necessidade de substituição de importações. Mas, mesmo essa industrialização estará subordinada aos interesses internacionais, na medida em que a tecnologia (e, mais tarde, o capital), não é essencialmente nacional, além de estar o processo industrial voltado ao atendimento de artigos de luxo — substitutivos de importação — (tecidos, eletro-domésticos, automóveis, etc) para os mesmos segmentos anteriores da elite detentora de poder aquisitivo.

Por outro lado, desde o século XIX, a economia latino-americana esteve articulada com a economia monopólica inglesa. A partir do século XX, porém, com o crescimento da economia norte-americana, nos quadros do expansionismo e intervencionismo monopólico, especialmente após a primeira guerra, a Inglaterra é gradativamente substituída pela hegemonia norte-americana, dando-se, na América Latina e no Brasil, em particular, apenas uma alteração nos vínculos de dependência econômica.

Após 1945, alterações significativas no quadro das relações internacionais refletir-se-ão nos vários continentes. Duas superpotências colocam-se frente a frente — Os Estados Unidos e a União Soviética —, inaugurando o período da guerra fria, com implicações sobre o Terceiro Mundo, conforme já visto.

Dessa forma, queremos ver, sobretudo, como essas questões referidas ao plano internacional, em especial, após 1945, repercutiram no Brasil : os reflexos da guerra fria, das crises econômicas, do processo de desenvolvimento do capitalismo industrial e urbano e o fenômeno de integração política das classes

⁷ Geração de partes do corpo em época diferente daquela em que nascem normalmente, segundo definição no Novo Dicionário Aurélio. Sodré utiliza esse conceito, porém o conteúdo dado, embora diga respeito ao desenvolvimento tardio do capitalismo brasileiro, não o discute em sua natureza ou implicações. SODRÉ, Nelson Werneck. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. Belo Horizonte : Oficina de Livros, 1990.

populares que indicam as opções de estratégias revolucionárias e de conservação do domínio capitalista e burguês.

A compreensão do atual quadro histórico da América Latina e, em particular, do Brasil só é possível, se articulado com o desenvolvimento histórico do Primeiro Mundo e do Mundo Socialista. Conforme observou Iglésias : o mundo atual “não está mais centrado no Ocidente — ou melhor nos países altamente industrializados do Ocidente, que constituem a chamada ‘Europa Dominante’ (que só compreende alguns países) e os Estados Unidos. Há um extraordinário desenvolvimento em outras áreas também, como na União Soviética e no Japão.”⁸

Nesse sentido, retomaremos algumas análises clássicas da historiografia brasileira sobre o processo revolucionário do país, cujo modelo teórico, como já afirmado, fundamentou-se na teoria das revoluções burguesas. Essas tiveram como premissa fundamental a geração das condições necessárias para o desenvolvimento do capitalismo e aniquilamento definitivo do feudalismo. Esse processo revolucionário, nas regiões onde se originou a teoria, foi liderado pela burguesia em aliança com os trabalhadores — o campesinato e o proletariado urbano, especialmente aquele, cuja fome de terra impulsionou sua luta em favor dos interesses burgueses de desenvolvimento das relações capitalistas e contra os senhores feudais, proprietários de terra e detentores dos privilégios sociais e políticos. No Brasil, que já nasce sob a égide do capitalismo, como dito acima, pode-se falar em feudalismo e aliança entre trabalhadores e burguesia? Qual é a natureza dessa aliança aqui?

O objetivo inicial é tentar recuperar como a historiografia adequou a teoria clássica das revoluções burguesas à realidade brasileira, seus equívocos e acertos; as etapas da revolução burguesa brasileira, seus obstáculos e os êxitos alcançados, apesar da constante reação interna determinada pelos resquícios da fase colonial — simbolizados pela oligarquia —, e da permanente reação externa — representada pelo imperialismo —, conforme expõe, em geral, o discurso historiográfico sobre a revolução. O interesse do estudo centra-se, ainda, naquela preocupação inicial de *compreender o processo de emergência política das classes populares brasileiras e a definição dos limites por elas alcançados, as estratégias revolucionárias assumidas e os resultados a que se chegou.*

Como já afirmado, anteriormente, o desenvolvimento e consolidação das relações capitalistas, no Brasil, ocorreu em descompasso com o estágio de desenvolvimento do capitalismo internacional — a heterocronia do capitalismo determinada pela lei de desenvolvimento desigual, conforme diz Sodré. As relações capitalistas brasileiras consolidaram-se paralelamente ao desenvolvimento da etapa monopólica do capital internacional, que consideramos correr ao mesmo tempo como reestruturação do poder burguês e ter como seu

⁸ IGLÉSIAS, Francisco. *História e Ideologia*. São Paulo : Perspectiva, 1971, p.54.

corolário a severa crítica ao capitalismo num processo dialético: revolução\contra-revolução\revolução. Isso não apenas representou entraves internos ao desenvolvimento nacional, como inseriu-o no processo de reestruturação e conservação *ad-eternum* do capitalismo, que se processa por infinitos mecanismos disciplinadores — econômicos, políticos, culturais, psicológicos, etc.

Está aqui o tema principal que gostaríamos de explorar no quarto capítulo: como, no processo de consolidação do Estado moderno e industrial brasileiro, no momento do estabelecimento definitivo das relações capitalistas de produção, com a consolidação da hegemonia burguesa e a proletarianização do trabalhador, dá-se o processo de integração política desse — seu papel, os limites impostos pela burguesia e os mecanismos de disciplinamento gerados pela necessidade de reprodução do poder burguês.

Essa é uma questão importante e que exigiria um estudo vasto e profundo, porém, nos limites desse trabalho, abordaremos naquele capítulo, mais especificamente, *os mecanismos de disciplinamento do trabalhador, no percurso da consolidação das relações capitalistas no Brasil, que se deram através da prática educativa*, em face das relações que, em nossa prática profissional, tivemos e temos com a questão educacional. Na verdade, tentaremos realizar um esboço inicial da *análise da trama histórica que estruturou e estrutura os mecanismos normalizadores na educação*. Esta, muito mais que fator de produção, parece-nos, tem servido como fator de reprodução do sistema capitalista no Brasil. É o que procuraremos evidenciar ao analisar empiricamente propostas, planos e programas educacionais, relatórios, ensaios, leis, no período entre 1930 e 1970. Antes, porém, abordemos o objetivo inicial do presente capítulo : a (in) adequação do discurso revolucionário clássico à realidade brasileira.

3.2. A teoria da revolução democrático-burguesa

A produção historiográfica dos anos 30 (...) tinha em comum com os intelectuais dos anos 70 o fato de terem elaborado suas reflexões sobre a realidade brasileira em períodos pós-revolucionários.

Ana Maria O. Burmester

Já assinalamos como os historiadores e cientistas sociais, que pesquisaram a realidade latino-americana e brasileira e suas transformações econômicas, sociais e políticas, a partir das primeiras décadas do presente século, abordaram essas questões, inserindo-as no modelo teórico das revoluções burguesas, elaborado especificamente para a realidade européia e norte-americana e, em outra variante, para explicar a possibilidade revolucionária nos países atrasados, tomando como modelo a Rússia czarista, conforme pudemos observar na primeira parte desse trabalho. Conforme indica Burmester¹ a ânsia de modernidade levava à necessidade de se entender o país e a experiência frustrada da revolução brasileira (sobretudo pós-64) encaminha para a tentativa de compreensão do processo revolucionário a partir do modelo clássico.

Faremos um parêntese para compreendermos um pouco melhor a natureza das revoluções burguesas. O conceito de revolução burguesa é empregado para os movimentos revolucionários que, através de transformações radicais na estrutura da sociedade, marcaram em definitivo a superação do feudalismo e a construção da ordem capitalista. Sobretudo na revolução inglesa e na revolução francesa, a burguesia foi responsável por projetar e construir uma nova ordem e uma nova sociedade, assentada no liberalismo econômico e na democracia burguesa que, por sua vez, fundamentam-se no princípio da propriedade privada.

¹ BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. *A (des) construção do discurso histórico : A historiografia brasileira dos anos 70*. Curitiba: UFPR, 1992. Tese de Titularidade.

Os pesquisadores usam a expressão revolução burguesa tanto para designar os fenômenos históricos em que uma burguesia foi protagonista ou beneficiária do processo histórico, que libertou as amarras para o desenvolvimento do capitalismo (como as revoluções dos Países Baixos no século XVI, as da Inglaterra no século XVII — 1640 e 1688, a da França no século XVIII, as da Alemanha, Itália e Japão no século XIX, e a da China em 1911), quanto para indicar a transformação da sociedade ocidental de aristocrática e feudal em burguesa e capitalista, entre 1770 e 1850.

Nesse segundo caso, os historiadores restringem o fenômeno a um período histórico e a um local — o Ocidente —, mais especificamente a Europa e a América, considerando todos os movimentos aí existentes — revoltas e insurreições — como revoluções que, além de estarem ligadas entre si, expressam um mesmo processo: a passagem da sociedade ocidental aristocrática à burguesa. Agindo assim, as revoluções burguesas, anteriores e posteriores ao período indicado, ficam fora do enquadramento teórico e, por outro lado, os movimentos emancipacionistas da América são integrados num modelo teórico ao qual não se adequam : o de revoluções burguesas.

Segundo Florenzano, essa época deve e pode ser considerada revolucionária, assim como é correto dizer que por volta de 1830 a sociedade européia torna-se verdadeiramente burguesa. “Mas ela é revolucionária menos pelo número de revoluções que sofreu do que pela natureza das transformações que experimentou.” ²

A historiografia marxista ressalta, ainda, no conceito de revoluções burguesas, duas formas diferenciadas : as “revoluções ativas” e as “revoluções passivas”. São “ativas” aquelas em que a burguesia consegue aniquilar completamente o poder da velha ordem feudal com a participação direta e intensa das camadas populares, tomando o poder integralmente. Nesse modelo encontra-se a revolução francesa de 1789.

Por outro lado, as revoluções burguesas “passivas” são aquelas, na qual a burguesia passa a participar do poder do Estado sem derrubá-lo integralmente, mas pode até monopolizá-lo por meio de acordos e conciliações com a classe dominante ou suas frações. Nesse modelo, a burguesia antes de ser revolucionária seria reformista, beneficiando-se do Estado, sem liquidá-lo, para atender aos seus interesses econômicos. As revoluções burguesas européias do século XIX (1820, 1830, 1848), e os movimentos de unificação italiana e alemã (concluídos por volta de 1870) seriam expressões de revoluções burguesas “passivas”, onde as mudanças foram operadas mais “de cima para baixo”, sem participação popular expressiva (a exceção da revolução de 1848 na França, revestida de violência, constituída pelas barricadas dos trabalhadores)

² FLORENZANO, Modesto. *As revoluções burguesas*. 9. ed. São Paulo : Brasiliense, 1988. p. 12.

constituindo-se um Estado liberal-burguês, porém não necessariamente democrático. É a também chamada “via prussiana”, conforme já observado.

Outra corrente historiográfica considera que, embora burguesas, especialmente do ponto de vista da ideologia, as revoluções democrático-burguesas foram eminentemente populares, no sentido de terem representado também aspirações “vindas de baixo”, ou seja, das massas populares que se aliaram aos demais grupos revolucionários, legitimando-os. Sem o apoio das classes populares não havia como derrubar a velha ordem. Embora após o êxito conquistado elas tenham sido descartadas ou suas conquistas deixadas de lado, muitas das suas idéias, porém, permaneceram. Rudé, referindo-se às revoluções inglesa e francesa, considera-as também populares, assim se expressando:

As revoluções, além de outras peculiaridades, são notórias como canteiros de ideologias, particularmente ideologias populares de protesto. (...) em cada uma dessas revoluções (...) esteve presente um elemento popular adicional que também lutava por um lugar ao sol (...). Na Revolução Inglesa do século XVII, houve não só os líderes do Parlamento e do New Model Army (Novo Exército Modelo, organizado por Cromwell, de caráter mais popular ...), os presbiterianos e os independentes (todos, de um modo geral, representativos de um desafio ‘burguês’), mas também os levellers (niveladores, dissidentes radicais), os Diggers (... ainda mais radicais que os levellers) e os sectários das classes inferiores, que também, de alguma maneira, apresentavam um desafio em nome dos grupos subalternos (...). Na França, em 1789, o Terceiro Estado Oficial — a burguesia e seus aliados aristocratas-liberais — tiveram de fazer frente a um desafio dos camponeses e dos sans-cullotes urbanos muito mais sério do que o desafio enfrentado pelas classes dominantes da Inglaterra (...)

Assim, por mais ‘burguesas’ que essas revoluções tenham sido, foram também a sementeira de um desafio, vindo ‘de baixo’, que abriu outras perspectivas, apresentando uma espécie de ‘revolução dentro da revolução’ (...). Mas, em cada caso, o desafio, embora criando um problema para os revolucionários principais, não foi inteiramente mal recebido, pois sem o apoio de seus aliados das classes inferiores (...), como poderiam aqueles ter derrubado Carlos I ou Luís XVI de seus tronos, posto abaixo a Bastilha ou o sistema feudal (...)? Não obstante, uma vez completadas essas tarefas, houve logo uma separação : Cromwell executou sumariamente os levellers (...) pouco depois da execução de Carlos; os jacobinos e os sans-cullotes puseram fim à sua aliança logo que Luís foi morto e a aristocracia silenciada (...).³

A historiografia marxista, por outro lado, entende no processo histórico revolucionário duas etapas bem distintas: uma fase de formação e consolidação das estruturas burguesas — a revolução democrático-burguesa ou liberal-burguesa, realizada sob a liderança da burguesia com o concurso das classes populares — e uma fase de estruturação da hegemonia proletária — a revolução democrático-proletária rumo à sociedade socialista.

³ RUDE. G. *Ideologia e Protesto Popular*. Rio de Janeiro : Zahar, 1982, p.71-72.

Analiseemos um pouco mais detalhadamente as formulações teóricas realizadas na historiografia brasileira a partir do modelo das revoluções burguesas. Se o processo emancipatório brasileiro constituiu-se muito mais como uma “revolução” anti-colonial do que antiimperialista ou democrático-burguesa, mantendo os laços com o capitalismo imperialista — presentes ainda na atualidade, face à internacionalização das relações capitalistas e a forma como o país integrou-se na ordem mundial—, o processo de consolidação do capitalismo no Brasil e as contradições dele decorrentes, a partir da segunda metade do século XIX, principalmente no decorrer da segunda e terceira décadas do século XX e, após a Segunda Guerra, serão abordados invariavelmente pelo referencial teórico da revolução democrático-burguesa, nos moldes europeus ou asiáticos, onde se deu o rompimento com o feudalismo para abrir espaço ao desenvolvimento do capitalismo, como observamos.

Desse modo, muito mais preocupados com a “natureza” ou “tipo de revolução” que se trata de realizar e de impulsionar — revolução “socialista”, “democrático-burguesa”, popular ou outra —, coloca-se mal a questão e de forma insolúvel na prática, pois faltando outra premissa mais objetiva e concreta, coerente com a “realidade” brasileira, só resta fundamentar a resposta em convicções teóricas pré-determinadas, conforme esclarece Prado Jr.:

a qualificação a ser dada a uma revolução somente é possível depois de determinados os fatos que a constituem, isto é, depois de fixadas as reformas e transformações cabíveis e que se verificarão no curso da mesma revolução (...) — o que somente é possível com a análise dos fatos ocorrentes, passados e presentes — terá um efeito secundário (pelo menos imediato e para os fins práticos ...) saber se a qualificação e classificação conveniente é esta ou aquela.⁴

É dessa forma, pela consideração, análise e interpretação da situação econômica, social e política, procurando nela sua dinâmica, a qual revelará as contradições, correlações de força, soluções, conseqüências e justificativas, que nelas implicam e comportam, que se encontrarão as determinações da estratégia revolucionária brasileira. É na dialética dos fatos históricos que, independentemente da vontade individual (embora com o concurso da ação do indivíduo integrada na ação social-coletiva e disciplinada por ela), será levada a luta do proletariado, e daqueles com a qual se sensibilizam.

Não é esse, contudo, o pressuposto teórico-metodológico que tem norteado a historiografia brasileira. Tomemos o exemplo da revolução de trinta. A história “oficial” parte do princípio de que, numa determinada data histórica — 1930 — deu-se, de fato, uma revolução no Brasil, estabelecendo-se as condições que iriam possibilitar, no decorrer dos anos seguintes, a industrialização, a

⁴ IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1977. p.15.

urbanização e a modernização necessárias para o progresso do país. Essa revolução é, portanto, responsável nessa ótica pela construção de um Estado moderno ao estilo ocidental, suporte indispensável da industrialização nacional em grande escala, criador das classes sociais modernas (burguesia industrial e proletariado), uma vez que os grupos sociais existentes, na República Velha, não se constituíam em verdadeiras classes, mas grupos fragmentários e frágeis em processo de formação.

Segundo essa análise historiográfica, trinta significou a queda do poder oligárquico, que foi resultado de um movimento revolucionário em percurso desde a década de vinte, conduzido especialmente pelas classes médias urbanas (funcionários públicos, militares, empregados em serviços e profissões liberais). Essas classes médias, insatisfeitas com o domínio imposto pelas oligarquias agrárias, durante a República Velha (1889-1930) — principalmente a oligarquia cafeeira —, cujo poder visava exclusivamente aos seus interesses exclusivistas, liderarão um processo de transformações no sentido da remoção dessa oligarquia do poder, através de uma estratégia de assalto ao Estado oligárquico.

Tendo à frente os “tenentes”, desencadeiam uma série de movimentos armados, a partir da revolta do Forte de Copacabana (1922), sucedido pela revolução de São Paulo (1924) e pela Coluna Prestes (1924-1927).

Esse projeto revolucionário inseria-se num quadro liberal-democrático, tendo como principais reivindicações: voto secreto, moralização de eleições e algumas reformas sociais, sobretudo voltadas às questões de melhoria das condições de trabalho e segurança de emprego como as que resultaram, posteriormente, já no regime populista, na legislação social-trabalhista.

Vivendo no meio urbano, portanto fora do âmbito de poder das oligarquias agrárias, que dominavam o campo e as pequenas cidades do interior, essas classes médias urbanas acabam constituindo-se na principal base de apoio da luta anti-oligárquica.

A revolução de trinta representou, nessa análise, o ápice do desenvolvimento das pressões operadas por esses grupos urbanos, cujas reivindicações, se não puderam ser plenamente atendidas, não o foram devido às condições de formação e estágio de desenvolvimento dessas classes médias, ou seja, dada a sua “natureza”. Diferentemente das classes médias tradicionais, a exemplo do modelo revolucionário europeu e norte-americano, onde essas, em sua maioria, constituíam o campesinato — pequenos proprietários independentes —, no Brasil, a sobrevivência dessas camadas sociais estava diretamente articulada com a grande propriedade latifundiária. Da mesma forma, a burguesia industrial era aliada à oligarquia e ao imperialismo, imbricando-se nesses setores, na medida em que os primeiros capitais investidos na indústria originaram-se da agricultura (capitais imobilizados com a interdição do tráfico negreiro ou os excedentes da exportação cafeeira, por exemplo).

Da dependência material não há distância para a dependência política e ideológica. Daí o seu ideário político revolucionário, fundamentado nos princípios teórico-liberais das próprias oligarquias — defesa do liberalismo e da democracia, portanto um ideário burguês. (É bom não esquecer que as nossas oligarquias fundamentavam sua atuação econômica na produção para o mercado externo, realizando logo negócios burgueses). Por não poderem elaborar um programa político próprio e, ao mesmo tempo universalizante, atendendo aos interesses de outros setores da população, essas classes médias são obrigadas a firmar um “compromisso” com outras forças oligárquicas (Getúlio Vargas), identificadas com o mesmo objetivo de liquidar a oligarquia cafeeira.

A necessidade de estabelecer tal compromisso indicaria a debilidade relativa desses grupos revolucionários : a classe média por depender da “velha” oligarquia; essa por encontrar-se debilitada com a crise do café; e a “nova” oligarquia, porque embora assumindo o poder em trinta, continuava atrelada à “velha”, na medida em que a base da economia nacional continuava a ser o café.

Num outro aspecto, o proletariado, especialmente o operariado urbano, é apresentado nessa análise também como uma classe frágil e em formação, com um papel passivo, em consequência da dura repressão oligárquica, no decorrer dos anos vinte, de um lado, e do enfraquecimento provocado pela divisão interna em várias correntes (anarquistas, comunistas, socialistas, cristãos), de outro, constituindo-se, no máximo, uma ameaça imanente. Esta revelara-se, especialmente, na onda de greves do período de 1917-1920, nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, sob a liderança dos anarquistas.

Se nenhuma das forças sociais presentes dispunha de autonomia suficiente para conduzir os destinos do país, estava-se diante de um “vazio de poder”, a exemplo do paradigma marxista do 18 Brumário, uma vez que qualquer dos grupos sociais não tinha força suficiente para assumi-lo. É desse modo que as análises teóricas dominantes na historiografia oficial recorrem ao modelo prussiano para resolver o problema : o “vazio de poder”, não podendo ser preenchido por nenhum dos agentes sociais em presença, é completado pelo Estado — surgido do “alto” —, um “Estado de Compromisso” ou “Estado de Massas” (Weffort), responsável pela construção e impulsionamento do processo revolucionário modernizador do país.

Ao invés de constituir-se uma democracia representativa nos moldes tradicionais, organiza-se uma democracia (ou algumas vezes uma ditadura, como no Brasil de 1937-1945) populista — fundada na aliança de classes, a qual pressupõe algum tipo de barganha entre aquelas que compõem a coalizão, conforme afirma Ianni : “ enquanto a burguesia e a classe média aumentam a sua participação da renda nacional, o proletariado urbano aperfeiçoa as suas organizações de classe ou aumenta a sua experiência política”. Quando a politização atinge seu ponto máximo, como no momento em que os trabalhadores levam suas reivindicações políticas ou econômicas além das conveniências do

Estado capitalista, em especial nos momentos de crise econômico-política, rompe-se o “pacto populista” entre as massas e as lideranças burguesas e de classes médias, ou seja, a burguesia rompe a aliança quando ela põe em perigo a classe dominante ou as condições de reprodução do capital que lhe interessam.

Weffort, ao explicar a singularidade do “populismo” que viria do “vazio político”, esclarece também o papel da liderança ou partido “populista” como intermediário entre as massas e as classes dirigentes (mediação que substitui a hegemonia inexistente), assim como a função das massas populares como legitimadoras do “status quo” dominante. Ou como ele diz: “na adesão das massas ao populismo tende necessariamente a obscurecer-se a divisão real da sociedade em classes sociais conflitivas e a estabelecer-se a idéia do povo (ou Nação) entendido como uma comunidade de interesses solidários”.⁵

De fato, é verdade que se constitui uma aliança de “novas” classes sociais urbanas e que nessa aliança se obscurece a sua real divisão. Contudo, concordando com Ianni, ela resulta menos do “vazio de poder” em que a sociedade brasileira se encontrava, face à crise do poder oligárquico, do que da mudança das condições sociais, políticas e econômicas inerentes às novas condições do desenvolvimento capitalista industrial e urbano pós-trinta, que torna imperativa a aliança com as novas classes.

Em nível interno o que está em jogo é uma nova combinação de forças sociais, políticas e econômicas para organizar o poder. E isto faz parecer que a aliança de classes, ou o pacto populista, é o fruto necessário e inevitável do vazio de poder. Mas, em nível externo, o que está em jogo é a reformulação às vezes ampla, das relações e estruturas de dependência. Talvez sejam as condições excepcionais, internas e externas, diante das quais se encontram as ‘novas’ classes, que criam as novas exigências políticas e econômicas. Tanto assim que o próprio aparelho estatal adquire nova configuração sob o populismo. Muda o próprio relacionamento do Estado com a sociedade, ou desta com aquele(...).

Mas não muda, no essencial, o caráter capitalista das relações de dominação política e apropriação econômica. Ao contrário, a singular aliança acaba por propiciar novas condições políticas e sociais tanto à diferenciação interna do subsistema econômico nacional como a continuidade da acumulação capitalista, no setor privado nacional e estrangeiro.⁶

Acrescente-se às afirmações de Ianni sobre a aliança de classes: esta, naquele momento histórico, era necessária, como o foi em situações históricas

⁵ WEFFORT, F.C. *Classes Populares e Política*. Mimeografado. São Paulo, 1968. pp. 133-34. Citado por IANNI, O. *A formação ...* p.43. A clássica obra da revolução de trinta, cujo modelo se insere de forma semelhante nessa análise, é a de FAUSTO, B. *A revolução de trinta: historiografia e história*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970. Nela, o autor atribui à classe média conservadora o fracasso do aprofundamento da revolução e o surgimento do Estado Cartorial, que desviou de início o Estado da tarefa de promover a industrialização.

⁶ IANNI. *A formação ...* p. 45.

semelhantes, onde o apoio das classes populares ao projeto burguês levou-o ao êxito. Solitariamente jamais a burguesia poderia realizar a sua tarefa, consolidando sua hegemonia, como já foi observado.

A situação de ausência de um projeto hegemônico de classe, esse substituído, por consequência, pela mediação entre as classes, é interpretada por Ianni como um “intermezzo, de cunho bonapartista”, na passagem da hegemonia oligárquica para a hegemonia burguesa (de base urbana e industrial).

O mesmo autor elenca uma série de razões que confirmam o caráter bonapartista atribuído ao populismo latino-americano, em geral, por vários pesquisadores : 1) o relativo “equilíbrio” das classes sociais que participam da coalizão “populista”; 2) a hipertrofia do Executivo e a equivalente submissão do Legislativo ao Executivo; 3) a organização do poder além do aparelho estatal ou a incorporação ao aparelho estatal de sindicatos e partidos políticos.

E destaca apenas um aspecto que diferencia o populismo do bonapartismo: este caracteriza-se pela luta intensa pelo poder, as relações de classes são antagônicas e é a própria contradição de classe aliada à impotência relativa das classes que as obrigam a acomodarem-se entre si, constituindo, paradoxalmente, o que Ianni chama de “paz de antagônicos” pela impossibilidade de continuação da luta. Assim se deu com o bonapartismo de Napoleão III, na França, em 1852 e com o kerenskismo, na Rússia, em 1917, numa situação de intensos antagonismos de classes.

Diferentemente, no populismo, as contradições essenciais não se encontram no interior da coalizão de classes (embora presentes em papel secundário), mas estão entre essa e as estruturas oligárquicas e imperialistas que estão fora da aliança. Assim deu-se com o varguismo e com o peronismo, embora, em alguns momentos críticos, as contradições internas entre as classes sociais que compunham o “pacto populista” tenham adquirido peso significativo.⁷

Outro aspecto a considerar nas análises do populismo, sob a ótica da realização da revolução brasileira, é o seu caráter nacionalista-desenvolvimentista e antiimperialista e, em decorrência, a existência de uma burguesia nacional que lidera essa ideologia.

A maioria dos estudos sobre o populismo latino-americano ou brasileiro mostram que esse revela o empenho em transformar as relações político-econômicas externas e internas. De modo geral, todos os populismos voltam-se contra as estruturas oligárquicas, que seriam o sustentáculo do capitalismo internacional nas estruturas internas dos países periféricos ou dependentes. O que não significa que o antiimperialismo seja radical e efetivo. Ao contrário, tanto o nacionalismo quanto o antiimperialismo são mais retóricos e ideológicos, tendo servido mais como elemento de arregimentação e “harmonização” dos elementos da composição de classes. As nacionalizações de

⁷ Ibid. , p. 47-48.

empresas estrangeiras muitas vezes não são seguidas por medidas conseqüentes e correlatas. Contudo, a ambigüidade do nacionalismo e antiimperialismo tem uma significação histórica no populismo, que é explicada por Ianni, como articulada com o papel da burguesia nacional no desenvolvimento econômico do país:

a crise das ideologias populistas está relacionada com a revisão crítica do papel da burguesia nacional na luta pela nacionalização dos centros de decisão relativos ao mando da economia nacional.(...) Nas ideologias populistas a condenação do capitalismo e do imperialismo estava associada à exaltação da burguesia nacional, à qual o Estado popular, ou Estado antiimperialista, iria proporcionar os meios necessários para crescer e consolidar-se. Não obstante, essa confiança na burguesia nacional desaparece pouco a pouco, ao mesmo tempo que se reduz a confiança no reformismo e nas virtudes da democracia 'formal'.⁸

Por que desaparece aos poucos a confiança na burguesia nacional, como diz Ianni? Se à burguesia interessava o desenvolvimento do capitalismo nacional (daí a veiculação da ideologia nacionalista e antiimperialista e a aliança com as outras classes em bases "harmônicas", assumindo como seu o projeto "nacional"), à medida do desenvolvimento das estruturas econômicas e sociais internas, desenvolve-se, também, a politização das classes componentes da coalizão, em especial o proletariado, a quem começa a interessar um outro projeto político, que fatalmente entraria em colisão com o projeto burguês, desacreditando-o.

Por outro lado, a ideologia nacionalista e o antiimperialismo são menos programas de ação do que retórica vaga e moderada. Porém, servem de elemento de aglutinação entre os elementos heterogêneos da coalizão, onde prevalecem os interesses burgueses. Funcionam, em alguns casos, como "técnica política" para barganhar com governos e empresas imperialistas, motivo pelo qual a burguesia nacional aparece também como subalterna. As decisões e estratégias de desenvolvimento muitas vezes são decididas externamente. Além do já observado acima, aliás, consideramos essa a razão principal das ambigüidades do nacionalismo populista, ou seja, a natureza da aliança que se estabelece para o desenvolvimento das estruturas econômicas, sociais e políticas internas do país com o imperialismo, no interior do desenvolvimento capitalista internacional monopólico, operando o capitalismo nacional como parte integrante e interpenetrada àquele, mas sempre num papel subalterno de produção e reprodução do lucro capitalista internacional, em primeira instância.

Quanto à estrutura de classes, diferentemente do ocorrido no desenvolvimento das democracias representativas européias e norte-americana, no Brasil, as classes sociais fundamentais no processo revolucionário — o proletariado e a burguesia nacional — encontram-se em processo de formação.

⁸ Ibid., p. 49-50.

São frágeis, portanto, e as estruturas econômico-sociais internas são subalternas às externas.

As classes assalariadas, por sua vez, não participam da coalizão, segundo a historiografia sobre o populismo, enquanto classes autônomas e politicamente conscientes da sua situação de classe, estando suas lutas motivadas mais por razões econômicas imediatas — ligadas ao consumo e ao emprego — do que por questões políticas da classe ou da sociedade. *Lembre-se, entretanto, que o grau de exploração dessas classes serve aos interesses exclusivos de acumulação e reprodução capitalistas, tornando suas condições econômicas e sociais bastante precárias.*

A burguesia nacional, por outro lado, era subalterna na vigência do poder oligárquico e continua na mesma posição na vigência do populismo, face às ligações e barganhas possíveis com o capital e a tecnologia estrangeiros. Além disso, a ela não interessava levar o nacionalismo ao extremo, na medida em que a luta mais acirrada contra o imperialismo poderia abrir brechas aos trabalhadores para uma luta política que não lhe trazia nenhuma simpatia. A sua condição subalterna em relação ao imperialismo é um risco menor que o enfrentamento político com os trabalhadores.

No que diz respeito a essa questão, a análise tem procedência. Daí a natureza do desenvolvimento brasileiro e latino-americano na condição do desenvolvimento capitalista tardio em descompasso com o desenvolvimento do capitalismo internacional monopólico. Era muito mais interessante às necessidades imediatas da burguesia brasileira — de acumulação e reprodução capitalistas — aliar-se ao projeto da burguesia internacional.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que se contestam a oligarquia, a industrialização e a urbanização crescentes constituem-se as bases das estruturas de poder emergentes. Segundo Ianni, a burguesia industrial está empenhada na aplicação de medidas que protejam o mercado interno para a industrialização substitutiva de importações, os militares defendem a nacionalização dos recursos naturais (a Petrobrás e a Eletrobrás são grandes exemplos) e a criação de empresas estatais nos setores estratégicos da economia. Os intelectuais e os estudantes universitários atuam na esfera das estratégias políticas de desenvolvimento econômico, tentando extrair as consequências nacionalistas e antiimperialistas da situação; a classe média volta seu interesse ao desenvolvimento da democracia representativa, na expansão de seu consumo e no desenvolvimento econômico; e as outras classes assalariadas estão preocupadas em aumentar sua participação no produto do trabalho para sair das péssimas condições de subsistência em que se encontram.

De fato, a industrialização e a urbanização, principalmente após a segunda guerra, promoveram uma diferenciação na divisão social do trabalho, imprimindo às cidades um papel muito mais importante que às áreas rurais, diferentemente do período oligárquico. De outra parte, a expansão urbana

significa, concretamente, a formação de uma nova configuração da estrutura de classes, a qual rompe com as estruturas de dominação elaboradas em função das estruturas primário-exportadoras.

Essa nova realidade urbana, com diferentes tipos de trabalhadores — industriais, do comércio, da construção, dos transportes, da burocracia estatal, etc. —, adquire importância no contexto das relações de produção e políticas, na medida em que põe em evidência as condições econômicas e sócio-culturais em que vivem as camadas de trabalhadores. Conforme afirma Ianni:

Essas são as condições mais baratas de reprodução da força de trabalho necessária à continuidade da expansão capitalista. Eles (...) são vistos como (...) 'massas marginais', formando 'núcleos urbanos segregados', consolidados na base de 'formas coletivas de convívio' e pouco propensos a ajustarem-se 'aos requisitos de maior racionalidade' específicos de cada atividade produtiva localizada na cidade.⁹

De fato, historicamente nova é a realidade sócio-cultural, política e econômica que surge com a industrialização e a urbanização. Vejamos algumas polarizações políticas surgidas entre as classes e grupos sociais, nessa época, que em nível global significam tendências e estratégias políticas que revelam o colapso das oligarquias como estruturas intermediárias entre as sociedades nacionais e as economias centrais :

a) as oligarquias empenham-se em manter ou reformular as relações econômicas de dependência surgidas e mantidas com a economia primário-exportadora. As oligarquias apegam-se às forças imperialistas para controlar as forças políticas emergentes. A "revolução" constitucionista, em São Paulo, por exemplo, revela essa tendência inconformista da oligarquia com a perda do mando, decorrente da vitória do movimento antioligárquico de trinta;

b) a consolidação e a expansão da hegemonia norte-americana nos países da América Latina criam as condições para a reformulação das relações econômicas com cada uma das nações em particular, dando-se preferência aos acordos bilaterais. Essa política reforça o isolamento daqueles países entre si, pela desconfiança recíproca e pelos interesses em conseguir vantagens e favores especiais. (O que dificulta o desenvolvimento interno e autônomo desses países);

c) os interesses políticos e econômicos das burguesias nacionais emergentes combinam-se temporariamente com os interesses da classe média (burocracia civil e militar e grupos de profissões liberais). Essa aliança favorece a organização de movimentos voltados à emancipação e diversificação das economias desses países e a reformulação das instituições políticas, econômicas, educacionais e outras, que se desdobram na política de massas e no nacionalismo desenvolvimentista;

⁹ Ibid. , p. 92.

d) os interesses de outros setores da classe média, do proletariado, intelectuais e estudantes universitários organizam-se em debates pelas reformas institucionais e das relações econômicas internas e externas, servindo aqui, também, a política de massas e o nacionalismo como elementos ideológicos aglutinadores. O socialismo reformista aparece como estratégia e tendência política dominante unindo taticamente diferentes orientações políticas na aliança (comunistas, socialistas, católicos, liberais);

e) inerente a esse contexto histórico surgem as condições para que as relações de classe, subjacentes à política de massas, transformem-se em antagonismos e lutas abertas. Nesse contexto, situam-se as vitórias da revolução cubana (1959), do candidato da Unidade Popular no Chile — Salvador Allende — (1970) e outros movimentos guerrilheiros latino-americanos;

Em algumas situações essas polarizações políticas se conjugam em frentes únicas e, em outras, elas se colocam em oposição frontal quanto a certos modelos de desenvolvimento e estratégias revolucionárias: capitalismo autônomo ou dependente, via pacífica para o socialismo ou via revolucionária. Em todos os casos estão em disputa as contradições entre os grupos e classes sociais e as sociedades nacionais e economias dependentes.¹⁰

Embora a historiografia brasileira interprete a realidade histórica sócio-política e econômica pós-trinta, que corresponde como já dito, à consolidação das relações capitalistas, no Brasil, dentro de um quadro teórico abstrato de dependência econômica estrangeira (sem uma análise mais profunda sobre essa questão) e de formação de fenômenos, partidos, governos e ideologias populistas, inserindo-as no referencial teórico anteriormente identificado como de revolução democrático-burguesa, e mais adequado a outras realidades do que a nossa, os pesquisadores, entretanto, não podem negar o desenvolvimento das estruturas capitalistas, econômicas e sociais, que se deram no curso desse período.

Nesse sentido, em que pese a negação da luta de classes nas novas categorias introduzidas — a “coalizão de classes” não autônomas e, conseqüentemente, nela identificando o populismo (derivado de povo — massa indistinta de pessoas em substituição à estrutura de classes sociais e ao antagonismo entre elas) —, não se pode negá-la definitivamente e acaba-se atestando o seu desenvolvimento no interior da própria aliança, na medida dos desdobramentos do capitalismo, conforme veremos.

Do ponto de vista econômico, as massas operárias “disponíveis” ou “marginais” constituíam os contingentes de força de trabalho em disponibilidade — o exército industrial de reserva —, cujas condições econômicas, habitacionais e sócio-culturais, obviamente, significavam um custo reduzido da reprodução de parte razoável da força de trabalho necessária ao tipo de desenvolvimento que no Brasil se processava. E, do ponto de vista político-cultural, as análises

¹⁰ Ibid., p. 93-96.

sociológicas interpretam essas massas em processo de ressocialização no meio urbano-industrial. Aos poucos, parte dela é sindicalizada e politizada e a sua grande maioria permanece alheia aos quadros institucionais, manifestando-se exclusivamente nas eleições, pelo voto obrigatório. Esse trabalhador passa por um processo de redefinição de valores culturais e comportamentos próprios ao ambiente urbano, em especial àqueles necessários às relações de troca da economia de mercado. Nem por isso, entretanto, essas classes assalariadas urbanas — em especial o proletariado —, apesar de utilizadas como “massas de manobra”, por lideranças alheias, deixam de adquirir uma significação política, também fazendo reivindicações:

o proletariado aceita a coalizão com outras forças sociais e políticas, particularmente a burguesia nacional. Aceita o nacionalismo, o desenvolvimentismo e a industrialização, nos termos propostos pela burguesia industrial ou seus ideólogos, como se fossem os objetivos da nação, de todo o povo e da classe operária. Daí surgem os fenômenos populistas (...). A demagogia e o carisma tornam-se elementos essenciais, dentre as técnicas de arregimentação política das massas assalariadas da cidade. Nesse contexto surge uma ideologia peculiar. O princípio da ‘paz social’, ou da ‘harmonia entre as classes sociais’, adquire primazia sobre as idéias e práticas políticas inspiradas nos antagonismos de classe. Para acelerar as rupturas (...) que haviam debilitado a oligarquia e confundido o imperialismo, as ‘classes populares’, grupos de intelectuais, setores militares e a burguesia industrial uniram-se à bandeira do nacionalismo econômico, da devolução do país ao povo, das reformas institucionais e do desenvolvimentismo. Para uns, estava em jogo a ascensão econômica e social; para outros a possibilidade de um capitalismo nacional, ou mais autônomo; para uns e outros (...), tratava-se de emancipar o país do ‘latifúndio’ e do ‘imperialismo’. *Para a grande maioria, contudo, a aliança tática entre as classes sociais era uma realidade tão marcante que encobria razões estratégicas subjacentes.* (...) o ‘desenvolvimentismo nacionalista’ adquiriu o caráter de uma estratégia possível, primordial e urgente de progresso¹¹ (sem grifo no original).

Nesse sentido, Ianni concorda com o crescimento do movimento sindical e da participação mais sistemática das classes assalariadas em atividades de significação política, na medida em que a sua inserção no jogo político resultou na sua politização, em particular do operariado. Politização que tem sido uma das principais contradições do populismo latino-americano e brasileiro. Para Ianni, “ele despolitiza as classes sociais, ao politizar a aliança e a harmonia das classes. Na prática, contudo, as classes acabam por amadurecer um pouco mais a sua compreensão das suas situações respectivas, tanto a burguesa como a proletária.”¹²

¹¹ Ibid., p.108-109.

¹² Ibid., p. 115-116.

Além do sindicalismo encontravam-se, dentre os mecanismos políticos do populismo, o partido e a burocracia estatal ou os ministérios e as secretarias de governo. Segundo a historiografia em geral, as organizações políticas do populismo desenvolveram-se à margem ou em oposição às organizações de direita ou de esquerda. Desenvolveram técnicas políticas próprias e a demagogia foi mais que uma técnica de arregimentação política do que de politização. Entretanto, no interior das lutas populistas, a politização foi um elemento sempre presente e inesperado.

Estava em jogo, naquele momento histórico, uma estratégia política de desenvolvimento econômico nacional, que exigia alterações na estrutura de poder. Nessa situação, a burguesia acabou por manter a sua hegemonia sobre as outras forças políticas. Acontece que nesse jogo audacioso entre as classes dominantes e as “massas” estava em questão tanto o projeto político capitalista quanto o socialista. Como admite Ianni:

Como a política de massas não deixou de envolver ou influenciar sindicatos, partidos e movimentos de esquerda, a possibilidade da radicalização de esquerda foi sempre evitada com certa dose de autoritarismo ou violência reacionária. E quando a própria política de massas desenvolveu bastante a politização dos trabalhadores industriais, além de outras categorias sociais, (...) o golpe de Estado resolveu o impasse.¹³

Por outro lado, a historiografia aponta, ainda, a debilidade teórica e a inabilidade política das próprias esquerdas brasileiras que, ao invés de difundir um estilo e estratégias próprios decorrentes de uma compreensão dialética da situação política nacional e internacional, subordinaram-se às interpretações de outras forças políticas, sejam nacionais ou não, assumindo as organizações, técnicas e estilos dessas. Nas palavras de Ianni, as “forças socialistas e comunistas (...) esvaziaram a dialética do princípio da contradição, transformando-a numa teoria das reformas sociais. (...) não contavam senão com uma versão deteriorada da teoria revolucionária.”¹⁴

É no rol das críticas às esquerdas brasileiras, seja da militância política, seja dos intelectuais e dos pesquisadores, que se ocuparam da temática ora abordada, que retomaremos algumas considerações de Prado Jr. e de Decca sobre o processo revolucionário brasileiro e as interpretações desses historiadores sobre o modelo teórico das revoluções burguesas, bem como a leitura de Sodré sobre o desenvolvimento do capitalismo e da revolução burguesa no Brasil, identificando com os mesmos as limitações desse paradigma.

¹³ Ibid., p.117-118.

¹⁴ Ibid., p.119.

Esses historiadores analisam os fenômenos de modernização no país, dando sua versão sobre a revolução brasileira ao apontar alguns pressupostos para a análise da estratégia revolucionária adequada à realidade do país. Sodré, embora possa ser considerado um representante típico da teoria da revolução burguesa, tem uma interpretação muito própria, determinando o momento de formação das “verdadeiras” relações capitalistas no Brasil. Prado Jr., por seu lado, indicando sobretudo os equívocos das “esquerdas” brasileiras, ao adequar um paradigma teórico a nossa realidade, no período de trinta a setenta. De Decca, em especial, reportando-se às primeiras décadas do presente século, abordou especificamente a sua versão da “revolução” de 1930, ou mais precisamente, o período imediatamente anterior a trinta e os mecanismos de dominação na produção e reprodução históricas. Por que selecionamos esses historiadores? Por uma razão muito simples: todos analisaram a temática que nos preocupa nesse trabalho e, principalmente, porque são pesquisadores reconhecidos nos meios acadêmicos e grande influência exerceram e vêm exercendo sobre a historiografia brasileira.

3.3. A liquidação dos resíduos coloniais

No seio do revisionismo da historiografia brasileira, vejamos inicialmente as teses de Prado Jr., cuja obra sobre a revolução precede a dos outros autores analisados (a 1^a. edição é de 1966)¹. Esse autor e De Decca (1^a. edição de 1981)² realizam a crítica historiográfica ao modelo teórico da revolução democrático-burguesa clássica, ambos buscando os equívocos do modelo teórico interpretativo das esquerdas (espelhado na leitura da Internacional Comunista à realidade brasileira), que se refletem na produção e reprodução históricas do país, e as restrições impostas por tal modelo ao próprio processo revolucionário: Prado Jr., mais preocupado em demonstrar a inadequação das teses tradicionais à realidade brasileira; De Decca, voltando sua atenção para o desvendamento desses mecanismos de dominação. Sodré³, por seu lado, pode ser qualificado como um dos típicos representantes na aplicação do paradigma teórico, procurando adequá-lo a algumas especificidades da realidade nacional. Considera a história do desenvolvimento capitalista brasileiro como uma revolução do tipo burguês, na medida em que, de fato, o país esteve (e ainda está) em processo de mudanças significativas, tendo superado, segundo ele, os resquícios “feudais” e levado a burguesia ao poder, conforme veremos no capítulo seguinte.

Prado Jr. parte do princípio que a teoria revolucionária brasileira, na qual direta ou indiretamente se inspirou todo o pensamento brasileiro de esquerda e que forneceu os lineamentos gerais de toda as reformas econômicas fundamentais propostas no país, elaborou-se de abstrações, isto é, baseou-se em princípios teóricos determinados a priori — num paradigma considerado universal, mas que era adequado apenas a algumas realidades. Pressupostos que foram transpostos à realidade brasileira e nos quais se tentou encaixá-la,

¹ Ver : PRADO JR. *A revolução brasileira*; perspectivas em 1977. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

² DE DECCA, Edgar S. *1930 o silêncio dos vencidos*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

³ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1976. Ver também do mesmo autor *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

adaptando-se aos conceitos (aprioristicamente estabelecidos e de forma forçada) os fatos reais. Disso resultou, obviamente, consequências desastrosas ao curso da ação revolucionária, que oscilou entre extremos de sectarismo e oportunismo.

Para esse historiador, a teoria da revolução brasileira foi elaborada em época, na qual pouco se conhecia sobre a realidade brasileira, quando faltava experiência política e o nível de consciência revolucionária das massas trabalhadoras era muito baixo, especialmente no campo.

Além desses aspectos impeditivos de uma revisão e reelaboração teórica em novas bases, outro, salientado pelo autor, diz respeito à longa fase de acentuado dogmatismo que perdurou em todo o pensamento marxista internacional, proveniente do estalinismo, como já vimos, no primeiro capítulo. Esse conjunto de fatores serviu para consolidar concepções falsas e em discordância com os fatos reais, e impor uma maneira deformada (uma visão positivista, com leis universais onde se enquadram os fatos históricos) de interpretar os fatos econômicos, sociais e políticos, vendo-se os fatos não como eles se processaram, mas como eles deveriam ser à luz do que se passou em outros lugares.

Segundo esse esquema teórico, a humanidade em geral, e cada país em particular — o Brasil, aí incluído — passaria invariavelmente por etapas sucessivas de desenvolvimento econômico, nas quais há que se considerar anteriores ao socialismo, o feudalismo e o capitalismo. Contrapondo-se a este pensamento, Prado Jr. evoca Marx e Engels, para os quais a idéia de que a evolução da história da humanidade se realiza através de etapas invariáveis e predeterminadas é estranha. Esses dois teóricos ocuparam-se exclusivamente dos países e povos europeus e jamais generalizaram suas conclusões para outros povos e países. Analisaram a eclosão do capitalismo que, na Europa, emergiu do feudalismo, que o precedeu, procurando nessa dialética da história moderna e contemporânea as premissas do socialismo, que deixava de constituir o estado ideal imaginado pelos socialistas utópicos para se tornar um desdobramento necessário do capitalismo : a superação das suas contradições. Mas, em nenhum momento, estenderam essa interpretação da história dos povos europeus a outras partes do mundo. Transformações que até poderiam realizar-se em outras regiões, não como uma fatalidade histórica, porém como decorrência das contradições próprias a cada realidade.

A teoria da revolução brasileira teria sido formulada, segundo Prado Jr., na década de vinte, em conjunto com a dos demais povos coloniais e submetidos de alguma forma ao imperialismo. O baixo nível de desenvolvimento econômico desses países e sua posição subordinada colocava-os em situação especial, que impedia sua simples integração aos países de “economia capitalista madura” da Europa e dos Estados Unidos, assim como dos países de desenvolvimento capitalista médio, como Espanha, Portugal e países da Europa Oriental. Logo, como simples presunção, os países asiáticos coloniais e

semicoloniais ou os latino-americanos “dependentes”, entre esses o Brasil, deveriam ser colocados no esquema geral adotado, de países em fase de transição do feudalismo para o capitalismo, ou seja, no modelo de revolução democrático-burguesa, destinada a eliminar os “restos feudais”, sem nenhuma análise rigorosa dos fatos econômicos, sociais e políticos desses países e da diversidade das condições brasileiras.⁴

A etapa revolucionária brasileira seria, dessa forma, decalcada no esquema clássico da revolução democrático-burguesa, segundo o modelo leninista relativo à Rússia czarista, também país atrasado, do ponto de vista do capitalismo, emergindo dos escombros do feudalismo para o capitalismo. Nesse quadro, baseado em modelos estranhos ao nosso país, introduziu-se apenas um elemento original — o antiimperialismo. “Revolução agrária e antiimperialista” : “agrária”, porque tratava-se de superar nesses países a etapa “feudal” e “antiimperialista”, porque em oposição aos grandes países “capitalistas”.

Nesse sentido, esse historiador vai retomar as principais teses desse modelo teórico referencial, derrubando-as uma a uma : a tese do “feudalismo” brasileiro, do antiimperialismo, da “oligarquia”, da “burguesia nacional” progressista e a tese do “campesinato” brasileiro. Vejamos suas argumentações.

Um dos elementos que em geral se aponta para caracterizar a natureza semifeudal da agropecuária brasileira é o sistema de “parceria”. Esse, no Brasil, não se constitui no modelo de parceria clássica européia, como o *métayage* francês ou a *mezzadria* italiana, segundo Prado Jr., mas no conjunto da sociedade brasileira, trata-se de “simples relação de emprego, com remuneração *in natura* do trabalho”, isto é, com o pagamento da remuneração do trabalhador com parte do produto, a metade — na meação — ou duas terças — na terça. Para esse historiador, a “nossa parceria assimila-se assim antes ao assalariado, e constitui, pois, em essência, uma forma capitalista de relação de trabalho. Ao menos no que respeita a suas implicações sócio-econômicas.”⁵

Por outro lado, não é no sentido da eliminação da parceria que as forças revolucionárias brasileiras impelem o desenvolvimento econômico, como foi no caso das análises clássicas do marxismo — com as restrições da servidão da gleba e outras que atuaram nos países europeus, na passagem do feudalismo para o capitalismo.

Para demonstrar sua tese Prado Jr. cita o caso da agricultura paulista, principal setor da economia agrária brasileira, onde a parceria só se difundiu após

⁴ PRADO JR. faz referência aos documentos inspiradores das esquerdas brasileiras : o Programa da Internacional Comunista, adotado pelo VI Congresso Mundial, em 1928, em Moscou, e os documentos do Bureau Sul-americano da Internacional Comunista, em Montevideu, cuja composição era predominantemente hispano-americana e cujos documentos revelam total ignorância da realidade brasileira. In: _____. *A revolução brasileira* ..., p.p. 37-38.

⁵ Ibid. , p. 40.

1930, ligada a uma cultura específica — a do algodão e por circunstâncias técnicas e financeiras específicas a essa cultura. A economia cafeeira, a mais importante do Estado, jamais a conheceu. Antes disso, não tem expressão econômica (salvo em pequenas culturas subsidiárias de cereais). Logo, falar dela como sobrevivência anacrônica de um passado feudal é falso.

Por outro lado, a parceria brasileira (em especial na cotonicultura) representa, no que diz respeito ao trabalhador, um padrão superior de relações de trabalho e produção (um sistema superior de organização econômica e padrões altos de produtividade) se comparadas às relações de assalariamento. Antes de um fator negativo e foco de contradições revolucionárias, a parceria, no Brasil, representa um fator positivo, de nível tecnológico e social superior.

Da mesma forma, outros elementos presentes na agropecuária brasileira como o “Barracão” ou o “Armazém” (fornecimento de gêneros aos trabalhadores pelo proprietário a preços extorsivos); ou o “cambão” (serviços gratuitos em troca da ocupação da terra); bem como outras formas de exploração intensa do trabalho não são vistas por Prado Jr. como “resíduos feudais”, como aponta a teoria citada, mas antes se constituem em remanescentes do sistema de trabalho vigente no Brasil até o fim do século passado — a escravidão. É essa que imprime seu “cunho anacrônico” às relações de trabalho no meio rural brasileiro.

Contudo, feudalismo e escravismo não são a mesma coisa. Ao contrário, particularmente, com relação à natureza das relações de trabalho e produção e ao papel que essas relações desempenham no processo político-social da revolução. O que caracteriza o feudalismo europeu e o russo czarista (do qual Lenin se ocupou para elaborar a sua teoria da revolução democrático-burguesa, como vimos) é a ocorrência de uma economia camponesa — de exploração parcelária da terra pela massa da população rural — sobre a qual se sobrepõe uma classe privilegiada, de origem aristocrática, que se apropria do sobreproduto do trabalho do camponês por conta dos privilégios assegurados pelo regime político-social. As relações de produção e de trabalho se configuram sob a forma de relações de dependência e subordinação pessoal do camponês ao proprietário da terra (a este são assegurados direitos e àqueles correspondem obrigações pessoais), na base das quais se posicionam também as relações sociais — senhores e proprietários de um lado, camponeses e trabalhadores de um outro.

É nessa situação de antagonismo entre o senhor feudal e o servo que irão centralizar-se as reivindicações camponesas pela libertação da sujeição ao proprietário da terra e da sua livre utilização e, mais tarde, (quando a propriedade da terra se tornara alodial — sem intermediário), a reivindicação se torna a luta pela posse da terra.

A grande oportunidade de expansão dessas lutas camponesas européias dá-se na passagem do feudalismo para o capitalismo, quando a penetração das relações capitalistas no campo (no plano econômico) propiciaram a soma das

aspirações camponesas com os objetivos burgueses gerados pelo capitalismo. É dentro desse quadro esquematizado que se situa a reforma agrária — continuação à luta camponesa pela transformação do latifúndio feudal em exploração capitalista — e, portanto, como elemento integrante da revolução democrático-burguesa.

É nesse sentido que o autor refuta as teses do “feudalismo” brasileiro : aqui nunca houve “latifúndio feudal”. Faltou no Brasil a base da economia agrária feudal, ou seja, a economia camponesa que representa a exploração parcelária da terra trabalhada e ocupada individualmente por pequenos proprietários, como no modelo europeu. Ao contrário, o que se estruturou na história brasileira foi a grande propriedade rural, constituída na base da “exploração comercial em larga escala”, isto é, não-parcelária, e realizada com o “braço escravo”. Ambos os elementos — grande propriedade fundiária e o trabalhador escravo — introduzidos juntamente na economia e na história do país. E mais adiante afirma:

Essa circunstância originária e característica do latifúndio feudal não tem paralelo no Brasil, nem poderia ter ocorrido neste território praticamente deserto ou muito ralmente povoado (...), ao se realizar a descoberta e colonização. (...) Não é nessa economia camponesa que a grande exploração brasileira — o nosso latifúndio que é a fazenda, o engenho, a usina, a estância — (...) tem seus fundamentos; e antes pelo contrário, o que corresponde no Brasil a uma economia camponesa constitui historicamente, no geral, a negação da grande exploração, pois resultou em regra da decomposição e destruição da grande exploração pelo parcelamento da base fundiária em que ela assentava, seja pela divisão da propriedade, seja pelo fracionamento em parcelas arrendadas. (...) o que constitui no Brasil propriamente economia camponesa (...) representa via de regra um setor residual de nossa economia agrária.⁶

O fundamental na economia agrária brasileira foi e é a grande exploração rural, onde se conjugam a grande propriedade fundiária com o trabalho coletivo de numerosos trabalhadores. No passado, esses trabalhadores eram escravos, constituindo o chamado sistema de plantação (*plantation system*), onde não se incluem relações de trabalho e produção próprios da economia camponesa feudal. Com a abolição da escravidão substituem-se essas relações por outras de emprego ou locação de serviços, embora muitas vezes a remuneração seja feita por formas mistas, como diz Prado Jr. : pagamento *in natura*, concessão do direito de plantar por conta própria os gêneros de subsistência, etc. Mas, seja o trabalhador livre de hoje ou o escravo de ontem, ambos estão inteiramente submetidos ao verdadeiro ocupante da terra e empresário da produção — o empregador —, ao qual o trabalhador se liga exclusivamente pela força de trabalho que lhe cede. Não se trata aqui de um

⁶ Ibid. , p.45 - 46.

camponês.

No feudalismo, o camponês era o elemento central da produção, o seu empresário e a sua manutenção provém da atividade parcelária e individual que realiza na gleba. O que cede ao seu senhor sob a forma de trabalho, produtos ou outras obrigações, por força dos privilégios daquele, representa uma dedução de seus proventos. O senhor ou proprietário da terra, embora submetendo aquela economia a seus interesses permanece fora da atividade produtiva, constituindo-se unicamente o proprietário e senhor da terra — não é ele o empresário da produção. Por isso a livre exploração da terra, apenas ocupada nos limites impostos pelas obrigações feudais, é a aspiração essencial do camponês.

O trabalhador livre ou não da grande exploração rural é mantido e remunerado pelo senhor ou proprietário sob cujas ordens se encontra, seja com alimentos, roupas, habitação ou a concessão de trabalhar por conta própria aos domingos, no caso do escravo; seja em dinheiro, parte do produto, direito de usar parte do terreno, no caso do trabalhador livre. Nesse sentido, a luta do trabalhador brasileiro, simples vendedor da força de trabalho e não camponês (pelo menos onde se concentra a maioria da massa rural), segundo Prado Jr., não se orienta para a posse da terra, mas para a melhoria quantitativa e qualitativa de sua remuneração ou aquilo que percebe como empregado, ou seja, *o sentido principal de sua luta é a obtenção de melhores condições de trabalho e de emprego.*

A reivindicação da terra pelo trabalhador se circunscreve no Brasil apenas a três setores de importância secundária, que nada tem a ver com os sistemas agrários feudais: 1) em algumas regiões do nordeste, entre a zona da mata (cultura de cana-de-açúcar) e o agreste, onde a maior parte das terras se encontram arrendadas, ali onde ocorreram as Ligas Camponesas e a luta se dá contra os proprietários de terra e os arrendatários, porque estes tentam desalojar aqueles para dar um fim mais lucrativo a suas terras; 2) nas zonas pioneiras do país — oeste paranaense e centro-norte de Goiás —, onde os “posseiros”, lavradores sem títulos regulares de propriedade da terra entram em conflito com os “grileiros”, detentores de títulos irregularmente obtidos (como as concessões abusivas feitas durante o Governo Moisés Lupion, no Paraná); 3) nas regiões de concorrência da pecuária com os pequenos cultivadores sem terras próprias, desalojados para darem lugar às pastagens, em várias partes do país.

Em todos esses casos, contudo, os conflitos não podem ser enquadrados num suposto processo democrático-burguês de eliminação dos “restos feudais” ou “semifeudais”. A questão da terra, embora com potencialidade revolucionária, não se enquadra numa “revolução agrária antifeudal”, que se engendra no processo histórico brasileiro, mas diz respeito a circunstâncias muito particulares e específicas. O ponto central das contradições do campo brasileiro, segundo Prado Jr., está nas pressões e tensões que se referem às condições de trabalho e emprego na grande exploração rural, aspecto

negligenciado pelas análises teóricas da revolução brasileira (considerados os seus defensores como meros “reformistas”) e não na posse da terra, reivindicada pelos camponeses submetidos ao jugo feudal ou semifeudal, na revolução democrático-burguesa e antifeudal européia ou czarista.

Do mesmo modo que o “antifeudalismo”, o “antiimperialismo” será também contestado pelo historiador, pelo menos nos termos em que ele é posto, à semelhança do modelo revolucionário dos países asiáticos, sob a influência do VI Congresso Mundial da Internacional Comunista em Moscou (1928), o qual coloca a necessidade de uma revolução antifeudal e antiimperialista, no Brasil, indistintamente como nos países coloniais e semicoloniais (China, Índia, etc.) como etapa preparatória do “desenvolvimento da revolução democrático-burguesa em revolução socialista”.⁷

Enquanto, na Ásia, o imperialismo era apoiado simplesmente numa relação exterior, ou seja, na penetração de empresas econômicas do capital imperialista com a conivência de setores internos desnacionalizados, na América Latina, e no Brasil, o imperialismo, imbricado desde o início da colonização na vida econômica, social e política dos países, herdara as posições que lhe foram possibilitadas pelo fato de ter-se originado nos “mesmos centros de onde a América Latina recebera (...) os elementos constitutivos de sua personalidade nacional”⁸, ou seja, os centros europeus. A América Latina, pois, constitui, desde a sua descoberta e colonização por povos europeus, uma parte integrante do mesmo sistema que deu origem ao imperialismo internacional — o capitalismo. São, portanto, bem distintas as relações desses países em face do imperialismo daquelas que ligam o imperialismo aos países asiáticos, cujos povos viam naquele uma intromissão e desvirtuamento de toda a sua cultura e regime econômico-político.

À luz desse esquema, transplanta-se para o Brasil uma composição social e distribuição de forças à semelhança da revolução democrático-burguesa de conteúdo antifeudal e antiimperialista da Rússia czarista ou dos países asiáticos, e da qual resultam as tensões e impulsos revolucionários : os latifundiários, réplica dos senhores feudais; uma burguesia retrógrada ligada aos latifundiários e aliados ao imperialismo; uma burguesia progressista ligada ao campesinato e ao operariado — a chamada “burguesia nacional”.

Vejamos algumas argumentações sobre a inadequação dessas teses sobre os agentes revolucionários brasileiros, assimilados da teoria clássica. A começar pela distinção entre os *grandes proprietários brasileiros* — os latifundiários ou “ senhores feudais ” —, fazendeiros, estancieiros, senhores de engenho e usineiros — e de outro lado, *a burguesia industrial, comercial ou*

⁷ Ver citação em PRADO JR. op. cit., p. 65.

⁸ PRADO JR. op. cit., p. 68.

outra, todos esses indivíduos, que constituem, no Brasil, no conjunto, a classe econômica, financeira, social e politicamente dominante, não diferem entre si, fazendo parte da mesma categoria social, ou seja, não se situam de forma diferente nas relações de produção ou frente às relações jurídicas. *São todos homens de negócio, burgueses e capitalistas*. Desde a colonização, a base da economia brasileira foi a produção agrícola para o *mercado*, portanto economia capitalista em sua fase mercantil — na acepção econômica e social da expressão. Não há, portanto, no Brasil nada que se assemelhe ao *status* dos proprietários de terra ou “senhores feudais” europeus ou asiáticos.

Por outro lado, não tem sentido a distinção entre uma “burguesia compradora” (tirado o termo da revolução chinesa) pró-imperialista, porque ligada ao comércio de importação e exportação e uma “burguesia nacional” antiimperialista, por força de seus negócios voltados à industrialização e posição frente ao imperialismo — este interessado em manter o país como simples fornecedor de matérias-primas. Essa interpretação entra em conflito com a realidade, quando empresas estrangeiras ligadas aos trustes e monopólios internacionais se instalam no país, servindo como principal estímulo à industrialização.

A teoria clássica retificada passa a explicar a oposição da “burguesia nacional” ao imperialismo pela concorrência das empresas estrangeiras instaladas no Brasil frente a suas atividades. Retificação mais uma vez contrariada pela própria situação histórica, quando empresas nacionais começaram a associar-se a empresas estrangeiras e ao capitalismo internacional em geral, permanecendo os conflitos no estrito plano da concorrência.

Isso não significa que não haja contradições no Brasil derivadas da penetração imperialista, mas também não se justifica a tese de que aqui, como no Oriente, teria havido uma “burguesia nacional” progressista, contrariada na qualidade de classe e categoria específica pela ação do imperialismo internacional, e servindo portanto como agente impulsionador do processo revolucionário em decorrência das contradições daí advindas. Nesse particular, também a situação brasileira é bem distinta daquela dos países asiáticos.

Circunstância peculiar à realidade brasileira, para Prado Jr., sem relação direta com o imperialismo, mas que comporta contradições no seio da burguesia e representa papel importante na vida política brasileira, tendo se mostrado antes como entrave do que impulso ao processo revolucionário, diz respeito ao papel desempenhado pelo Estado na economia ou, mais precisamente, “ao processo de formação e acumulação privada de capital através do favorecimento pelo poder público de interesses particulares”.⁹

Segundo esse historiador, o enriquecimento ilícito à custa do poder público torna-se, no Brasil, “um sistema consagrado e institucionalizado”. Prática

⁹ Ibid., p.122.

que representa um papel de destaque na economia brasileira, acabou por constituir o que o historiador chama de “capitalismo burocrático” e determinou uma categoria social específica, a *burguesia burocrática*. Na base das atividades e funções estatais e paraestatais organiza-se toda uma trama de negócios particulares, que possibilitam uma acumulação capitalista de vulto e que são proporcionados pelo poder público.

Se há contradições e antagonismos no seio da burguesia esses não se dão entre a “burguesia nacional” progressista, entendida nos termos clássicos — europeu ou asiático — e o imperialismo — a burguesia externa —, mas ao contrário, ocorre, segundo Prado Jr., entre a burguesia burocrática e o outro setor da burguesia nacional. Os interesses da burguesia burocrática, embora no fundamental coincidam com o outro setor da burguesia nacional (ambos são burgueses), sobrepujam os dela, divergem e são mesmo antagonísticos, na medida em que estão direta ou indiretamente vinculados com a administração pública e a política de intervenção estatal na economia. Para ele :

Enquanto o capitalismo burocrático se vincula diretamente a essa intervenção e ação e faz especificamente dela o seu próprio negócio, para o outro setor da burguesia a intervenção estatal no domínio econômico se justifica, (...), unicamente como promoção dos interesses gerais do capital e da iniciativa econômica privada. Em consequência, essas duas posições entram freqüentemente em choque.¹⁰

Acentuam-se os antagonismos sobretudo quando são contrariados os interesses do setor burguês “que se encontra fora do círculo de privilegiados (...)”.¹¹ Essa contradição, por outro lado, representa um papel fundamental na política brasileira, na medida em que o capitalismo burocrático encontra aliados em outras categorias sociais, vinculados de alguma forma ao poder público (classes médias e trabalhadores) e à medida que, pela sua posição e natureza dos negócios respaldados no poder estatal, a burguesia burocrática pode permitir-se grandes riscos frente à massa de trabalhadores, impossíveis de assumir pela “burguesia ortodoxa”.

O capitalismo burocrático pode assim permitir-se atitudes de aparente solidariedade com os trabalhadores, sem se expor diretamente e comprometer seus interesses. E (...) invocar o interesse nacional e geral como cobertura do seu próprio interesse particular. Pode ainda encaixar na política (...) uma atitude paternalista (...) que, tem feito as vezes, no Brasil, de assistência social.¹²

Outro aspecto levantado pelo historiador é que o capitalismo

¹⁰ Ibid., p.124.

¹¹ Ibid., p. 125.

¹² Ibid., p.126.

burocrático, por suas próprias posições e natureza de suas atividades, aproxima-se dos setores progressistas e populares da política brasileira, o que introduz distorções no seio das forças políticas populares impulsionadoras da revolução brasileira. Confundidos com a “burguesia progressista” — aliado burguês da revolução —, no modelo teórico clássico, o autor aponta nessa confusão mais uma das “falsas interpretações” adequadas à realidade brasileira, as quais têm comprometido o processo revolucionário.

Além disso, o papel representado pelo capitalismo burocrático na condução da política e da administração brasileiras, fazendo prevalecer a confusão entre interesses públicos e privados, estes sobrepujando os primeiros, promove prejuízos de ordem geral e conseqüência de ordem política grave para os fins da revolução brasileira, que para o autor pode ser traduzida fundamentalmente como a *superação definitiva dos resquícios da colonização*.

Para finalizar, vejamos como Prado Jr tratou a questão da participação do proletariado na revolução. O modelo teórico clássico da revolução burguesa, como já visto, tratou com especial destaque da aliança do proletariado urbano com a massa trabalhadora, considerando-os os verdadeiros agentes revolucionários. Para Prado Jr., também nessa questão, as esquerdas brasileiras repetiram mecânica e dogmaticamente as palavras de ordem do leninismo relativas à “unidade de operários e camponeses”, sem contudo elaborar uma análise adequada a nossa realidade, falha que esse historiador pretendeu sanar.

Conforme já visto, quando se tratou da situação da massa trabalhadora rural brasileira, para o autor, o que associa na luta revolucionária os dois setores da massa trabalhadora e prepara o caminho para o papel de orientador das massas rurais ao trabalhador urbano é a semelhança das reivindicações — ambos lutam pela melhoria das condições de emprego —, além da concorrência, que em prejuízo do trabalhador urbano, estabelece-se no mercado de mão-de-obra. Esse último aspecto não poderia ter sido previsto por Lenin e não foi considerado pelos comunistas brasileiros.

Outro aspecto interessante ressaltado por Prado Jr., que serve para embaraçar aquela aliança, são as circunstâncias históricas em que se formou o proletariado brasileiro, fazendo com que a sua *proletarização*, ao invés de desclassificá-lo, tenha-o tornado uma categoria privilegiada. Na Europa e em outros países de tradição capitalista, a proletarização, no decorrer do século passado, representou um processo de *desqualificação* dos indivíduos, rebaixando os padrões e condições gerais de vida do trabalhador, que deixava de ser um pequeno produtor independente — artesão ou camponês — para se tornar assalariado, sem outra perspectiva que não a venda e sujeição de sua força de trabalho. No Brasil, essa proletarização representou e representa para o trabalhador um *progresso* sensível de ordem material, financeira e social.

Transferindo-se do campo para a cidade, o trabalhador deixa para trás

uma situação econômica e uma posição social sensivelmente inferiores àquelas que passa a ocupar. E ascende assim, pelo menos no seu modo de sentir e interpretar as coisas — no que aliás coincide com o pensamento geral —, na escala e hierarquia da sociedade.¹³

É na aliança entre trabalhadores urbanos e rurais que o historiador vê o grande impulso do processo revolucionário. “Não somente porque nela se reúnem as duas forças essenciais da revolução, como porque, numa perspectiva imediata, é ela que permitirá a afirmação e o progresso das reivindicações rurais que (...) darão origem às pressões decisivas no sentido do desencadeamento da revolução.”¹⁴

Esse pensamento está articulado com a tese fundamental de Prado Jr., ou seja, a de que os resquícios coloniais, entraves ao desenvolvimento da sociedade brasileira, encontram-se sobretudo nas áreas rurais, promovendo as precárias condições da massa trabalhadora rural, as quais exercem, por sua vez, forte pressão e pesados encargos sobre toda a sociedade. Esse é o núcleo fundamental do processo revolucionário, para o historiador.

Por outro lado, se reconhece a “missão histórica” do proletariado e da sua aliança com o trabalhador rural, embora em suas peculiaridades nacionais, identifica também no trabalhador urbano brasileiro a fragilidade política e organizativa que vem sendo apontada pela maioria dos pesquisadores. As falhas ficam por conta, segundo ele, do efeito de “graves distorções do movimento sindical e outros, resultantes de sérios erros de orientação”, que produzem no geral a uma participação reduzida de segmentos mais ativos e dirigentes dos quadros sindicais e partidários, ficando a grande massa de trabalhadores limitadas aos momentos excepcionais de exacerbação da luta, como em campanhas salariais e político-eleitorais.

Por que existem tais falhas ou por que não há participação expressiva? Essa questão não é refletida pelo historiador. Vimos anteriormente que o grau de exploração da massa trabalhadora para a reprodução capitalista, nos moldes do capitalismo brasileiro, sobrepuja toda e qualquer vontade política ou organizativa do movimento operário. Nessas condições, resvala facilmente o proletariado para a posição de massa de manobra. É, aliás, por esse prisma que o autor aponta a forma pela qual o capitalismo burocrático adquiriu a sua base popular e progressista, barganhando acesso e favores junto ao Governo, em troca do apoio e legitimidade aos seus negócios pela massa popular — “é assim que se realizou a aliança entre o movimento operário, as esquerdas e esse mesmo capitalismo burocrático”¹⁵.

¹³ Ibid., p.175.

¹⁴ Ibid., p. 175.

¹⁵ Ibid., p. 177.

3.4. A revolução inconclusa: o desenvolvimento e o fortalecimento do mercado interno

Retomando Sodré, vejamos mais detalhadamente suas teses, embasadas fundamentalmente no materialismo histórico. O próprio conceito de revolução — e é da revolução social que trata —, entende-a como na visão marxista, ou seja, como o processo que proporciona a “solução da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento das relações de produção, [que] resulta da luta de classes, coloca como problema central a questão do poder, segue um processo que não decorre de casualidade e surge como etapa necessária do desenvolvimento da sociedade.”¹ Em decorrência dessa concepção, compreende a revolução burguesa — e é este o tema específico de seu estudo — como “a alteração econômica, social e política que, resultante da luta de classes, colocou a burguesia no poder e lhe permitiu, pelo controle do Estado, realizar as alterações necessárias a restabelecer a adequação entre as forças produtivas e as relações de produção.”²

Por conseguinte, para ele, a revolução burguesa brasileira é o processo pelo qual as transformações pelo desenvolvimento das forças produtivas ou das relações capitalistas, permitiram levar a burguesia ao poder, tornando-a classe dominante para introduzir as relações superestruturais necessárias à preservação e desenvolvimento de seus interesses de classe.

Para compreender esse processo revolucionário o historiador discute como surgiram e se desenvolveram em nossa sociedade as relações capitalistas. Como do passado colonial — que ele chama de escravista e “feudal”, contrariando com essa última definição Prado Jr.³ — emergiram as novas forças

¹ SODRÉ, Néelson Werneck. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte : Oficina de Livros. 1990. p.90.

² Ibid. , p.90.

³ Ambos consideram que estão no campo brasileiro as forças do atraso ao desenvolvimento. Enquanto Sodré nelas vê “resquícios de feudalismo”, Prado Jr. interpreta como “resquícios coloniais”, que ele distingue como bem diferentes do feudalismo, sobretudo pelas relações de produção camponesas — que no feudalismo representavam uma produção independente: o produtor era “empresário da produção” e o proprietário da terra

produtivas, em contradição com aquelas estruturas de poder, ou como ele próprio diz : “como o capital comercial aqui — porque o usurário foi menor — se tornou capital, como funciona em regime capitalista de produção”.⁴ Parte da premissa de Marx de que o capital é uma relação histórica e precisa, portanto, de duas condições para se estabelecer como relação — o capital e o trabalho —, ou como ele afirma “acumulação de riqueza de certa monta” e “acumulação de força de trabalho separada dos meios de produção” (a primeira gerando o capital e a segunda gerando o assalariado). Procura as respostas a esses dois termos da equação na reconstituição da história brasileira. Ele quer saber como a riqueza tornou-se capital e como o trabalho tornou-se assalariado.

Ambas as respostas são encontradas em meados do século XIX, onde busca as origens e o avanço das relações capitalistas. Embora o capitalismo, em suas origens primárias, date aqui da colonização (com características muito peculiares, na etapa de acumulação primitiva de capital, conforme dizia Marx — fase de capital mercantil —, como já visto, depois desdobrado em capital industrial e financeiro), para ele as relações capitalistas brasileiras começaram a crescer definitivamente como tais, a partir de 1850. Mas o fato fundamental, nesse momento, não é saber quando o capitalismo evoluiu de capital mercantil para industrial, mas a natureza das relações econômico-sociais na etapa da colonização, as quais seguramente não eram “feudalistas”, conforme demonstramos com Prado Jr.

Continuando o raciocínio do autor, o processo de mudança qualitativa da riqueza para a formação do capital interno tem início com a independência — “empresa da classe dominante de senhores de terras, de escravos e de servos” — e medidas econômico-políticas que favoreceram a formação desse capital : em 1844, a reforma tributária de Alves Branco, tributando gêneros importados e, em 1850, a suspensão do tráfico negreiro, com a correspondente transferência de investimentos da área do tráfico para a agricultura cafeeira e para o primeiro impulso da industrialização. É também a época do estabelecimento de uma infraestrutura necessária ao desenvolvimento como a construção de ferrovias, a construção naval, do transporte urbano, dos serviços públicos, do telégrafo, do cabo submarino, da constituição dos primeiros capitalistas nacionais como Mauá.

Nos fins do século XIX, as relações capitalistas já demonstravam um certo avanço com as reformas processadas — a proclamação da república e a abolição dos escravos. Modesto avanço, segundo o autor, determinado pelas

estava “fora” da produção, embora mantivesse o domínio político pelas obrigações e direitos que lhe cabiam tradicionalmente como classe senhorial. No escravismo colonial ou após a independência e a república, na agricultura brasileira, no fundamental, o proprietário da terra era o verdadeiro empresário da produção, voltada para o mercado e o produtor - escravo ou livre - era desprovido de meios de produção, estava subordinado a relações de emprego.

⁴ SODRÉ. op. cit. , p. 91.

correlação de forças do momento, mas que consolidaram a recente criação do mercado de trabalho. A república oligárquica, na verdade, sucedeu o latifúndio escravista. O Brasil arcaico dominava a paisagem, mas aquele avanço significou também o avanço modesto da burguesia, disputando espaço já naquela época. É a fase de formação do mercado de trabalho livre que atendeu aos interesses da classe dominante, significando a liquidação do escravismo e o advento da imigração subsidiada pelo Estado.

As duas ações políticas, seja a abolição, seja a imigração, inauguraram um fator novo na política brasileira — a intervenção estatal, coerente já com uma tendência que se tornava significativa no século XIX, como já observado. Foi essa intervenção que, obedecendo a uma estratégia gradual, permitiu a liquidação do escravismo e a criação do mercado de trabalho com o trabalhador livre. Num processo lento estabeleceram-se as duas premissas básicas para o desenvolvimento do capitalismo : o aparecimento de certo “montante de riqueza” — pelo surto cafeeiro e crescente valor na exportação — que passou a ser capital, de um lado; e de outro lado, o surgimento e crescimento da “massa de trabalhadores sem meios de subsistência”, ganhando espaço o assalariamento.

Entretanto, o controle do Estado, na época, ainda era detido pela classe senhorial, ficando a burguesia numa posição secundária e acompanhando os valores oligárquicos.

Como verificamos, a ascensão da burguesia nos modelos clássicos, da fase inicial da revolução burguesa — como se deu no Ocidente — repousou na aliança com as classes trabalhadoras do campo e da cidade, especialmente daquele, para derrubar a nobreza e depois estruturar um Estado de acordo com os seus interesses. É a etapa revolucionária da burguesia, já citada na primeira parte desse trabalho. Já na segunda fase, “de aproveitamento do êxito”, como diz Sodré — de poder burguês consolidado —, a burguesia, como vimos, torna-se reacionária. A luta de classes se definirá pela contradição entre a burguesia, agora classe dominante, o proletariado e o campesinato. Mas, na fase inicial, a aliança entre elas é que possibilitou a revolução.

No Brasil, a burguesia para ascender ao poder sempre necessitou do apoio das classes populares e inferiores. Nas décadas iniciais do século XIX o poder foi moldado pelas classes senhoriais, que detinham a propriedade da terra e controlavam o poder, nele se revezando. Segundo Sodré, todos os abalos políticos, na época, representam o esforço da burguesia para ascender e assumir o poder. Esforço que realiza com o apoio popular. É por isso que naquele momento eram freqüentes as crises quando da sucessão presidencial ou da sucessão nas províncias. Eram crises em que a burguesia buscava espaço, tentando quebrar o monolitismo senhorial.

Nesse sentido, trinta, para Sodré, significou a grande ruptura política que correspondeu à crise econômica de 1929. As relações capitalistas que vinham avançando e tiveram um impulso com a primeira guerra (em que investimentos

industriais aumentaram para suprir o mercado interno privado das importações) tiveram um novo impulso com a crise de 1929, completando o quadro de mudanças com a crise da economia agro-exportadora. Era uma fase de ascensão da burguesia e declínio da classe senhorial. Trinta, desse modo, representou com o movimento armado e o governo provisório a hegemonia da burguesia, conseguida com o apoio tácito das classes trabalhadoras, senão pela participação direta nas lutas — apenas com as parcelas urbanas mais ativas — com a simpatia à burguesia. Em trinta, a burguesia passa à classe dominante, na sua “*revolução inacabada*”, segundo o historiador, e que se opera por lances sucessivos, por etapas ainda não concluídas. A constituição de um mercado interno e de uma economia capitalista consolidada nacionalmente é, até hoje, um processo “inconcluso”.

A burguesia em trinta, não apenas contou com o apoio popular como comprometeu-se com a concessão de espaço e direitos às classes trabalhadoras, particularmente ao proletariado. O período de 1930-1935 assiste à luta de classes com o afloramento das contradições em torno desses direitos e espaço.

Contudo, a lei de desenvolvimento desigual que gera a ascensão da burguesia, no Brasil, em paralelo com a crise geral do capitalismo mundial — a heterocronia — como diz Sodré, somada às contradições internas, leva a burguesia a reunir-se com as forças tradicionais (que havia combatido), contra o avanço das classes trabalhadoras. Primeiro, no movimento constitucionalista, depois na “*intentona*” e, mais tarde, com uma “roupagem” externa: sob a influência da reação burguesa internacional, como visto na primeira parte desse trabalho, surge o Estado Novo. Segundo Sodré, a intenção era “dar ao Estado uma estrutura que permitisse à burguesia efetivar, sem participação do proletariado, as reformas que a consolidariam no poder”,⁵ conciliando com o latifúndio e o imperialismo, numa época em que a burguesia era “recente” e “débil”.

Sodré ainda destaca que grande parte daquilo que é específico à revolução burguesa foi realizado na época: a legislação se reveste de nítido cunho nacionalista, o aparelho de Estado passa por reformas, surge o trabalhismo. A burguesia, no poder, precisa da classe trabalhadora para legitimá-la, principalmente do proletariado urbano. Voltando sua atenção para ele, de forma tutelar, estabelece a legislação trabalhista.

É impossível negar a aliança dos trabalhadores com a burguesia. Para comprovar isso, Sodré lembra do prestígio incomum de Getúlio Vargas, legítimo representante da burguesia, por ter levado em suas políticas o projeto revolucionário burguês, das quais o nacionalismo, o desenvolvimentismo e a aliança com os trabalhadores são os sinais mais evidentes. Esse prestígio, segundo ele, não pode ser vinculado exclusivamente à propaganda. Tanto é que

⁵ Ibid., p. 173.

após o Estado Novo as massas o elegeram senador por dois estados e deputado por cinco, além de levá-lo à presidência, pelo voto popular, um pouco mais tarde.

A grande derrota da burguesia — e de Vargas —, foi justamente não ter conseguido consolidar a aliança com o proletariado, após a segunda guerra. Vargas foi deposto, justamente, quando a derrota do nazi-fascismo anunciava a possibilidade de consolidar aquela aliança, agora incluindo as forças de esquerda, portanto completando a revolução burguesa. Tal possibilidade alarmou as forças internas retrógradas e as forças do imperialismo. É nesse quadro que o historiador percebe as origens da divulgação do termo populismo — de forma pejorativa — para designar aquela aliança a que não faltava também o ingrediente subversivo.

Se o movimento de trinta não significou a consolidação da hegemonia burguesa na composição do Estado, como pensa Sodré, pelo menos concretizou reformas importantes para o avanço; entre as que mais se destacam — a formação do mercado interno. A república velha aprofundou o regionalismo, levando os estados a estabelecerem tributações pesadas à circulação de mercadorias, fracionando o mercado. O movimento de trinta, e especialmente o Estado Novo, quebrou essas barreiras, criando o mercado interno, alavanca do desenvolvimento capitalista nacional. O período de 1930-1945 foi palco da luta entre as velhas e novas forças e da crescente participação das massas populares na política brasileira.

O retorno político de Vargas na década de cinquenta, já marca uma outra conjuntura. Emergindo de uma guerra, os Estados Unidos marcam o comando das ações internacionais, constituindo a chamada “guerra fria”, colocando o mundo todo sob terrível ameaça com o monopólio das armas atômicas e como superpotência econômica e política, submetendo a América Latina. Esse recrudescimento do *imperialismo centralizado* contrapõe para o Brasil a questão nacional, que será a grande prioridade da burguesia. Histórica e universalmente o avanço da *questão nacional* tinha sido uma tarefa da burguesia. O conceito surgira com a revolução burguesa. No Brasil, porém, ela tem uma peculiaridade : surge no momento de “virulenta” expansão imperialista. Alcançar êxito com a tese da questão nacional significa ter de enfrentar o imperialismo em sua fase mais aguda. Daí a necessidade maior do apoio popular, sem o qual não seria possível o avanço do desenvolvimento econômico nacional, o que esclarece as tendências populistas nas políticas desse período.

A fúria da reação conservadora aos compromissos de Vargas com a questão nacional e o apoio popular evidenciam que a contradição se aprofundara e a divulgação do conceito de *populismo*, de forma pejorativa, denuncia o seu sentido e conteúdo ideológicos e ambíguos — *sonegar a divisão da luta de classes* —, quando difundido por liberais ou mesmo pelas esquerdas equivocadas e, ao mesmo tempo, um sentido reacionário, sobretudo, quando usado na linguagem acadêmica superficial, “embora disfarçada, por vezes, por uma

intenção supostamente revolucionária.”⁶

O populismo varguista colocou no palco da política brasileira alguns problemas nacionais e mobilizou a população para a sua solução. Na verdade, realizando uma revolução liberal-burguesa e não uma revolução socialista, embora a reação conservadora tenha sempre colocado as reformas nesses termos. O espectro do comunismo pairou sobre toda a história brasileira desde 1930 — no bojo da contra-revolução mundial — e o conceito de populismo incorporou-se ao vocabulário do anticomunismo.

Esse conceito voltou a ser utilizado em todo governo que procurou realizar a aliança do proletariado com a burguesia. Assim foi com João Goulart, quando se discutiram as chamadas “reformas de base”. Jango mantinha aproximação com o movimento sindical — marca da composição, na época, da burguesia com o proletariado — significando, do lado da burguesia, a consolidação de sua revolução e estruturação do Estado aos seus interesses; e do lado do proletariado, a sua emergência no cenário político, conquista e consolidação de direitos. Isso só seria possível, na ocasião, através de alianças.

Tanto o proletário e o camponês do Ocidente apoiaram a revolução burguesa, nos séculos anteriores, cientes de que ela beneficiaria a burguesia, mas continha o germe da revolução proletária, quanto os trabalhadores brasileiros, do século XX, pelo menos aqueles mais organizados e conscientes, sabiam que as reformas representavam o acabamento da revolução burguesa, mas continham os pressupostos necessários para o desenvolvimento da revolução socialista.

Dessa forma, as reformas de base, que não significavam outra coisa senão o avanço de “mais alguns passos” na nossa revolução burguesa inacabada, como diz Sodré, são denunciadas pela reação por seu conteúdo socializante. A farsa repetida pelos meios de comunicação e apoiada pelo imperialismo, sob o signo da “guerra fria” e da “ideologia da segurança nacional” (a “guerra fria” é a base ideológica que gera as justificações da subordinação à política norte-americana : existe uma ameaça externa a todos e a cada um dos países) culminou com o suicídio da Vargas em 1954, a renúncia de Janio em 1961, e o golpe de 1964 —, destinados “a impedir as reformas de base, destruir as organizações sindicais operárias e liquidar os combatentes nacionalistas e democratas mais ativos. O populismo compôs o refrão e a anticomunismo estabeleceu a música.”⁷ Tanto em 1954, quanto em 1964, a “cruzada” reacionária liquidou a aliança entre a burguesia e o proletariado que visava ampliar o processo de desenvolvimento nacional.

O inimigo agora não é mais a oligarquia, mas o imperialismo, inimigo muito mais poderoso. O regime instaurado em 1964 e completado em 1968

⁶ Ibid., p.178.

⁷ Ibid., p. 180.

derrotou as forças populares e articulou o controle do poder pela absoluta submissão ao imperialismo, levando até o fim as conseqüências das orientações do governo Kubitschek, que deu primazia à entrada maciça de capitais estrangeiros, saída pesada de seus lucros, cessão de riquezas minerais importantes e crescimento acelerado do endividamento externo. A burguesia, assustada com as ameaças das esquerdas, preferiu abandonar os trabalhadores e compor-se com o imperialismo, dividindo com ele seus lucros, ou seja, com as chamadas multinacionais — novos representantes do capital monopólico.

As forças populares, hoje, abrem-se perspectivas novas de avanço, com organizações mais sólidas e uma consciência política mais clara, que poderiam propiciar o acabamento da revolução brasileira e lançar as bases para uma outra sociedade, mas a conjuntura atual é outra. A revolução e a própria história são colocadas em cheque por alguns teóricos. A restauração e a reprodução do capitalismo monopólico, financeiro e imperialista atinge seu auge na atualidade, sobretudo pós-1989. Uma outra história está sendo construída. A fase de consolidação capitalista atingiu seu clímax colocando em questão a própria interpretação histórica : análises globalizantes são substituídas por outras fragmentárias; a mentalidade, a cultura e o social, enfatizando o indivíduo, a particularidade, o regional, o local sobrepujam a economia, o político e a compreensão do todo. No plano da historiografia internacional leituras embrionárias desse tipo já vinham se articulando desde o pós-1^a guerra, mas passam a consolidar-se a partir da década de sessenta.

3.5. A (des)construção do discurso revolucionário

Na tentativa de demonstrar o que chama de instrumento de dominação ou dispositivo de ocultação da “memória dos vencidos”, De Decca pretendeu realizar uma análise crítica da revolução de trinta, partindo do pressuposto que nesse ano não ocorreu uma revolução, ao contrário da versão oficial, que assume ter ela inaugurado as condições que iriam permitir a modernização do país, nos anos seguintes.

Relembremos alguns aspectos essenciais dessa versão : a partir de 1930 foi possível a construção de um Estado moderno, à feição ocidental, base indispensável de uma série de transformações econômico-sociais que gerariam a urbanização acelerada, a industrialização em larga escala, a acumulação econômica interna, o surgimento das classes sociais modernas (a burguesia e o proletariado), uma vez que as classes anteriores eram arremedos de classes, portanto, frágeis. Na ausência de uma classe detentora de um projeto político hegemônico, que atendesse aos interesses de todas as demais (logo, diante do vazio político, como já vimos), as classes médias em trinta, insatisfeitas com as oligarquias tradicionais lideram o movimento revolucionário (tendo à frente os “tenentes”). Essas camadas médias dependentes da grande propriedade latifundiária (base econômica do país) não puderam elaborar um programa político próprio e universalizante e reproduzem em seu projeto revolucionário o ideário liberal das oligarquias, centrado na democracia e no liberalismo. O proletariado, por sua vez, tem um papel passivo nos acontecimentos históricos do período. Classe em formação, sob o efeito da dura repressão, após as greves da década de vinte, e dividida em diversas correntes políticas (anarquista, comunista, socialista e cristã) não passa de uma força apenas imanente.

Retomando a história oficial e o seu modelo de revolução democrático-burguesa, De Decca procura desmontar ponto por ponto os mecanismos de dominação que ocultaram, segundo ele, a história “real”. Para começar, parte do pressuposto de que a sistemática exclusão, repressão, manipulação e controle do movimento operário faz parte do esquema de dominação na própria história e, em sua reprodução, o local da história — a “revolução” de trinta, que silenciara a

memória dos vencidos.

Se houve um movimento revolucionário, esse não se deu em 1930. Aliás, nessa data, já não estavam mais presentes os verdadeiros agentes revolucionários — os trabalhadores —, representados na ocasião pelo BOC — Bloco Operário e Camponês.

Nos anos que precederam trinta, na década anterior, havia realmente um processo revolucionário em curso, visando à transformação das estruturas de dominação então vigentes. Havia, na verdade três propostas revolucionárias : a dos “revolucionários”, liderados pelos “tenentes”; a do Partido Democrático de São Paulo e, “por fora” desses grupos de oposição, a do proletariado — que crescera no seio das dissidências burguesas — e era representado, de início, pelo Partido Comunista do Brasil — que se considerava o porta-voz da classe trabalhadora, por ser sua vanguarda consciente e, mais tarde, a partir de 1928, representado pelo BOC.

Por que 1928 é colocada como a data chave para De Decca? Exatamente porque nesse momento surgem várias propostas de revolução divergentes entre si, as quais produzindo um conflito de classes acabam por definir “o lugar da produção da história” — a luta de classes. É nesse sentido, no engendramento das relações históricas, a partir da multiplicidade de representações que esse historiador produz a sua análise : é no decurso dos anos 1928-1929 que o BOC, ao mesmo tempo em que alcança êxito na sua estratégia de controle do movimento sindical e do movimento operário (ganhando o papel de seu único e legítimo representante e tendo aniquilado outras correntes políticas no seio do operariado), consegue impor a sua orientação ao movimento revolucionário. Apoiado no conjunto das oposições ao Partido Republicano ou às oligarquias, e respaldado na imprensa dessas oposições, pôde defender a sua proposta revolucionária : a revolução democrático-burguesa, a partir da qual se define o local onde a história deveria ser produzida.

Contraditoriamente, porém, a proposta de revolução do proletariado é esvaziada no momento exato em que ele é aceito na composição revolucionária — nos limites da democracia liberal, ou seja no estreito campo parlamentar. O proletariado é aceito, mas lhe é definido um único local : o parlamento; através de um único representante: o BOC; e de uma só proposta de revolução: a dos “revolucionários”, cujo líder, Carlos Prestes, é construído aos poucos como “chefe supremo da revolução”. Ou como revela De Decca: O BOC tornava-se aliado de uma revolução que era definida fora dele, isto é, não lhe cabia realizá-la, e sua força política junto a outras tendências do movimento operário, embora crescente, significava, no final das contas, o seu próprio emparedamento, ao mesmo tempo que colocava o problema da democracia além dos limites visualizados pelos vários agentes sociais.¹

¹ DECCA, Edgar de. 1930 *O silêncio dos vencidos*. 4. ed. São Paulo : Brasiliense, 1988. p. 192.

Isso representava às oposições reconhecer como representante da classe operária um partido parlamentar e eleitoral, ou seja, que assumisse ser o parlamento e o partido os únicos lugares para realizar a política — aqueles que a burguesia historicamente estabeleceu como legítimos.

Daí a justificativa de De Decca para o apoio das oposições ao BOC. Utilizando-o, puderam, por um lado, afastar de cena as tendências, que no interior do movimento operário não aceitavam o campo delimitado pela burguesia, e por outro, enclausurando a classe operária na luta parlamentar, afastaram-na da direção política do movimento revolucionário.

Ao tentar compreender os mecanismos de dominação e equívocos históricos que impediram o processo revolucionário, De Decca e, na mesma linha, Munakata,² buscam as motivações que levaram o BOC a optar por duas estratégias : a frente única para o controle do movimento operário e a luta no campo parlamentar. Encontram essas respostas nas orientações da Internacional Comunista (IC), nas primeiras décadas do século, conforme relata Tronca, citando a 12a. condição da III IC :

(...) o Partido Comunista só poderá desempenhar seu papel se estiver organizado de modo mais centralizado possível, se for mantida uma disciplina de ferro, quase militar, e se seu organismo central estiver munido de amplos poderes, exercer uma autoridade inquestionável e contar com a confiança unânime dos militantes.³

Na verdade, a tática de “frente única”, no início dos anos vinte, conforme já vimos no primeiro capítulo desse trabalho e segundo confirmação de Claudín, citado também por Tronca, foi elaborada pela IC no bojo de um movimento revolucionário recessivo, considerando o “recuo do movimento revolucionário em quase todos os países capitalistas; contra-ofensiva capitalista visando a rebaixar o nível de vida das massas e suas conquistas sindicais e políticas; divisão da classe operária, cuja minoria permanecia enquadrada nos partidos e sindicatos reformistas”.⁴

Nessas condições de avanço do capitalismo e recuo revolucionário, a conquista do poder pela classe proletária ficava mais distante. Daí a política de “frente única” que, ao mesmo tempo que permitiria a resistência mais eficiente à ofensiva burguesa, possibilitaria aos comunistas estreitar relações com as massas

² DECCA. op. cit. , e MUNAKATA, Kazumi. *Trabalhadores Urbanos no Brasil e suas expressões políticas : História e Historiografia (1927\1934)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História da UEC.

³ Los cuatro Primeros Congressos de la Internacional Comunista. Primeira Parte, Córdoba, Cuadernos da Pasado y Presente, 43, Siglo XXI, 1973. Citado por TRONCA, Ítalo. *Revolução de 1930 a dominação oculta*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense.1990. p.26.

⁴ TRONCA . op. cit. , p. 28.

e prepará-las para a revolução no momento oportuno. À centralização e concentração do capitalismo, na etapa monopólica, do ponto de vista econômico do sistema, responderia o movimento operário, da mesma forma ao nível político, dando ao operariado um poder maior sobre as demais classes trabalhadoras ainda não conscientizadas. A estratégia mundial da IC, portanto, permitiria a assimilação das massas e o afastamento de outras tendências políticas como a social— democracia na Europa e o anarco-sindicalismo no Brasil.

Munakata assinala com clareza, o mecanicismo do PCB em relação às orientações da IC:

A proposta de frente única serve, no ato mesmo da proposição, para ‘desmascarar’ os não aderentes como traidores do proletariado. E por isso que é apresentada como algo ‘natural’, necessário, que obedece à lógica ‘econômica’ e ‘social’, isto é, à *centralização e concentração do capitalismo* deve-se responder também com a centralização e concentração do movimento operário. Só os traidores podem recusar esta lógica, como quer o PCB (sem grifo no original).⁵

No livro *Agrarismo e Industrialismo*, de Otávio Brandão, escrito em 1924, que servirá de “inspirador” da linha política do PCB, durante muitos anos, citado por Tronca, há uma exemplar demonstração do mecanicismo desse partido, que via nas estruturas econômico-sociais brasileiras traços de feudalismo como na:

(...) Espanha, Pérsia, Síria, Mesopotâmia, Japão.(...) O fazendeiro de café, no Sul, como o senhor de engenho no Norte, é o senhor feudal. O senhor feudal implica a existência do servo. O servo é o colono sulista das fazendas de café, é o trabalhador de enxada dos engenhos nortistas. A organização social proveniente daí é o feudalismo na cumeeira e a servidão nos alicerces. Idade Média. ⁶

As razões da política parlamentar, desvendada especialmente por De Decca, também são encontradas em orientações externas, ou mais especificamente, na teoria da revolução democrático-burguesa de Lenin, o qual acreditava nessa estratégia como uma etapa inicial para se alcançar a ditadura do proletariado, como vimos anteriormente. Para esse teórico, o estágio da revolução democrático-burguesa é constituído pela necessidade de desenvolvimento das forças capitalistas modernas, nos países atrasados, sob a liderança política do proletariado, visando aniquilar as antigas formas de produção. Assim, o fundamental é a destruição das estruturas feudais e o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Segundo a tese leninista, o capitalismo ao se desenvolver cria um mercado interior, tornando-se a agricultura também uma indústria, pois

⁵ MUNAKATA, K. op. cit. , citado por TRONCA. *Revolução de ...* , p. 30.

⁶ TRONCA. op. cit. , p. 45 - 46.

produz mercadorias. Por outro lado, o desenvolvimento da economia mercantil promove o aumento da população industrial às expensas da agricultura e supõe a progressiva destruição do campesinato — pequenos proprietários de terra⁷ — e sua proletarização, jogando no mercado uma massa cada vez maior de trabalhadores assalariados e transformando em capital os meios de produção que, antes, permitiam a sobrevivência dos pequenos agricultores.

Para De Decca, está implícita nessa tese a idéia de que a burguesia nesses países atrasados é “débil”, razão pela qual não há espaço para a luta do proletariado contra o capital. O proletariado deve aliar-se ao campesinato para lutar contra as “velhas” forças — a oligarquia. É essa a justificativa encontrada por esse historiador para a estratégia do PCB, junto ao movimento operário. A política organizatória de controle e manipulação servia aos propósitos de desqualificação da luta de classes, ocultando o verdadeiro conflito entre o capital e o trabalho que, pela concepção de então não tinha lugar naquele momento histórico.

Efetivamente, a leitura da história do período, através da ótica da IC, identifica o início da revolução democrático-burguesa nos movimentos armados de 1924 — momento gerador da luta anti-oligárquica. Os “revolucionários” cumpriam as tarefas da revolução agrária contra o feudalismo com o desempenho da Coluna Prestes — precursora das revoltas do campesinato. A luta contra a oligarquia também representava o esforço de desenvolvimento nacional, na medida em que aquela classe era articulada com o imperialismo. Essa proposta de uma vaga revolução antioligárquica satisfazia a todos os setores da oposição.

Como a burguesia era “frágil” e estava articulada com as forças feudais e imperialistas, com ela não se podia contar para a construção de uma “nação” moderna, daí a necessidade de uma aliança de classes contra o feudalismo e o capital estrangeiro ou o que De Decca chamou de “fantasma da oligarquia” — uma construção ideológica de vários setores da classe dominante em luta com os grupos hegemônicos que tinham o mando da economia e da política. Dessa forma, os próprios descontentes fazem parte do sistema “oligárquico”, mas a representação oligárquica produz um efeito real : desloca o núcleo do conflito entre capital e trabalho do campo de ação política, ocultando-o, ao mesmo tempo em que oculta a luta de classes. Da mesma forma como ocorreu com o fantasma do “populismo”, como vimos anteriormente. Sendo de interesse a consolidação das estruturas burguesas de poder, a descaracterização da luta de classes estava no palco do processo revolucionário, seja nos movimentos que culminaram em 1930, seja no período subsequente das décadas de trinta a sessenta e, mesmo mais tarde, quando o presidente Figueiredo afirmava com convicção: “no Brasil não há luta de classes”.

⁷ É bom lembrar as teses de Prado Jr. a respeito do campesinato brasileiro; mais que relações de um pequeno campesinato (ou de pequenos proprietários de terra), o que encontramos na maior parte do meio rural brasileiro são relações de emprego.

Nesse cenário de representações, a própria classe operária, no final da década de vinte, representada pelo BOC, contribuirá para reforçar a idéia do “fantasma oligárquico” ao defender a tese da fraqueza da burguesia industrial, sob a inspiração leninista, tirando de cena a contradição fundamental entre o capital e o trabalho.

Esse ponto, aliás, não era admitido por nenhuma das classes da composição revolucionária, tanto que o programa geral dos “revolucionários” de 1924 sequer sugere essa contradição, definindo-se mais pelo ideário liberal-democrático:

a) voto secreto; b) combate à corrupção administrativa e à fraude eleitoral; c) verdade de representação política; d) liberdade de imprensa e pensamento; e) centralização do Estado e correção dos excessos de descentralização administrativa; f) limitação das atribuições do Poder Executivo e restabelecimento do equilíbrio entre os três poderes; g) moralização do Poder Legislativo; h) ampliação da autonomia do Poder Judiciário; i) obrigatoriedade do ensino primário e expansão do ensino profissional.⁸

Além de desmontar o dispositivo ideológico da historiografia oficial com relação ao local de produção da história — a luta de classes — e ao sujeito histórico — o proletariado —, De Decca rompe, também, com alguns dogmas, o da oligarquia, como se viu acima, e o da “debilidade” da burguesia industrial como veremos agora.

Embora o BOC escamoteasse o confronto com o capital, os representantes desse explicitam-no de forma significativa quando, em 1928, organizam em São Paulo o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo — o CIESP. Seu objetivo, segundo De Decca, era organizar o empresariado numa luta conjunta contra o avanço da classe operária. Para tanto, iniciam um combate à promulgação das leis sociais — em especial a Lei de Férias e o Código de Menores — cujo cumprimento reduziria os lucros principalmente das pequenas e médias empresas.

Essa luta contra as leis sociais não apenas unificou os industriais como constituiu um “bloco único” dessa classe contra o operariado, através de um duplo cerco, segundo De Decca: de um lado, recusando-lhe os direitos sociais já conquistados; de outro, negando aos trabalhadores qualquer forma de organização (seja seus sindicatos ou seu partido parlamentar — o BOC), sob o pretexto de ameaça à ordem. Apontando para o espectro do comunismo (a revolução russa e sua universalização paira ainda assustadora) o empresariado mobiliza amplos setores da sociedade e liquida com qualquer possibilidade de uma ordem democrático-burguesa na sociedade brasileira, montando todo um

⁸ Ibid. , p. 65-66.

aparato repressivo para o enfraquecimento do movimento operário.

Utilizando-se do BOC, na sua luta pelo poder, a oposição contribui, ao mesmo tempo, para a destruição do partido operário, ao perceber que esse transgride as regras do jogo parlamentar e eleitoral — o BOC havia organizado uma greve de mais de setenta dias em São Paulo e ajudara na criação da CGT. Conforme De Decca, “nesse momento, a oposição ampliou sua luta contra o fantasma da oligarquia, atribuindo a este a responsabilidade de fazer vistas grossas ao perigo comunista.”⁹

A revolução de trinta, para De Decca, não apresentava mais em cena o proletariado. O “novo” Estado, sob Vargas, só aperfeiçoara os mecanismos de controle sobre o movimento operário, através principalmente da estrutura sindical corporativa, culminando com a Consolidação das Leis do Trabalho (1943) — “sólida estratégia de dominação”.

Se De Decca tenta demonstrar os mecanismos ideológicos que forjaram uma “história”, procurando apresentar os seus verdadeiros agentes — o proletariado e a burguesia —, que não eram assim tão frágeis e dependentes como a historiografia os apresentou até então, embora apontando os equívocos e limites da participação política operária sob a inspiração de um de um determinado modelo teórico-ideológico, e cerceada pelos limites impostos pela burguesia, Prado Jr., como vimos, tentou exatamente “destruir” esse modelo teórico por suas limitações e inadequações à realidade brasileira. Prado Jr. esteve muito mais voltado à natureza econômico-social das relações de trabalho brasileiras comparadas com as européias e De Decca orientou suas análises para o caráter político-social das classes revolucionárias — seu papel e grau de participação na revolução democrático-brasileira

⁹ DECCA. Citado por TRONCA. op. cit., p. 91.

***4. DO DISCURSO REVOLUCIONÁRIO AO DISCURSO DE
UMA PRÁTICA SOCIAL ESPECÍFICA***

4. 1. Educação e sociedade : desenvolvimento ou reprodução?

O homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão.
Foucault

Ao procurarmos compreender as rupturas e/ou continuidades, no discurso revolucionário, que acompanharam a história do desenvolvimento capitalista mundial e brasileiro, tínhamos em perspectiva que a maioria dos pesquisadores analisados pensaram a transformação da sociedade para a “plenitude do possível”. O que estava em jogo, desde o século passado, nas propostas de transformação era a realização da plenitude da vida humana¹, onde o homem pudesse realizar-se em suas virtualidades, pouco importando que se tratasse ou não de uma utopia.

Nessa concepção, como vimos nos capítulos anteriores, a prática educativa e a cultura em geral foram consideradas não apenas como fatores importantes na conscientização política e histórica do homem, portanto fatores do seu próprio desenvolvimento, podendo torná-lo um sujeito crítico e ativo pelo domínio possível da dinâmica da sociedade, quanto fatores relevantes no processo de desenvolvimento das forças produtivas, pela difusão e domínio possível da técnica e da ciência. Desenvolvimento, portanto, exigido para a manutenção e equilíbrio da sociedade, por sua própria natureza, e pela desejabilidade da transformação social, a partir da crítica ao capitalismo. As duas noções, contraditoriamente, se articulam, na medida em que a concepção revolucionária marxista ortodoxa pressupõe o desenvolvimento das forças produtivas (logo, domínio do conhecimento tecnológico e científico), da mesma forma que a concepção liberal, diferindo ambas unicamente quanto à finalidade do controle desse saber — seja com fim revolucionário, seja com objetivo reprodutor.

A concepção revolucionária sobre a sociedade e a educação sempre esteve articulada com uma dada forma de compreensão de poder *centralizado* em

¹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica* ... p. 133.

um único órgão, o Estado, e *hegemônico* — uma determinada classe detem ao mesmo tempo o poder econômico, político e cultural —. Esse conceito de Estado e de poder é compreendido num determinado contexto histórico, ou seja, na fase da instalação à consolidação do capitalismo, quando a dominação e legitimação do poder burguês e capitalista exigiam a sua concentração e centralização e, por outro lado a estrutura da sociedade assim o permitia pelo estágio em que se encontrava.

Contudo, à medida que aumenta a complexidade das estruturas capitalistas, sobrelevando o papel de diferentes poderes (sobretudo a partir das três últimas décadas), e as experiências socialistas apontavam cada vez mais para a utopia de uma sociedade de iguais, não respondendo a todas as expectativas da modernidade, o poder concentrado no aparelho central do Estado passa a ser questionado como única possibilidade de análise dessa categoria.

Outros pesquisadores, além de analisar o poder como um elemento multifacetário, acabam incluindo-o na estrutura de reprodução da sociedade capitalista. De categoria de domínio, cobiça, destruição, repressão e negatividade, o poder reveste-se de um caráter de persuasão, disciplina e positividade, constituindo-se em importante mecanismo de reprodução, que impede o “sonho”, a realização da utopia. As relações de poder, nessa leitura, constituem-se em uma intrincada trama disciplinadora e produtora de saber, que acaba por servir ao processo de reestruturação do regime burguês e capitalista.

Observamos, já na passagem do capitalismo para o imperialismo (item 2.3.), que as estratégias revolucionárias revestiram-se de uma nova roupagem. A vontade política — a categoria da intervenção — mais que nunca passa a ser seu fator determinante. Mas, as concepções de Estado e de poder ainda estão assentadas nos princípios marxianos.

Aos poucos, a forma burguesa de ser e de pensar, esse regime e economia de poder, interpenetram de tal forma em todas as instâncias da vida humana, atingindo e constituindo de forma tão homogênea os seus estratos, ultrapassando até os elementos “terminais” do Estado — os aparelhos de Estado, — que as lutas sociais, ao invés de objetivarem a tomada do Estado, visam proteger-se dele, proteger-se, inclusive, nos diferentes espaços onde o poder estiver localizado. As lutas, muito mais que estratégias tradicionais (usando a organização do proletariado e a violência contra um poder central), serão revestidas de um caráter molecular, individualizado ou de grupos na defesa de interesses comuns. Não só o proletariado é expropriado, mas outras classes e categoriais sociais caem na armadilha da exploração capitalista. Isso, de certa forma, coloca em dúvida o próprio desejo da revolução. Por que a desejabilidade da revolução universal parece não estar mais na ordem do dia? O que se infere das obras de Foucault é que são as tramas de disciplinarização e controle positivos, criadores de um saber necessário à conservação dessa economia de poder que a sustentam e reproduzem.

Nesse sentido, o caráter de universalidade revolucionária foi substituído pela resistência cotidiana, particularizada, fragmentada. Não se busca mais uma felicidade futura. Essa deve ser encontrada aqui, na contemporaneidade. As transformações que o desenvolvimento industrial e tecnológico trouxeram às dimensões de tempo, de espaço e de bem-estar não mais permitem ao homem pensar num futuro remoto ou utópico (do além-terra — como no mundo feudal, ou mesmo de “um dia qualquer”, neste mundo). A velocidade do desenvolvimento e das soluções exige a “plenitude humana”, aqui e agora, na vida pessoal de cada ser humano (indivíduo criado e constituído pelas próprias tramas desse regime).

Nessa interpretação, o conceito de poder, de Estado e de revolução modificam-se; não se constituem mais como categorias na sua universalidade. O poder tem múltiplas faces e a revolução também a terá. Sua tendência é ser cotidiana, molecular, enfrentando no dia-a-dia o poder multifacético, se se pretende alguma transformação. Sendo assim, a educação passa a ser compreendida como um dos focos de poder, como uma das práticas sociais, onde as relações de força se manifestam, contribuindo a prática educativa à disciplinarização da sociedade, ao produzir pelas relações de forças contidas na sua prática e expressas nas táticas, instrumentos e conteúdos pedagógicos, determinados saberes necessários à reprodução da sociedade.

Um dos principais representantes da corrente estruturalista, na linha da crítica ao capitalismo avançado e às correntes de pensamento evolucionistas e humanistas, é Michel Foucault, para o qual novas estratégias de dominação e disciplinarização se disseminam por todos os fenômenos da vida humana, principalmente a partir do século XVII, com a emergência das relações capitalistas e a constituição de uma sociedade disciplinar.

Sendo assim, a educação de fator de desenvolvimento passa a ser analisada também como um dos elementos constituidores da sociedade disciplinar e do processo de reestruturação burguês e capitalista, ao lado de “outras vias”, sejam culturais ou ideológicas (na acepção gramsciana ou lukácsiana), sejam estruturais (como na divisão social do trabalho, com o marxismo), sejam políticas (conforme Anderson, com o parlamentarismo), todas impregnadas da mesma economia de poder. Disciplinarização, cujo objetivo único é o sucesso e a manutenção dessa sociedade em crise, é a constituição da “utilidade e docilidade” do homem contemporâneo para a “perpetuação” de uma determinada economia de poder.

É, a partir de tal perspectiva, que nesse capítulo procuraremos analisar a prática educativa, através especialmente das políticas oficiais do Estado, com o intuito de diagnosticar as correlações de forças que fundamentaram as mesmas, no período de constituição do Estado moderno brasileiro, tomando como estudo de caso o Paraná. Nossa atenção estará voltada principalmente para os traços fundamentais que dominaram as políticas oficiais para a educação, procurando

verificar em que medida elas estiveram articuladas ou não com uma dessas concepções (fator de desenvolvimento, de disciplinarização, ambas, ou outro caráter), e até que ponto a concepção presente no discurso oficial sobre a prática educativa pode nos levar a entender qual era o projeto político que a informava. Este era progressista ou conservador? A que serviu a educação no período analisado?

Antes de iniciarmos a análise da economia discursiva e práticas da educação nos documentos empíricos selecionados, retomaremos um pouco dos estudos foucaultianos para precisar melhor a inserção da prática educativa como uma relação de poderes e de produção de saberes.

O capitalismo, desde sua fase de emergência, deslocou por necessidade própria de sobrevivência o foco de atenção para o homem, constituiu-o em sua individualidade e, à medida de seu desenvolvimento, a impossibilidade de equalização dessa sociedade (por sua própria natureza, já que tal igualdade, levada ao extremo, provocaria a sua própria destruição), norteou a história para a criação de mecanismos disciplinadores, como formas de manutenção e reprodução do regime burguês, não mais através de um poder negativo, repressivo e violento, como o fora nos séculos anteriores, quando o poder centralizado e a soberania o exigiam, mas pela positividade do poder, enquanto criador de um saber necessário para essa reprodução. Em consequência, o objetivo das lutas aos poucos não será mais a formação de uma sociedade futura ou a recuperação de um passado “feliz”, mas a vida presente, a felicidade aqui e agora, portanto, a gerência das populações para a sua sobrevivência e a do regime, a entrada da vida na história :

(...) as grandes lutas que põem em questão o sistema geral de poder já não se fazem em nome de um retorno aos antigos direitos, ou (...) de um ciclo dos tempos, ou de uma Idade do ouro. Já não se espera mais o imperador dos pobres, nem o reino dos últimos dias, nem mesmo o restabelecimento apenas das justiças que se crêem ancestrais; o que é reivindicado e serve de objetivo é a vida, entendida como as necessidades fundamentais, a essência concreta do homem.(...) temos aí um processo bem real de luta; *a vida como objetivo político* 2 (sem grifo no original).

Esse poder sobre a vida, essa intenção de geri-la, entretanto, não foi sempre a regra do jogo político. Por muito tempo, entre os privilégios fundamentais do soberano estava o direito de vida e morte, seja numa concepção moderna, relativa e limitada, seja na forma antiga e absoluta de poder sobre a vida, marcado por sua condição de exigir a morte. Em qualquer caso, o poder se exercia por confisco, direito de subtrair e apropriar parte da riqueza : produtos, bens, serviços, sangue. Conforme Foucault, “o poder era, antes de tudo, nesse

2 Ibid. , p. 136.

tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida”.³

A partir do século XVII, o Ocidente conheceu uma transformação nesses mecanismos de poder. O confisco passou a ser apenas um dos elementos de uma engrenagem que, muito mais do que a destruição e a violência, passou a valorizar o controle, a vigilância, a incitação, a organização das forças e o seu crescimento. O poder destrutivo foi aos poucos sendo substituído por um poder positivo — um poder destinado a produzir forças, a gerir a vida, multiplicá-la, controlar e estabelecer regulações de conjunto. As guerras não são mais em nome do soberano e do seu direito de matar, mas da defesa de populações e da possibilidade de sua sobrevivência. A natureza da estratégia dos Estados não é mais aquela jurídica (com base no direito) — da soberania —, mas é a biológica (amparada na política) — do controle das populações.

Essa é uma das teses fundamentais de Foucault. Para ele, esse poder sobre a vida desenvolveu-se sob duas formas principais, intermediadas por relações econômicas, políticas e sociais: a partir do século XVII, a forma que ele chama de gerência do *corpo como máquina*, no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no desenvolvimento de sua utilidade-docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos, através de *procedimentos disciplinares* — a *anátomo-política do corpo*; e naquela forma que se desenvolveu na metade do século XVIII, centrada na gerência do *corpo como espécie*, suporte dos processos biológicos do ser vivo: o aumento demográfico, a natalidade, a mortalidade, a saúde, a longevidade, tudo isso assumido por intervenções e controles regulares — a *bio-política da população*, de onde ele retirou o seu conceito de *governamentalidade*, definindo-a como o gerenciamento da população em sua forma política.

Essa tecnologia de duas faces — a anatômica e a biológica — caracteriza um novo poder — o *bio-poder* —, cuja função não é mais causar a morte ou fazer a guerra, mas investir na vida, geri-la de cima a baixo, promovendo-se o desenvolvimento rápido das diversas *disciplinas* — nas escolas, nos colégios, nos hospitais, nas casernas, nas corporações, nas fábricas — com as reflexões sobre a tática, a aprendizagem, a educação, a ordem da sociedade; e também das *práticas políticas e análises econômicas* dos problemas da população — natalidade, mortalidade, saúde, habitação, migração, produção e distribuição de riquezas e de saberes. Técnicas diversas, cujo objetivo é a *sujeição dos corpos e o controle das populações*.⁴

Esse bio-poder ou bio-política (as pressões que fazem com que os

3 Ibid. , p.128.

4 Ibid. , p.131.

movimentos da vida e seus mecanismos entrem no domínio da política — do cálculo, e fazem do poder-saber um agente de transformação da vida humana) foi fundamental, ainda segundo Foucault, para o desenvolvimento do capitalismo. Sem a inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e sem o ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos aquele sistema seria inviável. Mas, para esse filósofo-psicólogo-historiador, o capitalismo exigiu muito mais:

foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu reforço quanto de sua utilidade e docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isto torná-las mais difíceis de sujeitar; *se o desenvolvimento dos grandes aparelhos de Estado, como instituições de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de bio-política, inventados no século XVII como técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (a família, o Exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades), agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e os sustentam; operaram, também, como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram, em parte tornados possíveis pelo exercício do bio-poder com suas formas e procedimentos múltiplos. O investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis naquele momento. (...) o que se passou no século XVIII, em certos países ocidentais e esteve ligado ao desenvolvimento do capitalismo, (...) foi nada menos que a entrada da vida na história — isto é, a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder — no campo das técnicas políticas (sem grifo no original).*⁵

As técnicas de governamentalidade ou a arte de governar, para ele, consistem na gerência correta dos corpos — dos indivíduos, dos bens, dos patrimônios, das populações —, através de uma vigilância intensa e constante, valendo-se de táticas disciplinares mais do que de leis, mais do saber de governar do que da soberania, para permitir a expansão equilibrada e progressiva das relações capitalistas. É no século XVIII que a *arte de governar* toma o lugar da *soberania*. A expansão demográfica, o aumento da circulação de moedas e o desenvolvimento agrícola teriam sido os fatores responsáveis por essa ruptura. A urbanização concentrada e a produção de determinados saberes sobre as populações — como as estatísticas — eliminam o modelo familiar tradicional de gerenciamento da economia, exigindo uma nova arte de governar, tendo como objeto o controle das populações e da complexidade de problemas que lhe estão

5 Ibid. , p. 133- 134.

afetos e que são irredutíveis à economia familiar : a natalidade, a mortalidade, as epidemias, a reprodução do trabalho, a distribuição de cultura e de riqueza, etc.

Essas transformações tiveram consequências consideráveis. Além, é óbvio, da *ruptura* produzida no *regime do discurso*. A razão pela qual o homem foi colocado — em sua especificidade de ser vivo e em relação com outros seres — no centro do pensamento clássico deve ser procurada, afirma Foucault, no novo modo de relação entre a história e a vida — na posição dupla da vida humana, que a situa “fora da história como suas imediações biológicas” — anátomo-biológicas e, ao mesmo tempo, “dentro da historicidade humana, infiltrada por suas técnicas de saber e de poder” — bio-políticas. Dentre as consequências referidas está a proliferação das *tecnologias políticas de controle*, que investem sobre o corpo, a saúde, os hábitos alimentares, as condições de moradia e de vida.⁶

Outra consequência importante desse bio-poder, destacada por Foucault, é a atuação crescente da *norma* paralela ao sistema jurídico da lei. Um sistema que tem a função de preservar a vida já não pode mais se utilizar do poder da morte no campo da soberania, mas deve usar mecanismos contínuos, reguladores e corretivos — *mecanismos de normalização*, que terão como referência e padrão sempre uma norma. A natureza da soberania estará assentada na administração dos vivos para um domínio de valor e utilidade. Um poder dessa espécie deve *qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, realizar distribuições em torno da norma*.

A lei funciona cada vez mais como norma e o judiciário cada vez mais se integra em instituições diversas (médicas, administrativas, educacionais, etc.), cujas *funções* são eminentemente *reguladoras*. O efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida é o de uma *sociedade normalizadora*. Todas as legislações escritas desde a revolução francesa nada mais são do que “formas que tornam aceitável um poder essencialmente normalizador”.⁷

Dentro desse referencial, compreende-se a importância da *educação* e da *escola* como foco de correlações de força, de produção de poder e saber. Como o sexo, a detenção, a psiquiatria a medicalização, alguns temas de pesquisa de Foucault, a educação encontra-se no eixo sobre o qual se desenvolveu a tecnologia política da vida. De um lado, faz parte das *disciplinas do corpo*: através dela se operam o adestramento, a intensificação e distribuição de forças, o ajustamento e a economia de esforços, a transformação do homem útil e dócil — necessário ao desenvolvimento do capitalismo. De outro lado, pertence à *governamentalidade*, à regulação das populações, na medida da sua capacidade de *distribuição* ou de *reprodução de saber e poder*, na medida de seu potencial

6 Ibid. , p. 134.

7 Ibid. , p. 136.

homogeneizador e normalizador das populações. Ao mesmo tempo em que serve à vigilância, a controles permanentes, a ordenações espaciais, a exames, a classificações e hierarquizações (de acordo com o valor-utilidade de cada indivíduo), a uma infinidade de micropoderes sobre o corpo, incita, por outro lado, amplas medidas, estimativas estatísticas, intervenções reguladoras da população e da sociedade.

A escola e a prática pedagógica permitem ao mesmo tempo o *acesso à vida do corpo* — disciplinando-o, enquanto instituição e instrumento das *disciplinas*, correspondendo à necessidade de constituir uma força de trabalho, logo todas as forças devem estar concentradas no trabalho, nada deve ser desperdiçado —; e *acesso à vida da espécie* — *regulando as populações*, contribuindo para sua normalização, fortalecimento ou desenvolvimento, enquanto possibilidade de tecnologia política de conjunto.

Portanto, cabe aqui analisar a formação de um certo tipo de prática pedagógica\educativa, constituída não tanto em termos de distribuição quantitativa de saber e fator de desenvolvimento. — função de formação e qualificação de mão-de-obra e seu papel na produção de pesquisa e desenvolvimento econômico-social ⁸, sobrelevando seu papel econômico — como em termos de correlações de forças que orientaram e impulsionaram as políticas públicas de educação. A educação, enquanto prática social e prática de poder, serviu no período em questão — correspondente à constituição do Estado moderno, em nosso caso específico, no Paraná — à distribuição do saber e desenvolvimento econômico e social, dentro de uma concepção mais progressista de transmissão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de constituição de uma determinada autonomia intelectual ou correspondeu mais à (re) produção de um poder.

Interessa-nos investigar os momentos de ruptura no regime do discurso sobre a prática educativa, se aconteceram, ou de continuidade. Saber da natureza das correlações de força que impulsionaram seu desenvolvimento, verificar os resultados dessas práticas políticas e a (in) coerência com os discursos.

Uma vez que iremos trabalhar com a categoria do poder, é bom que a explicitemos ainda melhor. Emprestando o pensamento de Foucault, sua natureza está muito mais ligada a correlações de força no próprio local onde se constituem, desenvolvem-se e reproduzem-se ou se opõem do que a aspectos jurídicos (de lei), de soberania ou de hegemonia, embora não negue, como observamos em várias citações, a hegemonia de um poder. Na realidade, essa é sua estratégia metodológica para desmontar a pretensão de verdade de um discurso teórico, também hegemônico na academia, que enfatiza o poder central, a subjetividade e

⁸ Estudo detalhado nesse sentido foi realizado por ROMANELLI, Otaíza. *História da educação brasileira*. Petrópolis : Vozes, 1978.

universalidade históricas.

não quero significar 'o Poder', como o conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entendo poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma da regra. Enfim, não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessam o corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, *a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação*; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais. Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a *multiplicidade de correlações de força imanente ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização*; o jogo que através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de forças encontram uma nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais" (sem grifo no original).⁹

Nesse sentido, o ponto de vista que permite tornar o exercício do poder inteligível até em seus efeitos "periféricos", como diz Foucault, e permite empregar seus mecanismos como chave de inteligibilidade do campo social, não é nenhum ponto central — na soberania única de onde partiriam formas derivadas —, mas é o suporte móvel das correlações de forças, que, devido a sua desigualdade, geram estados de poder, mas sempre localizados e instáveis, produzindo-se a cada instante, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte, embora aparecendo nos aparelhos centrais — seus pontos "terminais" — de forma cristalizada.

No livro *Vigiar e Punir*, Foucault desce às minúcias da análise do poder disciplinar que se instaura com a sociedade capitalista, a partir do século XVII. Na terceira parte, ele trata especificamente da questão da disciplina, dos seus mecanismos no processo de transformação do homem útil e dócil — todo um conjunto de técnicas disciplinares das quais produziu-se o homem moderno.

As disciplinas, as limitações ao corpo não são um método novo. Elas já existiam nos conventos, nos exércitos, nas oficinas. Mas algo novo surge no poder disciplinar no decorrer dos séculos XVII e XVIII, assumindo o caráter de fórmulas gerais de dominação. Foucault identifica as inovações dessas técnicas na escala, no objeto e na modalidade do controle. Vejamos cada uma. A *escala do controle*: trata-se de trabalhar o corpo minuciosamente, exercer sobre ele uma coerção sem trégua — movimentos, gestos, atitudes, rapidez. O *objeto do controle*: está em jogo a economia, a eficácia dos movimentos, a sua organização interna, a coação se faz sobre as forças do corpo, impondo-lhe uma relação

9 Ibid., p.88-89.

docilidade-utilidade. A *modalidade*: implica numa coação incessante sobre os processos de atividades e esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos.

Nasce uma mecânica do poder que define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não apenas para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, segundo a rapidez e a eficácia que interessa. A disciplina aumenta as forças do corpo — *em termos econômicos de utilidade*, fazendo dele uma aptidão — e diminui essas forças, invertendo a potência que poderia resultar dessa capacidade, fazendo dela uma relação de sujeição — *em termos políticos de obediência*.

Essa nova anatomia política não foi uma invenção repentina. Ela vai se esboçando lentamente, encontrando-se nas escolas, nos colégios, nos hospitais, na organização militar, nas oficinas, nas fábricas, etc. A minúcia dos regulamentos, das normas, o olhar vigilante do inspetor, do professor, do chefe de setor, do diretor; o controle das mínimas partes da vida e do corpo, os exames e as classificações vão constituindo aos poucos um saber laicizado e uma racionalidade econômica ou técnica.

Do conjunto de disciplinas para controle e utilização do homem constituiu-se todo um corpo de processos de saber. Essas disciplinas utilizam-se de diversas técnicas, como define Foucault, dentre as quais destacamos: o controle da distribuição no espaço, o controle da atividade no tempo, a organização das gêneses, a composição das forças, a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora, o exame. Vejamos como ele demonstra cada uma delas.

A disciplina exige a preocupação com a *distribuição no espaço*. Para isso, pode utilizar-se da *clausura*, a especificação de um local heterogêneo em relação aos outros e fechado em si mesmo, protegido da monotonia disciplinar. Aos poucos impõe-se o modelo da cela do convento — nos colégios, nos quartéis, nas manufaturas e, mais tarde, nas fábricas, onde o modelo de encarceramento será fundamental para o controle e a normalização. A disciplina é celular, diz Foucault : “o conjunto será fechado e cercado por uma muralha de dez pés de altura que rodeará os ditos pavilhões, a trinta pés de distância de todos os lados — e isto para manter as tropas em ordem e disciplina e que o oficial esteja em condições de responder por ela.”¹⁰

Além da clausura, o espaço é trabalhado de forma muito mais flexível e sutil, através do *quadriculamento*, que é a localização de cada indivíduo no seu espaço para evitar a circulação difusa, a deserção, a vadiagem, a aglomeração, etc. Importa estabelecer as presenças e ausências, saber localizar os indivíduos, realizar comunicações úteis, interromper as indesejáveis, vigiar cada um, medir as qualidades, comparar, sancionar, portanto : *conhecer, dominar, utilizar*.

10 L'ordennance militaire, t. XIL, 25/9/1719. Citado por FOUCAULT. *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão. 10 ed. Trad. Ligia M. Pondé Vassalo. Petrópolis : Vozes, 1993. p. 130.

Outro procedimento é a *localização funcional*, codificação pela arquitetura de um espaço comum para usos diversos, o qual cumpre com as necessidades de vigilância permanente e a criação de um espaço útil para controle, registro, exame, etc. Enfim, um espaço administrativo e político que aos poucos serve para individualizar os corpos, classificá-los, gerenciá-los. Foucault cita o exemplo de uma manufatura. Na escola, atualmente, teríamos a sala da direção, da supervisão escolar e da orientação educacional, cumprindo o papel de vigilância, controle, acompanhamento, classificação e hierarquização — de produção de poder e de saber sobre a realidade educativa :

Percorrendo-se o *corredor central* da oficina, é possível realizar a vigilância ao mesmo tempo geral e individual; constatar a presença, a aplicação do operário, a qualidade de trabalho; comparar os operários entre si, classificá-los segundo sua habilidade e rapidez; acompanhar os sucessivos estágios de fabricação. Todas essas séries formam um quadriculado permanente: as confusões se desfazem (...)" (sem grifo no original).¹¹

Dentro do quadriculamento há ainda a destacar o *caráter intercambiável* dos elementos da disciplina, ou seja, o lugar que cada um ocupa na série, a sua classificação ou posição na "fila". A disciplina é a arte de dispor na fila, diz Foucault; ela individualiza os corpos por uma localização que os distribui e os faz circular numa rede de relações. E cita o exemplo de um colégio jesuíta e das "classes", onde se encontrava uma organização binária e maciça, até o Império, evoluindo para um espaço escolar desdobrado e repartido individualmente, depois de 1762 :

as classes, que podiam ter até duzentos ou trezentos alunos, eram divididas em grupos de dez; cada um desses grupos, com seu decurião, era colocado em um campo, o romano ou o cartaginês; a cada decúria correspondia uma decúria adversa. A forma geral era a da guerra e da rivalidade; o trabalho, o aprendizado, a classificação eram feitos sob a forma de justa, pela defrontação dos dois exércitos; a participação de cada aluno entrava nesse duelo geral; (...) e os alunos determinavam um lugar que correspondia à função de cada um e a seu valor de combatente no grupo unitário de sua decúria.(...) essa comédia romana permitia associar aos exercícios binários da rivalidade uma disposição espacial inspirada na legião, com suas fileiras, hierarquia e vigilância piramidal. ¹²

No século XVIII, a ordenação por fileiras define a distribuição dos indivíduos na ordem escolar. A classe torna-se homogênea, composta de alunos colocados individualmente em fila sob o olhar do mestre.

11 FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir* ..., p. 133.

12 Ibid. , p. 133-134.

(...) filas de alunos nas salas, nos corredores, nos pátios: colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa e cada prova; colocação que ele obtém de semana em semana, de mês em mês, de ano em ano; alinhamento das classes de idade (...); sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldade crescente. E nesse conjunto (...) cada aluno, segundo sua idade, seus desempenhos, seu comportamento, ocupa ora uma fila, ora outra; ele se desloca o tempo todo numa série de casas; umas ideais, que marcam uma hierarquia do saber ou das capacidades, outras devendo traduzir materialmente no espaço da classe ou do colégio essa repartição de valores ou dos méritos. 13

A *organização de um espaço serial* foi uma das modificações técnicas fundamentais na escola elementar, permitindo superar o ensino tradicional (enquanto o professor trabalhava com um aluno individualmente o restante da classe ficava ociosa e confusa). Com a distribuição dos alunos em lugares individuais, em filas, tornou-se possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos. Conforme Foucault, fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, vigiar, hierarquizar, recompensar.

As disciplinas organizando as "celas", os "lugares" e as "fileiras" realizam a fixação, permitem a circulação controlada, estabelecem ligações, marcam lugares, indicam valores, garantem a obediência dos indivíduos e uma economia de tempo e de gestos. São espaços mistos, diz Foucault, reais, porque regem a disposição dos edifícios, salas, móveis; e ideais, por se projetarem sobre as organizações, caracterizações, estimativas, hierarquias, constituindo, enfim, "quadros vivos". Elas usam estratégias como observar, controlar, regularizar a circulação das mercadorias e moedas e estabelecer um quadro econômico como princípio de enriquecimento; inspecionar, por exemplo, os homens e deles fazer um registro geral; repartir os doentes e fazer uma classificação das doenças nos hospitais; organizar e classificar os alunos segundo seu nível de saber e rendimento nas escolas. Distribuição e análise, controle e inteligibilidade são procedimentos disciplinares conjuntos que constituem-se, ao mesmo tempo, como técnicas de poder e processos de saber. Conforme Foucault: trata-se de organizar o múltiplo, obter um instrumento para percorrê-lo e dominá-lo; impor-lhe uma "ordem". A tática disciplinar permite a caracterização do indivíduo como tal e a colocação da multiplicidade em ordem. Ela é a base da microfísica do poder, que ele considera "celular".

O *controle da atividade* é outra técnica disciplinar. Ele se estabelece pelo horário, pela elaboração temporal do ato, pela correlação de corpo e gestos, pela articulação do corpo e objeto, pela utilização exaustiva. O horário originário das comunidades monásticas difundiu-se pelos colégios, oficinas, hospitais, fábricas. Estabelece as rupturas, obriga a tarefas determinadas, regulamenta os ciclos de repetição, garante também a qualidade e utilidade do tempo empregado,

através do controle ininterrupto, pressões dos fiscais, anulação daquilo que possa distrair.

8,45 entrada do monitor, 8,52 chamada do monitor, 8,56 entrada das crianças e oração, 9 horas entrada nos bancos, 9,04 primeira lousa, 9,08 fim do ditado, 9,12 segunda lousa, etc.¹⁴

É expressamente proibido durante o trabalho divertir os companheiros com gestos ou de outra maneira, fazer qualquer brincadeira, comer, dormir, contar histórias e comédias.¹⁵

Além do horário, que é uma disciplina imposta pelo exterior, a *elaboração temporal do ato* vem do interior. Consiste num “programa” que controla do interior a elaboração do ato em suas fases. É definida a posição do corpo, dos membros, das articulações; para cada movimento é determinada uma direção, uma amplitude, uma duração. Como diz Foucault, o tempo penetra o corpo e com ele os controles minuciosos. O controle disciplinar impõe uma *relação entre um gesto e a atitude global do corpo* — condição de eficácia e rapidez. Uma boa caligrafia, por exemplo, exige uma ginástica, uma rotina rigorosa que envolve o corpo inteiro, da ponta do pé à extremidade do indicador : braços apoiados sobre a mesa, dorso encostado ao espaldar da cadeira, mão esquerda apoiada sobre o papel (para quem é destro), dedos segurando adequada e firmemente o lápis, movimentos da esquerda para a direita, etc.

Por outro lado, a disciplina define a *articulação do corpo-objeto*, as relações que o corpo deve ter com o objeto, visando a codificação instrumental do corpo, que consiste numa decomposição do gesto global em séries paralelas : a dos elementos do corpo que serão utilizados e a dos elementos do objeto que serão manipulados. A regulamentação imposta pelo poder é ao mesmo tempo a lei de construção da operação, tendo um caráter coercitivo com o aparelho de produção.

Leva a arma à frente. Em três tempos. Levanta-se o fuzil com a mão direita, aproximando-o do corpo para mantê-lo perpendicularmente em frente ao joelho direito, a ponta do cano à altura do olho, apanhando-o batendo com a mão esquerda, o braço esticado colado ao corpo à altura do cinturão...¹⁶

O princípio que estava subjacente ao horário tradicional era negativo — princípio da não-ociosidade. Era proibido perder tempo contado por Deus e

14 BALLY. Citado por FOUCAULT, M. *Vigiar e punir...*, p.137.

15 Regulamento para a fábrica de M.S. Oppenheim, art. 16. Citado por FOUCAULT. *Vigiar e punir...*, p.137.

16 Ordonnance du 1er. janvier 1766, título XI, art. 2. Citado por FOUCAULT. *Vigiar e punir ...*, p. 139.

pago pelos homens. A disciplina, ao contrário, organiza uma economia positiva. Coloca o princípio da *utilização exaustiva do tempo* — importa extrair do tempo cada vez mais instantes disponíveis e sempre mais forças úteis —, economia de tempo, mais força útil. Decompondo o tempo em seus elementos internos, sob o olhar de quem o controla, pode-se acelerar a operação segundo um rendimento ótimo de velocidade.

A única finalidade dessas ordens é (...) acostumar as crianças a executar rapidamente e bem as mesmas operações, diminuir tanto quanto possível pela celeridade a perda de tempo acarretada pela passagem de operação a outra.¹⁷

O corpo torna-se alvo dos mecanismos de poder, oferece-se a novas formas de saber. Pelas técnicas de sujeição surge aos poucos o corpo manipulado pela autoridade. Os processos de repartição disciplinar tinham, para Foucault, um lugar entre as técnicas contemporâneas de classificação e enquadramento, tendo introduzido o problema específico das individualidades e da *multiplicidade*, ou seja, a despersonalização pela homogeneização através do poder (conforme Deleuze¹⁸). Mas o poder disciplinar além de promover uma individualidade celular, produz uma outra: a “orgânica”.

A *organização das gêneses*, nesse sentido, representa uma nova técnica para a apropriação do tempo, para reger as relações do tempo, dos corpos e das forças, para realizar uma acumulação da duração e inverter em lucro ou em utilidade sempre aumentados o movimento do tempo que passa. Para isso utiliza-se de quatro processos: a) *dividir a duração em segmentos sucessivos*, decompor o tempo em segmentos de exercícios separados, dos quais cada um deve chegar a um termo específico. Por exemplo não misturar a instrução dos mais novos com a dos mais adiantados, não ministrar todos os tipos de exercícios de uma só vez; b) *organizar a seqüência de acordo com um esquema analítico* — do mais simples para o mais complexo; c) *finalizar os segmentos temporais*, através de uma prova, que tem as funções de indicar o nível estatutário do indivíduo, garantir sua aprendizagem em conformidade com a dos outros, diferenciar as capacidades; d) *estabelecer séries de séries*, ou seja, classificar cada um segundo seu nível, antigüidade, posto, exercícios que lhe cabem. Cada indivíduo se prende a uma série temporal, de acordo com seu nível ou categoria, ou conforme o tempo e força úteis apropriados e acumulados pelo seu corpo.

A *composição das forças* é outra das técnicas disciplinares, que consiste na organização de uma “máquina”, cujo efeito é elevado ao máximo pela

17 Samuel Bernard, Raport du 30 octobre 1816 à la société de l'enseignement mutuel. Citado por FOUCAULT. *Vigiar e punir ...*, p. 140.

18 ORLANDI Luiz B.L. Do enunciado em Foucault à teoria da multiplicidade em Deleuze. In: TRONCA, Italo A. (Org.). *Foucault vivo*. Campinas: Pontes, 1987. p.33-42.

articulação dos seus componentes elementares. A disciplina é também uma arte de compor forças para uma maior eficiência. Modelo exemplar dessa técnica é a escola de ensino mútuo, cuja engrenagem se organizará aos poucos do século XVII ao século XVIII : primeiro, confiaram-se aos alunos mais velhos a tarefa de fiscalização, depois a de controle do trabalho, após, de ensino, e, então, todos os alunos estavam ocupados seja ensinando ou aprendendo. A escola tornou-se uma máquina de aprender, onde todos, se bem articulados, estavam ocupados no processo de ensino, sob o comando e fiscalização do mestre.

Em síntese, a disciplina produz individualidade dotada de quatro características, conforme Foucault: é *celular* (pela repartição espacial), é *orgânica* (pela codificação das atividades), é *genética* (pela apropriação e acumulação do tempo), é *combinatória* (pela composição de forças). E para isso, utiliza técnicas : constrói quadros, prescreve manobras, impõe exercícios, organiza táticas e instrumentos.

Como se vê, o fundamento geral de toda essa disciplina é a prática militar. Nesse sentido, Foucault diz que a guerra como estratégia talvez seja continuação da política, mas essa foi concebida, sem dúvida, da guerra, do modelo militar, para prevenir os distúrbios civis. “A política como técnica da paz e da ordem (...) procurou pôr em funcionamento o dispositivo do exército perfeito, da massa disciplinada, da tropa dócil e útil...”¹⁹ Nesse sentido, se a revolução francesa, através da violência, contribuiu para a emergência do poder burguês, gerou também a política para a consolidação e reprodução daquela economia de poder.

Por outro lado, para o bom adestramento ou a “disciplina correta”, a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício, são necessários alguns instrumentos simples, aos quais Foucault denomina : o *olhar hierárquico* (a vigilância permanente, um dispositivo que permite pelo jogo do olhar efeitos de poder), a *sanção normalizadora* (pequeno mecanismo penal, normas que preenchem o vácuo das leis e suas instâncias de julgamento e punição ou recompensa por pequenos gestos e atitudes consideradas ou não inoportunas, a micropenalidade — do tempo, da atividade, do corpo, do discurso — que funciona como agente repressor ou produtor de um dado comportamento e saber, e como castigo corretivo) e sua combinação no *exame* (este combina as técnicas da vigilância hierarquizada com as da sanção normalizadora; é uma vigilância normalizadora, que permite qualificar, classificar e punir; estabelece uma visibilidade através da qual todos os indivíduos são diferenciados e sancionados).

O exame, segundo Foucault, é na escola uma verdadeira troca de saberes. Ao mesmo tempo em que ele garante a passagem de conhecimentos do mestre para o aluno, ele retira desse um saber destinado ao mestre. A escola

19 FOUCAULT. *Vigiar e punir ...*, p.151.

torna-se o local de produção da pedagogia como ciência, assim como o exame hospitalar permitiu o surgimento da medicina. Dessa forma, o exame supõe um certo tipo de saber relacionado a um exercício de poder. O exame está no centro do processo que constitui o indivíduo como efeito e objeto de poder e de saber, combinando vigilância hierárquica e sanção normalizadora. Ele reparte, classifica, extrai força e tempo, acumula, compõe aptidões. Fabrica, portanto, individualidades.

Dessa forma, num regime disciplinar, à medida que o poder se torna anônimo e funcional, há uma tendência cada vez maior de individualização dos indivíduos sobre os quais ele se exerce, e isso se dá por fiscalização, por observação, por comparação, tendo a norma como referência.

Assim, as disciplinas substituem o princípio da “retirada-violência”, que regia a economia do poder soberano, pelo princípio “suavidade — produção-lucro” (produção inclusive de saberes e aptidões na escola; de saúde no hospital; de força destrutiva no exército). Elas têm que fazer funcionar as relações de poder não acima, num aparelho central, mas na própria trama da multiplicidade, da forma mais discreta e menos dispendiosa possível, através de técnicas como já vimos: vigilância hierárquica, registro contínuo, julgamento e classificação.

Foucault faz uma analogia com Marx: se a *acumulação de capital permitiu o desenvolvimento econômico do Ocidente, a acumulação de homens permitiu o desenvolvimento político* em relação a formas de poder tradicionais, dispendiosas, violentas, que foram substituídas por uma tecnologia minuciosa e calculada de sujeição. Ambos os processos, aliás, são paralelos : não seria possível resolver o problema de acumulação humana sem equacionar o crescimento da produção e, inversamente, as técnicas que tornam útil a multiplicidade acumulativa dos homens servem para acumular capital.

Do ponto de vista histórico, o processo pelo qual a burguesia tornou-se a classe politicamente dominante, no decorrer dos séculos XVII, XVIII e XIX, fundamentou-se na instalação de um quadro jurídico codificado, formalmente igualitário, organizado através de um *regime parlamentar e representativo*. Isso é real, contudo, uma outra face obscura desse processo sustentava a forma jurídica geral : os mecanismos minuciosos, cotidianos, físicos, enfim os *micropoderes* assimétricos que constituem as disciplinas. Se o regime representativo permite que a vontade de todos forme a instância da soberania, as disciplinas, na base, garantem a submissão dos corpos e das forças. As disciplinas constituem a base das liberdades formais e jurídicas. *O liberalismo burguês mantém-se pela disciplinarização da sociedade, que permite sua reprodução*. Pensar uma sociedade burguesa é pensá-la em sua vigilância transparente, seu caráter disciplinador, dominador, capaz de impor uma opinião homogeneizada. Essa opinião unificada revela-se no imaginário ao ter-se a impressão de uma “multiplicidade” de olhares. O que se dá é a introjeção de uma moral burguesa.

4.1.1. Trabalho e cidadania no discurso sobre a educação

Diversos pensadores têm realizado pesquisas sobre a educação brasileira, seja tomando por fundamento a história político-administrativa do país, seja numa perspectiva tida como mais progressista, articulando educação e desenvolvimento, segundo os interesses liberais ou numa postura mais ou menos ortodoxa, tomando por fundamento teórico o marxismo, ao debater os princípios econômicos que norteiam a prática educativa, o seu caráter ideológico ou sua capacidade de reprodução. Seja em uma ou em outra perspectiva, o quadro referencial, direta ou indiretamente, é o processo de construção do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e a articulação do ensino como fator de desenvolvimento e/ou de reprodução do capitalismo.

Nossa intenção é realizar um esboço inicial, que obviamente exigirá estudos e complementações em trabalhos futuros, das correlações de força que acompanharam e se imbricaram na economia de discurso e prática educativa, em nosso país, desde as primeiras décadas do século XX, onde acreditamos não ter havido propriamente uma grande ruptura (como considera a maioria dos historiadores sobre a educação e a cultura brasileiras) entre uma prática pedagógica tradicional, inspirada no modelo cristão, humanista e retórico e uma educação moderna. Sob a nossa ótica, a educação brasileira, de alguma forma, desde os seus primórdios serviu aos interesses do desenvolvimento das relações capitalistas.

Com efeito, a partir das primeiras décadas do século XX, a urbanização e a industrialização — processos de que se reveste o capitalismo desde a fase inicial de produção industrial, encaminhando para a consolidação das relações econômicas e políticas desse regime de poder, com a divisão social do trabalho entre o campo e a cidade e a proletarianização mais intensiva — proporcionaram, menos que uma mudança radical na educação brasileira, um salto efetivamente mais quantitativo na oferta do ensino do que qualitativo. As práticas educativas, na realidade, voltaram-se sempre — desde a colonização — aos interesses do desenvolvimento do capitalismo, regime econômico, cujas origens em nosso país se encontram na fase colonial, eminentemente voltada à

comercialização e ao lucro, embora na etapa de acumulação primitiva do capital, como já referido anteriormente.

Mas o ponto fundamental ainda não é esse, porém tentar encaminhar uma reflexão para as seguintes questões: *que interesses tinha e tem o capitalismo com a educação no Brasil? Qual a natureza da prática educativa nesse desenvolvimento econômico? Em que medida a escola vem contribuindo ou não para esse desenvolvimento no país? Que tipo de homem interessa a essa educação e a esse sistema?*

Analisar, como já dissemos anteriormente, a formação de um certo tipo de educação\prática educativa, constituída menos em termos de distribuição de saber e fator de desenvolvimento econômico-social e mais ao nível da *identificação das correlações de forças que atravessam a natureza da prática educativa. Pesquisar as rupturas\continuidades no discurso sobre a educação e indicar os elementos constituidores desse regime de discurso, no momento de sua elaboração, enquanto resultado de um exercício de poder, de uma relação de força.*

Voltar nossa atenção ao nível dos micropoderes que elaboram a prática educativa e constituem um certo tipo de homem, através do acesso à vida do corpo, *da intervenção no corpo individual*, por meio de disciplinas, cujas técnicas contribuem para a constituição da força de trabalho, para o controle político e econômico das forças do homem e, de outro lado, através do acesso à vida da espécie, *da intervenção no corpo coletivo*, pela regulação das individualidades e sua multiplicidade, contribuindo para a normalização da sociedade, enquanto tecnologia de conjunto, enquanto políticas de educação para governamentalidade das populações. Sobretudo, trabalharemos com as políticas de controle populacional para o disciplinamento\normalização da sociedade, com as políticas públicas para a educação, tomando como um estudo de caso específico, a política oficial da educação paranaense.

Nossa hipótese é que *as rupturas havidas não foram radicais, na medida em que no período analisado estava presente apenas um regime de poder — o capitalista, em seu processo de desenvolvimento e consolidação —*, logo, as mudanças operadas tinham como fim apenas atender aos imperativos dessa consolidação. Dessa forma, acreditamos que dois pressupostos fundamentarão todo o discurso e prática educativa no período estudado: o *trabalho* — como forma de desenvolver as forças econômicas necessárias para aquele sistema, mas nos limites do papel econômico do Brasil na divisão internacional de trabalho —, e a *cidadania* — como forma de sujeição política ou, mais especificamente, de delimitação restrita do campo político de atuação — a democracia parlamentar.

Dentro desse referencial, tentaremos recuperar metodologicamente a economia discursiva na prática educativa, através da norma e da lei e de outros documentos — planos, regimentos, relatórios, programas, currículos, etc. —, que

serão analisados em busca da caracterização de um tipo de *intervenção no corpo individual*, na sua constituição enquanto indivíduo e, ao mesmo tempo, pesquisando informações e resultados das políticas educacionais em direção ao tipo de *intervenção no corpo coletivo*. O primeiro, orientado para o domínio e aumento das forças de trabalho, tendo como princípio a economia de forças e a maior utilidade em termos econômicos e a melhor sujeição em termos políticos — atuando ao nível do indivíduo no grupo. O segundo, contribuindo, além desses objetivos, para o crescimento econômico, o desenvolvimento do setor de produção, pela possibilidade de atuação governamental, de medidas de intervenção globais para o *controle das populações*, para a normalização da sociedade capitalista, segundo seus parâmetros, padrões e interesses.

Para tal análise, faremos um recorte no tempo, que vai das primeiras décadas do presente século — em especial o período pós-trinta — até a década de setenta. No entanto, para maior clareza do local de produção da história — as relações de poder — deveremos buscar alguns elementos um pouco atrás — em especialmente no final do século XIX —, no momento em que o poder burguês e capitalista começa a se desenvolver de forma mais específica em nosso país, conforme vimos com Sodré.

4.1.2. A economia do discurso na educação jesuítica brasileira

Num aspecto todos os historiadores e pesquisadores da educação e cultura brasileiras não divergem : elas têm suas origens e seus fundamentos na educação jesuítica. Com efeito, os jesuítas vieram para o Brasil, junto com o primeiro governador-geral — Tomé de Souza —, em 1549, e aos primeiros dias de sua chegada já faziam funcionar a primeira escola de “ler e escrever”. É o princípio da instalação de um conjunto de escolas elementares, secundárias, seminários e missões difundido por todo o território brasileiro, até 1759, quando os jesuítas são expulsos do Brasil pelo Marquês de Pombal, temeroso de sua influência e poder político, econômico e social.

Nesses dois séculos de atuação no Brasil, os jesuítas promoveram uma ação intensiva de catequese dos índios, formação dos filhos de colonos, dos novos sacerdotes e da elite intelectual, controlando a fé e a moral dos habitantes da terra. Diríamos, ainda mais, disciplinando-os, tornando-os dóceis e úteis, como dizia Foucault, para o trabalho e para as necessidades do sistema econômico-social que se instalava na colônia. E essa referência não diz respeito apenas aos índios, como pensam nossos historiadores, mas está articulada com a forma pela qual se desenvolveu toda a história cultural do brasileiro em geral. Concordamos com a afirmação de Aranha :

(...) os jesuítas exercem verdadeiro monopólio do ensino no Brasil, *apoiados oficialmente pela Coroa* que também os auxilia com generosas doações de terras. O governo de Portugal sabe o quanto *a educação é importante como meio de submissão e de domínio político* e, portanto, não intervém nos planos dos jesuítas, a não ser quando considera arriscadas as inovações que poderiam ser alteradoras da ordem. Assim não permite a fundação de universidades e destrói, em 1747, uma oficina tipográfica fundada no Rio de Janeiro por um padre jesuíta (sem grifo no original) ¹.

Se o Brasil nasce, desde suas origens, sob a égide do sistema

¹ ARANHA, Maria Lúcia Arruda. *História da educação*. São Paulo : Moderna, 1989. p.122.

capitalista — embora sua fase inicial seja marcada pelo capital mercantil, que mais tarde torna-se capital industrial, financeiro e monopólico ao nível internacional, como já visto nos capítulos 2 e 3 —, o interesse dos primeiros colonizadores em fazer-se acompanhar pelos jesuítas, quando da instalação da colônia não se insere unicamente nos princípios da Contra-Reforma, como alegam alguns historiadores. Embora para a Companhia de Jesus e para o Concílio de Trento pudesse estar realmente em pauta a preocupação com a propagação da dissidência religiosa, a questão não é simplesmente de ordem religiosa. Numa época de absolutismo, a Igreja é instrumento importante para auxiliar na garantia da unidade política e da formação do homem útil aos interesses do regime que se iniciava, através da uniformização da fé, da consciência e, sobretudo, da disciplina.

Assim, a atividade missionária e a educação cristã facilitariam, sobremaneira, num primeiro momento, a dominação metropolitana e, após, a constituição gradativa de um novo sistema político-econômico — o capitalismo —, cujas estruturas já eram embrionárias no Ocidente. Nessas condições, a educação, no Brasil, assume, a princípio, um papel de agente colonizador e, gradativamente, um papel de agente normalizador e homogeneizador da sociedade capitalista que se instala, desenvolve-se e consolida-se.

Essa hipótese contraria de certa forma as análises desenvolvidas sobre a educação brasileira, que identificam no ensino jesuítico um traço tradicional e arcaico e, na educação posterior à década de trinta, alguns elementos renovadores. Nós, ao contrário, partimos de duas premissas :

1) a sociedade disciplinar que se instala no Ocidente, a partir do século XVI e começa a se consolidar nos séculos XVII e XVIII, com a hegemonia do regime burguês e capitalista, retira seus pressupostos, técnicas e táticas de dominação do modelo disciplinar cristão, especialmente das escolas jesuíticas, o qual se dissemina por todas as instituições sociais, sejam escolas elementares, colégios, hospitais, oficinas, fábricas, quartéis, etc., como nos ensinou Foucault;

2) o Brasil em suas origens nasce sob a égide do capitalismo, embora em processo de descompasso com o desenvolvimento do capitalismo internacional. Quando de sua descoberta, o capitalismo internacional vivia sua fase de acumulação primitiva — a fase do mercantilismo ou de capital comercial —, onde se insere a história colonial do país, voltada desde o início ao mercado, embora assentada na produção agrícola extensa — no latifúndio e no trabalho escravo. Contudo, o fundamento básico era a extração máxima de lucro. Por outro lado, no momento da expansão das relações capitalistas brasileiras — da industrialização e da proletarização intensiva do trabalhador — ao nível internacional, o regime capitalista já apresentava suas primeiras crises de produção e entrava na etapa monopólica e imperialista, como estudamos anteriormente, criando e reforçando diferentes formas de reprodução do poder burguês e capitalista, dentre as quais encontramos algumas táticas próprias da

prática educativa, difundidas em nosso país.

Desse modo, o sistema capitalista brasileiro está em “heterocronia” com o capitalismo internacional, inserindo-se, entretanto, desde o seu início, na divisão internacional de trabalho, mas com um papel muito específico — contribuir especialmente para o desenvolvimento e acumulação do capital internacional, antes que a do capital nacional.

Nesse sentido, a educação brasileira desde a etapa colonial, portanto, desde sua fase jesuítica, se integra ao nosso entender nos quadros de desenvolvimento da sociedade disciplinar e de seus mecanismos — imperativos necessários para o desenvolvimento e reprodução crescente do poder burguês e capitalista, seja ao nível internacional, seja ao nível local.

A educação, desse modo, se por um lado contribui para a normalização da sociedade capitalista por seu efeito disciplinador — de aumento e racionalização das forças econômicas e de sujeição política, por sua atuação tática no corpo do indivíduo, através da disciplina originária da prática educativa cristã —, por outro lado, serve aos interesses da natureza do desenvolvimento capitalista, que aqui se organiza sob a égide da tecnologia internacional. O desenvolvimento tecnológico e a pesquisa científica não são imperativos, portanto, para o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro², pelo menos no período que pretendemos analisar.

A principal marca jesuítica na formação da cultura brasileira, segundo os historiadores, está na influência religiosa do ensino, que perdura até o século XIX, aparecendo mesmo em polêmicas do século XX, como a disputa entre a escola pública, laica e gratuita e a escola particular, confessional e paga, predominante no início do século. Os princípios, que aparecem nesse debate, como vimos anteriormente, principalmente em Marx e Gramsci, estavam articulados não apenas com a consolidação de uma sociedade secular em contraposição à religiosa, mas justamente pressupunham o desenvolvimento das forças produtivas — na visão marxista, para a transformação da sociedade. O Brasil até poucas décadas dera apenas os primeiros passos para a sua modernização efetiva, o que poderia justificar tal polêmica. Mas, se os jesuítas não contribuem diretamente para a secularização das idéias, sua disciplina favorece enormemente a secularização e racionalização dos comportamentos.

A historiografia atribui, também, aos jesuítas uma influência social e política, sobretudo na formação da burguesia e das classes dirigentes. Ao nosso ver, a estrutura de ensino predominantemente clássica, valoriza a literatura e a retórica e negligencia o estudo das ciências e a atividade manual, favorecendo não apenas aos interesses de formação de uma elite dirigente e administradora dos negócios (como afirma tal historiografia), como ao capitalismo internacional,

² Como já demonstrou ROMANELLI. op. cit.

na medida em que, ao repudiar o desenvolvimento das ciências e da técnica, contribui para sua inviabilidade no país, e para os interesses que se constituiriam na etapa do imperialismo e do monopólio da produção industrial e tecnológica.

Uma sociedade eminentemente agrária, sobretudo nos três séculos e meio de sua existência, que não exige especialização profissional e cujo trabalho manual se acha sob o encargo do escravo, durante mais de três séculos, permite a formação de um tipo de elite intelectual, cujo saber universal e abstrato se acha voltado para o humanismo, o bacharelismo, a burocracia e as profissões liberais. Como diz Freyre:

(...) daí a tendência para a oratória que ficou no brasileiro, perturbando-o tanto no esforço de pensar como no de analisar as coisas. Mesmo ocupando-se de assuntos que peçam a maior sobriedade verbal, a precisão de preferência ao efeito literário, o tom de conversa em vez do discurso, a maior pureza possível de objetividade, o brasileiro insensivelmente levanta a voz e arredonda a frase. Efeito de muito latim de frade; de muita retórica de padre.³

A tradição da elite brasileira, predominantemente intelectual e universalista, foi marcada pelo distanciamento das principais conquistas científicas da Idade Moderna, bem como do trato dos problemas da realidade imediata. Isso deveu-se à influência jesuítica obviamente, e muito mais aos interesses do desenvolvimento do capitalismo e da natureza de seu desenvolvimento em descompasso com o capitalismo internacional e monopólico, ou melhor, devido à divisão internacional de trabalho que se organizava e ao papel que coube ao Brasil, como vimos, e seus reflexos sobre a educação e a cultura brasileiras.

Os jesuítas, de fato, deixaram seu traço humanista, retórico e universalista na sociedade brasileira, mas isso se deu porque essa marca interessava ao sistema que se implantava nas terras brasileiras, voltado à exploração intensiva do trabalho — primeiro pela escravização, mais tarde pela proletarianização — e acumulação também intensiva e sempre crescente de capital; sistema que exigia controle crescente e econômico das forças de trabalho e domínio político absoluto sobre elas, portanto seu disciplinamento (esse sim de influência jesuítica forte), conforme as normas e imperativos do sistema.

É dessa forma que o modelo de educação cristã predominará sobre a realidade educacional brasileira — modelo disciplinar, que “atua sobre o corpo antes da mente”, chegando a essa através da penetração lenta e segura daquele. O trabalhador tornou-se algo que foi fabricado, como afirmava Foucault, de uma massa informe, de um corpo inapto fez-se a máquina de que se precisava; corrigiram-se as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte

³ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*, São Paulo : Nacional, 1936, p.269.

do corpo, se assenhora dele, dobra seu conjunto, torna-o disponível e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos. Em síntese, é expulso o escravo e o colono e surge a fisionomia do trabalhador moderno.

De outra parte é constituída também a figura do empresário. Lentamente, o corpo e a consciência do latifundiário, do proprietário de terras e de escravos, voltado à exploração agrícola, são preparados para a empresa de produção exclusivamente capitalista, para a gerência da empresa capitalista e da política da sociedade que se instala e se desenvolve, constituindo-se, dessa maneira, uma política educacional dual, como dizem alguns historiadores da educação.

Tanto quanto a sociedade é marcada pelo dualismo — classes exploradas e classes exploradoras —, a educação também o é : constituidora e disciplinadora do trabalhador dócil e útil — não suficientemente preparado do ponto de vista técnico-científico, através de cursos elementares ou profissionalizantes, mais especificamente de preparação de mão-de-obra —, e formadora do empresário e do dirigente político — de uma elite intelectual, através de cursos médios ou universitários, baseados nas humanidades ou profissões liberais —, devido aos interesses do tipo de capitalismo local.

Quando o português chegou
Debaixo de uma bruta chuva
Vestiu o índio
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio teria despido
O português.

O poema de Oswald de Andrade⁴ indica que os padres vestiram literalmente os índios, fazendo com que se envergonhassem de seu corpo, mas mais importante do que cobrir sua nudez foi tê-los vestido simbolicamente com outros valores que não eram os seus : impuseram-lhes outra língua, outro Deus, outra moral e até outra estética, como diz Aranha⁵. Nós iríamos mais longe : os padres não vestiram apenas os índios, mas toda a população brasileira, nos dois séculos em que aqui estiveram, e mesmo após a sua expulsão, quando contribuíram para deixar a marca disciplinadora que se manteve na prática pedagógica e na cultura brasileira, tanto quanto na cultura de diversos países ocidentais, normalizando a sociedade, uma vez que os imperativos da prática educativa jesuítica adequavam-se aos do sistema político-econômico que se consolidava.

⁴ Citado por ARANHA. Op. Cit. , p. 120.

⁵ ARANHA. Ibid.

Nesses esquemas de disciplinamento para a docilidade-utilidade, em que a Europa do século XVI ao XVIII, como dizia Foucault, teve tanto interesse (e que no Brasil, pela sua condição de desenvolvimento em descompasso com o desenvolvimento internacional teve suas origens, tanto quanto nos países europeus já por perto do século XVI, mas só se consolidou, do ponto de vista econômico, como um sistema capitalista industrial e, do ponto de vista educacional, como um sistema nacional de educação — normalizado e institucionalizado—, apenas no século XX, um século após o mundo europeu), o que há de tão novo?

Afinal, não é a primeira vez que o corpo é objeto de investimentos; em qualquer sociedade o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, interdições, obrigações, como dizia Foucault. Contudo, as técnicas utilizadas são novas. Por exemplo, a *escala do controle* : trata-se de trabalhar o corpo detalhadamente, de exercer sobre ele uma coação sem trégua, ao nível da mecânica — dos gestos, dos movimentos, da atitude, da rapidez. O *objeto do controle* : mais que a linguagem do corpo ou os elementos do comportamento, a eficácia dos movimentos, sua organização interna, o exercício, a coação sobre as forças. A *modalidade do controle*: mediante uma coerção ininterrupta que atua mais sobre os processos do que sobre os resultados e exerce uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos.

Esses métodos que permitem o controle minucioso do corpo e lhe impõem uma relação de docilidade-utilidade são o que Foucault chama de *disciplinas*, ao que parece, influenciado na sua elaboração teórica pelos resultados do taylorismo, assim como Gramsci ao contrapor o autoritarismo (coerção) e o liberalismo (consenso), simpatizante do industrialismo e fordismo, compõe seus princípios educativos. As táticas referidas definem como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não apenas para que façam o que se quer, mas para que se operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina necessária.

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) . Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma ‘aptidão’, uma ‘capacidade’ que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que pela coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada.⁶

É dentro desse referencial teórico que procuraremos analisar as

⁶ FOUCAULT. *Vigiar e punir...*, p. 126-127.

constituições brasileiras e a legislação do ensino, a partir do final do século XIX, em busca do discurso educativo normatizado e nelas sintetizado pelo poder burguês que se organizava, e iniciou seu processo de consolidação, segundo a historiografia, especialmente a partir da terceira década do presente século e, mais especificamente, nas décadas de cinquenta e sessenta. Recuperaremos, ainda, alguns planos, programas e resultados das políticas educacionais, especialmente através de relatórios e mensagens dos governadores encaminhadas à Assembléia Legislativa, e outras fontes oficiais, com o fim de identificar as correlações de forças que estavam presentes nas práticas educativas do período em questão.

Nesse primeiro momento, tentaremos recuperar os antecedentes jesuítcos e analisar o discurso e a prática educacional, do final do século XIX até a década de trinta, no item *A “arte” de administrar para a disciplina e a classificação*. Mais adiante, no tópico *A formação discursiva no Paraná: sociedade e educação*, subdividido em dois sub-ítem — *A “arte” de administrar para a racionalização agrícola* e *A “arte” de administrar para a racionalização industrial* —, estudaremos a educação de 1930 a 1970, obedecendo em parte à periodização clássica da historiografia brasileira, mas ao mesmo tempo, adequando-a às especificidades do desenvolvimento heterocrônico local, enquadrando-a às rupturas havidas no regime de discurso e projeto político paranaense, conforme a etapa de seu desenvolvimento.

Em todas essas fases, na verdade, as correlações de forças servem à produção de um determinado poder, que se desenvolve e consolida-se — predominantemente burguês e capitalista — e um determinado saber que, em última instância, serve sobretudo aos interesses desse poder; produz uma determinada disciplina, um saber técnico e político, que envolve persistentemente, na prática discursiva da época, as temáticas do trabalho e da cidadania, como demonstraremos. A primeira, pelas necessidades de constituição do trabalhador moderno — dócil-útil, como dizia Foucault — e a segunda, pelo imperativo dos limites de participação política definidos nesse regime de poder.

Já discutimos como Foucault insere as práticas disciplinares presentes na sociedade capitalista, no seio da educação cristã ou jesuítica, que se disseminou pelo Ocidente, difundindo-se nas várias instâncias e instituições sociais como mecanismo de aumento da força útil e de controle da sujeição do homem, portanto da sua utilidade-docilidade.

Esse mecanismo disciplinar se traduz em uma variedade de técnicas disciplinares, conforme visto na parte inicial desse capítulo, que vão desde a organização dos homens no espaço — a *arte de distribuição no espaço* (encarceramento, quadriculamento, cada qual em seu lugar específico), localização funcional (codificação de um espaço administrativo para vigilância, registro, comparação, classificação dos indivíduos), posição espacial — cada um em seu lugar na fila, na fábrica ou na sociedade —); passa pelo *controle da*

atividade (estabelecimento de horário, elaboração temporal do ato, correlação de corpo e gesto, corpo e objeto, utilização exaustiva do tempo para aumentar-lhe a eficácia; *organização das gêneses* (dividir a duração do tempo, organizar seqüências analíticas, finalizar os segmentos temporais — através de exame —, estabelecer séries de séries; chegando ainda à *composição das forças* (construção de uma “máquina” para aumentar a eficiência).

Essas técnicas, como vimos em Foucault, que se originam nos conventos e, mais tarde, são disseminadas através da educação jesuítica, espalham-se por todas as instituições e por toda a sociedade, constituindo um regime social disciplinar e normalizador. São elas que encontraremos na educação jesuítica, aqui no Brasil, com pequenas variações e que se perpetuam nas estruturas do ensino e da sociedade.

A educação jesuítica no Brasil baseou-se nas orientações da Companhia de Jesus, organismo internacional, cujo documento normativo fundamental foi o conhecido *Ratio Studiorum*⁷, conjunto de experiências avaliadas, codificadas e reformuladas de acordo com a conveniência, publicado em 1599 pelo padre Aquaviva, já bastante analisado pelos pesquisadores da educação.⁸ Todavia, retomemos apenas alguns aspectos que interessam ao desenvolvimento desse trabalho. O documento referido trata de um conjunto de regras sobre a ação pedagógica, a organização administrativa e assuntos diversos, dirigido a toda a hierarquia da Companhia (passando pelo provincial, reitor, professor, monitor de estudos, aluno). Esse tipo de documento tinha a pretensão de garantir a unidade de pensamento e de ação, prevenindo contra os riscos do ensino ficar ao arbítrio de jovens e inexperientes mestres.

As práticas pedagógicas desenvolvidas a partir do *Ratio Studiorum* podem ser assim resumidas :

1) a *disciplina*, traço mais marcante dos colégios e internatos. Fundamentada na proteção e vigilância permanente : controle na admissão dos alunos, disciplina rigorosa através da determinação de normas a serem observadas, férias curtas para evitar o afrouxamento dos hábitos adquiridos. O olhar do mestre segue os alunos mesmo fora da escola, exigindo a obediência e a vigilância das famílias. As sanções fazem parte do receituário, devendo evitar-se as físicas, que, no entanto, são admitidas quando necessárias.

A disciplina e a sanção, inclusive física, foi marca da educação tradicional por longo tempo, influência da educação jesuítica e, provavelmente, dos resquícios coloniais escravistas. Uma citação de Azevedo, referindo-se ao início do século XIX nos evidencia esse traço:

⁷ *Ratio Studiorum* significa Organização e Plano de Estudos.

⁸ FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas : o Ratio Studiorum*. Trad. e introd. Leonel Franca. Rio de Janeiro : Agir, 1952.

Em 1836, havia na cidade (São Paulo) apenas dois professores de primeiras letras, um da freguesia da Sé e outro na de Santa Ifigênia, (...) ambos partidários dos castigos corporais como meio de manter a disciplina. Numa representação dirigida à Câmara Municipal, pediam ‘a concessão de alguns castigos físicos em suas escolas a fim de melhor ensinarem e corrigirem os seus alunos, por isso que esses nenhum caso fazem dos castigos morais, mofando mesmo de seus mestres’⁹ ;

2) obediência a um *horário rigoroso*: os alunos estudam durante cinco horas por dia, através de exercícios fixados mediante repetição constante, até a exaustão (para isso, os mestres são auxiliados pelos melhores alunos, que, além de ajudar os mais novos, tomando-lhes a lição, servem de vigilantes anotando-lhes as faltas e recolhendo exercícios); emulação ou *estímulo à competição* entre os indivíduos e as classes; e pela *concessão de prêmios* reservados aos alunos que mais se destacaram;

3) o *conteúdo* do ensino exclusivamente *humanista* se baseia na leitura dos clássicos gregos e latinos adaptados aos interesses cristãos. Os cursos são divididos em Studia Inferiora (letras humanas, curso de três anos, constituído das classes de gramática, humanidades e retórica; filosofia e ciências, também de três anos, constam de lógica, introdução às ciências, cosmologia, psicologia, física, metafísica e filosofia moral); Studia Superiora (teologia e ciências sagradas, curso de quatro anos, visando à formação religiosa).

A educação jesuítica, nesse sentido, se não contribuiu para o desenvolvimento do pensamento crítico, restringindo-se à erudição e retórica (excessivamente conservadora ignorava as polêmicas do pensamento moderno, as disputas entre racionalistas e empiristas e as novas descobertas científicas de Galileu e Kepler), serviu, entretanto, aos mecanismos de formação e disciplinamento do homem moderno, através de suas técnicas de controle do corpo, conforme demonstrou Foucault.

O princípio do Panopticon (que significa “ver tudo”) citado por esse pesquisador como indicativo do processo iniciado na Idade Moderna, pelo qual se constituiu a sociedade disciplinar, baseada no controle e na vigilância, foi imaginado pelo jurista Jeremy Bentham. Esse princípio estava presente nas escolas jesuíticas, assim como permaneceu e ainda permanece, em certa medida, na arquitetura e administração escolar brasileira (também na fábrica, na prisão, no hospício, no hospital, no exército, na administração pública e privada). O mesmo consiste no seguinte:

na periferia, uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a parte interna do anel; a construção periférica é dividida

⁹ AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*; introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4 ed. Brasília : Ed. UnB, 1963. p. 24.

em celas , cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela do outro lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a cláridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia.(...) Em suma, o princípio da masmorra é invertido: (...) a luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha.¹⁰

O olhar exige uma despesa muito menor. Dispensa o uso de armas, violências físicas. Apenas um olhar é suficiente. Um olhar que cada um sentindo pesar sobre si constantemente acaba interiorizando, a ponto de vigiar a si mesmo. Uma vigilância e poder contínuo sobre e contra si e de custo irrisório. Era esse o olhar necessário para a normatização de uma sociedade que se instalava e precisava consolidar-se.

A obra de Pompéia, O Ateneu, embora se trate de um romance, apresenta o imaginário dos colégios brasileiros, no final do século passado, baseado no controle, na vigilância, na disciplina, na formação de uma determinada moral (como assinalava também Gramsci). Vejamos como esse romancista o descreve:

Durante o tempo de visita, não falou Aristarco senão das lutas, suores que lhe custava a mocidade e que não eram justamente apreciados. 'Um trabalho insano! Moderar, animar, corrigir esta massa de caracteres, onde começa a ferver o fermento das inclinações; encontrar e encaminhar a natureza na época dos violentos ímpetos; amordaçar excessivos ardores; retemperar o ânimo dos que se dão por vencidos precocemente; espreitar, adivinhar os temperamentos; prevenir a corrupção; desiludir as aparências sedutoras do mal; aproveitar os alvoroços do sangue para os nobres ensinamentos; prevenir a depravação dos inocentes; espiar os sítios obscuros; fiscalizar as amizades; desconfiar das hipocrisias; (...) punir para pedir perdão depois (...) .Um labor insano, titânico, que extenua a alma (...) Ah! meus amigos, concluiu ofegante, não é o espírito que me custa, não é o estudo dos rapazes a minha preocupação (...). É o caráter! (...) É a imoralidade!' Aristarco tinha para esta palavra uma entonação especial (...), terrível, que nunca mais esquece quem a ouviu dos seus lábios.(...)

'Ah! mas eu sou tremendo quando esta desgraça nos scandaliza. Não! estejam tranquilos os pais! No Ateneu, a imoralidade não existe! Velo pela candura das crianças (...). O Ateneu é um colégio moralizado! E eu aviso muito a tempo (...) Eu tenho um código (...)' Neste ponto, o diretor levantou-se de um salto e mostrou um grande quadro à parede. 'Aqui está o nosso código. Leiam! Todas as culpas são prevenidas, uma pena para cada hipótese.' O caso da imoralidade não está lá. (...) . 'Se a desgraça ocorre, a justiça é o meu terror e a lei é o meu arbítrio! Briguem depois os senhores pais!'

Afianço-lhes que o meu tremeu por mim. Eu, encolhido, fazia em

¹⁰ FOUCAULT. Vigiar e punir... , p. 177.

*superlativo a metáfora sabida das varas verdes.(...) (sem grifo no original).*¹¹

As técnicas disciplinares, sabemos, acabaram disseminando-se por toda a sociedade e perdurando nas várias instituições sociais. Com efeito, a educação religiosa em seus desdobramentos serviu aos imperativos do capitalismo, que exigia economia e aumento das forças de trabalho e redução das forças políticas, sobretudo com a consolidação da burguesia que se tornou reacionária e organizou-se de tal forma a uma permanente conservação e reestruturação do poder burguês, ao nível internacional.

Assim, numa economia latifundiária e escravocrata e numa sociedade que acabou sendo “aristocrática” (embora tendo sua produção voltada exclusivamente para o mercado e lucro), onde predominava política, social e culturalmente uma minoria de proprietários de terras e senhores de engenho sobre uma massa de escravos e agregados, a ação educativa da Companhia de Jesus foi favorecida por essas condições objetivas e a necessidade de sujeição econômica e política. Esta, tanto mais quanto, gradativamente, colocar-se em curso o desenvolvimento das relações capitalistas, sobretudo a partir de meados do século XIX e século XX. Conforme informa Foucault:

(...) a finalidade prescrita ao ensino primário será, entre outras coisas, ‘fortificar’, ‘desenvolver o corpo’, dispor a criança ‘para qualquer trabalho mecânico futuro’, dar-lhe ‘uma capacidade de visão rápida e global, uma mão firme, hábitos rápidos.’ As disciplinas funcionam cada vez mais como técnicas que fabricam indivíduos úteis.¹²

Dessa forma, no início da colonização, a educação parecia relegada a um segundo plano. Só a um limitado grupo de pessoas da classe dominante estava destinada a educação escolarizada, uma vez que, dessa minoria privilegiada, eram excluídos as mulheres e os filhos primogênitos. A esses últimos cabia a direção futura dos negócios da família, bastando-lhes alguns rudimentos escolares e a preparação para assumir os negócios. O conteúdo cultural, por outro lado, assentado no espírito da Contra-Reforma — caracterizando-se por formas dogmáticas de pensamento, pela reafirmação da autoridade, pelos exercícios intelectuais de memorização e de retórica, faltando-lhe o gosto pelas ciências e pelo pensamento crítico —, conciliava-se com a organização social da Colônia e com os interesses da população. Conforme explica Romanelli :

O ensino que os padre jesuítas ministravam era completamente alheio à realidade da vida da Colônia. Desinteressado, destinado a dar cultura geral básica,

¹¹ POMPÉIA, Raul. *O Ateneu*. São Paulo : Moderna, 1984, p. 27-29.

¹² FOUCAULT. *Vigiar e punir...*, p. 185.

sem a preocupação de qualificar para o trabalho, uniforme e neutro (do ponto de vista nacional, como quer Fernando Azevedo), não podia, por isso mesmo, contribuir para modificações estruturais na vida social e econômica do Brasil, na época. [Nem se desejava tanto!] Por outro lado, a instrução em si não representava grande coisa na construção da sociedade nascente [!]. As atividades de produção não exigiam preparo, quer do ponto de vista de sua administração, quer do ponto de vista da mão-de-obra. O ensino, assim, foi conservado à margem, sem utilidade prática visível para uma economia fundada na agricultura rudimentar e no trabalho escravo. Podia, portanto, servir tão-somente à ilustração de alguns espíritos ociosos que, sem serem diretamente destinados à administração da unidade produtiva, embora sustentados por ela, podiam dar-se ao luxo de se cultivarem [!]. Evidentemente a esse tipo de desocupados sociais, cujo destino não estava associado a uma atividade manual — esta reservada aos cativos e, portanto, estigmatizada — ou mesmo profissional definida, só podia interessar uma educação cujo objetivo precípua fosse cultivar ‘as coisas do espírito’, isto é, uma educação literária, humanista, capaz de dar brilho à inteligência. A esse tipo de indivíduos cabia bem a educação jesuítica.¹³

Contudo, como já vimos anteriormente, a educação jesuítica embora não fosse destinada explicitamente para a formação do trabalhador, enquanto preparação de mão-de-obra no estágio de desenvolvimento técnico em que esta se encontrava, constituía-se num importante instrumento de dominação e sujeição política tanto dos nativos, quanto dos escravos importados, ou até mesmo dos portugueses que para cá se transportaram e tornaram-se colonos, cujos interesses muitas vezes conflitavam com aqueles da Coroa. Vale reafirmar que a disciplina cristã prestava-se muito bem aos interesses metropolitanos e da administração da colônia desde o início — cujo fim último era a extração intensiva de lucro.

Assim, a catequese, que em princípio parecia o objetivo principal da presença religiosa na Colônia, gradativamente, cede espaço à educação da elite. Os padres ministravam, de início, educação elementar para a população indígena e branca (exceto às mulheres); educação média para os homens da classe dominante, parte da qual se preparava, posteriormente, para o sacerdócio; e educação religiosa superior, exclusivamente, para este segmento. Parte da elite que não seguia a carreira eclesiástica encaminhava-se, principalmente, à Universidade de Coimbra para de lá voltar letrada. Com essa característica, a educação brasileira sobreviveu à expulsão dos jesuítas, a todo o período colonial, imperial e atravessou o período republicano,

(...) sem ter sofrido, em suas bases, qualquer modificação estrutural, mesmo quando a demanda social de educação começou a aumentar, atingindo as camadas mais baixas da população e obrigando a sociedade a ampliar sua oferta escolar. Era natural que assim fosse, porque esse tipo de educação veio a transformar-se no símbolo da própria classe, distintivo desta, fim, portanto almejado por todo aquele que almejava

¹³ ROMANELLI. op. cit. , p. 34.

A educação passou mesmo a servir de instrumento para a ascensão social, conforme relata Azevedo:

(...) já não era somente pela propriedade da terra e pelo número de escravos que se media a importância ou se avaliava a situação social dos colonos: os graus de bacharel e os de mestre em artes (dados pelos colégios) passaram a exercer o papel de escada ou de ascensor, na hierarquia social da Colônia, onde se constituiu uma pequena aristocracia de letrados, futuros teólogos, padres, mestres, juizes e magistrados.¹⁵

Todavia, se essa educação elitizada não preparava diretamente para o trabalho, ela era a base da *classificação*, da codificação e hierarquização, ou seja, da definição do posicionamento do indivíduo no grupo social, servindo dessa forma a outros interesses do sistema capitalista, que dizem respeito especialmente à organização de uma sociedade estratificada, onde o poder e o saber são produzidos nas correlações de forças. Interessava à sociedade capitalista que se estruturava a organização de uma classe distintiva pelo seu saber e pelo seu poder — a burguesia (representada na fase colonial pelas “oligarquias” rurais e, mais tarde, por outros segmentos da classe burguesa, conforme já vimos no capítulo 3) —, e o disciplinamento também da outra classe submetida em suas forças e em seu potencial político — a classe trabalhadora (numa primeira fase representada pela escravidão e, posteriormente, pelo assalariamento).

Sobretudo a partir do final do século XIX, o país viu surgir uma estratificação social mais complexa que a predominante no período colonial. A mineração, se não fez surgir, acentuou a presença de uma camada intermediária, especialmente na zona urbana, dedicada ao artesanato, ao pequeno comércio, à burocracia. Essa nova classe passou a ter uma participação política ativa, principalmente no período da Regência.

O comércio interno foi um fator importante na ascensão dessa pequena burguesia, tendo essa classe intermediária representado um papel significativo na evolução política do Brasil monárquico e nas transformações pelas quais passou o regime no final do século — a abolição e a república. Isso deveu-se, em parte, ao instrumento de que dispôs para afirmar-se como classe : a educação escolarizada, que a distinguiu, a “classificava” no interior da estrutura social¹⁶. Contudo, a educação pode ter contribuído para o domínio de um saber constituidor da organicidade dessa classe, distinguindo-a; porém, sua importância política ocorre paralela à relevância das novas funções que ocupa nas emergentes

¹⁴ Ibid. , p. 35-36.

¹⁵ AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira*. 3. ed. São Paulo : Melhoramentos, 1953. v. II, p. 31.

¹⁶ ROMANELLI. *op. cit.* , p.37.

estruturas da sociedade.

Assim, a demanda escolar, após a independência, diversificava-se com o ingresso dessa camada intermediária, que procurava a escola como meio de ascensão social. Entretanto, são suas relações de dependência com a classe dominante que, para Romanelli, nos indicarão a característica principal no ensino brasileiro — elitizado —, na época e posteriormente. Como o trabalho era estigmatizado — função própria dos escravos —, o ócio era distintivo de classe. Logo, a camada intermediária iria ligar-se à camada superior, de quem dependeria para obter as funções burocráticas, administrativas e intelectuais que ocupava. E seu instrumento de ascensão seria a escolarização.

Fato interessante é que, se por um lado, a pequena burguesia ligou-se à classe dominante — a “oligarquia” (ou burguesia agrária), da qual dependia, por outro, pela sua característica de classe burguesa vinculou-se às idéias liberais. Essa, segundo Sodré,¹⁷ é a maior contradição que viveu a classe emergente e seria ela que causaria a ruptura das duas categorias, predominando os ideais burgueses sobre a ideologia colonial ou agrária, o que se concretiza primeiro com a abolição da escravatura e da proclamação da república e, mais tarde com a implantação do capitalismo industrial.

É bom lembrar, contudo, o que já discutimos no capítulo 3. A própria “oligarquia”, pela natureza de suas atividades, vinculadas ao capital comercial, defendia também um ideário liberal-burguês (ou pelo menos algumas de suas parcelas), não lhe sendo totalmente indiferente, no final das contas, a emancipação, a abolição, a república e o desenvolvimento do capitalismo. Essa teria sido a razão pela qual, provavelmente, esses fatos histórico-políticos transcorreram no Brasil em “relativa” tranquilidade, não predominando atos de violência.

A emancipação política não modificou a situação do ensino no país, pelo menos não de imediato. A independência pode ser considerada simples transferência de poderes dentro de uma mesma classe, entregando a “direção da nova ação aos proprietários de terras, de engenhos e aos letrados.”¹⁸ O papel dos letrados é significativo na nova ordem, uma vez que eles são os ocupantes dos cargos e funções administrativas e políticas. Aliás, a importância da educação na Monarquia estava exatamente em preencher o quadro geral da administração e da política, sobretudo com os alunos oriundos das novas Faculdades de Direito — uma em São Paulo e outra em Recife, fundadas em 1827—,¹⁹ ou seja, preparar a elite administradora dos negócios públicos.

¹⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1970.

¹⁸ COSTA, citado por ROMANELLI. op. cit., p. 39.

¹⁹ ROMANELLI. Ibid.

4.1.3. A “arte” de administrar para a disciplina e a classificação

Procuramos, no início desse capítulo, mostrar, ainda que precariamente nos limites desse trabalho, de que forma a educação brasileira, originária da educação cristã, como de resto na maior parte do Ocidente, serviu aos mecanismos de disciplinamento da sociedade que se implantava, normalizando-a e homogeneizando-a em seu conjunto para o aumento das forças econômicas e sujeição das forças políticas, enquanto forma de reprodução do poder burguês e capitalista.

Tentaremos, a partir deste momento, mostrar que o discurso sobre a educação e a prática educativa, no Brasil, representado principalmente pelas políticas educacionais, traduzidas na legislação sobre a educação, nas mensagens dos governadores paranaenses e em alguns outros documentos oficiais, significaram não apenas uma forma de controle e disciplinamento das populações — a forma assumida pela governamentalidade para a normalização da sociedade, controlando a oferta e a demanda por educação e o tipo de oferta —, como serviram a outros interesses capitalistas, dada à natureza do capitalismo brasileiro, normalizando e classificando os indivíduos, de acordo com a estratificação social exigida.

As relações de poder que produziram as normas disciplinadoras da sociedade, expressas de forma sintetizada e terminal nas leis, organizaram um tipo de educação no país que favoreceu mais aos seus interesses de desenvolvimento específico, inserido na divisão internacional de trabalho, como fornecedor de matérias-primas e de força de trabalho, portanto, de produtor a baixo custo, contribuindo seja para a acumulação interna, seja para a acumulação do capital internacional.

O material que analisaremos será, portanto, a legislação educacional, os relatórios e mensagens dos governadores paranaenses, além de outros documentos elaborados na prática política da educação, em busca dos aspectos que refletem essas correlações de forças, no período que vai de 1930 a 1970, abordando com mais cuidado o caso da educação no Paraná, mas retornando ao final do século XIX, quando se faz necessário para compreensão do período mais

recente. Nesse material tentamos detectar algum sinal de ruptura, por mínimo que fosse, na formação discursiva estudada.

Nossas hipóteses são as seguintes: 1) as correlações de força demonstram que as lutas privilegiaram os interesses burgueses, no sentido de uma oferta quantitativa controlada e qualitativamente “adaptada” aos interesses do desenvolvimento da sociedade capitalista e industrial; 2) as rupturas havidas não foram significativas ao ponto de produzir uma mudança no regime de poder e de saber : a ruptura da pedagogia tradicional cristã para a pedagogia moderna foi muito mais de melhor especificação dos conteúdos do que de forma, contudo em doses homeopáticas. Enquanto a forma permaneceu quase inalterada, o conteúdo, apesar de ter alterado qualitativamente em relação à educação cristã — valorizando as ciências, as artes e ofícios, difundiu esses ensinamentos de forma parcimoniosa, coerente com um modelo econômico que não exigia um desenvolvimento tecnológico autônomo. Dessa forma, mais que um ensino técnico privilegiou-se um ensino acadêmico; na economia local, a ruptura no período analisado, é mais de adequação ao nível de desenvolvimento do mesmo regime de poder; 3) trabalho e cidadania estiveram sempre presentes no discurso pedagógico, ambos, porém, nos termos do liberalismo burguês, ou seja, disciplinando as classes populares para o trabalho, através de um mínimo de educação e uma oferta reduzida nas áreas efetivamente técnicas e de produção científica e preparando para a cidadania por meio de discurso prática democrático-burguesa, isto é, formando para uma atuação política nos limites estreitos da democracia parlamentar.

Para facilitar a análise do período estudado e demonstrar como se evidenciaram as relações de poder em jogo, dividiremos o período em duas fases, como já explicitado acima : a primeira, do final do século XIX a 1930, tratada neste tópico, marcando uma etapa tradicional, que passa pelo período imperial e primeiras décadas da república, onde uma educação elitizada serviu mais aos interesses de “classificação” social, quando, na fase inicial, o desenvolvimento econômico urbano-industrial já exigia a disciplinarização para o trabalho. Analisaremos, para isso, as Constituições de 1824, 1891 e 1930, evidenciando a “arte” de administrar a educação para a classificação e a disciplinarização dos indivíduos.

A segunda, que no plano nacional poderia ser de 1930 a 1970, traz uma primeira “ruptura” dentro da evolução do capitalismo, no país, quando a burguesia inicia seu processo de consolidação, encaminhando com o “novo” Governo, pós-revolução de trinta, uma política econômica e social para tirá-la da crise. O elemento novo é especialmente social, em decorrência do crescimento populacional e da urbanização. Além das Constituições de 1930, 1937, 1946 e 1967 estudaremos alguma parcela da legislação educacional e outros documentos educacionais do período. Aqui poderia ser analisada, ainda, a lei 5692, promulgada em 1971 e precedida pelos debates em torno do projeto de Lei de

Diretrizes e Bases — LDB, logo após a promulgação da lei 4024, a qual marca definitivamente o compromisso político do poder econômico do país com a industrialização e o desenvolvimento tecnológico. Esta fase é a que chamaríamos “arte” de administrar para a racionalização e a industrialização.

Uma terceira fase poderia ir da década de 1980 até os nossos dias. Iniciaria com os debates para a redemocratização do país, após a crise do governo autoritário, acompanhando as propostas dos governos estaduais “democráticos”, sua influência sobre a Constituição de 1988 e o novo projeto da LDB. Essa, entretanto, é uma tarefa espinhosa para um pesquisador que participou, de certa forma, desses movimentos. Por isso, fica para um trabalho posterior. No momento, gostaríamos de destacar apenas a “nova” inflexão que nos parece marcar o discurso sobre a prática educativa, nessa etapa.

Vale frisar que tal divisão é apenas didática e metodológica, para facilitar a análise, uma vez que, do ponto de vista dos fundamentos que norteiam todo esse período, a diferença é pouco significativa. Mais que grandes rupturas, podemos falar em continuidades no discurso sobre a educação e, quando muito, apenas pequenas inflexões no rumo do discurso desenvolvido — o que se vive do final do século XIX, especialmente a partir das primeiras décadas do século XX, no Brasil, é um processo de consolidação do regime burguês e capitalista, ou seja, é o processo revolucionário democrático-burguês em curso, como vimos anteriormente. O desenvolvimento educacional, portanto, serve aos pressupostos desse regime de poder — distribuindo e controlando o saber de forma adequada à natureza do desenvolvimento econômico e político e ao papel ocupado pelo país na divisão internacional do trabalho, como já afirmamos.

No caso específico do Paraná, entretanto, como já explicamos anteriormente, deveremos realizar uma periodização diferente, abordando o processo de desenvolvimento local em dois tempos : de 1930 a 1960 e as décadas de 1960 e 1970. O processo de industrialização na economia paranaense só começa a concretizar-se como política de planejamento objetivada para tal, a partir da década de sessenta, com Ney Braga e depois Paulo Pimentel, conforme estudos realizados pelo IPARDES¹. Esse estudo periodiza a história do Paraná, englobando as décadas de quarenta a sessenta, com Moisés Lupion (duas gestões) e com Bento Munhoz da Rocha Netto, os quais enfatizaram a colonização e o povoamento do território paranaense para o seu desenvolvimento (o objetivo imediato desse desenvolvimento nos indicará sobre a natureza dos fenômenos); e as décadas de sessenta e setenta, com Ney Braga e Paulo Pimentel, que estimularam essencialmente o processo de industrialização no Estado.

¹ IPARDES. Fundação Edison Vieira. **O Paraná reinventado : política e governo**. Curitiba, 1989.

A periodização tradicional brasileira — antes e após trinta — considera que os fundamentos da transformação social brasileira, que geraram a revolução burguesa foram assentados de forma mais definitiva, especialmente, a partir das primeiras décadas do presente século, ao nível nacional, estando, como já vimos anteriormente com Weffort, nas regiões e pontos mais avançados a orientação geral do curso da história. Se a fase de colonização e povoamento locais precede a de industrialização, não correspondendo exatamente ao mesmo período em que esses processos ocorreram ao nível nacional, isto se dá pelas mesmas razões da característica da relação nacional/internacional, ou seja, pela forma e tempo em que o Estado se insere na divisão social do trabalho, em “heterocronia” com o desenvolvimento do país, dadas às diferenças no desenvolvimento das regiões e o modo como elas se integraram naquela divisão social. Entretanto, tanto uma quanto outra fase estudada, pelas mesmas razões indicadas por Weffort, resguardando o estágio de desenvolvimento local, orientam-se para um mesmo objetivo — a racionalização da economia e, conseqüentemente, das forças de trabalho.

Vejamos, a partir de agora, como as correlações de força são indicadas nas Constituições Brasileiras, no que se refere à educação. Se na Constituição de 1824 já se fazia presente uma preocupação com o ensino e com a sua gratuidade, esse interesse, embora se estabelecendo num contexto aristocrático, já se orientava por princípios do liberalismo burguês. Indicava, com efeito, a lacuna educacional presente na história daquela fase e as necessidades de disciplinamento e, sobretudo, de distinção e de classificação da população brasileira de então.

A educação aparecia em apenas dois parágrafos, no título que trata *"Das disposições gerais e garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros"*, título que por si só anunciava a influência liberal da Constituição. O conteúdo desses parágrafos apontava já para os interesses econômicos e políticos : a homogeneização e disciplinamento pela educação, expressa na gratuidade do ensino primário a *todos* os cidadãos (vale repisar — *todos* ao nível do liberalismo formal); e a orientação capitalista traduzida no *estudo das ciências e das artes*. “Artes e ofícios”, ou seja, a preparação para o trabalho. Esses dois princípios — gratuidade e formação profissional (se considerado esse último em sua concepção de preparação técnico-científica especializada, dentro da concepção gramsciana recuperada de Marx e Lênin) —, entretanto, são pouco concretizados, ficando mais no plano do discurso (liberal) do que da prática efetiva.

É interessante lembrar que nesse momento histórico ainda se vive uma agricultura comercial fundada no latifúndio e na exploração de escravos. Por que razão haveria de se educar “todos” os brasileiros? Quem eram afinal os “cidadãos”, senão apenas uma minoria privilegiada? Logo, a prática educativa era destinada quase exclusivamente a uma elite da população.

31) A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos.

32) Colégios e universidades, onde serão ensinados os elementos das ciências, belas-artes e artes.²

Por outro lado, a Constituição de 1891, filha de um tempo já voltado à civilização urbana e industrial, especialmente no plano internacional, dá os primeiros passos para o encaminhamento da prática educacional dirigida à secularização da sociedade, o que interessava contraditoriamente ao regime que se implantava — uma república federativa, democrática e capitalista, embora desenvolvida de forma parcimoniosa e controlada.

Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.³

A educação imperial e a dos primeiros tempos da república revestiram-se, na realidade, de um caráter aristocrático e classificatório, como vimos anteriormente, sendo distintivas de determinadas classes sociais — a burguesia de início, e, após 1870, com o surto industrial e urbano, a classe intermediária, que busca a escola como forma de ascensão social. É a educação que preencherá os quadros administrativos, burocráticos e políticos. Fernando de Azevedo descreve bem o tipo de educação e de sociedade dessa época:

Essa educação de tipo aristocrático, destinada antes à preparação de uma elite do que à educação do povo, desenvolveu-se no Império, seguindo, sem desvio sensível, as linhas de sua evolução, fortemente marcadas pelas tradições intelectuais do país, pelo regime de economia patriarcal e pelo *ideal correspondente de homem e cidadão*. O tipo de cultura a que se propunha servir não se explica apenas pela tradição colonial, de fundo europeu, que de certo modo o preparou, mas se liga estreitamente às formas e aos quadros da estrutura social que persistiram por todo o Império.

De fato, com a mudança do estado político, de colônia para nação, e com a fundação, em 1822, da monarquia constitucional, não se operou modificação na estrutura da sociedade, que se manteve como na Colônia, organizada sobre a economia agrícola e patriarcal, de base escravocrata, desde os engenhos de açúcar no Norte, até as fazendas de café no Sul, já pelos meados do século XIX, em pleno desenvolvimento.

Nesse regime de educação doméstica e escolar, próprio para fabricar uma cultura antidemocrática, de privilegiados, a distância social entre os adultos e as crianças, o rigor da autoridade, a ausência da colaboração da mulher, a grande diferença na educação dos dois sexos e o predomínio quase absoluto das atividades puramente intelectuais sobre as de base manual e mecânica mostram em que medida

² ALMEIDA, Fernando H. Mendes de. *Constituições do Brasil*. 5 ed. São Paulo : Saraiva, 1967. p 43.

³ Ibid. p.132.

influiu na evolução de nosso tipo educacional a civilização baseada na escravidão.(...) A escravatura que desonrou o trabalho nas suas formas rudes, enobreceu o ócio e estimulou o parasitismo, contribuiu para acentuar, entre nós, a repulsa pelas atividades manuais e mecânicas, e fazer-nos considerar como profissões vis as artes e os ofícios. Segundo a opinião corrente, ‘trabalhar, submeter-se a uma regra qualquer era coisa de escravos’.

Nessa sociedade, de economia baseada no latifúndio e na escravidão, e à qual, por isso, não interessava a educação popular, era para os ginásios e as escolas superiores, que afluíam os rapazes do tempo com possibilidades de fazer os estudos. As atividades públicas, administrativas e políticas, postas em grande realce pela vida da corte e pelo regime parlamentar, e os títulos concedidos pelo Imperador contribuíam ainda mais para valorizar o letrado, o bacharel e o doutor, constituindo, com as profissões liberais, o principal consumidor das elites intelectuais forjadas nas escolas superiores do país.

Esse contraste entre a quase ausência de educação popular e o desenvolvimento de formação de elites tinha de forçosamente fortalecer, como fortaleceu, uma enorme desigualdade entre a cultura da classe dirigida, de nível extremamente baixo, e a da classe dirigente, elevando sobre uma grande massa de analfabetos, — ‘a nebulosa humana desprendida do colonato’ — uma pequena elite em que figuravam homens de cultura requintada e que, segundo ainda, em 1890, observava Max Leclerc, não destoaria entre as elites das mais cultas sociedades européias.⁴

Com efeito, dados sobre o analfabetismo, já no início do século, demonstram que a gratuidade de ensino realmente limitou-se ao aspecto jurídico e ao campo dos direitos — ou seja, ao quadro restrito da democracia liberal-burguesa. Segundo Lourenço Filho, em 1900, o percentual de analfabetos (de 15 anos e mais), no Brasil, era de 65,3%.⁵ Por outro lado, segundo um relatório de 1867, apenas 10% da população em idade escolar se achava matriculada nas escolas primárias.⁶

De modo geral, podemos dizer que a educação nessa fase carece de uma política nacional e de planejamento. As mudanças tendem a atender aos problemas imediatos. O dualismo registrado pela política de centralização do ensino superior na esfera federal e do ensino primário e secundário nas províncias é o traço mais característico, reforçando o caráter elitista e aristocrático, na medida em que as poucas mudanças privilegiam o ensino superior, permanecendo os demais níveis ao acaso, consequência do Ato Adicional à Constituinte de 1834 — Lei de 12\08\1834.

⁴ AZEVEDO. op. cit. , p.572-574.

⁵ LOURENÇO FILHO, M.B . Redução das taxas de analfabetismo no Brasil entre 1900 e 1960: descrição e análise. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro : 100: 25-272, out.\dez., 1965.

⁶ ARANHA, op. cit. , p. 193.

⁷ AZEVEDO. op. cit., p. 568.

Segundo Azevedo, a educação se arrastaria através do século XIX, “inorganizada, anárquica e desagregada. Entre o ensino primário e o secundário não há pontes ou articulações : são dois mundos que se orientam, cada um na sua direção.”⁷ O ensino primário, em geral, é ministrado por preceptores, uma vez que não há exigência de conclusão do mesmo para ingressar nos outros níveis. O ensino secundário é meramente propedêutico, de preparação para o ensino superior, não havendo um currículo próprio. A precariedade na formação dos professores leva à criação das primeiras escolas normais, no Rio de Janeiro em 1835 ; na Bahia em 1836, no Ceará em 1845 e em São Paulo em 1846, as quais oferecem apenas dois anos de curso e atendem uma demanda reduzidíssima. Conforme Azevedo :

Em 1846 é criada (...) a primeira escola normal de São Paulo, destinada somente a homens, e com um único professor, Manoel José Chaves, catedrático de filosofia e moral no curso anexo à Faculdade de Direito; essa escola (...) foi suprimida em 1867, tendo formado cerca de 40 professores em perto de 20 anos ...⁸

No Paraná, a primeira escola normal foi criada em Curitiba em 1876, só sendo fundada a segunda, em Ponta Grossa, em 1924.⁹

A precariedade está presente também no ensino técnico. Em 1865 são fundados os primeiros colégios profissionalizantes : o Liceu de Artes e Ofícios no Rio de Janeiro, algumas escolas de comércio e outras de agricultura, mas nenhuma industrial, que, ainda segundo Azevedo, também não prosperaram devido “à mentalidade dominante (...) que se opunha ou se mostrava indiferente a todo o esforço para orientar o ensino geral no sentido das condições sociais e econômicas ou com fins mais práticos e utilitários.”¹⁰

Se durante o Império, a inconsistência e o desinteresse perduraram na ação governamental, dando-se os primeiros indícios de uma mudança, somente no último quarto de século, com alguns acontecimentos importantes (surto urbano-industrial, fortalecimento de uma classe burguesa urbana, a política imigratória, a abolição da escravidão, com a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, e a proclamação da República), a fase republicana impulsionada por essas reformas começa a dar sinais de uma alteração, senão em termos qualitativos, como veremos, no plano quantitativo. A positividade do poder, com o crescimento das populações urbanas, orienta-se para uma política de atendimento maior à demanda de ensino, embora não correspondendo completamente às

8 Ibid. , p. 574.

9 PARANÁ. Governo do Estado. Secretaria de Educação e Cultura. Serviço do Ensino Normal. Relatório do 2º Semestre. Curitiba, 1958, p. 20.

10 Ibid. , p. 575.

“novas” necessidades geradas pelas mudanças estruturais da sociedade.

Segundo Romanelli, os fatores atuantes na organização e evolução do ensino brasileiro até a década de vinte — o sistema econômico, a herança cultural européia e o sistema de poder — permaneceram integrados na formação de um complexo sócio-econômico-político-cultural que orientou a oferta da educação brasileira então às exigências da sociedade. Uma vez que a economia não exigia à escola uma demanda específica de recursos humanos tecnicamente preparados; que a herança cultural fora gerada no seio de modelos europeus (tanto quanto o sistema econômico centrado na produção para o mercado, segundo interesses prioritamente internacionais); que a estratificação social — dual — destinara à escola apenas uma parcela da aristocracia ociosa; que essa demanda social da educação, mesmo quando envolveu os estratos médios, procurou simplesmente um *status*, sendo alimentado o desprezo e o preconceito com relação ao trabalho manual; uma vez, enfim, que todos esses aspectos se integram, é possível concluirmos que a educação brasileira, originária da ação pedagógica jesuítica, correspondia não às necessidades imediatas, mas às necessidades latentes da sociedade à época : hierarquizar, classificar, acentuar os signos de distinção de classe numa sociedade essencialmente dual.

A função social da educação, naquele período, mais do que qualquer outra coisa, consistia em preparar os quadros da administração pública, formar os estratos superiores do regime, para os quais destinava-se a arte de governar mais do que a quaisquer outros segmentos. Às classes populares bastava uma escola elementar precária e insuficiente para iniciar o processo de disciplinamento para o trabalho assalariado, que apenas começava a se instaurar nessa fase.

Com a crise nas formas de produção no campo e seus corolários — a intensificação do processo de urbanização e de industrialização —, surgem já na Primeira República os indícios de desequilíbrio desse regime. Como diz Foucault, a acumulação de população gera uma nova forma de governar. No que se refere à demanda social da educação, esse processo acaba por afetar a estreita oferta educacional, produzindo um aumento na sua procura, introduzindo cada vez mais os estratos médios e populares. No que se refere às mudanças estruturais, a transição de um modelo econômico agro-exportador para outro, urbano-industrial, também afeta o equilíbrio dos fatores intervenientes na demanda educacional ao apresentar novas necessidades para a força de trabalho com o incremento que se fazia no comércio, indústria e prestação de serviços. Novas exigências são, portanto, colocadas à escola, o que se acentua, especialmente após 1930.

O crescimento acelerado pela demanda da educação e o aumento das exigências para uma força de trabalho adequada ao novo modelo econômico criam as condições para a ruptura, que obedece ao jogo de forças que mantém o sistema de poder. Jogo que, por sua vez, orienta-se pelas regras do sistema capitalista, seu ritmo de desenvolvimento e a modalidade que ele assume neste país.

Romanelli, ao estudar essa questão, considera que os aspectos apresentados pela crise educacional foram de duas espécies : “de ordem quantitativa, representados pela pequena oferta, pelo baixo rendimento e pela discriminação social [esse último operado principalmente pelo dualismo — escola acadêmica para a elite e escola profissional para as camadas mais baixas —]; e de ordem estrutural, representados pela expansão de um tipo de ensino que já não correspondia às novas necessidades criadas com a expansão econômica e estratificação social mais diversificada.”¹¹

De fato, o desequilíbrio entre a oferta e a procura foi uma variável constante no processo educacional brasileiro, permanecendo em certa medida até hoje, se se considerar a educação média e superior, tendo um caráter seletivo. Porém, acreditar que o ensino não correspondia em nada às necessidades criadas pelas mudanças estruturais é negar as correlações de forças que efetivamente dominaram o desenvolvimento econômico neste país. É sobretudo essa última questão que procuraremos debater ao analisar a fase seguinte da governamentalidade na educação brasileira.

¹¹ ROMANELLI. op. cit. , p.46.

4. 2. A formação discursiva no Paraná : sociedade e educação

A revolução social brasileira, como vimos, constituiu-se num processo de mudanças que vinham se operando desde o final do século passado, expressando-se em crises de desenvolvimento que começam a se fazer sentir de forma mais acentuada a partir da década de vinte. O que se convencionou chamar revolução de trinta, na verdade, é o ponto alto da ruptura que passou por uma série de movimentos armados e rebeliões, que vêm desde 1920 a 1930 e prolongam um processo que se estende até o golpe de 1964 (ou até hoje, na medida em que o desenvolvimento capitalista brasileiro ainda não alcançou o nível dos países mais avançados, embora em data recente já coexistam empresas internacionais e grandes empresas nacionais). Esse longo processo revolucionário representou e representa nada mais nada menos do que a revolução burguesa brasileira em curso, cuja finalidade foi o rompimento com a velha ordem social agro-oligárquica e a inauguração de uma civilização moderna urbano-industrial.

Através desse longo processo revolucionário deu-se um reajustamento constante dos novos setores da sociedade com o setor tradicional, do ponto de vista interno, e, desses dois, com o setor internacional, do ponto de vista externo. Já vimos, anteriormente, a forma como se deu o desenvolvimento brasileiro, suportado e inserido sempre no processo de desenvolvimento capitalista internacional. Se no período colonial e imperial não foi possível desenvolver uma indústria, isso não ocorreu tanto pela ausência de interesse local como pela necessidade de subordinação aos interesses do capitalismo internacional, avessos aos interesses internos. E, quando a industrialização foi possível, mais uma vez, a oportunidade só surgiu em decorrência daquele sistema, ou melhor, da conjugação da crise econômico-política interna e da grande crise mundial. A saturação do mercado mundial, acarretando queda nas exportações de café e, ao mesmo tempo, redução na entrada de capitais, resulta numa limitação em nossa capacidade de importar, seja pela redução das exportações, seja pela diminuição das reservas causada pela retirada dos capitais externos.

De acordo com Sodré e Furtado¹, o Brasil, que suportava os efeitos da crise mundial, transferida pelos países mais avançados, conseguiu emergir dela em face de dois fatores importantes: a acumulação primitiva de capital e a ampliação crescente do mercado interno, o que facilitou o desenvolvimento industrial, com a aplicação dos excedentes econômicos, sobretudo da economia cafeeira.

A crise brasileira, nas primeiras décadas do século, portanto, delineou-se como uma necessidade de reajuste do aparelho do Estado às novas necessidades políticas e econômicas, ou seja, a de substituir a estrutura de poder político que contribuíra para criar e manter a crise econômica. A sua superação, como vimos, foi possível graças a uma coalizão precária das várias forças — parte da burguesia tradicional, isto é, a “oligarquia” descontente com as políticas de governo, a burguesia industrial emergente, os setores médios e populares. E foi essa precariedade, representada por forças tão divergentes, que promoveu a instabilidade, no período de 1930 a 1945, com Vargas à frente, enfrentando um período mais difícil, de 1930 a 1937, e uma ditadura, de 1937 a 1945.

A política de compromissos, para usar a expressão de Weffort, provocou uma duplicidade na ação governamental de Vargas, cuja administração foi marcada pela dubiedade enquanto ele não se sentiu realmente apoiado pelas forças armadas. Essa atitude radicalizou as posições revolucionárias tanto de esquerda (em 1935) quanto de direita (em 1937), o que forneceu os motivos esperados pelo governo para a instalação do Estado Novo. Nesse governo ditatorial, o liberalismo econômico é substituído pelo intervencionismo estatal na economia, orientando a política para a industrialização. É bom lembrarmos que já vivíamos, na esfera internacional, a era do capital monopólico, intervencionista e racionalizado. Na Europa, a reação burguesa dominava através de regimes políticos autoritários e de uma política econômica estatal intervencionista. Segundo Sodré ², foi da aliança da burguesia com o latifúndio e o imperialismo que surgiu o Estado Novo. Para Warren Dean “os fazendeiros não sofreram a derrota ideológica e política da classe média, mas encontraram o Governo menos interessado em manter-lhes os privilégios e mais preocupado em aumentar-lhes a produtividade”³.

Até 1945, Vargas representou os interesses da burguesia industrial, impulsionando o desenvolvimento econômico, através do intervencionismo estatal, assumindo principalmente a responsabilidade da implantação das

¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*, p. 286 e FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. cap. XXXI.

² SODRÉ. *História da burguesia ...*

³ DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. Trad. Octávio Mendes Cajado. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1971, p.224.

indústrias de base e da infra-estrutura (como vimos no primeiro capítulo — Usina de Volta Redonda, Conselho Nacional de Petróleo e Petrobrás, Departamento Nacional de Estrada e Rodagem, Departamento Nacional de Trabalhos Contra a Seca, Companhia de Navegação Costeira —; criação de órgãos de proteção do setor primário — Conselho Nacional do Café, Instituto de Açúcar e do Alcool, do Pinho, do Mate e do Sal), elaborando, ainda, a legislação trabalhista e de previdência, de acordo com os interesses capitalistas; e uma nova estrutura político-partidária, definindo o campo da participação política — a democracia parlamentar.

Seu sucessor, Dutra, fez uma tentativa, sem sucesso, de retorno à política antiga. Orientando-se pela ausência de proteção cambial levou a burguesia industrial, aliada às classes populares, a dar seu apoio ao retorno de Vargas, em 1950, o que se dá em pleno debate pela nacionalização do petróleo e, em 1953, é criada a Petrobrás. Essa campanha e mais a lei de remessa de lucros e a tendência acentuadamente nacionalista desse governante, segundo alguns historiadores, custaram-lhe a vida.

É interessante retomarmos os estudos realizados no segundo e terceiro capítulos deste trabalho: a orientação “nacionalista” e “desenvolvimentista” passa pelos fundamentos de uma determinada concepção de revolução social para os países não desenvolvidos do ponto de vista do capitalismo — a revolução democrático-burguesa —, a qual traduzia a orientação das esquerdas para a via revolucionária possível nas condições brasileiras, sob a inspiração leninista, já na fase do imperialismo. Se o conceito de nação, expresso na ideologia nacionalista, parecia anacrônico — tal conceito cabia muito bem no estágio de formação dos Estados modernos europeus —, o momento vivido pelo Brasil, a partir das primeiras décadas deste século e, especialmente, no pós-guerra, assemelhava-se na necessidade de concentração de poder e de interesses com aqueles, para a consolidação das relações capitalistas e do industrialismo. A heterocronia do desenvolvimento nacional, que se traduz na formação de um Estado moderno em paralelo com o imperialismo internacional (se não bastassem as próprias determinações desse regime universalizado, colaborando para a sua permanente reprodução) e o tipo de desenvolvimento gerado em articulação com o capitalismo internacional contribuiu para uma determinada tática revolucionária — a revolução gradual, lenta e “pacífica”, pela ação intervencionista do Estado, para alcançar o desenvolvimento das forças produtivas.

Os debates entre as forças nacionalistas — pretensamente interessadas num projeto próprio de desenvolvimento, dentro daquela concepção revolucionária, pelo menos das suas partes mais politizadas — e aquelas que tinham compromisso com o capital internacional foram a marca do período que se seguiu à posse de Kubitschek, tendo vencido essa última ala política. Kubitschek desenvolve uma política desenvolvimentista, acentuando a implantação da indústria pesada, mas incentivando, também, a entrada de capital internacional,

com a implantação das multinacionais, dentro da nova ordem do imperialismo internacional, como já visto. Segundo vários historiadores, nesse governo acentuaram-se as contradições do desenvolvimento brasileiro.

Tendo uma vida breve, o governo seguinte, de Quadros, teve o traço do personalismo e de um certo descompromisso, culminando com a renúncia. O Vice-Presidente que o sucedeu, herdeiro político de Vargas, herdou-lhe também as indecisões do início de seu governo, oscilando entre as pressões de esquerda e de direita. A radicalização de esquerda teve seu ponto mais alto nesse governo, mas, como vimos anteriormente, os equívocos, incompetências e indecisões da esquerda brasileira não lhe permitiram organizar um movimento ideologicamente coerente. Sua ambigüidade de atuação e, mais uma vez, a aliança entre os latifundiários, a burguesia industrial e os setores médios, levaram ao golpe de estado de 1964, pelo temor da política de massas, completando, nos anos seguintes, a estrutura necessária para o desenvolvimento econômico aliado ao capital internacional, agora dentro de um modelo político-econômico autoritário e militar.

Se do ponto de vista econômico o período posterior a 1930 pode ser caracterizado como a fase de desenvolvimento urbano-industrial, instalando-se as bases para o capitalismo industrial, no plano político, é nesse período que as classes populares — traduzidas nos setores médios e proletários — emergem como categoria política fundamental, como já observado no capítulo 3. Nesse sentido, a revolução social em curso, neste século, ao mesmo tempo em que corresponde ao processo de consolidação do capitalismo, compreende também a emergência das classes populares brasileiras e a sua luta por uma participação maior nas decisões políticas e econômicas e pelo acesso aos benefícios sociais e culturais. Novas correlações de forças se fazem presentes. Um poder multifacético começa se consolidar a partir da complexificação das novas estruturas. Segundo Ianni, os golpes, revoluções e movimentos políticos desse período nada mais são do que manifestações de ruptura político-econômica e social.

(....) são, em geral, manifestações das relações, tensões e conflitos que os setores novos ou nascentes no país estabelecem com a sociedade brasileira tradicional e com as nações mais poderosas com as quais o Brasil está em intercâmbio. (....) devem ser encarados como manifestações de rompimentos político-econômicos, ao mesmo tempo internos e externos (....), que marcam o ingresso do Brasil na era da civilização urbano-industrial.⁴

Por outro lado, ainda no plano econômico, essas rupturas assinalavam a transição de um modelo de desenvolvimento político-econômico para outro.

⁴ IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1975. p. 13-14.

Desde o final da década de vinte, junto com a crise econômica, cresce o mercado interno, que se vinha ampliando desde a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre. Com a queda das exportações dá-se a passagem do modelo econômico agro-exportador para outro voltado ao mercado interno. Se, por um lado, intensificava-se a produção nacional para substituição de produtos importados, por outro, crescia a produção agrícola também para o mercado interno, sendo esses dois fatores responsáveis pelo dinamismo econômico durante a crise e pelo aparecimento de um outro modelo econômico — o industrial —, imperante durante o período que estamos estudando.

Contudo, se a substituição de importações incentivou a produção industrial interna de bens de consumo, essa produção foi feita à base de um outro tipo de importação : a de equipamentos e tecnologia. Esse modelo só foi superado quando houve saturação do mercado interno, reorientando o processo para um novo modelo, como dissemos acima, em que teve papel significativo o golpe de 1964.

Nesse sentido, que influência pode ter para a educação nacional um modelo econômico cujo fator dinâmico não se encontra no progresso tecnológico, mas na demanda do mercado interno, como afirmaria Furtado? ⁵ Vejamos a conclusão de Romanelli a esta questão :

não podemos afirmar que a ausência de tradição de pesquisa em nossas escolas superiores tem suas origens no modelo econômico em questão. Todavia, ela nos demonstra que a escola brasileira evoluiu também em função dos papéis que lhe reconhecia a economia. (...) enquanto perdurou a economia exportadora agrícola, com base em fatores arcaicos de produção, a escola não foi chamada a exercer qualquer papel importante na formação de quadros e qualificação de recursos humanos, permanecendo como agente de educação para o ócio ou de preparação para as carreiras liberais. As relações entre o modelo econômico e o modelo educativo, nessa fase, não podiam ser medidas em termos de defasagem porque, então, a educação escolar carecia de função importante a desempenhar junto à economia.

Outra coisa ocorreu, porém, quando esta última entrou em processo de modernização. Criaram-se novas exigências educativas e o fator de defasagem apareceu. Mas, de ordinário, ele tem sido medido em termos de distância entre os produtos acabados fornecidos pela escola e a qualificação de recursos humanos de que carece a economia.⁶

Se a função social da educação, na vigência do modelo agrário exportador foi mais de preparação dos quadros administrativos e políticos ou de classificação das pessoas numa sociedade que se estratificava cada vez mais, não podemos concordar plenamente com Romanelli, quando ela considera

⁵ FURTADO, Celso. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1975. p.133.

⁶ ROMANELLI. *op. cit.* , p. 55.

insignificante, do ponto de vista do desenvolvimento econômico, o papel desempenhado pela educação, nesse primeiro estágio. Se a educação nessa etapa tinha uma função, educar para o “ócio”, segundo essa mesma autora, entendido esse ócio nos termos do papel intelectual e administrativo da classe dirigente, a própria pesquisadora se contradiz quando não releva tal vinculação entre a educação e o estágio de desenvolvimento econômico, uma vez que é essa relação a temática fundamental de seu trabalho.

Já falamos, no item anterior, sobre essa questão : se a educação — nessa fase que chamamos da “arte” de disciplinar e classificar — não tem um papel visível de preparação profissional, historicamente porém, é importante a sua atuação no desenvolvimento das forças de trabalho, no sentido de sua utilidade e docilidade, principalmente nessa etapa, pelo ensino elementar, como nos assinalou Foucault, e no sentido da hierarquização e classificação dos indivíduos na sociedade, como tentamos demonstrar. A esse segundo papel serviu a educação fundamentalmente até 1930, embora tenha se prestado e venha se prestando, também, ao primeiro. Sobretudo após a abolição da escravidão, como já visto, a economia brasileira exigia o disciplinamento para o trabalho assalariado e para a instalação da empresa verdadeiramente capitalista.

Contudo, se discordamos da posição da pesquisadora com relação à relevância do papel desempenhado na educação tanto naquela primeira fase quanto na segunda, subestimando-o, reafirmamos sua posição com referência a não exigência tecnológica para o incremento da função de pesquisa. De outra parte, o regime econômico, embora requisite a escola essencialmente para o treinamento e a qualificação de mão-de-obra, o ensino e não a pesquisa, como diz a autora, serve de qualquer modo aos pressupostos do modelo de desenvolvimento capitalista, na medida em que proporciona uma formação parcimoniosa. Não interessa ao estágio de desenvolvimento tecnológico e industrial brasileiro mais que operadores de máquinas que se ajustem ao ritmo dessas e à disciplina fabril. Além disso, se equipamentos e tecnologia são importados, não há razões para gerar tecnologia própria, o que desequilibraria a “harmonia” do sistema implantado nesse país.

Com efeito, se a educação não é solicitada para fornecer progresso científico, através da pesquisa — uma vez que a economia não lhe exige essa função, o que conseqüentemente delimita a sua qualidade —, em termos quantitativos, as mudanças estruturais afetam-na. Assim como ocorreu com os padrões de consumo, a demanda determinou os padrões de educação. As mudanças ocorridas foram predominantemente quantitativas e exclusivamente quanto ao ensino. No momento em que a acumulação da população, como diria Foucault, produziu novas exigências e novos saberes, estes se concretizaram. A arte de administrar o ensino e disciplinar a população passou a realizar-se segundo os interesses da racionalidade da economia e da civilização urbano-industrial.

Porém, contraditoriamente, são as elites que determinam os padrões de consumo pelo nível das elites dos países industrializados. O modelo de desenvolvimento e a tecnologia eram importados e o que é mais importante: obedeciam às regras do imperialismo monopólico. Interessava a esse um mercado consumidor para aquele tipo de produtos e de tecnologias. Com relação à educação, pela determinação das mesmas regras, tais classes não estavam interessadas no trabalho científico. Nesse sentido, Romanelli aponta o caráter tradicional da educação, que continuou a perdurar. Mais uma vez reafirmamos: era esse caráter “tradicional” que importava (e, talvez, ainda importe) ao desenvolvimento de um determinado regime de poder e, em especial, àquele que aqui se desenvolvia.

Dessa forma, se cresce quantitativamente o atendimento escolar, no país, no decorrer do período analisado, por decorrência das novas relações de forças, oriundas da urbanização\industrialização, como demonstram as taxas de escolarização, a partir da relação matrículas e população escolarizável, no interior da população entre 5 e 24 anos (15,14% em 1940, 20,26% em 1950, 27,24% em 1960 e 30,13% em 1970⁷), esse mesmo índice desmembrado pelas regiões brasileiras por Fernandes ⁸, em 1940 e 1950, mostram que o crescimento da oferta deu-se apenas na escola elementar, ficando os demais níveis dentro de limites restritos. Assim, a taxa global do ensino primário (de acordo com a nomenclatura antiga) atinge em geral mais de 50% da população escolarizável, (74,0% na região Centro-Sul ⁹), concentrando-se a escolarização nesse nível, enquanto a escolarização dos outros níveis é mínima, mesmo tendo havido uma melhoria significativa do ensino secundário, em 1950 (como exemplo, citamos a mesma região Centro-Sul, que apresenta os maiores índices, cuja taxa do ensino secundário é, ainda assim, de apenas 7,1%).

Os dados apresentados por Romanelli apresentam-se mais satisfatórios, na medida em que considera a população na faixa etária de 5 a 19 anos, englobando, portanto, a população escolarizada na faixa do ensino primário, elementar e médio, que atingiu, em 1920, 8,99% daquela população; 21,43%, em 1940; 26,43%, em 1950; 33,37%, em 1960; e 53,72%, em 1970. Esses dados evidenciam que, embora insuficiente, a expansão escolar — mantendo fora da escola, em 1970, ainda 46,28% da população escolarizável —, considerando-se os mais de 90% excluídos do sistema escolar, em 1920, a evolução ainda assim foi bastante significativa.¹⁰

⁷ Conforme dados apresentados por ROMANELLI. op. cit. , p. 80.

⁸ FERNANDES, Florestan . **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo : Dominus, 1966. p. 50.

⁹ De acordo com divisão mais antiga, que compreende regiões Sul e Centro-Oeste.

¹⁰ ROMANELLI. op. cit. , p. 64.

Por outro lado, a taxa de analfabetismo entre a população com mais de 15 anos que, em 1940, era de 56,17% e em 1950, 50,48%, em 1960 cai significativamente para 39,35%, e, em 1970, para 33,01%.¹¹

Entretanto, embora crescendo de forma expressiva, tanto a demanda quanto a oferta escolar, esta última é ainda pouco representativa, na medida em que mantém fora da escola um contingente populacional relevante, em 1970, de quase 50%.

Isso ocorre porque, embora a sociedade burguesa tenha interesse em aumentar a oferta, estimulando com isso a disciplinarização de uma parcela significativa da sociedade, ao mesmo tempo ela mantém um certo controle quantitativo dessa oferta. A entrada no mercado de trabalho não é factível a todos, permanecendo sempre uma dada reserva de mão-de-obra, sem levar em conta a própria natureza dessa economia de poder, centrada na distribuição desigual.

Assim, embora em todas as Constituições Brasileiras, desde o final do século passado, esteja presente o princípio da gratuidade do ensino a *todos*, este não apenas não se concretiza, conforme vimos, em relação ao atendimento da demanda efetiva, como os dispositivos normativos e legais acabam por contradizer as práticas, indicando as correlações de forças que representam essas formações discursivas. De um lado, aparece o movimento operário e da população em geral, expressos no direito à educação para todos e, de outro lado, mecanismos disciplinadores dessa oferta representados nos resultados numéricos das políticas educacionais e nas contradições expressas no próprio discurso constitucional.

Nele identificamos, por exemplo, a determinação de pagamento de contribuição para a caixa escolar, independente da gratuidade, a qual *“não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados”*, conforme reza a Constituição de 1937.¹² Ou como dispõe a Constituição de 1946, embora estipulando a gratuidade no ensino primário: *“o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos”*.¹³ Não podendo comprová-lo o ensino deverá, portanto, ser pago por mecanismos sutis, como o exposto anteriormente.

O mesmo princípio ainda se encontra na Constituição de 1967, que assegura, no artigo 168, o direito de todos à educação; a obrigatoriedade e gratuidade do ensino de sete a quatorze anos, no parágrafo terceiro, inciso II; e a gratuidade para todos quantos puderem comprovar falta ou insuficiência de

¹¹ Ibid., p. 75.

¹² ALMEIDA. *Constituições do ...*

¹³ Ibid.

recursos, no ensino oficial ulterior ao primário, prevalecendo a concessão de bolsas ao regime de gratuidade, no inciso III do mesmo parágrafo citado.¹⁴

Além, é claro, de outro dispositivo ainda mais evidente do que o contraditório discurso da norma: embora a educação seja um direito de todos e a sua gratuidade esteja prevista para a garantia desse dispositivo constitucional, o parágrafo segundo do citado artigo 168 declara a livre iniciativa particular ao ensino. E o que é ainda mais grave do ponto de vista das verdadeiras relações de poder que ali estão submersas : garante-se o amparo técnico e financeiro dos poderes públicos, inclusive bolsas de estudo a empresas privadas.¹⁵

Embora à primeira vista esse dispositivo possa parecer “democrático”, na medida em que pressupõe a concessão de bolsas de estudos para aqueles que não puderem pagar e não encontrarem vagas em escolas públicas ou oficiais, o mecanismo serve mais aos interesses burgueses de reprodução, na medida em que, dessa forma, contribui para a acumulação privada da empresa capitalista de ensino. Os alunos beneficiados, de outra parte, não necessariamente pertencem a categorias sociais menos privilegiadas. Essas não têm condições de frequentar uma escola particular, mesmo o ensino não sendo pago, em face de todos os outros tipos de despesas que implicam o processo de estudo em tal escola.

Por outro lado, se na relação do país com as nações avançadas enfrentamos um descompasso no desenvolvimento econômico, determinando ao Brasil um papel específico de fornecedor de matérias-primas e de força de trabalho, e de mercado consumidor dos produtos industrializados em relação ao capital monopólico, internamente se reproduz essa mesma disfunção : algumas regiões do país desenvolvem-se mais rapidamente e se industrializam, enquanto outras durante um longo tempo permanecem com sua função eminentemente agrícola. Esta é a situação do Paraná, cuja “vocação econômica” só começa efetivamente a ser reorientada, na década de sessenta.

Nesse sentido, ao analisarmos os relatórios e as mensagens de governadores do Paraná, tínhamos como pressuposto o momento em que esses testemunhos foram elaborados e a que correlações de forças correspondiam suas propostas. Cabia-nos indagar sobre que forma a prática discursiva se elaborara. Conforme a noção de produção de discurso de Foucault, parte-se do princípio de que ele produz uma verdade ou um efeito de verdade no seu interior e é remetido a uma relação de força não sendo em si mesmo verdadeiro nem falso.¹⁶

O discurso é produzido numa relação de poder, logo não nos interessava apontar o implícito ou ideológico existente nas lacunas do discurso da governamentalidade, mas apreender a “verdade” de seu emissor, a qual se apóia

¹⁴ Ibid

¹⁵ Ibid.

¹⁶ FOUCAULT, Michel. *Microfísica...* p. 277-93.

em práticas de poder, que, por sua vez, explicitarão o enunciado do discurso. O eixo de análise, portanto, está localizado na relação verdade\poder, como nos ensinou Foucault.

Sendo assim, a intenção ao analisar as mensagens, considerando-as expressão de práticas de poder, foi resgatar o significado das ações propostas nas políticas governamentais. Pretendeu-se analisar a questão de educação e a forma como foi tratada no conjunto das mensagens. As ações e intervenções necessárias para o exercício do poder nessa área administrativa, articuladas com as relações de força mais amplas.

Pesquisa realizada pelo IPARDES¹⁷, de acordo com o que já esclarecemos acima, aponta para o período 1940\1970 duas etapas diferenciadas na governamentalidade. Essas etapas correspondem menos a diferenças radicais, do ponto de vista do desenvolvimento estrutural do Estado, do que a uma divisão de caráter metodológico da história do desenvolvimento do capitalismo no Estado.¹⁸

Uma fase inicial abrange os dois períodos governamentais de Moisés Lupion (1947-1950 e 1955-1960), intermediados pela gestão de Bento Munhoz da Rocha Neto, a que se convencionou chamar, no referido estudo, de “arte” de povoar um território. Detectado o déficit de mão-de-obra, o Executivo justifica o esforço em atrair pessoas seja de outros estados, seja do exterior, com vistas ao desenvolvimento econômico do Paraná, embora ainda prioritariamente agrário. Bento e Lupion investiram numa política de colonização e estímulo ao desenvolvimento agrícola, procurando assegurar mão-de-obra e divisas suficientes para manter e estimular a produção local e o padrão de vida moral dos paranaenses¹⁹.

A outra fase, correspondente ao período de governo de Ney Braga (1961-1965) e Paulo Pimentel (1966-1971), é chamada a “arte” de industrializar, cuja preocupação fundamental passa pela transformação de uma economia essencialmente agrária e rural para uma economia urbana e industrial. Essa fase corresponde ao período de intenso desenvolvimento industrial, ao nível nacional, já sob a franca hegemonia do capital internacional — através da implantação das multinacionais, como já observado. Especialmente Braga deixa claramente exposto em seu discurso o interesse em mudar a orientação econômica do

¹⁷ IPARDES. op. cit.

¹⁸ Segundo esse mesmo estudo citado do IPARDES, o discurso da “modernidade”, na verdade não é uma característica exclusiva dos governos correspondentes ao período de 1947-82, mas já estava presente no discurso de Manoel Ribas, Interventor - 1932\35 e 1937\45 - e governador no período 1935\37. Ribas é reconhecido como formulador de uma política econômica e social de modernização do Paraná, pós - trinta. Ipardes, p. 23-24.

¹⁹ IPARDES. op. cit. p. 61.

Paraná : “(...) os recursos naturais de que dispomos nos permitem prever que através de medidas concretas é possível criar no Paraná as bases de um processo de industrialização” ²⁰. Para a concretização desse projeto a administração deveria ser *racionalizada*, considerando-se necessário “(...) equipar-se para dar orientação às indústrias nacionais e estrangeiras de modo a facilitar-lhes a instalação” ²¹.

Desse modo são criados órgãos de apoio ao desenvolvimento de indústrias, entre os quais destaca-se a CODEPAR — Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná²², fundada em 1962. Os recursos desse órgão eram destinados ao financiamento de investimentos públicos no setor de energia elétrica e no desenvolvimento industrial, através de política de incentivo à industrialização pela iniciativa privada, com prioridade ao setor de bens de consumo.

Segundo o estudo do IPARDES a orientação da política econômica de Braga é de caráter liberal, nacionalista e não-estatizante, isto é, há uma política de intervenção econômica na captação de recursos e subsídios para a complementação da iniciativa privada, mas o modelo é de co-gestão, as empresas são de economia mista, privilegiando-se o controle acionário majoritariamente nacional, ao contrário da década de setenta, quando se acentua a privatização das empresas. O Estado é apenas um elemento de estímulo ao desenvolvimento econômico. ²³ Todavia, o que podemos detectar nesse regime de discurso é o caráter marcadamente modernizador da orientação governamental, ou seja, de consolidação do poder burguês e capitalista industrial, segundo uma determinada orientação que privilegia o *desenvolvimento interno* (nacional), por meio da *intervenção estatal* na economia, embora em co-gestão.

²⁰ PARANÁ, Governo do Estado. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Sr. Ney Aminthas de Barros Braga. 1961, p. 7.

²¹ Ibid., p. 26.

²² Sobre a Codepar há um estudo de AUGUSTO, Maria Helena Olivia. *Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista*; estudo sobre a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná). São Paulo, Símbolo, 1978.

²³ IPARDES. op. cit. , p. 62.

4.2.1. A “arte” de administrar para a racionalização agrícola

O período anterior de 1930 a 1940, não analisado no estudo citado do IPARDES, abrange à fase do Presidente Affonso Alves de Camargo (1930), passando pelas gestões dos Interventores Federais General Mario Tourinho (1931) e Manoel Ribas (1932-1946). Essa fase poderíamos incluir, na verdade, ao período posterior de 1940 até 1960, abrangendo as gestões de Lupion e Bento, numa única etapa, se considerada do ponto de vista amplo da governamentalidade, como a “arte” de administrar para o povoamento e a colonização, tendo como objetivo principal a expansão da agricultura racionalizada para o crescimento econômico do Estado.

Esses governos empenharam-se no sentido de completar a acumulação prévia de capital, que propiciaria o desenvolvimento industrial nas décadas seguintes. Para tanto, voltaram sua atenção para a formação da infra-estrutura necessária para o desenvolvimento econômico, (construindo estradas de ferro, rodovias e o Porto de Paranaguá, como informa Affonso Camargo,²⁴). A agricultura e o extrativismo dominavam a economia paranaense, nas décadas de trinta a quarenta, sendo o Estado produtor de erva mate (1º lugar), café (2º) e madeiras (3º), já havendo interesse para o fomento ao processo de industrialização agrícola. Assim relata Ribas :

Predominou a herva-mate como principal fonte de riqueza, cedendo lugar nos exercícios posteriores à madeira e ao café e demais produtos agrícolas. (...) A política econômica que vem seguindo o nosso governo, ao invés de aumentar a carga tributária, tem procurado animar e fomentar iniciativas particulares no sentido de desenvolver o parque industrial do Estado, a fim de aproveitar as matérias-primas básicas fornecidas para a lavoura, em franco desenvolvimento.²⁵

Um gráfico apresentado por Ribas, em 1939, apontava a quota dos

²⁴ PARANÁ, Governo do Estado. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Presidente Dr. Affonso Alves de Camargo. 1930. p. 4.

²⁵ _____. Relatório apresentado a Sua Excia. o Snr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, pelo Snr. Manoel Ribas, Interventor Federal no Estado do Paraná. Exercício 1932 - 1939. p. 4 e 7.

produtos na exportação geral do Estado, indicando em 1º lugar a madeira, em 2º o café, em 3º a erva-mate, em 4º diversos, em 5º produtos agrícolas, em 6º gado e em 7º algodão.²⁶ O Paraná mantinha sua “vocação econômica”, priorizando em sua economia o desenvolvimento agrícola.

Como  rea de expansão agrícola, nessa primeira fase, já apresentava os problemas de coloniza o e povoamento que se intensificariam mais tarde. Nesse sentido, Tourinho identificava essa preocupa o, quando se propunha   revisão da legisla o estadual, com o fim de “normalizar as concessões de terras devolutas, situadas no território do Estado, bem como as leis referentes a revalida es e legitima es das posses, com o intuito de impedir a forma o de novos latifúndios”.²⁷

O desenvolvimento econômico, centrado na produ o agrícola e na pequena propriedade, era a marca própria de um Estado que se contitu a como fronteira agrícola. Esse traço revela-se no decreto número 800 de 08\04\1931, o qual define em seu primeiro artigo: “As terras devolutas s  poderão ser adquiridas a título de compra, pelos que revelarem o propósito de nelas se localizar, e que, para esse fim, provarem no prazo determinado por este decreto, haver preenchido as duas condi es essenciais de cultura efetiva e morada habitual.”²⁸ Era, de certa forma, já uma reforma agrária preliminar, pelas características peculiares de determinadas regiões do Estado, como fronteira agrícola, exigindo o pred m nio de um pequeno campesinato, conforme já observado em capítulo anterior.

Vejamos como a questão da educa o foi inserida no discurso da governamentalidade, no período de 1930-1940. Nas administra es de Camargo, Tourinho e Ribas podemos dizer que a orienta o foi quase uniforme, priorizando-se a organiza o do “sistema escolar estadual”, se   que se pode falar em um sistema,²⁹ nessa época, onde as preocupa es fundamentais produzidas na prática discursiva centram-se no combate ao analfabetismo e na expansão da escola primária, já aparecendo o interesse em desenvolver a prepara o de mão-de-obra. Assim expressava-se Camargo:

Agora que o Estado já possui organiza o mais ou menos perfeita de ensino primário, normal secundário e superior, tenciono tratar com grande interesse do profissional, que será, sem nenhuma dúvida, de notável proveito para nossa gente.

²⁶ Ibid. , s. p.

²⁷ PARANÁ, Governo do Estado. TOURINHO, Mario. Mensagem dirigida ao Chefe do Governo Provisório Dr. Getúlio Vargas pelo Interventor Federal do Paraná Gen. Mario Tourinho. 1931. p. 43.

²⁸ Ibid. , p.4.

²⁹ Um Sistema Estadual de Educa o só foi realmente organizado no Estado, com a vigência da Lei 4978\64, após a fixa o das Diretrizes e Bases da Educa o Nacional — Lei Federal 4024\61 — que previu a organiza o, pelos Estados, dos seus sistemas de ensino (art. 11).

É, portanto, de grande conveniência que autorizeis a criação de *escolas profissionais masculinas e femininas* nesta capital e no interior³⁰ (sem grifo no original).

E em outra passagem, mais explicitamente indicando a orientação para um desenvolvimento capitalista já esboçado no Paraná, a cujos interesses respondem as necessidades de aplicação das ciências e do aprendizado profissional, pelo menos ao nível do regime do discurso, produzindo um efeito de verdade : a realização de um governo moderno — a vontade política de expansão econômica e avanço das forças produtivas já se revela com maior clareza no caráter do discurso “modernizador”.

A evolução industrial das nações cultas é consequência do natural desdobramento das artes mecânicas, coadjuvadas pelo progresso surpreendente das sciencias, que conquistam dia a dia, á natureza, as forças que ella oculta, para applical-as ao progresso material da humanidade.

O ensino agrícola e industrial e a aprendizagem das artes mecânicas são as necessidades mais palpitantes para as collectividades modernas.

As escolas agrícolas, sobretudo, são de evidente necessidade.

(....)

Com a instituição das granjas técnicas, o Estado proporcionará, nas cidades e nas vilas, o ensino profissional aos filhos das classes trabalhadoras. E isso é objeto de preocupação do Governo, que o considera excellent factor da riqueza publica. Cumprê nobilitar a lavoura por meio do ensino theorico e pratico, pois é notorio que o agricultor nacional, com raras excepções, é mais ou menos refractario aos processos modernos prescriptos pela sciencia.³¹

Se o substrato do discurso de Camargo guarda as orientações para o desenvolvimento capitalista industrial e tecnológico, podendo ser considerado progressista para aquela época, ao falar na importância da ciência, da tecnologia, do ensino teórico e prático — podemos dizer até, guardando alguma semelhança com o projeto marxiano-leninista-gramsciano do ensino politécnico —, na esteira do desenvolvimento internacional e espelhando-se pelas regiões mais avançadas e não pelo próprio local,³² ele, porém, se adequa ambigüamente ao papel ocupado pelo Estado e pelo país na ordem mundial — o de fornecedor de produtos agrícolas e de mão-de-obra barata —, e responde a principal preocupação do Estado : “o ensino profissional [é] excelente fator de riqueza pública”, ou seja, revela o interesse da acumulação e reprodução de capital (pela formação, reprodução e exploração de força de trabalho). Ao mesmo tempo em que

³⁰ PARANÁ. Governo do Estado. *Mensagem* ..., 1930. op. cit., p. 31.

³¹ Ibid. , p.53-54.

³² Esta é uma das características da internacionalização das relações capitalistas.

Camargo aponta para o processo revolucionário burguês em curso, preparando as bases para o desenvolvimento capitalista nacional, não consegue escamotear o verdadeiro caráter desse desenvolvimento e de sua posição na ordem mundial. Traços que estão presentes tanto no discurso de Tourinho, quanto no de Ribas, como podemos verificar:

Dentre todos os problemas afetos á administração o da instrução pública, sobretudo a parte relativa ao ensino primário e á preparação profissional constituiu, desde o início do meu governo um dos que intensamente mais me interessou, por considerar a sua difusão por todas as classes sociais como um simples dever elementar do estado.³³

A concepção da educação, portanto, parecia articulada com aquela noção de revolução — no sentido do desenvolvimento das forças produtivas —, na qual a prática educativa tinha um caráter desenvolvimentista, “voltado à preparação profissional”. Contudo se, por um lado, Tourinho quer demonstrar uma postura “democrática”, propugnando a socialização da educação para todas as classes sociais, seu discurso, como o de Camargo, não consegue esconder os reais interesses da prática educativa — a disciplinarização do trabalhador e a manutenção de uma sociedade estratificada —, expressa no tipo de oferta educacional para as classes sociais menos favorecidas, “aos filhos da classe trabalhadora”: o ensino primário e o ensino profissional. Além do aspecto já ressaltado, a vinculação da prática discursiva com a prática econômica em seu estágio local e o papel dessa na economia mundial com o tipo de educação proposto : o ensino profissionalizante era eminentemente agrícola. Do mesmo modo, Ribas, ao declarar :

Além do ensino primário, o ensino fundamental e o profissional, especialmente o agrícola, têm merecido grande atenção e tido o maior incremento, principalmente, no ano findo (....).

Afora as Escolas de Trabalhadores Rurais, 'Dr. Carlos Cavalcanti' e 'Canguiri', nesta Capital, 'Augusto Ribas', em Ponta Grossa, e 'Olegário Macedo, em Castro e a de Pesca 'Antonio Serafim Lopes', na Baía de Paranaguá, onde fazem aprendizado agrícola 380 alunos, é do programa do Govêrno, no corrente ano, a construção de mais duas Escolas Rurais, nos moldes das já existentes e em pleno funcionamento, nos municípios de Guaratuba e Palmeira e a criação de uma Escola Normal Rural, no Município agrícola de Ipiranga para a formação de professores técnicos em Agricultura e Pecuária. (....) o Paraná poderá, dentro em pouco possuir escolas em número suficiente para educar toda a população em idade escolar e extinguir o analfabetismo no nosso Estado.³⁴

³³ PARANÁ. Governo de Estado. *Mensagem* ..., 1931. p. 34.

³⁴ _____. *Relatório* ..., 1932-1939. p. 53.

Ou em outros documentos, onde, além do interesse na formação para o trabalho, explícita e claramente dispõe-se sobre a natureza da educação numa sociedade capitalista em desenvolvimento : o que está em jogo, como dizia Foucault, e tantas vezes repetimos, é o disciplinamento das forças físicas do trabalhador e de sua rebeldia política, a qual deve ser controlada pelos parâmetros liberais-burgueses. Está em questão, enfim, a formação de uma moral burguesa :

Ali, no panorama luminoso das águas da vasta baía de Paranaguá, frente á barra, ao contacto da natureza, dos ventos mais puros e das areias mais limpidas, muitas crianças, afastadas das cidades, onde os primeiros passos mal orientados e as más companhias lhes ensinaram o abecedario do crime, *recebem educação, instrução, ensinamentos morais e civicos, lições de trabalho e de pesca, num largo robustecimento fisico*, para se converterem em *cidadãos uteis á Patria e á familia e aos seus semelhantes*.

É a obra de prevenção, de preservação e de regeneração que tanto me tem preocupado na administração do Estado (sem grifo no original).³⁵

(....) O Governo acompanhando de perto os modernos processos pedagogicos e certo de que o *desenvolvimento das faculdades fisicas, intelectuais e morais da criança*, deve constituir uma das maiores preocupações da Administração Publica, não tem poupado esforços no sentido de dotar a Diretoria Geral de Educação (....) de todos os recursos (....).

Assim providas as escolas do material exigido pelo ensino, vai este sendo ministrado de maneira a *transformar as escolas em um campo para a prática da democracia*.³⁶

Já Lupion e Bento, como visto, com a preocupação de povoar e colonizar as terras do Estado, tendo em vista o seu desenvolvimento, empenham-se em garantir a posse da terra e a eficácia de sua política de colonização. Para tal, além de obras infra-estruturais, como nos governos anteriores (construção de estradas, ampliação do Porto de Paranaguá, construção de silos e armazéns dentre outras obras), procuram desenvolver a educação do paranaense, e, em especial, a do homem do campo, onde estava concentrada a maioria da população, na época: as maiores taxas de crescimento populacional do Paraná concentram-se justamente nas décadas de cinquenta e sessenta, correspondendo respectivamente a 70,0% e 102,0% (em 1970 cai para 62,0%), conforme dados do IBGE; enquanto a taxa de urbanização do Paraná corresponde a 25,0%, 31,0% e 36,0% e a de Curitiba 42,0% 62,3% e 70,2%, respectivamente àquelas décadas. Pelos dados apresentados podemos observar que nos governos Lupion e

³⁵ _____ Mensagem do Governador Manoel Ribas à Assembléia Legislativa do Paraná. 1937. p. 29.

³⁶ _____ Mensagem do Governador Manoel Ribas aos Legisladores do Paraná. 1936. p. 45.

Bento cerca de 70% da população paranaense viviam no campo. Portanto, assim expressava-se Lupion com relação à educação rural :

(...) em muitas destas nossas escolas, vêm apenas alunos de primeiro ano, e os pais, menos avisados da importância de levar além os estudos e a formação escolar de seus filhos, mal adquirem esses os primeiros elementos de leitura, escrita e cálculo, já consideram o adquirido bastante, passando a ocupar os filhos como fator de produção, dentro da habitual rotina, voltando estes, como é natural, e dentro de poucos, ao analfabetismo de origem, pela falta de extensão da ação da escola e de oportunidades para a utilização do muito pouco que foi adquirido.³⁷

Com o intuito, portanto, de expandir a disciplinarização e homogeneização pela educação, com vistas ao desenvolvimento capitalista no Estado, numa população que, em sua grande maioria, ainda se encontra no campo, Lupion preocupou-se com o aumento da oferta escolar, voltando-se à construção de escolas e à preparação de professores. Além das escolas mantidas pelo Estado, assinou convênios com as prefeituras municipais para construção de 500 escolas primárias, *“de modo a incrustar o problema na consciência do povo, resultando em inúmeras solicitações de edificações e iniciativas de amparo e proteção das populações locais às instalações”*³⁸ (sem grifo no original).

Ressalte-se o efeito de verdade de um discurso paternalista, onde a “concessão” do benefício sobrepuja o interesse reivindicatório. O governo estimula a “consciência” do povo para a necessidade da educação. Cabia ao Estado estimular uma necessidade, dentro da concepção revolucionária prussiana, articulando os interesses capitalistas pelo incentivo indireto à indústria da construção e da produção de materiais para essa área e, a partir daí, a própria classe trabalhadora se encarregaria de levar adiante as suas reivindicações. Contudo, o efeito de verdade impresso ao seu discurso era o do Estado paternalista, generoso, “populista”, que providenciava o apoio às solicitações locais.

Lupion ainda referindo-se a esse fato concluiu: “no Paraná se crê na escola. Está criada uma verdadeira mística da escola (...) precisamos formar o mestre de cada região em sua própria região.”³⁹ Para isso fundou as Associações de Amigos das Escolas, criou as Escolas Normais Regionais e as Missões Culturais para *“destruir a ignorância”*⁴⁰.

37 _____. Mensagem apresentada ao Povo do Paraná pelo Sr. Moisés Lupion . 1949 . p. 107.

38 IPARDES. op. cit. , p. 51.

39 PARANÁ. Governo do Estado. Mensagem apresentada ao Povo do Paraná pelo Sr. Moisés Lupion. 1950, p. 144.

40 Ibid. , p. 150.

Paralela às ações desenvolvidas pela administração educacional, obviamente outros setores da governamentalidade também atuam no sentido da codificação, classificação e normalização da população em articulação com a prática educativa, as “outras vias”, citadas por Gramsci, seja pelos aparelhos do Estado, seja pelas instituições privadas da sociedade civil. Exemplo desse tipo de normalização, via Estado, está na Assistência Social, em cujo programa o governo Lupion previa :

Entrar-se-á em entendimentos com as autoridades do ensino, no sentido de desenvolver em todo o Estado, paralelamente à campanha assistencial, uma larga cruzada educativa de noções elementares de puericultura, pela Escola e demais meios considerados eficientes.

Com o mesmo intuito, procurar-se-á obter a criação de Escolas de Mães nos estabelecimentos de ensino primário e secundário e desenvolver o mais possível, campanha do registro Civil de Nascimento e providenciar-se-á junto às autoridades competentes para que entre em execução o decreto-lei federal que dispõe sobre os 'Conselhos de Puericultura' anexos às certidões de nascimento.⁴¹

A disciplinarização se dá não apenas pela prática educativa escolar, mas por outras, que envolvem a saúde e a assistência, servindo ao registro, à classificação, à higienização, à homogeneização e à constituição de saberes sobre a população, necessários ao seu controle e a sua administração.

Lupion continua enfatizando, como os administradores anteriores, o ensino profissional, mas não tecnológico. O que importa é a formação do moderno trabalhador agrícola, prepará-lo para a racionalização das relações econômicas que se desenvolvem no Estado. O interesse é a expansão econômica, como já dito, e para isso é preciso o aumento das forças de trabalho disciplinadas na sua utilidade e docilidade. Interessa a expansão econômica, mas também o controle político da sociedade, mantendo seu equilíbrio, e a constituição de saberes sobre ela para informar as práticas de governamentalidade.

Assim, ao término de seu primeiro mandato retoma a plataforma de governo e presta contas de sua realização no que se refere a essa questão: “Precisamos realizar a reorganização das nossas Escolas de Trabalhadores Rurais e das nossas Escolas de Correção de menores delinquentes, livrando-os dos graves erros que as viciam atualmente.”⁴²

Com o objetivo de cumprir com o proposto ampliou a rede de Escolas de Trabalhadores Rurais, reaparelhou as existentes, construiu o Lar-Escola para Meninas, “*destinado à educação de menores em perigo moral*”, entre outras ações. Como resultado do processo de urbanização, cresce o número de

⁴¹ PARANÁ. Governo do Estado. *Planificação de obras para o Estado do Paraná*. 1947-1950. p.63.

⁴² _____. *Mensagem ...*, 1950. p. 274 - 275.

delinqüentes juvenis e crianças abandonadas. A organização de instituições destinadas ao atendimento dessa população, em que pese o “efeito de verdade” de discursos voltados a sua proteção, esconde o imperativo de produção de poder e saber positivos, decorrente da reunião desses elementos nas escolas e orfanatos.

Outra das medidas tomadas por Lupion diz respeito à preparação dos professores que, segundo ele, constituía um conjunto formado “de professores que, de comum, têm apenas um com freqüência deficiente curso primário”⁴³. Para solucionar tal problema cria os Cursos Normais Regionais para “educar o educador”, como dizia. Lembramos Gramsci ao elaborar sua teoria sobre o papel dos intelectuais orgânicos, embora aquele governante paranaense não tivesse, em seu discurso, explícita a radicalidade daquele teórico. Isso podemos comprovar com as “Instruções sobre sua organização e funcionamento”, referindo-se à criação daquelas escolas regionais, as quais só apontam muito vagamente para a noção do intelectual-educador — organizador da cultura para o desenvolvimento histórico da sociedade —, mas que constituem um testemunho interessante do ponto de vista do esclarecimento das técnicas disciplinares utilizadas na prática educativa, tanto do ponto de vista da compreensão do papel da escola como um difuso “centro da vida social”, orientando o saber, a moral e o lazer, quanto do ponto de vista da classificação, codificação e disciplinamento das populações que a freqüentam, tendo em vista o trabalho, a racionalização e ordem burguesa. Assim transcreveremos alguns fragmentos desse documento para avaliarmos essas questões:

Os Cursos Normais Regionais (...) [devem] formar o professor-regente, para a escola primária sobretudo da região, com uma aguda consciência dos problemas locais, uma idéia precisa do papel da escola em sua solução, uma formação técnica que o capacite para êste mistér e um *acentuado sentido de liderança* que lhe permita assumir a *iniciativa no meio em que a escola esteja localizada*, fazendo desta um *centro de vida social e educativo* de toda a comunidade.

(...) devem ser dotadas de aparelhos de projeção e rádio-recepção, servindo, assim, como *ponto de reunião e recreio dos adultos*, congregados em aulas de costura, agricultura, pecuária, etc.

(...) devem possuir uma pequena oficina de carpintaria, provida de mesas e ferramentas indispensáveis, onde adolescentes poderão aprender, à noite, os rudimentos necessários para a confecção de móveis muito simples para uso doméstico ou da escola;

(...)dessa maneira, *as escolas isoladas servirão de dia como centro de educação infantil e, à noite, como centro de aproximação e educação de adultos* (sem grifo no original).⁴⁴

⁴³ Ibid. , p. 285.

⁴⁴ Ibid. , p. 286-287.

Mais adiante, a preocupação com a disciplinarização e a classificação ficam mais evidentes, através do uso de algumas técnicas disciplinares, conforme poderemos observar. Vigilância, registro, codificação, classificação, hierarquização, estratificação, disciplinamento, produção de um saber sobre essa escola e a população escolar e preparação de uma “elite” intelectual e administrativa :

Um estudo de todos os alunos tomados individualmente, servirá de base aos trabalhos todos de formação. Para tanto, organizar-se-ão fichas individuais, compreendendo essas fichas as partes seguintes: Dados gerais (nome, filiação, nacionalidade, etc.); Ficha psicológica (temperamento e caráter, vida intelectual, vida ativa, vida afetiva); Ficha biométrica; Ficha da vida escolar; Ficha de ocorrências diárias.

(....) O serviço de fichas informará, colhidas as informações necessárias, quais os alunos que, por sua inteligência, ou cultura, ou dedicação, ou prestígio em face da classe, fiquem, naturalmente, em destaque diante de seus colegas.

(....) Nos Cursos Normais Regionais, a formação dos alunos deve fazer-se em dois níveis. É de dividi-los tão cedo as circunstâncias o permitam, em dois grandes grupos: aqueles que pertencem à média da classe e os que estão colocados acima dessa média. E isso do duplo ponto de vista da inteligência e da personalidade. E todo o trabalho educacional do Curso, processar-se-á em dois níveis, ainda que o não percebam claramente os alunos. É para os do segundo nível, nível superior, que se organizará o Centro de Pedagogia; é para eles que se destinará, sobretudo a atenção especial de um cuidado individual; é junto deles que mais se há de procurar exercer uma influência direta e pessoal; é deles que mais se deve estudar a ficha total; é a eles que se confiarão as tarefas de direção, ensinando-lhes a iniciativa, etc.; serão eles os chamados para as tarefas especiais, sendo permitido dispensá-los de tarefas comuns. (....) Em síntese é de estar-se, sempre, atentamente voltado para os melhor dotados (....).⁴⁵

Ou em outro trecho do discurso, onde aparece mais uma vez disciplina, organização espacial, serial, organização das gêneses, composição de forças, exame e classificação:

(....) o trabalho realizado nas classes procurará ser o mais ativo possível, (....) a própria classe escolherá um grupo de monitores, que poderão ser trocados si se mostrarem ineficientes, — aos quais incumbe a obrigação de coordenar os esforços, mantê-los sem interrupção, resolver as dificuldades de organização que possam surgir, atender à parte disciplinar, etc.

(....) cada aluno terá as seguintes notas, por cadeira: a) uma nota pelos conhecimentos que a cadeira se propõe a ministrar; a média cinco é bastante para aprovação; b) uma nota de aplicação, refletindo a participação ativa do educando nos trabalhos da cadeira; (....) a promoção só é possível obtendo (....) média igual ou superior a sessenta; c) uma nota de linguagem, outra de conhecimento dos problemas locais e uma terceira de prática didática; (....) a aprovação só é possível com média

⁴⁵ Ibid., p. 287, 288, 293.

igual ou superior a cinquenta (....). 46

Bento refere-se também às Escolas de Pesca e Trabalhadores Rurais e às Casas Rurais.⁴⁷ Essas devem cumprir um papel pedagógico normatizador, uniformizador, racionalizador do homem do campo pela disseminação das técnicas, manejo de máquinas e ferramentas, um “(...) *novo impulso àqueles que até hoje se guiavam por métodos empíricos e rotineiros.*”⁴⁸

As Escolas de Trabalhadores Rurais e de Pescadores, vinculadas ao Departamento de Ensino Superior, Técnico e Profissional, oferecem Ensino Complementar e Agrícola Primário e de Tratorista. Entretanto, para evitar que os “rapazes”, concluído o curso, passem a exercer funções urbanas o Departamento deve dar-lhes uma formação adequada além de “(...) sustar a matrícula dos delinqüentes. (...) Quanto aos menores abandonados dotar o Departamento de Assistência Social de Escola de Triagem, para que os menores que fossem destinados a vida rural, possuíssem de fato, aptidões às lides campesinas.”⁴⁹ A disciplina, a sanção, o atendimento aos interesses do desenvolvimento econômico estão sempre presentes no processo de normalização de uma sociedade pela educação.

As administrações de Lupion e Bento caracterizaram-se por uma prática discursiva articulada à necessidade histórica de ocupar o território paranaense. Para um território considerado populacionalmente deficitário, a ação governamental ou governamentalidade (entendida enquanto gestão da “coisa pública”, conforme Foucault) traz um traço peculiar e indispensável: suprir esse déficit e, por outro lado, administrar e controlar a nova população que adentra o Estado por um conjunto de práticas disciplinares: programas de assistência social, através da criação do Departamento Assistência Social — em 1948, por Lupion —, da construção da Colônia dos Psicopatas — em 1951, por Bento — do olhar médico-sanitário através da instalação do Serviço Social Médico — em 1956 por Lupion, e do Posto de Higiene e dos Conselhos de Saúde — por Bento em 1953 —, pela expansão da Polícia Civil e Militar, através da criação de Delegacias e Companhias de Polícia, estrategicamente localizadas no território e do

⁴⁶ Ibid., p. 289, 292.

⁴⁷ As Casas Rurais foram criadas pela Lei 688. Seu programa visava dotar, segundo Bento, “cada município do Estado de uma Casa Rural (...), e dentro em breve, cada cidade terá seu agrônomo e cada grupo de município o seu veterinário, além de vacinadores, auxiliares de agrônomos e outros funcionários que orientem técnica e praticamente o lavrador e o criador.” In: PARANÁ, Governo do Estado. **Mensagem encaminhada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Sr. Bento Munhoz da Rocha Netto**. 1954. p. 13.

⁴⁸ PARANÁ, Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Sr. Bento Munhoz da Rocha Netto**. 1953, p. 30.

⁴⁹ _____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Sr. Bento Munhoz da Rocha Netto**. 1951, p. 59-60.

equipamento dessas e preparo e disciplinamento de suas tropas, de modo a assegurar a sua presença vigilante e eficiente sempre que necessária, nos dois governos ⁵⁰, da construção de escolas e da criação de postos de puericultura por todo o território.

Enfim, as práticas de governo, nesse período, apoiam-se na racionalização da administração, característica própria do estágio de desenvolvimento capitalista, expressa quer na construção de uma estrada, quer na criação de órgãos ou instituições ou no disciplinamento do espaço urbano. Todas as práticas de governo materializam-se num espaço de poder. O olhar e a ação do governante têm um alvo — a população. A necessidade de estimular o incremento populacional do Estado aponta para esse alvo; a “arte” de governar implica em povoar o Paraná e disciplinar essa população para os interesses do desenvolvimento desse território, através de práticas detalhadas, de povoamento, de saúde, de higiene, de transporte, da expansão racionalizada da economia agrícola, do policiamento, da assistência social, da educação pela expansão essencialmente quantitativa de sua oferta e pela preparação para um comportamento racionalizado.

⁵⁰ _____, p. 38-9 e 53.

4.2.2. A “arte de administrar para a racionalização industrial

O discurso dos governos seguintes — década de sessenta e setenta — parece ter assumido o desafio de dar um novo significado as suas práticas de governo. E, de fato, nele consegue-se captar uma ruptura na estratégia de desenvolvimento econômico, orientada pelo grau de desenvolvimento em que se encontra o Estado. A acumulação de capital e de força de trabalho já permite o avanço para outro estágio dentro do mesmo regime de poder. Segundo o estudo do IPARDES citado, a temática do discurso gira em torno da “modernização”. É a fase correspondente à consolidação da revolução burguesa. Os governadores querem construir uma imagem de administradores comprometidos com o progresso. A impressão é de que se está diante de um “projeto modernizador”, antes apenas delineado, com uma racionalidade interna capaz de justificar e orientar todas as práticas e intervenções governamentais.⁵¹

Num Estado de economia eminentemente agrícola, até então, o Executivo coloca-se o desafio de reorientar a estrutura produtiva, estimulando outros setores da produção. O território paranaense já estava ocupado, quer por movimentos populacionais organizados (como a atuação da Companhia de Terras do Norte do Paraná), quer por deslocamento da fronteira agrícola do sul do Brasil, em direção do Oeste e Sudoeste paranaense. Os governos Ney e Pimentel apontam para outros discursos e práticas de disciplinarização na “arte” de governar.

Enquanto Bento e Lupion estimulavam a instalação da pequena propriedade, o povoamento, a disciplinarização e higienização dessa população, Ney e Pimentel voltam-se ao seu gerenciamento dentro de “novos” parâmetros. Na verdade repetem os anteriores, agora pela via jurídica, ou seja, pela legalização das terras ocupadas e pela revisão de títulos de terras antes expedidos; e pela via disciplinar, através da expansão do setor de segurança pública, com o crescimento e melhoramento da Polícia Militar do Estado e pelo controle da saúde. Faz parte de suas propostas de governo levar aos municípios

⁵¹ IPARDES, p. 56.

os serviços de saúde (em substituição aos postos de puericultura dos governos anteriores), que, segundo eles, não haviam sido implantados de fato por todo o território paranaense. Bento e Lupion eram acusados de estarem atrelados a uma forma de gerenciamento arcaico. ⁵² A necessidade de imprimir uma “nova” verdade as suas falas e ações leva à crítica das gestões anteriores e à elaboração de um discurso com um efeito “progressista”.

Os discursos de Ney e Pimentel reivindicavam uma “nova” forma de administrar para a “modernização”. Isso significava gerenciar de forma racionalizada, com competência, o que por sua vez representava dotar o Estado de uma infra-estrutura industrial. Assim, tanto Ney como Pimentel, expressar-se-ão respectivamente:

(...) as realizações de infra-estrutura já mencionadas, podem permitir-nos prever um rápido *desenvolvimento do setor industrial paranaense*, que se traduzirá na maior estabilidade da economia regional e no aumento do padrão de vida da população.⁵³

Tanto a industrialização, como a diversificação das atividades produtivas, requerem um conjunto de obras prioritárias de *infra-estrutura básica*, especialmente no campo da energia elétrica, dos transportes e das telecomunicações, sem a qual a *capacidade empresarial da iniciativa privada* esbarra em obstáculos insuportáveis⁵⁴ (sem grifo no original).

O desenvolvimento econômico do próprio país, já orientado para um novo modelo racionalizado e tecnológico em aliança com o imperialismo internacional, conforme visto, propiciaria as condições para o mesmo encaminhamento ao nível local.

Na educação, também, os discursos se assemelham pela crítica às administrações anteriores e pela eficiência propalada nas suas propostas. Ney Braga afirmava que a rede de ensino, quando de sua posse :

(....) não chegava a atender uma grande parte das crianças em idade escolar e daqueles que se matriculavam nas escolas primárias, uma percentagem mínima chegava a concluir a quarta série. Além disso, um terço dos que freqüentavam as escolas primárias estavam matriculados em escolas isoladas das zonas rurais, carentes de recursos e de professores habilitados.⁵⁵

⁵² IPARDES. p. 56-58.

⁵³ PARANÁ, Governo do Estado. *Mensagem ...*, 1961. p. 27.

⁵⁴ PARANÁ. Governo do Estado. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Sr. Paulo Cruz Pimentel*. 1970. p. X.

⁵⁵ PARANÁ. Governo do Estado. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Sr. Ney Aminthas de Barros Braga*. 1962. p. 55.

Por outro lado, é exatamente no governo de Braga que, pela primeira vez, surge mais explicitamente a vinculação da idéia de educação ao desenvolvimento. É importante destacar que no contexto nacional o projeto desenvolvimentista, orientado para a industrialização em articulação com o capital internacional ia em franco progresso. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — Lei 4024/61 —, não apenas contou com a colaboração de representantes de organismos internacionais para a sua elaboração como também para a sua execução, inclusive ao nível local, tendo contribuído, por exemplo, com apoio técnico a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial, conforme podemos observar na citação abaixo:

O “Planejamento de Artes Industriais para o Curso Complementar” foi elaborado, com a prestimosa ajuda da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial e do Centro Pedagógico de Ensino Industrial, por comissão composta pelo Técnico de Artes Industriais da C.B.A.I. Prof. Lycio Esmanhoto e pelos Assessôres da S.E.C. ...⁵⁶

A referida Lei Federal, além de prever a organização dos sistemas estaduais de ensino, permitiu também estender a duração do curso primário para seis séries, “ampliando, nos dois últimos anos, os conhecimentos do aluno e iniciando-o em técnicas de artes aplicadas adequadas ao sexo e à idade (art. 26, parágrafo único).⁵⁷ Seguindo essa orientação, o Governo de Braga elaborou projetos para implantação de cursos de Artes Industriais e de Economia Doméstica, com a justificativa de maior eficiência e da necessidade da educação para acelerar o desenvolvimento econômico do Estado, embora o efeito de verdade desejado fosse, além de ser um governo progressista, humanitário e “populista”:

... há necessidade real de ampliar a duração do curso primário e de se tornar mais eficiente a ação das escolas primárias do Estado, *em benefício da população parananese*:

... o Paraná já atingiu um grau de desenvolvimento que lhe permite ampliar o período de escolaridade do curso primário, capaz de *acelerar pela educação o desenvolvimento social do seu povo e de melhor prepará-lo para o advento do desenvolvimento econômico* que se está promovendo no Estado⁵⁸ (sem grifo no original).

Com base na Lei Federal, o executivo estadual promulgou a Lei

⁵⁶ PARANÁ. Governo do Estado. Secretaria de Educação e Cultura. **Quinta e Sexta Séries do Curso Primário**; Planejamento de Artes Industriais, Programa de Economia Doméstica, Projeto das Oficinas, Formação dos Professôres. p.4.

⁵⁷ Ibid. p. 3.

⁵⁸ Ibid.

4978\64, que estabelece o Sistema Estadual de Ensino, cujo objetivo entre outros era o “*preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio*”⁵⁹.

O projeto de “modernização” do Estado não poderia prescindir da educação. A industrialização paranaense passava pelas questões de infraestrutura e de qualificação de mão-de-obra. Nesse sentido, Braga investiria na educação, havendo um aumento significativo da dotação orçamentária nessa área, no período 1963-64, conforme estudo do IPARDES⁶⁰. Investiria, inclusive, no ensino médio com vistas a uma adequação da mão-de-obra : “(...) para uma redistribuição de trabalho”, conforme ele afirmava.⁶¹ Dessa forma, realiza uma reforma de ensino em 1962, através da Lei Estadual de Diretrizes e Bases da Educação e do Plano Estadual de Educação. Ele a justificaria pela necessidade de organizar um sistema de ensino ajustado às “(...) necessidades quantitativas e qualitativas do nosso desenvolvimento.”⁶²

O atual Govêrno do Paraná, por sinal, encara a Educação não só como um dever do Estado, mas inclusive como um *fator de desenvolvimento econômico*, pelo que pode representar como *qualificação do trabalho humano*, abrindo novas perspectivas de *emprego especializado*. Dentro dessa concepção foi que se introduziu no Paraná, por iniciativa da administração empossada em janeiro de 1961, a elevação de 4 para 6 anos do curso primário, com a implantação do *ensino de artes e ofícios industriais* nas últimas duas séries, o que assegura um preparo elementar para os menores que, de acordo com a Constituição Federal, podem exercer atividade remunerada acima dos 14 anos. (...) O Paraná é, assim, um dos primeiros Estados do Brasil a responder às recomendações de Punta del Este sôbre os problemas do ensino relacionados com o desenvolvimento das áreas em processo de desenvolvimento e industrialização (sem grifo no original).⁶³

Dentro desse espírito cria escolas para dar habilitação profissional. Através de convênios com o Ministério da Educação e Cultura constrói ginásios e oficinas industriais. Segundo ele :

⁵⁹ PARANÁ, Governo do Estado, Secretaria de Educação e Cultura. **Programa de Ensino Primário do Paraná**. 1967. Art. 1, alínea e.

⁶⁰ IPARDES. op. cit. , 65 e 68.

⁶¹ PARANÁ, Governo do Estado. **Mensagem ...**, 1962. p. 57.

⁶² _____. 1962, p. 52.

⁶³ _____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Sr. Ney Aminthas de Barros Braga**. 1965. p.86-87.

(....) no exame da atuação paranaense notamos uma crescente demanda no sentido de aumentar os núcleos urbanos, favorecendo a implantação de um setor da economia — o secundário — que exige mão-de-obra capacitada para enfrentar a estrutura industrial.⁶⁴

O crescimento demográfico e a urbanização recente, dessa forma, reorientam a economia do Estado e a “arte” de administrá-lo, gerando-se nessa nova relação de força, também, novas exigências e novos saberes. Um nova demanda leva à instalação de um outro tipo de escola. Não mais apenas o ensino acadêmico que prepara para os cursos superiores, mas uma escola que visa a especialização profissional, embora destinada às classes trabalhadoras que podem (e precisam) ingressar no mercado de trabalho ainda na adolescência. Não importa se essa preparação técnica é geradora ou não de um novo saber tecnológico ou científico — o que não interessava ao modelo de desenvolvimento industrial do país, naquele momento, conforme podemos verificar nos programas dos cursos de Artes Industriais⁶⁵ —, mas é relevante a necessidade de disciplinamento e controle político das aspirações da população, que adensa as cidades paranaenses. Tal necessidade, assim como o impulsionamento gradativo para a racionalidade, é imperativa para o projeto político-econômico que se pretende desenvolver e consolidar.

Os programas do ensino primário, organizados por objetivos, hábitos e atitudes que devem ser desenvolvidos, e conteúdos mínimos a serem ofertados, já na administração de Pimentel, trazem a marca da normalização e do disciplinamento para o liberalismo político na forma da cidadania e respeito aos valores e instituições democrático-burgueses, e no enaltecimento ao trabalho. Preparar as forças de trabalho para sua utilidade e docilidade, como vimos com Foucault. Destaquemos alguns fragmentos desse programa, através da citação de alguns objetivos e habilidades a serem desenvolvidos na área de Estudos Sociais :

Levar o aluno a reconhecer, de maneira, a mais objetiva possível, que o trabalho de equipe favorece a realização do indivíduo, através de sua participação ativa nos grupos que compõem a vida democrática.

...

Fortalecer-lhe as qualidades morais e cívicas através da apreciação do desenvolvimento do Brasil, valorizando o trabalho do homem através de aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos que caracterizam a era atual.

⁶⁴ _____. *Mensagem ...*, 1963. p. XVIII.

⁶⁵ Esses, embora voltados à realidade da economia local, oferecendo o desenvolvimento de habilidades nas áreas industriais de madeira, metal, eletricidade e cerâmica, e previram “estudos e experiências em termos de realidade, desde o manejo da mais simples ferramenta até a solução de problemas no planejamento do trabalho”, limitavam-se à mera preparação de mão de obra, para o modelo industrial que se implantava, sem dar conta da difusão dos conhecimentos técnicos e científicos, que embasariam a criação de uma tecnologia e industrialização nacionais. Ver : PARANÁ. Governo do Estado. *Quinta e Planejamento de Artes Industriais para o Curso Complementar*. 1963. p.p. 14 a 52.

Prepará-lo para tornar-se bom, útil e eficiente cidadão de sua Pátria.

...

Levar o aluno à compreensão da necessidade de ser membro produtivo da comunidade, desenvolvendo-lhe o senso de responsabilidade e o interesse pelos problemas nacionais.⁶⁶

Ainda, desenvolver as habilidades, hábitos e atitudes:

respeitar aos pais, professores e pessoas mais velhas;
valorizar e apreciar o trabalho desenvolvido por aqueles que cooperam para o bem-estar do grupo — escola, família, etc.

Perseverar no trabalho;

dominar-se, ser assíduo e pontual;

trabalhar em conjunto e ser solidário;

respeitar e amar a Pátria e seus símbolos;⁶⁷

...

As novas demandas, de outra parte, geram novos procedimentos que, por sua vez, exigem a criação de estruturas para sua execução. Assim, como se criou a CODEPAR, órgão já citado, para estimular e disciplinar o desenvolvimento econômico, na educação, criou-se ainda na gestão Braga, a FUNDEPAR — Fundação Educacional do Estado do Paraná —, entidade sem fins lucrativos, cujo objetivo era administrar o Fundo Estadual de Educação, com recursos constituídos de contribuições locais (3% sobre o Imposto de Vendas e Consignações, contribuições da União, inclusive do Fundo de Ensino Primário, Médio e Superior, contribuições de empresas industriais e de proprietários rurais; donativos; auxílios e subvenções de produtos de operações bancárias). Esse organismo, no decorrer do desenvolvimento de suas atividades, acabou por assumir, também, um papel relevante na produção de um saber necessário para o gerenciamento da população e, em especial, da população escolar —, produzindo dados estatísticos e informações para o controle e normalização do setor de ensino.

Entre as questões que preocuparam a administração de Braga quanto ao ensino está, também, o analfabetismo, criando-se uma campanha de combate ao analfabetismo, chamada MECA — Mobilização Estadual Contra o Analfabetismo, sob uma ótica exclusivamente liberal – democrata-cristã :

estamos convocando o nosso povo, no afã de recuperação dos brasileiros analfabetos que vivem em nosso Estado, a fim de que, alfabetizados e melhor preparados para a vida, possam nas zonas rurais ou centros urbanos, alcançar níveis de vida compatíveis

⁶⁶ PARANÁ. Governo do Estado. *Programa ...* 1967. p. 41 e 46.

⁶⁷ *Ibid.* p. 42.

com a dignidade da pessoa humana.⁶⁸

O governo de Pimentel, por seu lado, volta sua atenção mais para o problema da repetência e da evasão escolar, lançando uma campanha com o slogan “Nenhuma criança sem escola e nenhuma escola sem professora”⁶⁹, o qual acaba por revelar a precariedade da estrutura educacional, que não difere muito de hoje. Paralelo a isso, desenvolve um esforço no sentido de solucionar o problema de falta de verbas para a educação. Esse pelo menos era o efeito de verdade de um discurso articulado de modo mais explícito a uma política determinada por interesses externos. Inserido no projeto de internacionalização do país, firma convênios com o Departamento Nacional de Educação e a Agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento Internacional — USAID —, recebendo verbas do governo norte-americano, através do programa “Aliança para o Progresso”, destinadas à merenda escolar. Estamos no auge do imperialismo norte-americano e sua política de segurança na América Latina, como forma de impedir o avanço da revolução de cunho socialista e consolidar sua própria hegemonia.

Pimentel, tal como Braga, com relação ao gerenciamento da população, reorienta o estado para um “novo” modelo econômico e social — a industrialização —, a qual enfrenta um grande obstáculo — a ausência de mão-de-obra especializada. Por isso seu discurso produz uma “verdade” sobre a educação. Essa é considerada como “(...) uma das metas básicas dentro da política de mobilização dos recursos humanos para o desenvolvimento.”⁷⁰ Estimula a expansão do ensino técnico, instituindo um programa chamado Ginásio de Orientação Industrial, em 1966, resultado de compromisso do Estado assumido com o Ministério de Educação.

Apesar da existência de projetos desse tipo, hoje sabemos, nem o Estado, nem o país alcançaram êxito significativo com as políticas de formação de técnicos suficientemente preparados para o desenvolvimento de tecnologia própria. Segundo Pimentel :

a escassez de pessoal técnico em nível de empresa é quase calamitosa no Paraná. Numerosos empreendimentos deixaram de ser iniciados ou não levados avante tão somente por falta do elemento humano adestrado, da mão-de-obra especializada e de

⁶⁸ Mensagem, 1963. p. 57.

⁶⁹ PARANÁ, Governo do Estado. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Sr. Paulo Cruz Pimentel. 1968. p. XXII.

⁷⁰ _____. Mensagem ... , 1970. p. XXII.

Em documento elaborado na década de setenta, por técnicos da Secretaria de Educação e Cultura⁷², há uma crítica à escola e à prática pedagógica que não corresponderam às necessidades de uma sociedade progressivamente urbanizada e industrializada. Segundo o mesmo, a estrutura ainda acadêmica e pretensamente desinteressada não prepara efetivamente para o relacionamento produtivo ou econômico; as tentativas de vincular-se ao elenco de matérias da escola média, alguma “prática educativa”, sem contudo interferir sobre a estrutura da escola e do ensino (aqui, acrescentaríamos, à estrutura da sociedade) tendeu a desvirtuar-se, não atingindo os objetivos de oferecer os elementos fundamentais da tecnologia e da ciência contemporâneas. As experiências realizadas com a criação de ginásios e colégios orientados para alguma atividade produtiva, acabaram por não dar nem a formação básica cultural nem a habilitação específica. Esta é, ainda, com pequenas excessões, a realidade do ensino profissionalizante em nosso país.

Se as práticas de governo desse período acabam por evidenciar um discurso produtor de uma verdade, orientada ao desenvolvimento, racionalização e modernização da sociedade, seja numa primeira fase com Camargo, Tourinho, Ribas, Lupion e Bento e o discurso do povoamento, colonização e expansão agrícola; ou numa segunda fase com Braga (na década de sessenta e mesmo em oitenta, em segunda gestão) e Pimentel (e outros dirigentes da década de setenta como Emilio Gomes) com o discurso da industrialização, podemos concluir que, embora os enunciados desses discursos obedeçam a regimes de poder de certo modo diferenciados, por estarem determinados pelo grau de desenvolvimento do Estado em cada etapa (expansão agrícola\acumulação de capital e urbanização\ industrialização, respectivamente), na sua essência não houve uma ruptura significativa, porque o regime de poder norteador da economia do discurso era único durante todo o percurso — estava em ação o projeto de consolidação do capitalismo para atingir a civilização urbano-industrial.

Independente da “verdade” que seus enunciados intencionavam construir, as questões do trabalho e da cidadania estiveram presentes todo o tempo, como pudemos comprovar. O que estava em curso, no Paraná, era a revolução democrático-burguesa. Os fundamentos centrais dessa revolução social localizam-se no liberalismo econômico e no racionalismo, com vistas ao desenvolvimento e à superação do atraso econômico-social do ponto de vista do capitalismo; e na democracia parlamentar como suporte político desse desenvolvimento econômico. Esses são os pressupostos do desenvolvimento

⁷¹ _____. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Sr. Paulo Cruz Pimentel. 1966.p.XV.

brasileiro e paranaense, delimitado economicamente pela ideologia liberal burguesa e politicamente pelo parlamentarismo. O que está em cena é um projeto político, econômico e social capitalista e burguês, inserido dentro de um sistema mais amplo e a ele e nele se alimentando — o capitalismo internacional e monopólico.

A marca discursiva que permite estabelecer uma diferenciação tênue entre as práticas de governo analisadas consiste na definição exata do conceito de desenvolvimento e modernização adotados nas práticas executadas.

Assim, para Ribas, o desenvolvimento do Estado está articulado com a necessidade da expansão agrícola, colocar o Paraná na posição de “celeiro do país”, iniciar para tanto sua colonização. Para Lupion e Bento, há uma certa continuidade na política anterior, dado o estágio de desenvolvimento do Estado. Para eles, o Paraná é uma “terra de potencialidades” que não pôde alcançar êxito, em face do déficit populacional; desenvolvê-lo é, portanto, estimular seu crescimento demográfico, é ocupar seus vazios. O Paraná precisa de gente e gente preparada que conheça o “manejo” da terra e das ferramentas para trabalhá-la. A CAFE DO PARANÁ visa dar os recursos à mecanização e diversificação da lavoura, à homogeneização e instrução dos trabalhadores rurais para a concepção de desenvolvimento que se produz naquele momento.

Braga e Pimentel, ao contrário, apontam outro déficit — o de infraestrutura e de capital. O Paraná exige modernização, seja da economia, seja da máquina de governo. Esta significa diversificação de sua produção, racionalização administrativa, produção de saberes específicos, disciplinamento e preparação de mão-de-obra especializada. A CODEPAR, dessa forma, propicia recursos internos ou externos ao desenvolvimento industrial e desenvolve uma política para ampliação das redes de transporte, comunicação e energia. O estágio de desenvolvimento local se aproxima mais do desenvolvimento internacional, com a civilização urbano-industrial e o imperialismo monopólico. Logo, as categorias teóricas que sustentam o modelo econômico começam a assemelhar-se num e outro caso — o modelo econômico nacional e o internacional : a intervenção estatal, a racionalização, a modernização.

Por outro lado, como suporte de um discurso de “desenvolvimento” e de “modernização”, inserido que está no processo revolucionário em curso — de uma revolução muito específica, a liberal-burguesa —, produz-se um outro discurso legitimador das ações governamentais, com um outro “efeito de verdade” : um sentido social é dado a esse desenvolvimento, em face do crescimento acelerado das camadas populares. Sendo assim, para Braga, dentro da sua concepção democrático-liberal-cristã :

Se nos concentrarmos exclusivamente no aproveitamento dos recursos materiais que temos à nossa disposição, correremos o risco de esquecer porque e para que devemos aproveitá-los. Nenhum sentido terá a abertura de estradas e a

construção de usinas; a instalação de indústrias e o amparo à agricultura, se esquecermos que esse esforço só será válido em *função do bem-estar que poderá proporcionar ao homem*⁷³ (sem grifo no original).

Quer seja a fala de Ribas e os seus propósitos de povoamento e crescimento agrícola, quer seja a fala de Lupion e Bento e as suas intenções de colonização, quer a de Ney e Pimentel e os projetos de industrialização, não importa o que exige o grau de desenvolvimento do capitalismo — o sentido social e “democrático” justifica a orientação desenvolvimentista :

Esse é o maior desafio que temos à nossa frente, impondo a necessidade urgente, não só do aumento físico da produção, mas especialmente do aumento da produtividade para *elevação do padrão de vida da população*. O objeto primordial do programa de governo para o período 1966\70 baseia-se na concepção do desenvolvimento como um processo contínuo de elevação dos padrões de vida de toda a população, decorrente do aumento da produtividade dessa população, obtida pela sucessiva introdução de novas técnicas de produção. Mas essa concepção não é em si suficiente. É *necessário que o desenvolvimento integre em seu processo, todas as camadas da população, todos os setores de atividade, todas as manifestações da existência humana*. A isso chamamos o desenvolvimento integrado que informou nossa plataforma de candidato e se converte em filosofia de governo⁷⁴ (sem grifo no original).

As relações de forças do período analisado não apenas (re) produzem um determinado poder e um determinado saber, como suas práticas recortam-se em enunciados discursivos com um “efeito de verdade” mai ou menos homogêneo, que responde a essas relações de forças presentes no local de produção da história — a revolução democrático-burguesa em curso. O que estava em jogo era a consolidação de um poder burguês e capitalista. Este à medida que se constituía e consolidava gerava paralelamente um incremento nas forças trabalhadoras, as quais não apenas eram necessárias para a manutenção do ritmo do desenvolvimento, como tornava-se imperativo o seu controle e relevante a sua legitimação ao poder burguês.

Ao mesmo tempo que crescia em termos absolutos o número de trabalhadores assalariados, sobretudo com o processo de migração e urbanização (no caso do Paraná, intensificado nas décadas de cinquenta e sessenta), aumentava a sua importância política e, paradoxalmente, aceleravam-se os mecanismos para o disciplinamento de sua força política, nos quadros de uma perspectiva revolucionária, dentro da tradicional noção desse processo de ruptura, conforme estudos apontados nos capítulos anteriores. Perspectiva essa muito mais presente no imaginário da contra-revolução, produzida pela guerra

⁷³ _____. *Mensagem ...*, 1961. p. VIII.

⁷⁴ _____. *Mensagem ...*, 1966. p. XVI-XVII.

fria e pela política imperialista da segurança nacional, do que nos movimentos de trabalhadores, que de forma desorganizada e inorgânica deixaram-se envolver mais por questões corporativas, disciplinados pelos interesses e moral burgueses, do que por outras de avanço histórico. Não é por acaso que o Governo norte-americano apoiou o golpe de Estado em 1964.⁷⁵

Dentro desse referencial de capitalismo local em descompasso com o capitalismo internacional e, mais que isto, por suas condições históricas no bojo do imperialismo e de sua política de segurança nacional elaborada para os países da América Latina, o país viveu duas décadas de um regime militar autoritário, que permitiu a consolidação das relações com o capital internacional, mantendo a todo custo um controle férreo sobre o desenvolvimento nacional e sobre a vontade política da população, afastada à custa de disciplina e repressão de qualquer indício de um movimento revolucionário de cunho socialista.

Enquanto no mundo europeu e norte-americano a típica “sociedade de bem estar social” teria conduzido, segundo alguns teóricos, a um apaziguamento quanto aos ânimos revolucionários mais radicais e ao seu disciplinamento estrutural, a situação nacional de duas décadas de abstinência e liberdade políticas, gerou uma determinada peculiaridade, sobretudo no discurso político dos governos brasileiros do período de redemocratização — década de oitenta —, pós-governo militar. Se no plano internacional, o processo de consolidação da sociedade capitalista industrial e financeira e a conseqüente sociedade disciplinar, que aí é gerada e solidificada, encaminha não mais para a revolução universal, mas para o seu caráter molecular, conforme já assinalado, as especificidades históricas, no território nacional, encaminham um discurso pretensamente revolucionário. Esse caráter claramente expresso na educação, seja nas políticas públicas nacionais ou estaduais, seja no discurso acadêmico sobre a educação, refletindo-se no discurso legal\constitucional (ao menos na sua fase inicial), articulam-se com a noção de revolução gradual, produzida a partir do desenvolvimento da consciência histórica, vontade política e crítica, enfatizando o papel que a educação e o intelectual orgânico poderiam exercer para a transformação social, sob a influência marxiana via Gramsci, que entra no país com a “(re) abertura democrática”.

A explicação para tal “verdade discursiva” só pode ser encontrada num rescaldo tardio dos ímpetus revolucionários reprimidos durante o período militar ou, mais que isto, poderíamos indagar : o “efeito de verdade” desse discurso revolucionário aponta para a consciência do recuo de tal movimento no plano internacional, num momento em que na ordem mundial já está presente uma outra concepção — a de revolução molecular, desde o final da década de sessenta, em face das mudanças operadas pelo capitalismo, gerando formas de reprodução? A heterocronia do desenvolvimento econômico brasileiro operou também a

⁷⁵ _____. Ver PARKER, Phillis R. 1964 : **O papel dos Estados Unidos no golpe de 31 de março**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1977.

heterocronia do seu desenvolvimento político e cultural?

A história muito provavelmente nos dará as respostas, mas de qualquer forma ela já indica algumas tendências. O neo-liberalismo que se propaga vertiginosamente na esfera internacional e nacional, na década de noventa, refletindo-se também no discurso da educação, que há pouquíssimo tempo apresentava discurso mais radical, mostra tal tendência. O que está em questão, como dizia Foucault, é a desejabilidade da revolução, obscurecida pelo regime disciplinarizador e reprodutor. Este, porém, é um problema para outras pesquisas.

***5. À guisa de conclusão:
o que é ser contemporâneo do presente?***

Quando lembramos, no início desse trabalho, do jogo de palavras de Debray e Weffort sobre ser contemporâneo do presente ou contemporâneo do passado, conforme Anderson, nos perguntamos : qual passado e qual presente?

O estudo realizado sobre o discurso da utopia revolucionária e suas mutações no decorrer do desenvolvimento do capitalismo mostra “diversos passados”, diferentes leituras e várias estratégias num mesmo percurso histórico, que vai do final do século XIX ao século XX. Ensaíamos algumas hipóteses para essas transformações, que, ao curso do trabalho, foram esboçadas com a ajuda dos autores analisados.

É esse o grande desafio aos historiadores? Se está reservado ao intelectual encontrar o projeto, as táticas e os alvos de que necessita, no sentido de contribuir para uma percepção densa, de longo alcance da sociedade e dos seus mecanismos de estruturação, cabendo-lhe o papel de fornecer os instrumentos de análise — e esse é, essencialmente, o papel do historiador, segundo Foucault—, como saber se a revolução é ainda o imperativo categórico de nossa época? Se a temática está presente em nossos pensamentos e em nossa prática — a exploração, a miséria material, psicológica, cultural, moral e a violência persistem em nosso mundo — cremos que ela ainda seja imperativa. Fala-se hoje no fim da história. Para alguns esse término é a impossibilidade da utopia do século XIX, a inviabilidade de uma sociedade sem classes, o fim do socialismo, sendo a perspectiva contemporânea a da mudança posta apenas pela via da democracia liberal ou da social-democracia, a exemplo dos países capitalistas mais avançados.

Nessa perspectiva, não existiria a possibilidade de se alcançar uma sociedade “justa”? Esse era um ideal do século XIX? A igualdade, liberdade e fraternidade eram apenas mitos da modernidade? Se a afirmativa é positiva, as mudanças que fazem parte da natureza histórica da humanidade conduziram a que tipo de sociedade — a um mundo melhor ou à barbárie? Alguns pensadores ainda se prendem à idéia de uma sociedade viável. Através de quais estratégias poderíamos chegar a ela? As teses de qual das Internacionais Comunistas teriam sido vitoriosas? As da III Internacional parece que terminaram em ruínas com os últimos acontecimentos no Leste, ao passo que as da II Internacional parecem ter sobrevivido, porém, de forma cada vez mais estéril, segundo Anderson. A democracia social europeia só conseguiu realizar, no pós-guerra, serviços de bem-estar social e de pleno emprego. “Hoje, os clássicos bastiões nórdicos da democracia social estão, pela primeira vez, desde a década de 20, sob governo predominantemente conservador. (...) Nenhuma das correntes políticas que se dispuseram a desafiar o capitalismo neste século tem hoje moral ou fôlego.”¹

¹ ANDERSON, Perry. *O fim da história* ... p. 119.

Nesse sentido, quais estratégias revolucionárias teriam sentido histórico, hoje? A de Marx e das correntes marxistas, sejam ortodoxas ou não, com uma revolução natural, espontaneísta, determinada pela legalidade econômica e levada à revolução explosiva — revolução de assalto a um aparelho central de Estado —, induzida ou não pela conscientização histórica e organização política de uma classe; Gramsci, com uma revolução processual, revolução permanente, “revolução sem revolução”, tendo como palco a organização e luta da classe dominada — o proletariado — contra a hegemonia da classe dominante — a burguesia —, também induzida pela conscientização e, principalmente, pela vontade política oportuna; Lukács, com a sua guerrilha, as revoluções intermitentes — as “teilaktionen” ou com a democracia popular avançada, tanto quanto a proposta de Gramsci apoiada nos conselhos operários ou a revolução cultural; a social-democracia, com o Estado parlamentar e a organização racional deste; Foucault, com a revolução-resistência cotidiana, como a chamamos, ou revolução molecular? Teria sentido falar em revolução foucaultiana? Estaria a mesma incluída no fim (finalidade) da história? Façamos um parêntese para a compreensão dessa questão.

Embora em uma determinada fase de sua vida (principalmente após 1968), Foucault, como filósofo engajado que adentrou o campo da história, tivesse uma vida intensa de intelectual militante (participou ativamente nos combates políticos mundiais das décadas de setenta e oitenta — na França, na Tunísia, na Polônia, no Irã, na Alemanha e outros países do Leste, ao lado de grupos maoístas e esquerdistas), em sua produção teórica empenhou-se, especialmente, em desvendar as tramas de dominação e disciplinamento da sociedade, inclusive no campo acadêmico. Mas, não apontou especificamente formas de enfrentamento a elas. Não discutiu como o louco poderia livrar-se do hospício, nem como o detento poderia enfrentar o controle disciplinar no presídio ou na sociedade, limitando-se a evocar vagamente, ao final de seu livro *Vigiar e Punir*, “os rumores da batalha”, embora participasse de grupos de defesa aos presidiários, dentre outros, como movimentos feministas, homossexuais, etc.

Seu objetivo de pesquisador, na esteira de Nietzsche, no entanto, foi outro : desmontar os discursos científicos em seus enunciados “verdadeiros”, negando radicalmente, se preciso — e o foi —, a História (não a história dos acontecimentos, da trama constituidora dos poderes e dos saberes — esse foi seu método —, mas aquela da filosofia, interpretada como a única, universal e absoluta, resultado também de um mecanismo de poder) ou o sujeito, seja ele transcendental — o homem que se colocou no lugar de Deus, a partir do iluminismo — seja ele perdido numa razão social, o sujeito coletivo. Sua intenção era enfatizar o resgate do saber sem sujeito — o saber constituidor do indivíduo —, a trama histórica que constituiu o indivíduo a partir do século XVI, com o desenvolvimento das relações capitalistas. Mesmo que para isso

tivesse que decretar a “morte” do homem e da História. Conforme explica Robert Castel num artigo sobre *História da Loucura*:

A tradição acadêmica seguida por Foucault (Brunschwig, Bachelard, Canguilhem) questiona a pretensão de verdade dos discursos científicos e suas condições de possibilidade aquém do limiar de reflexividade, a partir do qual a história clássica das ciências se desenrola como uma interdependência de puras produções da mente.²

Contudo, a análise de suas obras acabam apontando um resquício humanista e historicista, dos quais não conseguiu desvencilhar-se completamente como um perfeito estruturalista poderia pretender, na medida em que : primeiro, ao procurar a constituição do saber sem sujeito, reconstitui o processo de formação da individualidade na sociedade disciplinar — o homem enquanto indivíduo surge pela táticas disciplinares impostas e necessárias ao desenvolvimento das relações capitalistas, sendo o poder disciplinar intrínseco à própria estrutura do regime, correndo paralelo a outras táticas políticas e estruturais nesse processo constituidor do homem moderno — seu objeto em última instância; segundo, o caráter disciplinador da sociedade capitalista, como um mecanismo reprodutor desse regime de poder, indica o seu traço historicista; ele trata de uma sociedade específica, determinada pelas suas condições históricas, embora enfatizando a impossibilidade da ruptura histórica por tal reprodução da economia de poder.

Resta de definitivo que muitas pesquisas ainda precisam ser realizadas, análises comprometidas com o desvelamento dos mecanismos de funcionamento da sociedade em que vivemos. Os estudos de que dispomos e aos quais recorreremos — aqueles que por nossa experiência de vida e de atuação acadêmica ou profissional tivemos oportunidade de acesso e que mais nos sensibilizaram — nos trazem algumas indicações. Tentamos recuperá-las para podermos estabelecer algumas conclusões que, evidentemente, são apenas hipóteses provisórias, na exigência de mais estudos e análises empíricas.

Estudamos com Marx e outros marxistas que a base objetiva da crítica socialista ao capitalismo — a esperança de transcendê-lo historicamente — está na natureza progressivamente social das forças de produção industrial, tornando a propriedade privada das mesmas incompatível com a própria lógica do desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, o agente social capaz de assegurar a transição para uma nova relação social de produção era o trabalhador coletivo — a classe trabalhadora —, produzido com a industrialização moderna e cuja organização permitiu vislumbrar os princípios de uma sociedade futura. A principal instituição dessa sociedade seria o planejamento deliberado do produto

² CASTEL, Robert. "Les aventures de la pratique", Le Débat, no. 41, p. 42-43. Citado por DIDIER, Eribon. *Michel Foucault 1926-1984; uma biografia*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 131.

social por seus produtores livremente associados, participando em comum dos seus meios de subsistência básicos. O valor fundamental dessa ordem seria a igualdade, que consistiria na distribuição de bens apropriada às necessidades de cada um e de tarefas adequadas ao talento de cada cidadão — uma sociedade sem classes.³

Contudo, observamos que a “classe revolucionária” — o proletariado industrial —, gradualmente não apenas foi reduzida quantitativa e relativamente em relação as outras categorias de trabalhadores (crescendo numericamente a classe trabalhadora em geral), à medida do desenvolvimento das forças produtivas, como seu ímpeto transformador foi pouco a pouco sendo dobrado por mecanismos diversos.

Vimos com Lenin que a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopólico de Estado, a partir do século XIX, representou mudanças estruturais na sociedade capitalista, estabelecendo-se novas condições econômicas, significando — para ele — a crise “definitiva” do capitalismo e o assentamento das bases para o socialismo. Ao nosso ver, o conteúdo central dessas transformações provavelmente está menos na mudança radical, na passagem para o estado socialista, e mais na manutenção do equilíbrio da reprodução capitalista, através de novos e cada vez mais poderosos e sutis mecanismos disciplinadores e reprodutores dessa sociedade.

Com Altvater percebemos, ainda, como as mudanças referidas naquela transição significaram, também, rearticulações ao nível da superestrutura, sobrevalorizando categorias antes negligenciadas como o poder, na medida de sua emergência histórica, tanto ao nível do Estado, quanto do capital e do proletariado, devido à natureza e a forma pela qual a burguesia rearticulou-se: através de mecanismos de poder econômico-político, representados pelo capital monopólico, pela intervenção do Estado e pela emergência do movimento operário organizado, interferindo na regulamentação e controle da economia e nos interesses do lucro capitalista.

A tal ponto recrudescceu a intervenção política que o poder de uma categoria superestrutural passou a ser compreendida como uma categoria inserida na própria natureza do capitalismo, portanto, em sua estrutura, conforme acreditava Foucault — as relações de poder estão imbricadas no sistema, disciplinando e normalizando a sociedade e os corpos, gestos e comportamentos dos indivíduos, interiorizando-se neles e produzindo paralelamente saberes. Embora fugindo das categorias marxistas, Foucault não consegue desvencilhar-se completamente, quando, por exemplo, dá realce às correlações de forças — relações de poder e de saber (lembrando vagamente a oposição entre as classes, em que pese a negação do sujeito, seja molecular seja coletivo), ou quando fala em rupturas (discursivas ou práticas), ou, ainda, quando, embora não coloque

³ ANDERSON, Perry. *O fim da história* ... p. 119-120.

claramente em todo o seu discurso, mantém implícita a luta contra o poder burguês e capitalista.

As condições de existência sócio-econômica, política e histórica dos atores sociais determinariam não apenas as formas estratégicas escolhidas para a (re) estruturação econômica e política — porque monopólio, porque intervenção, porque racionalização, porque regulamentação social, porque disciplinamento, etc. — como interfeririam na leitura dos mesmos sobre aquela realidade, produzindo discursos “verdadeiros” e “universais” sobre a realidade, segundo a interpretação marxiana ou marxista ortodoxa ou não, sob os escombros do dogmatismo stalinista (Marx, Engels, Lenin, Gramsci, Lukács ou outros) ou discursos com “efeitos de verdade”, elaborados no interior de dadas relações de poder, constitutivas de um dado regime de poder e de saber — um regime de verdade, como assinalou Foucault.

Por outro lado, historicamente o ascenso do movimento operário possibilitou a elaboração de um discurso e de uma prática onde este agente social foi privilegiado. O regime de um poder que emergia permitiu um discurso com o efeito de uma “nova” verdade e um “novo” poder - o do proletariado.

No decorrer da história, entretanto, contrariamente à crença socialista, a classe trabalhadora industrial não apenas vem reduzindo-se proporcionalmente à população mundial (embora tendo crescido em números absolutos) como a internacionalização da civilização industrial, ao invés de contribuir para a sua organização e coesão, vem servindo muito mais a sua dispersão e fragmentação. Cada vez mais torna-se muito difícil e complexo conciliar interesses de uma costureira asiática com os de um funcionário norte-americano ou um operário metalúrgico brasileiro ou um trabalhador russo ou japonês.⁴ Por outro lado, a relação antitética do capitalismo — capital e trabalho — não existe se não referenciada mutuamente. Ambas as categorias pertencem a um mesmo regime de poder, embora possam ter interesses antagônicos, os quais no decorrer do desenvolvimento desse mesmo regime parecem ter atenuado. Aqui, levantamos mais uma dúvida : seria possível cada uma delas sobreviver de per si. Fatalmente a sociedade seria outra e a própria classe sobrevivente também.

Vimos que tanto as correntes marxistas — e o próprio Marx — quanto as correntes social-democratas ou revisionistas “deixaram-se” envolver pelo fetichismo das relações de produção para a troca, na medida em que : 1) separaram a produção da circulação; 2) sobrevalorizaram esta, dando-lhe um poder que sobrepuja as leis imanentes da economia e um efeito “radicalmente transformador”, que não existia; 3) negligenciaram a natureza do capitalismo e tomaram-na como uma nova estratégia — a racionalização —, da qual decorre a intervenção estatal, as condições monopólicas de produção e circulação e a regulamentação social.

⁴ Ibid., p. 120-121.

Sabemos, hoje, que o planejamento centralizado, que estava na essência da teoria do imperialismo monopólico, não apenas está em ligação direta com a racionalidade do capitalismo, como realizou “notáveis proezas em condições de cerco ou de guerra, tanto em sociedades comunistas quanto capitalistas”, a partir do século XX. Mas, em condições de paz, os países comunistas provaram ser esse tipo de planejamento “incapaz de dominar o problema de coordenação em economias cada vez mais complexas, redundando em desperdício e irracionalidade que excedem com grande margem os registrados no mesmo período em sistemas de mercado...”⁵

Pesquisadores destacam o quanto parece que as idéias do socialismo não têm mais sentido hoje. De fato, o socialismo, como um regime concebido nas condições históricas do século XIX, encerra muitas ambigüidades. A socialização das forças produtivas, entendida como concentração física das unidades industriais realmente não tem mais significado. Mas, compreendida como interconexão técnica — a articulação de múltiplas unidades produtivas —, criou uma interdependência global inimaginável ao tempo de Marx, Saint-Simon ou Lenin. Estão aí as multinacionais para comprovar. Os trabalhadores manuais da indústria diminuíram (o desenvolvimento tecnológico já previa isso), porém os trabalhadores assalariados vêm crescendo num ritmo ímpar, à medida que o campesinato, no Terceiro Mundo, deixa o campo. O planejamento central no bloco soviético foi desacreditado, mas no mundo capitalista nunca ele foi tão complexo e amplo. A liberdade, denegrida como obstáculo ao progresso econômico, foi gradativamente ampliada como norma e reivindicação legal. Assinala Anderson : “As fontes do socialismo (...) não secaram assim tão simplesmente.”⁶ Enquanto o capitalismo absorveu pressupostos do socialismo, este cada vez mais se deixa penetrar por características da economia de mercado.

Observamos, também, no estudo realizado, como as estratégias e táticas políticas para a transformação social (e a crise do sistema capitalista já estava posta, desde o século passado, como pudemos verificar através de inúmeros sinais — apesar dos seus “sete fôlegos”) estiveram contaminadas por todas as condições e contradições da reprodução capitalista, apresentando-se ora como estratégias conservadoras e típicas do reformismo ou, no mínimo, de ausência de clareza dos mecanismos de estruturação do capitalismo e do processo de reestruturação do poder burguês; ora como estratégias utópicas e a-históricas, na medida em que supervalorizaram as condições para sua realização e subestimaram a capacidade rearticuladora e reestruturadora da economia de mercado.

Do ponto de vista teórico, pudemos verificar como as estratégias metodológicas foram prenes das condições históricas : quer servindo aos interesses burgueses, determinadas pelas necessidades de consolidação da sociedade de mercadorias; quer servindo à crítica mecanicista e neo-positivista

⁵ Ibid., p. 120.

⁶ Ibid., p. 121.

desta, servindo em instância final as suas exigências de manutenção; quer prestando-se a visões ingênuas vinculadas indiretamente às intenções de reprodução; quer prestando-se aos serviços de reestruturação do poder burguês pelo anacronismo (excesso de otimismo e domínio de uma concepção a-histórica e a-dialética em suas formulações).

Se houve mérito dos teóricos analisados (Marx, Engels e Lenin por denunciar radicalmente a sociedade capitalista), Gramsci, Lukács, Altvater e Foucault — foi ter tentado captar o problema fundamental da contemporaneidade, a forma pela qual a burguesia se reproduz : os mecanismos de reestruturação do poder burguês. Vencidas a surpresa e frustração históricas pela impossibilidade revolucionária ou, mais especificamente, pela inviabilidade de concretização do ideal oitocentista, do mito da modernidade — a formação de uma sociedade sem classes, justa e humana — (a partir de meados do século XIX e, sobretudo, nas primeiras décadas do presente século, na Europa), seja pela necessidade ou legalidade econômica, seja pela vontade política via pacífica ou guerreira, seja vinda “de baixo” — pelo proletariado — ou “de cima” — via prussiana —, e a história nos mostrou isso, resta entender como se reproduz “perpetuamente” em sua essência essa sociedade. As mudanças operadas têm peso revolucionário ou apenas de reprodução e manutenção ou as duas coisas ocorrem ao mesmo tempo? Ou mais uma vez a história prega peças aos seus atores, mistificando e mascarando a realidade, a ponto de dificultar-lhes de tal forma a sua compreensão e mesmo a identificação dos instrumentos, do alvo e da pesquisa que realizarão?

Por isso, retomamos : contemporaneidade a qual passado? Contemporaneidade a qual presente? Perfilhando-se, no presente, com a produção da representação do passado ou buscando aproximar-se das suas tramas de produção e reprodução? Se o homem é produto dessa trama, constituído nela e por ela, em sua individualidade, penetrado por ela em seu corpo, antes ainda de seu pensamento, como acreditava Foucault, aumenta a responsabilidade do historiador e do intelectual engajados. Como livrar-se do intrincado mecanismo de dominação produzido no interior de um regime de verdade? Isso é possível?

Em se tratando da realidade brasileira e da perspectiva de transformação revolucionária, qual passado e qual presente escolheríamos? Podemos dizer dos pensadores e historiadores analisados, que “efeito de verdade” produziram ? Satisfizeram nossa vontade de saber?

Sodré, nos quadros de análise da revolução burguesa brasileira, analisa os mecanismos de constituição das relações capitalistas, no Brasil, a partir do conceito marxista de capitalismo, cujas premissas básicas estão na existência das relações entre o capital (acumulação interna) e o trabalho (a proletarização do trabalhador, isto é, a disponibilidade de força de trabalho para vender). O autor investiga o surgimento desses pressupostos e os identifica em meados do século XIX, com a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, o que possibilitou a formação do trabalhador assalariado e a constituição dos primeiros capitais

nacionais com a proibição do tráfico negreiro (e o aproveitamento dos capitais imobilizados), os excedentes da agricultura cafeeira e a tributação interna.

Perfilhando-se ao marxismo ortodoxo e adequando as teses do paradigma teórico à realidade brasileira, entretanto, realiza algumas considerações interessantes. Entre essas, indica um conceito fundamental em sua análise (o qual emprestamos por adequar-se à leitura que fizemos.) Este é o conceito de heterocronia, resultado do desenvolvimento desigual entre o capitalismo brasileiro e o capitalismo internacional que leva a burguesia brasileira (“débil”, para ele) a aliar-se às forças tradicionais — o latifúndio e o imperialismo — contra o avanço das classes populares.

Nós acrescentaríamos a sua análise o conceito marxiano de divisão internacional do trabalho. Nesta, coube ao Brasil um papel específico — não mais que, prioritariamente, contribuir para a acumulação do capital internacional. Contudo, independente do grau de acumulação interna e da defasagem entre essa e a externa, a burguesia daí decorrente, não difere em termos de interesses : seja a classe burguesa nacional, seja a classe burguesa internacional, ambas buscam um e só objetivo — a exploração máxima do trabalhador e o crescimento acelerado do lucro.

De outra parte, esse historiador realiza a crítica contundente a outro conceito — o de populismo — considerado, nos termos em que foi empregado na história recente do país, como um mecanismo da reação conservadora, que nele tenta diluir os conflitos de classe e a natureza da revolução.

Considera que a revolução — e para ele essa é burguesa, na sua etapa liberal-democrática —, contando com a aliança do proletariado, levou a burguesia brasileira ao poder, realizando as especificidades do desenvolvimento burguês. Entre elas, as reformas do aparelho de Estado, a legislação trabalhista, programas nacionalistas, industrialização, sem contudo estar ainda concluída, daí a denominação de *revolução inconclusa*, cujo projeto em curso pressupõe o pleno desenvolvimento do mercado interno.

Prado Jr., por seu lado, centra seu esforço na indicação dos equívocos da estratégia da revolução democrático-burguesa, no Brasil. Inserido no referencial teórico marxista, elabora uma análise interessante, contestando algumas teses sacralizadas no paradigma da revolução democrático-burguesa. Dentre essas, destacamos a da natureza da estrutura agrária brasileira, que nunca foi feudal; ao contrário, insere-se desde as suas origens no sistema capitalista internacional — mercantil, que, posteriormente, tornou-se capitalismo industrial, financeiro, monopólico e imperialista, herdando a posição de ter-se originado nos centros culturais europeus, logo sendo integrante do capitalismo.

Nesse sentido, a essência das relações de trabalho, no Brasil, seja no campo ou na cidade, é de assalariamento, portanto, capitalistas, e as reivindicações dos trabalhadores — rurais ou urbanos — centram-se na melhoria das condições de trabalho e de emprego e não na posse da terra como o camponês europeu ou russo — que era o empresário da produção, enquanto aqui

essa função é do proprietário. Por isso, o impulso revolucionário fundamental para ele está no campo, na eliminação dos resquícios coloniais (remanescentes do escravismo colonial e não do feudalismo, que é diferente daquele), expressos na precariedade da vida rural brasileira. Precariedade essa que se reflete no desenvolvimento geral da sociedade. Sua estratégia revolucionária, embora se caracterize pelo conceito tradicional de tomada do Estado, numa perspectiva eminentemente economicista, lembra mais o processo gradual de desenvolvimento, começando pelo avanço das relações capitalistas no campo.

Outra tese importante a ressaltar é a que nega o papel progressista da burguesia nacional na revolução democrático-burguesa brasileira. Destaca a função relevante na política econômico-social do país de um setor da burguesia nacional — a burguesia burocrática —, que, vivendo ao redor dos aparelhos estatais, beneficia-se permanentemente dos negócios públicos, promovendo distorções entre os interesses públicos e privados. Pela sua posição privilegiada em relação ao outro segmento da burguesia nacional (aquela que se encontra fora dos círculos de proteção do Estado) acaba sendo capaz de atender interesses dos setores populares, aliando-se a eles. Os conflitos entre os setores da burguesia, seja a externa (ligada ao imperialismo), a “nacional” ou a burocrática, desse modo, estão mais ao nível da concorrência.

Aliás, no seio da burguesia, o historiador inclui, coerentemente, também a chamada “oligarquia” brasileira — estancieiros, fazendeiros, usineiros —, cuja ocupação fundamental (pelo menos a que tem maior peso na economia brasileira), a produção agro-pecuária, está voltada para o mercado, portanto, são todos capitalistas e burgueses, não havendo diferença em seu status sócio-econômico ou jurídico.

De Decca, mais próximo da historiografia inglesa, mas sem afastar-se do marxismo, centra sua análise na luta de classes e sua preocupação fundamental é contestar a história oficial, a história dos *vencedores*. Busca na trama dos conflitos e das representações o verdadeiro local de produção da história — a revolução democrático-burguesa, o sujeito histórico, o proletariado e as estratégias que possibilitaram a sua participação no processo revolucionário e, ao mesmo tempo, o colocaram à margem dele.

A sua leitura deixa razoavelmente claro o que está em jogo e que tipo de poder está por traz da trama histórica. A idéia da perspectiva revolucionária é a de revolução de assalto ao poder centrado no Estado — na etapa liberal-democrática — que leva a burguesia ao poder e boicota a emergência política do proletariado, restringindo sua participação aos limites impostos pela liberdade e interesses do projeto hegemônico da burguesia.

Paralelamente, trabalha com a idéia do poder centrado no organismo antiestado, no sujeito coletivo — o partido — relativamente forte, que consegue a hegemonia no interior do movimento operário e alcança a possibilidade de participar do jogo político. Ao mesmo tempo, realiza uma análise conjuntural da década de vinte, ao nível internacional, e identifica a estratégia do marxismo

internacional na proposta revolucionária brasileira nessa década. A viabilidade revolucionária prevista pela Internacional Comunista para os países como o Brasil, que não poderiam ser inseridos entre os países mais desenvolvidos do ponto de vista do capitalismo, era a democrático-burguesa (interpretação leniniana), como assinalamos.

Como a sua preocupação fundamental está em recuperar a voz silenciada dos “verdadeiros” agentes da história — o sujeito histórico —, ele acaba por indicar os mecanismos de cerceamento a sua participação : os limites impostos pela burguesia — o campo parlamentar e a repressão —, porém sem elaborar uma reflexão mais profunda da natureza desses limites (o que ainda está por ser feito), contentando-se em apontar o mimetismo da Internacional Comunista, do lado do movimento operário e, de outro lado, resgatando o poder da burguesia, que não era assim tão frágil como apresentara a historiografia oficial. Se o país vive um determinado regime de poder, inserido no mesmo regime do plano internacional, as relações dessa categoria social — a burguesia — são também internacionalizadas e, no estágio do capitalismo monopólico e imperialista, os interesses burgueses e capitalistas são, no essencial, também internacionalizados, estando, portanto, os conflitos ao nível da concorrência.

Embora críticos, inseridos no seio do revisionismo historiográfico brasileiro, em contraposição com as leituras positivistas e/ou tradicionais das décadas anteriores, os historiadores selecionados não escaparam ao modelo clássico da revolução democrático burguesa — pela via violenta ou processual. A questão central em suas análises continuou sendo a tomada do poder centralizado no Estado, a procura da “salvação” pela utopia revolucionária, provavelmente orientados pelas suas próprias condições históricas — momento da consolidação local de uma economia de poder burguês e capitalista.

Nesse sentido, reafirmamos a indagação : de qual passado devemos ser contemporâneos? Do passado constituído por representações sobre o passado, resultado de necessidades daquele tempo? Do passado constituído num determinado regime de poder e de verdade? Nossa resposta é pela negação a esse tipo de passado. Escolhemos o longo caminho (que ainda está por ser trilhado), o do passado a ser reconstruído nas tramas da própria história, na rede de dispositivos que constituíram as relações de poder. Tentamos optar pelo passado e pelo presente que procuram de certo modo abandonar a utopia (porque não a discutem diretamente, embora não a desconheçam enquanto busca de uma ordem mundial mais humana) e a substituem pela compreensão dos mecanismos de disciplinamento, das estratégias de reprodução do poder burguês, pelas formas de reação responsáveis pelo impedimento daquela utopia revolucionária. Ensaíamos algumas interpretações iniciais, que se constituem mais como hipóteses quanto às leituras realizadas, as quais demandariam, para complementação, de um estudo empírico minucioso e longo no tempo.

Retomamos, ainda, mais uma vez, a indagação sobre o presente. O presente do capitalismo tal qual ele se apresenta na região Sul do país ou aquele

que domina o sertão nordestino? Identificada essa oposição com o debate gramsciano da sociedade ocidental e oriental (capitalismo desenvolvido ou não), referencial que serve para compreender tanto o processo de transformação social quanto a dinâmica da história brasileira recente. Concorro com Weffort, que, inspirado em Marx, afirma : “temos que ser contemporâneos do presente mais avançado de nosso presente”.⁷ A atualidade define-se pela sua dinâmica e esta encontra-se nos eixos fundamentais, nas regiões mais desenvolvidas do ponto de vista da produção, seja material ou intelectual.

Dessa maneira, ensaiando uma resposta à revolução brasileira, perguntamo-nos se ela concretizou-se. Como Weffort, Prado Jr., Sodré, De Decca e outros pensadores brasileiros, somos testemunhas vivas de uma época em que esse país era, ainda, em grande parte oriental, ou seja, o eixo dinâmico do sistema capitalista brasileiro estava no campo, ligado à agricultura de exportação moderna. Muitos de nós viveram as mudanças operadas no perfil econômico-social do país em direção à modernização, ao capitalismo industrial e financeiro, sobretudo a partir dos meados dos anos cinquenta. Assistimos como as idéias sobre a revolução mudaram, tanto no mundo como aqui. Como afirma Weffort:

O Brasil dos anos 50 tornava verossímil a idéia da revolução, como a idéia de um grande acontecimento (ou conjunto de grandes acontecimentos) à volta do poder do Estado. (...) um grande acontecimento que haveria de constituir um novo começo para a história. (...) esta é também a idéia de revolução do século XVII de Cromwell e do século XVIII de Robespierre. Esta é a mesma idéia de revolução que encontramos na Rússia czarista, (...) do mesmo modo que a revolução chinesa, e, finalmente aqui perto de nós, as revoluções cubana e nicaraguense, de que revoluções com este perfil — o grande acontecimento à volta do Estado — são fenômenos de alguns casos de transição de uma sociedade agrária para uma sociedade urbano industrial.⁸

Obviamente, a consolidação do poder burguês e do liberalismo econômico e político exigiu, num primeiro momento (como vimos na história da constituição das nações-estados), a concentração do poder em um aparelho central. Logo, a idéia da revolução democrático-burguesa tinha como pressuposto esse tipo de poder concentrado à volta do Estado. Por outro lado, as mudanças ocorridas a partir da consolidação do capitalismo internacional tornaram o Brasil e o mundo de hoje “policêntricos”, para usar uma expressão de Weffort. Não há uma Paris, uma Petrogrado, uma Havana, uma Berlim ou uma Brasília, onde possam acorrer as tropas revolucionárias após o êxito, e dali podendo controlar tudo e todos. Não existe um Palácio de Inverno para tomar. O Palácio de Versalhes, o Palácio de Buckingham, a Casa Branca ou o Palácio da Alvorada

⁷ MESA redonda: A estratégia revolucionária brasileira. COUTINHO, Carlos N. WEFFORT, F. MACHADO, João. SANTOS, Teotônio dos. IN: ANDERSON, Perry et alii. *Crítica Marxista. A estratégia revolucionária na atualidade; As antinomias de Gramsci*. São Paulo : Joruês, 1986. p. 142.

⁸ Ibid., p. 143.

não detêm todo o poder. As relações internacionais universalizaram o poder econômico e o poder político; as relações de poder capitalistas foram disseminadas por todas as esferas das sociedades. Atingiram, mais recentemente, até os países “socialistas”.

O que é a sociedade ocidental? O que está implícito nesse conceito são as formas de dominação existentes dentro dessa sociedade. Essas formas de controle não são articuladas exclusivamente no Estado — seja pela coerção, seja pelo direito —, mas estão imbricadas numa trama histórica constituidora das relações de poder, através de todas as formas de vida social e cultural, seja pela ideologia, seja pela educação, seja pela religião, seja pelo trabalho, seja pela estrutura política, econômica, social ou pelas diversas vias de comunicação, enfim, pela normalização ampla e difusa dos corpos e mentes. Como diz Weffort : “hoje, o capitalismo, nacional ou internacional, autônomo ou periférico — este não é o ponto central —, é uma coisa que se comunica em escala universal dentro desta sociedade. E isto significa que mesmo o mais miserável dos peões (...) acaba sendo (...) seduzido por ele.”⁹

Isso não tem um significado de “morte” ao conceito de revolução, porém, significa que seu conteúdo foi atualizado. A revolução processual, permanente ou cotidiana, universal ou molecular não significa que as rupturas não ocorram. É só ver o quanto de violência ocorreu e ocorre todos os dias nesse país : trabalhadores e lideranças perseguidas, discriminadas ou mortas; crianças abandonadas ou assassinadas em grupos na rua. “A violência deixou de ser algo que pudesse ser controlado pelo Estado liberal, pelo menos em sua forma clássica, o famoso Estado Guardião.”¹⁰ Ela se dissemina por toda a sociedade, já dizia Foucault.

Nesse sentido, a idéia da revolução como um acontecimento (único ou em série) em torno do Estado é afim com a idéia do Estado centralizador da violência e do poder. Historicamente, como vimos, pensou-se numa possibilidade revolucionária antiestado, representada pelo partido revolucionário que acumularia poder e violência até o limite de se emparelhar com o Estado e poder dominá-lo. Esse partido, na luta contra a classe dominante (única detentora do poder de Estado), deveria ser capaz de reproduzir uma estratégia de violência contra esta, tal qual a que o Estado reproduzia contra as classes populares.

Vimos com Foucault, Lukács, Gramsci e outros pensadores que essa possibilidade revolucionária não tem mais lugar no Ocidente (nem no Brasil). Os mecanismos disciplinadores e de reprodução do capitalismo acabaram por disseminar-se por todas as instâncias; as estruturas capitalistas tornam-se mais e mais complexas e interdependentes e, cada vez mais, se torna difícil o seu domínio absoluto e universal. Se há “morte” de um conceito é o de

⁹ Ibid., p.142-143.

¹⁰ Ibid., p.144.

universalidade, que cabia muito bem na sua origem, o século passado. A perspectiva revolucionária ainda possível, segundo Weffort, é a de “uma grande luta social, multifacética, diferenciada em todas as frentes.”¹¹

Nesse sentido, a questão do socialismo não se dissocia da questão da democracia (não a democracia liberal-burguesa, mas a democracia que está na fonte do conceito de socialismo, que pressupõe a negação de uma sociedade pautada na desigualdade). Na história brasileira, pós-segunda guerra e na mais recente, como pudemos ver, a luta pela democracia não se dissocia, desse modo, da luta pelo socialismo, na medida em que a lógica do desenvolvimento do capital traz em seu seio a lógica do desenvolvimento da pobreza.

O problema do socialismo está posto não apenas no sentido do imperativo social ou político para a solução dos problemas sociais, mas envolve também a questão colocada, principalmente, por Prado Jr. e Weffort sobre o modelo de desenvolvimento capitalista, que, aqui, se concretizou com a aliança entre o poder burocrático do Estado e o grande capital monopólico ou oligopólico ou, sintetizando, com a dependência estrutural do Estado face aos interesses do capital,¹² e o papel assumido pelo capitalismo local na divisão internacional de trabalho. A identidade entre a concentração de poder e a concentração de capital na sociedade brasileira (na etapa do capitalismo monopólico internacional, cujos imperativos categóricos são, como vimos a intervenção política, a concentração e a centralização) coloca uma necessidade imperativa para a transformação — para a construção da democracia — o poder deve ser descentralizado, a sociedade deve deter o controle e a gestão da economia.

Embora esse possa parecer um diagnóstico conservador, na medida em que se assemelha com o diagnóstico da burguesia, que exige o liberalismo econômico, contestando o intervencionismo estatal, o objetivo dessa categoria social e as suas estratégias, evidentemente, divergem do proposto num projeto de transformação progressista. Desse modo, colocar o problema da revolução e da democracia, no Brasil, é colocar a questão da socialização da produção. Esta poderia resolver pelo menos um primeiro obstáculo, a expropriação *avant la lettre* do proprietário privado pelo estatismo, contribuindo, assim, para o desenvolvimento e consolidação da produção e mercado nacionais, segundo Weffort.

Outra alternativa de fortalecimento econômico, social e político, asseguradora da continuidade da reprodução capitalista e do seu desenvolvimento, a qual não poderíamos deixar de mencionar por seu peso significativo, na economia discursiva mais recente, é o fortalecimento do mercado regional através da definição de regras de produção e circulação de

¹¹ Ibid. , p.144.

¹² Ver OLIVEIRA, D. A política do planejamento urbano: o caso de Curitiba. Campinas, UNICAMP, 1995. Tese de Doutorado.

mercadorias entre os países vizinhos. Exemplo típico, na Europa, o Mercado Comum Europeu; em nosso caso, o Mercosul.

Essa é, hoje, a concepção mais recente da viabilidade revolucionária (tardamente aceita pelos socialistas, segundo Anderson), estando inserida na estratégia da intervenção estatal e do planejamento, embora com um conceito de Estado mais amplo. Permite a possibilidade de controle do desenvolvimento da humanidade (considerando os riscos de uma Revolução Ambiental, por exemplo), por meio de acordos preventivos e planejamentos adequados por Estados supra-nacionais. Aceita nos termos do neo-liberalismo, que penetrou inclusive nos países social-democratas e socialistas. É a revolução processual? Uma perspectiva possível para o avanço da humanidade como um todo ou é mais uma tática de reprodução do poder burguês nesse momento histórico? A resposta a essa investigação já é uma outra história.

Da utopia e da disciplina foi o propósito ao qual nos colocamos no início desse trabalho. Desvelados (ao menos parcialmente) os discursos sobre a utopia revolucionária e os mecanismos de poder que os produziram, surpreendidos com as alterações estruturais e superestruturais e a frustração revolucionária por sua inexequibilidade histórica, resta-nos entender melhor algumas estratégias reprodutoras. Escolhemos fazê-lo através de uma determinada prática social, analisando os discursos e práticas oficiais que a informaram. Já enunciamos as razões dessa opção. A prática educativa, historicamente, teve um papel considerado relevante pelos teóricos do processo revolucionário, seja como elemento propulsor dos conhecimentos que permitem a apreensão da realidade e, portanto, um instrumento revolucionário para o sujeito histórico — o trabalhador ou o seu intelectual orgânico —, ao lado de “outras vias”, seja como um elemento de disciplina, constituidor do indivíduo, do homem moderno, da moral e comportamento burgueses, portanto, instrumento de reprodução de uma determinada relação de poder, de uma dada sociedade.

Assim, no terceiro capítulo, procuramos compreender os mecanismos de disciplinarização da sociedade capitalista brasileira e paranaense, no seu processo de consolidação, operados através de uma prática social específica — a educativa, tentando captar os “efeitos de verdade” discursivos que informaram e foram informados por essa prática, no curso do processo de desenvolvimento.

Tentamos buscar a fonte dessas táticas disciplinadoras e a localizamos nos antecedentes da educação jesuítica, como nos ensinou Foucault. Procuramos desvendar o discurso da governamentalidade para compreender como a educação — como prática de poder e de produção de saber — foi utilizada no controle da população e no interesse do desenvolvimento de um regime de poder que se processava (e se processa) em nosso país.

Pudemos concluir, com o estudo realizado, que se a educação não se prestou tanto ao desenvolvimento tecnológico próprio do país, no período analisado, em que pese os “efeitos de verdade” produzidos nos discursos dos governadores (no plano estadual) ou no discurso constitucional (no plano

nacional), ela serviu com eficiência para a normalização da sociedade, disciplinando, classificando, hierarquizando, racionalizando as relações de trabalho, tornando úteis os indivíduos, constituindo o “cidadão” brasileiro, conformado aos interesses do desenvolvimento e consolidação do capitalismo industrial e financeiro que aqui se implantava. Permitiu o aumento e o controle das forças trabalhadoras, formando-as para uma sociedade na qual está bem delineado o papel do trabalhador — produzir cada vez mais e com maior eficiência e economia. A ele é dada a liberdade de trabalhar para produzir um aumento crescente do lucro capitalista e, também, a liberdade de participar politicamente, mas nos limites do liberalismo burguês, ou seja, apenas no âmbito imposto pelo regime parlamentar e democrático.

Numa primeira etapa, como pudemos verificar, a prática educativa desenvolvida serviu à consolidação do *status* econômico que o Estado e o país representavam, respectivamente, na economia nacional e internacional, fomentando o crescimento agrícola e a sua racionalização, constituindo o moderno trabalhador agrícola, solidificando as relações capitalistas de trabalho no campo. Portanto, colaborando para o assentamento das bases do regime de poder que se consolidava.

Na etapa seguinte, as condições históricas do país orientavam com ênfase ainda maior para a racionalização e a planificação da economia nacional, segundo o estágio de desenvolvimento em que se encontrava o capitalismo internacional e os interesses da economia mundial. Para isso, todas as estratégias foram viáveis, tanto as econômico-políticas — racionalizando, intervindo, monopolizando a produção e a circulação, explorando e controlando a força de trabalho — como as de outras esferas do campo social, servindo para isso as políticas de educação, de assistência social, de medicalização, de segurança pública, de disciplinarização do lazer e do espaço arquitetônico, construindo estradas de ferro, rodovias, vias de comunicação, escolas, postos de saúde, delegacias de polícia, enfim, espaços urbano-civilizatórios e instituições disciplinarizados aos interesses de um regime que se consolidava no curso da revolução social burguesa brasileira.

A prática educativa, podemos concluir, tanto serviu ao desenvolvimento — embora conformado a um determinado regime de poder — como à reprodução desse regime. Entretanto, no período analisado, não pôde concretizar os “efeitos de verdade” indicados pela economia discursiva presente nas políticas públicas — não se conseguiu concretizar, pela educação, um modelo de desenvolvimento autônomo, baseado em ciência e tecnologia próprias —, embora se tenha colocado as bases para isso, preparando-se para o estabelecimento de relações de produção racionalizadas.

Se o interesse do capitalismo norteou, em última instância, as práticas políticas na educação, o conceito de revolução que permeou essas práticas, mesmo se inconscientemente, foi o da revolução em curso, tendo como meta a fase intermediária de consolidação de uma dada economia de poder, ainda sob o

fantasma da utopia ou do mito da modernidade, que passa na representação da época pela construção de uma sociedade capitalista e industrial, utilizando-se para isso das disciplinas realizadoras dessa economia, com a reprodução desse regime. É importante lembrar, aqui, que a dominação econômico-cultural e influência norte-americana anti-revolucionária foram mais fortes, no Brasil, do que a concepção européia, em especial a francesa, mais radical. Uma mudança revolucionária nas estruturas da sociedade brasileira dependem, hoje, do esgotamento do próprio sistema internacional, que poderá conduzir à barbárie ou a uma nova sociedade, como já afirmamos. Qual sociedade? Só a história nos dirá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Fernando H. Mendes de. **Constituições do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1967.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa : Presença, s.d.
- ANDERSON, Perry. **O fim da história**; de Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1992.
- _____ et al. **Crítica Marxista**. A estratégia revolucionária na atualidade; As antinomias de Gramsci. São Paulo: Joruês, 1986.
- ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1989.
- AUGUSTO, Maria Helena Olivia. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista**; estudo sobre a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná). São Paulo: Símbolo, 1978.
- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1953, v. 2.
- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**; introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4. ed. Brasília: UnB, 1963.
- BAUMER, Franklin L. **O pensamento europeu moderno**. Séculos XVII e XVIII, XIX e XX, Vol. I e II. Maria Manuela Alberti (Trad.). Lisboa : Edições 70, 1990.

- BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**. São Paulo: EDUSP, 1994.
- BOURDÉ, G. e MARTIN, H. **As escolas históricas**. Ana Rabaça (Trad.). Portugal: Publicações Europa-América, 1983.
- BRANDÃO, Zaia et al. **Evasão e repetência no Brasil: a escola em questão**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- BRUNI, José Carlos. Foucault: o silêncio dos sujeitos. **Tempo Social**; Revista de Sociologia. São Paulo: USP, 1(1): 199-207, 1 sem. 1989.
- BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. **A (des) construção do discurso histórico: a historiografia brasileira dos anos 70**. Curitiba, UFPR. Tese de Titularidade, 1992.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**; O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CESAR, Ana Cristina. **A teus pés**; prosa\poesia. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- CUNHA, Luiz A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 8. ed. Rio de Janeiro : F. Alves, 1985.
- DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. Octávio Mendes Cajado (Trad.). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.
- DECCA, Edgar de. **O silêncio dos vencidos**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. José Silveira Paes (Trad.); Antonio Roberto Bertelli (Apres.). 4.ed., São Paulo : Global, 1984.

- ENGELS, Friedrich. MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder (Trad.). 3. ed., Petrópolis: Vozes, 1990.
- ERIBON, Didier. **Michel Foucault 1926-1984; uma biografia**. Hildegard Feist (Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FALCON, F. J. e MOURA, G. **A formação do mundo contemporâneo**. 5. ed., Rio de Janeiro: Campus, 1983.
- FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930; historiografia e história**. 5. ed., São Paulo: Brasiliense, 1978.
- FAZENDA, Ivani C. A. **Educação no Brasil Anos 60; O pacto do silêncio**. São Paulo: Loyola, 1985.
- FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966.
- FIORI, Giuseppe. **A vida de Antonio Gramsci**. Sergio Lamarão (Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FLORENZANO, Modesto. **As revoluções burguesas**. 9. ed. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 4. ed. Luiz Felipe Baeta Neves (Trad.). Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I; A vontade de saber**. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque (Trad.). 11. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1993.
- _____. **Microfísica do poder**. Roberto Machado (Org. e Trad.). 11. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- _____. **Vigiar e punir; nascimento da prisão**. Lúcia M. Pondé Vassalo (Trad.). 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- _____. et al. **O homem e o discurso; a arqueologia de Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1971.

- FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas: o Ratio Studiorum**. Leonel Franca (Trad.). Rio de Janeiro: Agir, 1952.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**, São Paulo: Nacional, 1936.
- FURTADO, Celso. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1975.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 11. ed. São Paulo : Nacional, 1972.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Carlos Nelson Coutinho (Trad.). 7. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- GUATTARI, Felix. **Revolução molecular; pulsações políticas do desejo**. Suely Belinha Rolnik (Trad.). 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. ROLNIK, Sueli. **Micropolítica; cartografias do desejo**. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1986.
- HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Ana Maria Bernardo et al. (Trad.). Lisboa : Dom Quixote, 1990.
- HOBSBAWN, Eric. Aspectos políticos da transição do capitalismo para o socialismo. In : _____ (Org.) **História do marxismo**. Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles (Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. v. 3.
- _____. **A era das revoluções; 1789-1848**. 9. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- IANNI, Octavio. **A formação do estado populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- _____. **O colapso do populismo no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

IGLÉSIAS, Francisco. **História e ideologia**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

INSTITUTO GRAMSCI. **Política e história em Gramsci**. Franco Ferri (Coord.), Luiz Mario Gazzaneo (Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

IPARDES. Fundação Edison Vieira. **O Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba, 1989.

KONDER, Leandro. **Fontes do pensamento político: Lukács**. Porto Alegre: L&PM, 1980.

LENIN, V.I. **El imperialismo fase superior del capitalismo**. México: Roca, 1974.

_____. **Que faire?** Les questions brulantes de notre mouvement. 2. ed., Pekin: Editions du Peuple, 1975.

_____. **L'État et la révolution**; la doctrine marxiste de l'État et les tâches du prolétariat dans la révolution. Paris: Ed. Sociales. Moscou: Editions du Progrès, 1976.

LOURENÇO FILHO, M. B. Redução das taxas de analfabetismo no Brasil entre 1900 e 1960; descrição e análise. **Revista de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro: 100: 25-272, out./dez. 1965.

LUKÁCS, G. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. Porto-Portugal: Escorpião, 1974.

MACCIOCCHI, Maria-Antonietta. **A favor de Gramsci**. Angelina Peralva (Trad.). 2.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MANACORDA, Mario A. **O princípio educativo em Gramsci**. William Lagos (Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1990.

_____. **Marx y la pedagogía moderna.** Barcelona :

Oikosau Tau, [1979?].

MARX, Karl. **O capital**; crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d. v. 1., L. 1.

_____. _____. Jacob Gorender (Apres.). Paul Singer (Coord.). 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 1, L. 1.

_____. **A guerra civil na França**; mensagem do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores. Antonio Roberto Bertelli (Apres.). São Paulo : Global, 1986.

_____. **As lutas de classes na França (1848-1850)**. Antonio Roberto Bertelli (Apres.). São Paulo : Global, 1986.

_____. **A miséria da filosofia**. José Paulo Netto (Trad.). 2. ed., São Paulo: Global, 1989.

_____. _____. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1982.

MARX, Karl. **O 18 brumário e cartas a Kugelman**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Luís Cláudio de Castro e Costa (Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. _____. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira (Trad.). 4. ed., São Paulo: Hucitec, 1984.

_____. _____. **Textos sobre Educação e Ensino**. São Paulo: Ed. Moraes, 1983.

MELLO, Guiomar Namo de. **Magistério de 1º Grau**; da competência técnica ao compromisso político. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

_____. **Educação escolar**; paixão, pensamento e prática. São Paulo : Autores Associados/Cortez, 1986.

- MERCHIOR, José Guilherme. **Michel Foucault ou o Niilismo de Cátedra**. Donaldson M. Garschagen (Trad.) R.J. Nova Fronteira, 1985.
- NOGUEIRA, Francis M. G. **Políticas Educacionais do Paraná : uma versão institucional da proposta pedagógica dos anos oitenta**. São Paulo: PUC, 1993. Dissertação de Mestrado.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. Anotações preliminares para uma história crítica da sociologia. **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo: 3:51, 1978.
- OHLWEILER, Otto Alcides. **Evolução sócio-econômica do Brasil; do descobrimento à nova república**. Porto Alegre: Tchê! Ed. s/d.
- OLIVEIRA, Dennison de. **A política de planejamento urbano: o caso de Curitiba**. São Paulo: UNICAMP, 1995. Tese de Doutorado.
- PARKER, Phyllis R. 1964: **O papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de março**. Carlos Nayfeld (Trad.). Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1977.
- POMPÉIA, Raul. **O Ateneu**. São Paulo: Moderna, 1984.
- PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira; perspectivas em 1977**. 7.ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PAULO NETTO, José (Org.). FERNANDES, Florestan (Coord.). **Lukács : Sociologia**. Trad. José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ática, 1981.
- RIBEIRO, Maria Luisa S. **História da Educação Brasileira**. 10. ed. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1990.
- ROMANELLI, Otaíza. **História da educação brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- RUDÉ, G. **Ideologia e protesto popular**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. **História da burguesia brasileira.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. **Síntese de história da cultura brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

TRONCA, Italo (Org.). **Foucault vivo.** Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. **Revolução de 1930 a dominação oculta.** 7. ed. São Paulo : Brasiliense, 1990.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história.** Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp (Trad.). 3. ed. Brasília: UNB, 1995.

WEFFORT, Francisco Correia. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OUTROS DOCUMENTOS

PARANÁ, Governo do Estado. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado pelo Presidente Dr. Affonso Alves de Camargo. 1930.

_____. Mensagem dirigida ao Chefe do Governo Provisório Dr. Getúlio Vargas pelo Interventor Federal General Mario Tourinho. 1931.

_____. Mensagem do Governador Manoel Ribas aos Legisladores. 1936.

_____. Mensagem do Governador Manoel Ribas à Assembléia Legislativa do Estado. 1937.

_____. Mensagem apresentada ao Povo do Paraná pelo Sr. Moisés Lupion. 1949.

_____. Mensagem encaminhada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Sr. Bento Munhoz da Rocha Netto. 1951.

_____. Mensagem encaminhada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Sr. Bento Munhoz da Rocha Netto. 1953.

_____. Mensagem encaminhada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Sr. Bento Munhoz da Rocha Netto. 1954.

_____. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Sr. Ney Aminthas de Barros Braga. 1961.

_____. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Sr. Ney Aminthas de Barros Braga. 1962.

- _____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Sr. Ney Aminthas de Barros Braga.** 1965.
- _____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Sr. Paulo Cruz Pimentel.** 1966.
- _____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Sr. Paulo Cruz Pimentel.** 1968.
- _____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Sr. Paulo Cruz Pimentel.** 1970.
- _____. **Planificação de obras para o Estado.** 1947-1950.
- _____. **Relatório apresentado a Sua Excia. o Snr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, pelo Snr. Manoel Ribas, Interventor Federal do Estado.** Exercício 1932-1939.
- _____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Manual do Professor Primário do Paraná.** V. II, 2 série, N. 18, [S.L.]: Imprensa da Universidade do Paraná, 1964.
- _____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Plano Básico de Educação,** 1970\1975. [S.L.]: Mimeo. [1970?].
- _____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Programa de Ensino Primário do Paraná.** N. 1. [S.L.]: Gráfica Papellaria Requião. 1967.
- _____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Quinta e Sexta Séries do Curso Primário;** Planejamento de Artes Industriais, Programa de Economia Doméstica, Projeto de Oficinas, Formação de Professores. N. 16. [S.L.]: Imprensa da Universidade do Paraná, 1963.
- _____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Relatório de Atividades.** Agosto de 1973 a Julho de 1974. [S.L., s.n., 1974?].
- _____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SERVIÇO DO ENSINO NORMAL. **Relatório do 2 Semestre,** 1958, [S.L.]: Mimeo, [1958?].

_____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Sistema Estadual de Ensino**; Lei n. 4978, de 5\12\64 e Índice Remissivo. [S.L., s.n.], 1965.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **A Democratização do Ensino**. [S.L., s.n.], 1986.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Setoriais**. 1980\83. [S.L.] : Ed. Universidade Estadual de Londrina, [1980?].

ANEXO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO
OPÇÃO HISTÓRIA SOCIAL**

***Revolução e os Reflexos de um Mito sobre a Educação :
Da Utopia e da Disciplina***

**Texto preparado para a Defesa de Dissertação
01 de novembro de 1995.**

1. O Mito da Modernidade : Igualdade, Progresso, Revolução

Dividimos a presente apresentação em duas partes: uma em que discutiremos o mito da modernidade e em seu seio as categorias de progresso, revolução e disciplina e outra em que trataremos de um projeto de educação e sociedade determinado que se assenta nas categorias trabalho, cidadania e racionalidade.

Iniciamos o texto da Dissertação de Mestrado com uma citação da poeta Ana Cristina Cesar — *É sempre mais difícil ancorar um navio no espaço* —. Com esse poema, muito provavelmente, aos vinte anos de idade, ela não pretendia dar o sentido que aqui damos. As artimanhas da língua e da interpretação é que nos permitem usá-lo com o significado que lhe emprestamos, ou seja, ao mesmo tempo que resume a ansiedade em aportar em um novo espaço, remete-nos, especialmente, à intranquilidade ao nos iniciarmos no mundo acadêmico numa conjuntura, onde as mudanças estruturais afetaram os princípios epistemológicos que norteavam a ciência e a própria concepção dessa. Alterações tais que não permitem mais a mesma segurança no encaminhamento da pesquisa científica, que questionam a pretensão de verdade do discurso científico, derrubando mitos no próprio campo da ciência.

Categorias geradas num determinado momento histórico, pelas necessidades imperativas daquele período para consolidar-se uma nova economia de poder, como a universalização, o progresso, a revolução são consideradas hoje como fundamentos de um mito — o mito da modernidade — que traz em seu seio uma utopia — *a utopia revolucionária* —, em busca de uma sociedade assentada no ideal dessa modernidade : *a igualdade dos homens*. Ideal contraditoriamente oposto à natureza daquela economia de poder que se consolidava. Essas categorias do século XIX, neste momento histórico, senão negligenciadas, são indicadas como superadas pela complexidade de uma nova realidade de globalização financeira, impeditiva de análises universais e indicadora de novas estruturas diferenciadas de poder, que ainda precisam ser estudadas, as quais apontam para inovações epistemológicas, enfatizadoras do particularismo, da análise fragmentária e da consideração de outros fatores além do econômico na construção de uma “nova” ordem e na construção das leituras sobre a constituição da trama histórica.

Presente e passado são categorias relacionais, jamais dicotômicas, da mesma forma que sujeito e objeto. Ao tentar identificar e compreender questões colocadas pelo presente, o historiador constrói o passado, mas esse é perpassado pelo presente, na medida em que o autor o constitui também a partir de sua vivência, de suas experiências, da mesma forma que marcas desse passado também estão contidas no presente. Essas duas categorias se confundem, assim

como objeto e sujeito se interpenetram. Como a maioria de nossa geração, vivemos uma temporalidade significativamente importante por constituir-se em um período de final de século e, como tal, carregado de transformações e incertezas, e o que é mais marcante, movimento que se dá num ritmo assustadoramente acelerado. É nesse sentido que as preocupações do presente perpassaram o estudo que tentamos realizar, ao recuperar parcialmente nos teóricos clássicos a concepção de revolução que norteou as suas interpretações da história no Ocidente e no Brasil, na passagem do último século até meados do atual. O retorno ao passado só tem um significado: o olhar e penetrar na materialidade do presente, o que pressupõe captar as relações que o constituíram, ou seja, as relações de poder que fazem a trama da história, inclusive no discurso científico.

Dessa forma, procuramos demonstrar que as transformações estruturais no processo de desenvolvimento do capitalismo e as estratégias de reprodução criadas por esse regime foram promovendo alterações na própria concepção de utopia revolucionária e nas diferentes leituras da “realidade” histórica, as quais estiveram articuladas a estratégias revolucionárias que refletiam as transformações ocorridas num regime determinado de poder (político, econômico, cultural, científico). Tais transformações, não apenas redirecionaram a conduta do trabalhador como afetaram a produção intelectual. De uma estratégia de assalto a um poder centralizado no Estado, acreditando no potencial do desenvolvimento das forças produtivas e na oportunidade da emergência das forças trabalhadoras, surgidas com a industrialização capitalista, já a partir do final do século passado e primeiras décadas do presente, na etapa de seu desenvolvimento e consolidação, no Ocidente Europeu (portanto, necessitando de um poder centralizado à volta do Estado), passou-se gradativamente a uma concepção revolucionária, assentada não mais prioritamente na legalidade e necessidade econômica (no fator econômico), mas na vontade política (no fator político), face ao crescimento de novas estruturas de poder e à crença generalizada da possibilidade de intervenção econômico-política no curso da história (intervenção de Estado\Empresas\Trabalhadores).

A conscientização da classe trabalhadora e o estímulo ao seu desenvolvimento intelectual, político e organizacional passou a nortear a nova utopia revolucionária pré e pós- revolução de 1917, disseminando-se, após sua vitória, a idéia de uma revolução universal determinada pela vontade e necessidade política. A presença do partido político como classe coletiva, conduzindo as transformações históricas, indicariam a possibilidade de divisão do processo revolucionário em duas etapas distintas, sobretudo na situação específica dos países menos desenvolvidos do ponto de vista do capitalismo : uma etapa de revolução liberal burguesa, onde a classe trabalhadora contribuiria para o processo de desenvolvimento econômico do país e de condução da hegemonia do projeto liberal da classe burguesa, legitimando-o, e outra etapa de revolução socialista, onde consolidada a hegemonia burguesa, com o apoio da

classe trabalhadora, esta, agora organicamente consolidada, encaminharia o seu próprio projeto.

Se no período que vai de meados do século XIX a meados do século XX o conceito de revolução permeava insistentemente as análises histórico-políticas e filosóficas do mundo ocidental, sobretudo neste final de século, cada vez mais esse conceito parece perder sentido. Mudanças operadas a partir das primeiras décadas do século (fracasso revolucionário no mundo europeu paralelo à decepção com o regime stalinista) voltam os estudos marxistas para a compreensão das estruturas de poder no Ocidente e da sua viabilidade revolucionária, reforçando-se as estratégias de revolução processual. Por outro lado, no pós-45 e, sobretudo, no final da década de sessenta, novas alterações estruturais “pressagiam”, para alguns pensadores, “o fim do divórcio entre a teoria marxista e o movimento operário” (Anderson) ¹; e, para outros, o desvelamento da ponta do “iceberg”, uma estrutura de poder mais complexa, multifacética e não uma como se pensava até então (Foucault); ao passo que no final da década de oitenta novas mudanças começam a colocar incertezas quanto ao próprio projeto revolucionário sob a liderança da classe trabalhadora ou de classes populares, como estava entendido na utopia marxista.

A questão que se coloca na contemporaneidade é a própria idéia da desejabilidade da revolução. Se o conceito ainda tem sentido, não está mais referenciado à universalidade do processo, principalmente se o pensarmos como um acontecimento radical e preciso num dado tempo histórico, um episódio único ou episódios intermitentes, voltados para a tomada de um determinado órgão, porém pode, quando muito, referir-se à revolução molecular, cotidiana, gradual, multifacética, enfrentando os mecanismos de reprodução de poder e de disciplinarização social. Porisso, a reapropriação dos debates clássicos, no presente trabalho, foi, na verdade, a tentativa de avançar um passo na compreensão do caminho percorrido pela história do pensamento revolucionário.

O referencial teórico utilizado para explicar as mudanças econômicas, sociais e políticas, no Brasil do século XX, era o clássico modelo da revolução democrático-burguesa. Nesse sentido, propusemo-nos, no Capítulo 2, realizar a trajetória do discurso revolucionário de alguns pensadores do mundo ocidental, a partir do século XIX. Não tínhamos outra pretensão senão compreender esses discursos e ensaiar talvez o entendimento da economia dos mesmos no processo de desenvolvimento do capitalismo, porque, especificamente, eles se ocuparam da questão do poder, da revolução e do papel revolucionário do proletariado. Marx e Engels, no auge do desenvolvimento e consolidação do capitalismo no Ocidente, como fundadores do materialismo histórico, que privilegia a luta de classes e o poder centralizado nas mãos de uma classe e à volta do Estado; Lenin, na etapa do imperialismo e grandes crises do capitalismo, promovendo uma alteração no conceito revolucionário marxiano — de uma revolução espontânea e

¹ ANDERSON, Perry. As Antinomias de Antonio Gramsci. In : _____ et al. **CRÍTICA MARXISTA** : A estratégia revolucionária na atualidade. São Paulo : Jorúes, 1986. p. 74.

decorrente do desenvolvimento das forças produtivas para a revolução por decorrência de vontade política —, na medida em que o admite para países não desenvolvidos; Gramsci e Lukács, sob o efeito da revolução de 1917 e do stalinismo, por estudarem a possibilidade revolucionária no Ocidente, a partir do desenvolvimento da consciência histórica e cultural; e Foucault, já na fase de reprodução exacerbada do capitalismo financeiro e de movimentos sociais heterogêneos, por tentar negar metodologicamente a história transcendental e evolucionista, o sujeito histórico e, conseqüentemente, rever os conceitos de revolução e de poder, para compreendê-los na sua contemporaneidade.

Revolução, segundo Prado Jr., são “momentos históricos de brusca transição de uma situação econômica, social e política para outra...”² Esse é o conceito de revolução que norteou a história e a historiografia brasileira até décadas recentes. Contudo, alterações significativas, como já referido — movimento de maio de 68, movimentos anti-bélicos, ecológicos, raciais, feministas, entre outros —, demonstraram um deslocamento no eixo da “luta de classes”, ou mais claramente um esvaziamento dessa luta, enquanto categoria explicativa. O que entra em jogo não é mais, como se acreditava até então, a luta pelo poder do Estado — centro polarizador do poder econômico e político — mas, a sobrevivência imediata e até mesmo a preservação contra este tipo de Estado; a preocupação não será mais com um futuro utópico — com a formação de uma sociedade mais humanizada e libertadora, alcançada através da luta revolucionária armada, tendo à frente a classe marginalizada responsável pela mudança e pela instalação dessa sociedade mítica.

Em cena estão os problemas do cotidiano, da sobrevivência do dia-a-dia, do preconceito de raça, gênero ou classe, da liberdade de ser. Embora o devir esteja presente na longa duração, o ser volta a marcar a contemporaneidade e o pensamento historiográfico aos poucos é contaminado por ele. O próprio conceito de revolução, de uma categoria fundamental na história e no pensamento historiográfico, até então, passa a segundo plano. E, se analisado, não é tomado como uma categoria totalizadora, característica do século XIX, que tinha como preocupação teórica o estabelecimento de leis gerais. Porém, reveste-se do particularismo próprio do século XX, é a revolução molecular — são as pequenas revoluções do dia-a-dia. O que informa essa alteração de conceito são as alterações que se processam no curso do desenvolvimento histórico. O poder de uma categoria una e centralizada numa única classe e em seu aparelho de dominação passa a ser compreendido como uma esfera de múltiplas faces, que não é detida por ninguém especificamente, mas está presente, disseminada e incorporada por todas as instâncias e por diferentes elementos do corpo social. É a moral burguesa que permeia toda a sociedade ocidental.

De uma estratégia revolucionária ou guerreira, de “assalto” ao aparelho de Estado, no auge do desenvolvimento do capitalismo e de suas sucessivas

² PRADO JR, CAIO. *A Revolução Brasileira* : Perspectivas em 1977. 7. ed., São Paulo : Brasiliense, 1987. p. 12.

crises, o discurso revolucionário foi gradativamente amenizado, surgindo alternativas diferenciadas, com predominância para a via pacífica — a revolução permanente, gradual para a transformação socialista —; aos poucos a utopia do fim da história,³ enquanto significado estrito, enquanto busca da liberdade humana, foi sendo substituída pelo estudo das formas de reprodução do poder burguês.

Em se tratando da historiografia brasileira, no Capítulo 3, tomamos alguns historiadores e cientistas sociais brasileiros como Ianni, Weffort, Fernandes, Carone, Fausto e De Decca com o intuito de compreender a estratégia revolucionária que norteou a história e a historiografia brasileiras. Esses pesquisadores, apesar de algumas diferenças em suas formulações teóricas, falaram da revolução brasileira contemporânea, (do período que vai de 1922 até hoje), abordaram as mudanças que teriam proporcionado — sobretudo pós-trinta — os fenômenos de industrialização e urbanização. Concluímos que suas análises pautaram-se invariavelmente (salvo pequenas diferenças) por um mesmo local de produção histórica e historiográfica — a luta de classes e a revolução social brasileira, na sua etapa liberal-democrática, na transição de um modelo político-econômico agrário para uma civilização urbano-industrial, influenciados por uma determinada concepção revolucionária, sobretudo a leninista, pautada na necessidade de desenvolvimento prévio da forças produtivas e da organização da classe revolucionária, a classe trabalhadora, nos países menos desenvolvidos. Desse modo, conciliando-se os interesses das frentes de esquerda com o projeto burguês capitalista e industrial. Por isso mesmo, enfrentando mecanismos de reprodução desse regime de poder, que insistentemente cercearam e limitaram a luta revolucionária através de estratégias econômicas, políticas, culturais, etc.

Descoberto o trajeto percorrido pelo discurso revolucionário e os locais da reprodução do poder burguês, num segundo momento, entendemos necessário inverter a estratégia de pesquisa, ensaiando, no Capítulo 4, a análise de uma prática social específica — a educativa. Essa foi realizada especialmente através da análise das políticas públicas na área do ensino. Procuramos compreender como as correlações de forças constituíram a prática pedagógica no Brasil, as suas relações de poder e de produção de um saber necessário para a reprodução de uma dada economia de poder. Partimos do pressuposto foucaultiano de que a educação é, ela própria, fator de reprodução e “normalização” da sociedade, embora difundida, contraditoriamente, também entre outros autores, como fator de desenvolvimento, de produção do conhecimento e do homem. Nesse sentido, procuramos demonstrar que, mesmo quando a educação e suas práticas mostraram-se “progressistas”, serviram mais à utopia da modernidade, ao

³ ANDERSON, Perry. *O fim da história*; de Hegel a Fukuyama. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1992. Nesse livro, o autor discute o conceito de história em seu fim -significado e fim-destino do mundo. Além disso, trata do atual estágio da teoria socialista, a qual recusa admitir como extinta com a derrocada dos sistemas vigentes até há pouco tempo na Europa Oriental. Argumenta que o privilégio de poucos requer a miséria de muitos, o que coloca em risco o destino da humanidade.

estímulo do progresso, ao projeto de modernização, de criação e consolidação de uma sociedade urbana e industrial, segundo o modelo de desenvolvimento que o informava — a revolução liberal brasileira —, face à (in) competência na compreensão da dinâmica da realidade que, no caso do Brasil, é submersa nas regras do capitalismo internacional, desde a sua origem.

A investigação do discurso pedagógico ou mais especificamente das práticas de poder que o solicitam e o reproduzem, numa dinamização mútua, nos encaminharam a um determinado universo empírico, constituído de documentos — propostas, planos, diagnósticos, programas, leis, relatórios, normas — produzidos por agentes educacionais ou planejadores e responsáveis pelas práticas educacionais.

A mudança de curso na análise da utopia revolucionária para o campo da educação teve um sentido. Lembramos antes de tudo que o conceito de revolução, em Marx e, sobretudo, em Lenin, Gramsci e Lukács e nos diversos marxismos, envolve um processo de conscientização, de formação do sujeito histórico para que a revolução possa chegar a termo e, nesse processo, sempre teve papel fundamental a educação e a cultura, o partido e a escola como organismos de difusão, embora o primeiro tenha prioridade sobre a segunda. Por outro lado, as mudanças operadas na historiografia, a partir de sessenta e setenta, indicam uma outra concepção para a educação, entendendo-a como uma estrutura de disciplinamento, de expressão da dominação e reprodução de poder, portanto como obstáculo revolucionário. Interessou-nos entender, principalmente, o que informavam as políticas educacionais sobre o papel da educação enquanto prática social, o que realizamos principalmente através do estudo de caso das políticas públicas de educação no Paraná, no período de 1930 a 1970.

Dessa forma, a pesquisa constituiu-se mais num estudo do discurso teórico e político que produziu o imaginário da modernidade e da revolução e os mecanismos disciplinadores desse processo de mudança — tomando a educação como um estudo particular desse processo disciplinador —, do que na reconstrução histórica de um período. Nossa intenção diz mais respeito, nesse momento, a uma primeira abordagem teórica com o objetivo de uma compreensão mais clara das questões que nos preocupam do que à produção ou revisão histórica sobre o período e a temática. Antes de mais nada, a análise dos documentos permitiu-nos destacar algumas categorias que sempre estiveram presentes na economia discursiva, sobre o que falaremos agora.

2. Trabalho, Cidadania e Racionalidade: Categorias de um Projeto Político Determinado de Sociedade e de Educação

Como vimos, as transformações que o desenvolvimento industrial e tecnológico trouxeram às dimensões de tempo, espaço e bem-estar não mais

permitem pensar num futuro remoto ou utópico. A velocidade do desenvolvimento e das soluções exige a “plenitude humana” no presente, na vida de cada homem. O que está em questão é a transformação gradual frente aos mecanismos de reprodução da sociedade. Nessa interpretação, categorias como poder, Estado e revolução modificam-se, não mais constituindo-se em sua universalidade. O poder e a revolução passarão a ter muitas faces. Sendo assim, a educação passa a ser compreendida como um dos focos de poder, uma das práticas sociais que contribui para a disciplinarização da sociedade ao produzir pelas relações de força, contidas em sua prática e expressas nas táticas, instrumentos e conteúdos pedagógicos determinados, saberes necessários à reprodução da sociedade.

A educação de fator de desenvolvimento (porque de fato reduziu o índice de analfabetismo e aumentou a taxa de escolarização, ao menos quantitativamente) passa a ser analisada também como um dos elementos constituidores da sociedade disciplinar e do processo de reestruturação burguês e capitalista, ao lado de “outras vias”, sejam culturais ou ideológicas (Gramsci ou Lukács), sejam estruturais, pela divisão social do trabalho (nos marxismos) sejam políticas, pelo parlamentarismo (Perry Anderson). Disciplinarização que se presta à manutenção dessa sociedade, especialmente nas suas crises, que consiste na constituição do homem moderno e contemporâneo na sua “utilidade” (aumento das forças de trabalho) e “docilidade” (submissão aos interesses “gerais” do liberalismo).

É a partir de tal perspectiva que procuramos analisar as políticas públicas de educação, tentando diagnosticar as relações de poder que as fundamentaram, no momento da constituição do Estado moderno brasileiro, tomando como estudo de caso o Paraná. Como referencial teórico, assumimos a tese de Foucault sobre o poder, desenvolvido a partir de duas formas : a *anátomo-política do corpo e a bio-política da população*. A primeira, desenvolvida a partir do século XVII, atua sobre o *corpo como máquina*, no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões e extorsão de suas forças, no desenvolvimento de sua “utilidade-docilidade”; e a segunda, a partir do século XVIII, centrada na gerência do *corpo como espécie*, como suporte dos processos biológicos do ser vivo : a natalidade, a mortalidade, o crescimento demográfico, a saúde, a longevidade, tudo isso assumido por intervenções e controles regulares da população. Dessa última, Foucault retira o seu conceito de governamentalidade, que significa a gerência correta dos corpos — dos indivíduos, dos bens, dos patrimônios, das populações —, através de vigilância constante e intensa, valendo-se de táticas disciplinares e normas mais do que leis, mais do saber de governar do que da soberania.

Essa tecnologia de duas faces — sobre o corpo e sobre a espécie — desenvolve rapidamente diversas táticas disciplinares — nas fábricas, na caserna, nas corporações, nas escolas, nos hospitais —, cujo objetivo é a sujeição dos corpos e controle das populações, sendo fundamentais para o desenvolvimento equilibrado e progressivo das relações capitalistas. Sem a inserção controlada dos

corpos no aparelho de produção e sem o ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos aquele sistema seria inviável. O processo histórico pelo qual a burguesia tornou-se a classe política dominante, no decorrer do século XVII ao XIX, fundamentou-se na instalação de um quadro jurídico codificado, formalmente igualitário, organizado através de um regime parlamentar e representativo. Porém, uma face obscura desse processo sustentou a forma jurídica : os micropoderes assimétricos, minuciosos, cotidianos, físicos, que constituem as disciplinas. Enquanto o regime representativo permite a soberania, as disciplinas, na base, garantem a submissão e controle dos corpos e forças. O liberalismo burguês mantém-se pela disciplinarização da sociedade, permitindo sua reprodução.

Nesse quadro reveste-se de importância a educação e a escola como focos de correlações de força e de produção de poder e saber, encontrando-se no eixo sobre o qual se desenvolveu a tecnologia política da vida, assim como outros temas de pesquisa foucaultianos — como o sexo, a detenção, a psiquiatria, a medicalização. De um lado, a prática educativa faz parte das disciplinas do corpo. Através dela se operam o adestramento, a intensificação e distribuição de forças, o ajustamento e a economia de esforços, a transformação do homem útil-dócil. De outro lado, pertence à arte de governar, à regulação das populações, na medida de sua capacidade de distribuição e controle ou reprodução de poder e saber. Na medida de sua habilidade de homogeneização e normalização das populações. Ao mesmo tempo em que serve à vigilância, a controles permanentes, a ordenações espaciais, a exames, a classificações e hierarquizações (de acordo com o valor-utilidade de cada homem), servindo a uma infinidade de micropoderes sobre o corpo, incita, por outro lado, a amplas medidas, estimativas estatísticas, intervenções reguladoras da população e da sociedade.

Da utopia e da disciplina foi o propósito que nos colocamos no início desse trabalho. Desvelados (ao menos parcialmente) as práticas discursivas sobre a utopia revolucionária e os mecanismos de poder que as produziram, surpreendidos com as alterações estruturais e superestruturais e com a frustração por sua inexequibilidade histórica, resta-nos entender melhor algumas estratégias reprodutoras. Já enunciamos as razões dessa opção. Assim, procuramos compreender os mecanismos de disciplinarização da sociedade capitalista brasileira e paranaense, no seu processo de consolidação, operados através da prática social educativa, tentando captar os “efeitos de verdade” discursivos que informaram essa prática, no curso do processo de desenvolvimento.

Tentamos buscar a fonte dessas táticas disciplinadoras e a localizamos nos antecedentes da educação jesuítica, como nos ensinou Foucault. Procuramos desvendar o discurso da governamentalidade para compreender como a educação — como prática de poder e de produção de saber — foi utilizada no controle da população e no interesse do desenvolvimento de um regime de poder que se processava (e se processa) em nosso país.

Pudemos concluir, com o estudo realizado, que se a educação não se prestou tanto a um desenvolvimento tecnológico próprio do país, no período analisado, em que pese os “efeitos de verdade” produzidos nos discursos “progressistas” dos administradores (no plano estadual) ou no discurso constitucional, ela serviu com eficiência para a normalização da sociedade, disciplinando, classificando, hierarquizando, racionalizando as relações de trabalho, tornando úteis os indivíduos, constituindo o “cidadão”, conformado aos interesses do desenvolvimento e consolidação do capitalismo industrial e financeiro que aqui se implantava. Permitiu o aumento e o controle das forças trabalhadoras, formando-as para uma sociedade na qual está bem delineado o papel do trabalhador — produzir cada vez mais e com maior eficiência e economia. A ele é dada a liberdade de trabalhar para produzir um aumento crescente do lucro capitalista e, também, a liberdade de participar politicamente, mas nos limites do liberalismo burguês, ou seja, apenas no âmbito imposto pelo regime representativo.

Numa primeira etapa (final do XIX a 1930, no país; 1930-60, no Paraná, como pudemos verificar, a prática educativa desenvolvida serviu à consolidação do *status* econômico que o Estado e o país representavam, respectivamente, na economia nacional e internacional, fomentando o crescimento agrícola e a sua racionalização, constituindo o moderno trabalhador agrícola, solidificando as relações capitalistas de trabalho no campo, instalando a infraestrutura necessária. Portanto, colaborando para o assentamento das bases do regime de poder que se consolidava, hierarquizando, normalizando e racionalizando a população e a sociedade na etapa de seu desenvolvimento agrícola moderno.

Na etapa seguinte (1960-1970), as condições históricas orientavam com ênfase ainda maior para a racionalização e a planificação da economia nacional, segundo o estágio de desenvolvimento em que se encontrava o capitalismo internacional e os interesses da economia mundial. Para isso, todas as estratégias foram viáveis, tanto as econômico-políticas — racionalizando, intervindo, monopolizando a produção e a circulação, explorando e controlando a força de trabalho, desenvolvendo a indústria — como as de outras esferas do campo social, servindo para isso as políticas de educação, de assistência social, de medicalização, de segurança pública, de disciplinarização do lazer e do espaço arquitetônico, construindo estradas de ferro, rodovias, vias de comunicação, escolas, postos de saúde, delegacias de polícia, enfim, espaços urbano-civilizatórios e instituições disciplinarizados aos interesses de um regime que se consolidava no curso da revolução social burguesa brasileira.

A prática educativa, pudemos concluir, tanto serviu ao desenvolvimento — embora conformado a um determinado regime de poder, ao estágio local em que este se encontrava e ao papel ocupado pelo capitalismo brasileiro na ordem mundial — como à reprodução desse regime. Entretanto, no período analisado, não foram concretizados os “efeitos de verdade” indicados pela economia discursiva presente nas políticas públicas — não se conseguiu

realizar através da educação um modelo de desenvolvimento autônomo, baseado em ciência e tecnologia próprias —, embora tenham sido colocadas as bases para isso, preparando-se para o estabelecimento de relações de produção racionalizadas.

Se o interesse do capitalismo e do liberalismo político norteou, em última instância, as práticas políticas na educação, permeadas em todo o percurso pelas categorias do trabalho (para o aumento das forças produtivas) e da cidadania (para a sujeição e controle nos limites do parlamentarismo) o conceito de revolução que permeou essas práticas (mesmo se inconscientemente) foi o da revolução em curso, tendo como meta a fase intermediária de consolidação de uma dada economia de poder, ainda sob o fantasma do mito da modernidade ou da construção de uma sociedade capitalista e industrial, para após atingir a igualdade dos homens, utilizando-se de disciplinas que, contraditoriamente, tornaram impeditiva essa utopia, servindo apenas à reprodução de um regime. Uma mudança revolucionária nas estruturas da sociedade brasileira dependem hoje, provavelmente, do esgotamento do próprio sistema internacional, que poderá conduzir à barbárie ou a uma nova sociedade. Qual sociedade? Só a história poderá dizer.